ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02/2025

SECRETARIA E/OU DIVISÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

TIPO DE LICITAÇÃO:

MELHOR TÉCNICA E MENOR PREÇO

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS QUE POR ELA VENHAM A SER DESENVOLVIDAS E DIVERSOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE INTERESSE DA ADMINSITRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.

PRAZO DE VIGÊNCIA:

12 (DOZE) MESES, PODENDO SER PRORROGADO.

VALOR TOTAL:

R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS).

FORMA DE PAGAMENTO:

O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS, CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL DEVIDAMENTE EMITIDA E DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DA CONTRATADA.

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Três Barras do Paraná, 06 de janeiro de 2025.

AREA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Cultura
Secretaria Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
Secretaria Municipal de Esportes
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO - *Artigo 18, Inciso I, Lei N° 14133/21*

1.1. Considerando a extensão territorial do Município, sua população crescente e o expressivo volume de investimentos em políticas públicas, torna-se indispensável a modernização contínua e a ampliação dos meios de comunicação. Essas iniciativas são essenciais para assegurar que as informações cheguem a um número cada vez maior de cidadãos, promovendo o acesso equitativo aos serviços e programas oferecidos pela administração pública.

1.2. As transformações tecnológicas aceleradas dos últimos anos reforçam a necessidade de o Município adotar uma postura ativa e estratégica nos processos públicos. A comunicação, antes limitada à simples divulgação de serviços, tornou-se uma ferramenta indispensável para o planejamento, a execução de ações e a promoção de debates que atendam aos interesses da sociedade.

1.3. Uma comunicação eficiente e inclusiva é crucial para fortalecer a participação popular, incentivando o engajamento dos cidadãos no processo democrático. Essa abordagem não apenas amplia a transparência dos atos públicos, mas também viabiliza uma interação mais efetiva entre a administração municipal e a comunidade, maximizando os resultados das políticas públicas implementadas.

1.4. A contratação de serviços de publicidade por meio de uma agência especializada possibilita ao Município de Três Barras do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, desempenhar com maior eficiência e eficácia sua missão institucional de disseminar informações governamentais junto à sociedade. Essa eficiência decorre da elevada qualidade técnica dos serviços prestados e da agilidade proporcionada pelos procedimentos contratuais, garantindo maior efetividade à publicidade governamental.

1.5. Ao investir em uma comunicação pública mais eficiente, o Município otimiza a aplicação dos recursos destinados à publicidade, assegurando o uso responsável do orçamento público. A expertise da agência contratada, aliada à qualificação de seus profissionais e ao uso de instrumentos modernos e inovadores, resulta em soluções publicitárias capazes de atender com precisão às demandas da administração. Essas soluções promovem agilidade na execução das ações de comunicação, permitindo respostas rápidas e eficazes aos desafios institucionais cotidianos.

1.6. Essa agilidade é garantida pela atuação da agência na intermediação e supervisão de fornecedores especializados para a produção e execução de materiais publicitários, bem como na contratação de veículos de comunicação essenciais à disseminação de mensagens. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Administração prioriza o alcance dos

objetivos de comunicação estabelecidos para cada campanha, buscando atingir o maior número de pessoas com mensagens claras, assertivas e inclusivas.

1.7. Além de cumprir o dever legal de divulgar os atos e a destinação dos recursos públicos, a publicidade desempenha um papel fundamental na orientação, educação e mobilização da população. Ela permite que os cidadãos aproveitem plenamente os serviços disponíveis e adotem comportamentos que gerem benefícios concretos para suas vidas.

1.8. Portanto, a contratação de serviços de publicidade não apenas agrega qualidade, adequação e eficiência ao processo de implementação da política de comunicação institucional, como também fortalece a transparência dos atos governamentais. Essa transparência contribui diretamente para o fortalecimento do exercício da cidadania, assegurando o cumprimento integral da missão institucional do Município.

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES - Artigo 18, Inciso IV, Lei N° 14133/21

2.1. A quantidade e os valores estimados para a contratação dos serviços estão especificados na tabela abaixo:

ITEM	*ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO*	*UND*	*QTDE*	*PREÇO TOTAL MÁXIMO*
01	*Contratação de uma agência de publicidade para prestação de serviços de publicidade, correspondente ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão externa e a divulgação, inclusive internet; criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com as novas tecnologias, visando a expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; elaboração e registro de marcas, expressão de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como a programação visual; execução de ações de consultoria técnica decorrente dessa contratação; execução de serviços de promoção, não compreendido como apoio e patrocínios; planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, o público alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre resultados das campanhas realizadas; demais serviços inerentes à atividade publicitária, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme tabela do SINAPRO.*	*Und*	*01*	*R$ 300.000,00 (investimento máx. anual)*

2.2. O detalhamento acima contempla os serviços necessários à comunicação institucional e publicitária da Administração Municipal, assegurando eficiência, inovação e alinhamento às melhores práticas do setor.

3. PESQUISA DE PREÇOS – Artigo 23, Inciso IV e V, Lei Nº 14133/21

3.1. A presente contratação não permite a quantificação prévia e detalhada dos produtos e serviços a serem executados durante sua vigência. Diferentemente de serviços de natureza comum, caracterizados por tarefas realizadas de forma mecânica ou conforme técnicas, protocolos e métodos previamente estabelecidos, os serviços de publicidade possuem natureza predominantemente intelectual. Sua execução exige a expertise da agência contratada para a proposição de soluções personalizadas e adequadas aos objetivos de comunicação estabelecidos em cada demanda específica.

3.2. Dessa forma, as particularidades do objeto inviabilizam a elaboração de um orçamento detalhado com base em planilhas de quantitativos e preços unitários. A definição dos produtos e serviços a serem fornecidos dependerá diretamente das soluções publicitárias desenvolvidas e aprovadas ao longo da execução contratual, variando conforme as estratégias de comunicação e as linhas criativas adotadas pela contratada para atender às necessidades de cada campanha.

3.3. Considerando a importância estratégica da política de comunicação institucional, bem como o princípio da transparência e a necessidade de ampliar o alcance das ações junto à crescente população do município, o valor estimado para a presente contratação é de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais).

3.4. Adicionalmente, destaca-se que a última contratação ocorreu em 2018 e foi renovada com acréscimo de 25% em 2021. O valor proposto reflete uma reavaliação das condições do município, que registra um aumento expressivo na demanda por informações e ações de comunicação pública.

3.5. Assim, o valor estimado de **R$ 300.000,00** é plenamente justificado pela necessidade de atender às demandas institucionais de maneira eficaz, assegurando o fortalecimento da comunicação pública e o cumprimento do dever de transparência por parte da administração municipal.

4. PREVISÃO PARA INÍCIO DO SERVIÇOS OU AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

4.1. A última contratação ocorreu em 2018 e foi renovada com um acréscimo de 25% em 2021. A presente proposta reflete uma atualização das condições e demandas do município, considerando o aumento expressivo na necessidade de informações e ações de comunicação pública.

4.2. Dessa forma, estima-se que os serviços de publicidade sejam iniciados imediatamente após a formalização do contrato e a conclusão dos trâmites administrativos, garantindo a continuidade das ações de comunicação institucional e o atendimento eficaz às demandas da administração municipal.

5. SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

5.1. Servidores designados pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento foram responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

6. ANEXOS

a) Estudo Técnico Preliminar;

b) Pesquisas de Preços.

CARMEN BRANDINI FONGARO
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

ELIZA BORTOLANZA
Secretária Municipal de Educação

MARIA CRISTINA GUSSO
Secretária Municipal de Ação Social

DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR
Secretária Municipal de Saúde

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 06 de janeiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando a aprovação do Documento de Formalização de Demanda, os autos do processo: ***"CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR", CONFORME OS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 12.232/2010"***, deverão tramitar pelos seguintes Departamentos:

1 – Departamento de Contabilidade para indicação de recursos de ordem orçamentária para a despesa;

2 – Secretaria da Fazenda para elaboração e aprovação de demonstrativo do impacto financeiro;

3 – Encaminhem-se os autos para a Secretaria demandante para elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência contemplando os recursos de ordem orçamentária;

4 – Concluso os documentos constantes nos itens "1 ao 3", retorne-me os autos para aprovação do Termo de Referência e, após encaminhem-se para o Departamento de Licitações para elaboração da Minuta do Edital e Minuta de Contrato;

5 – Parecer Jurídico analisando as etapas do processo licitatório;

6 - Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

INFORMAÇÃO SOBRE EXISTÊNCIA DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Clebeson Bordin, investido no cargo de público de agente político (Secretário de Administração e Planejamento), nomeado pelo Decreto nº 6164/2025, de 07/01/2025, em atendimento ao Despacho do Senhor Prefeito Municipal, datado de 06 de janeiro de 2025, que tem como objeto: contratação de uma agência de publicidade e propaganda, para prestação de serviços técnicos de divulgação de campanhas institucionais que por ela venham a ser desenvolvidas e diversos serviços de publicidade de interesse da administração pública do município de Três Barras do Paraná-PR, informa que no orçamento vigente (Leis 2784/24 de 18.12.2024 e, 2786/2024 de 26.12.2024, e seus anexos), existe dotação orçamentária para a contabilização do objeto, como abaixo especificamos:

Fonte de recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)
03.01.04.122.0003.2.006.000 Manutenção do Dpto de Adm. Rec. Hum. Planej. Licit e Compras
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 103 Educação 5% sobre Transferências Const. FUNDEB
09.01.12.361.0010.2.030.000 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 303 Saúde – Receitas Vínculas (EC 29/00 – 15%)
07.01.10.301.0008.2.009.000 Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)
12.01.13.392.0013.2.086.000 Fundo Municipal de Cultura
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)
06.01.08.244.0009.2.020.000 Centro de Referência da Assistência Social - CRAS
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)
06.01.08.244.0009.2.048.000 Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)
06.02.08.243.0023.6.001.000 Centro de Apoio e Atendimento a Criança e do Adolescente
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)
05.01.26.782.0006.2.014.000 Manutenção do Dpto de Serviços Rodoviário
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)
05.02.15.452.0007.2.015.000 Manutenção do Depto Serviços Urbanos e Obras
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)
08.01.27.812.0014.2.040.000 Manutenção do Desporto Amador
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)
10.01.20.606.0015.2.041.000 Manutenção do Departamento de Agricultura
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de recursos: 0 Recursos Ordinários (Livres)
10.03.18.541.0016.2.084.000 Fundo Municipal de Meio Ambiente
3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

E, por ser a expressão da verdade firmo a presente para os fins e direito.

Três Barras do Paraná, em 08 de janeiro de 2025.

Clebeson Bordin
Secretário de Administração e Planejamento

Três Barras do Paraná-PR, 27 de janeiro de 2025.

De: **Secretaria Municipal da Fazenda**
Para: **Departamento de Licitações**

De posse do Processo Administrativo com o objetivo de "CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR", passamos a analisar o impacto orçamentário financeiro.

Consta no processo a informação do Departamento de Contabilidade, a qual relata a existência de dotação orçamentária suficiente para a contabilização do valor requerido.

O valor máximo apresentado na solicitação da abertura de procedimento licitatório e fixado na solicitação (R$ 300.000,00) está dentro dos limites orçamentários desta municipalidade, sendo o mesmo compatível com as condições financeiras, podendo ser devidamente suportado sem causar prejuízos às ações em execução, atendendo dessa forma, o disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Respeitosamente,

CARMEM BRANDINI FONGARO
Secretária Municipal da Fazenda

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – ARTIGO 18, § 1°, INCISO I

1.1. A comunicação institucional do Município de Três Barras do Paraná fundamenta-se no princípio constitucional da publicidade, previsto no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, o qual estabelece o dever da Administração Pública de divulgar atos, programas, obras e serviços de interesse público, com caráter educativo, informativo ou de orientação social.

1.2. A ausência de uma agência especializada em serviços publicitários compromete a capacidade do município de realizar campanhas eficazes que atendam às demandas da sociedade, prejudicando a transparência e limitando o acesso à informação pela população.

1.3. A contratação de serviços especializados em publicidade visa garantir a execução de ações com alto nível técnico, capazes de atender às demandas institucionais e fortalecer a comunicação entre a Administração Pública e a sociedade, promovendo maior engajamento e compreensão das iniciativas governamentais.

1.4. Além disso, a medida busca otimizar os recursos públicos, assegurando maior eficiência na gestão das atividades de comunicação institucional e na divulgação de informações de interesse público.

1.5. A necessidade da contratação está amparada pela Lei nº 12.232/2010, que regulamenta os procedimentos de contratação de serviços de publicidade pela Administração Pública, estabelecendo critérios técnicos e legais que garantem a eficiência e a transparência no processo.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO II

2.1. A presente contratação está devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025, com execução prevista para o mês de fevereiro de 2025.

2.2. A iniciativa está em plena conformidade com o planejamento estratégico do Município de Três Barras do Paraná, destacando-se como um instrumento essencial para o fortalecimento das políticas públicas e a promoção da transparência administrativa.

2.3. A comunicação institucional, enquanto eixo estratégico, está alinhada às metas de desenvolvimento socioeconômico da região, contribuindo para uma gestão pública mais participativa, informativa e acessível à população.

3. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO III

3.1. Elaboração e execução de campanhas educativas, institucionais e de interesse público, visando atender às demandas da Administração Pública.

3.2. Realização de pesquisas de opinião pública e levantamento de perfil social, com o objetivo de embasar estratégias de comunicação.

3.3. Planejamento, criação, produção e execução técnica de peças publicitárias em diferentes formatos e mídias.

3.4. Execução e veiculação de materiais publicitários em veículos de comunicação diversos, de acordo com os objetivos das campanhas.

3.5. Planejamento, organização e execução de eventos relacionados a campanhas sociais, educativas e institucionais.

3.6. Prestação de serviços de endomarketing e marketing digital, com foco no fortalecimento da comunicação interna e externa.

3.7. Garantia de conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei nº 12.232/2010, que regulamenta os serviços de publicidade na Administração Pública, e a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação.

4. ESTIMATIVAS E QUANTIDADES DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO IV

4.1. Em razão da natureza intelectual dos serviços publicitários e da variabilidade das demandas da Administração Pública, não é possível estimar previamente as quantidades específicas de produtos e serviços a serem contratados.

4.2. As necessidades específicas serão identificadas e formalizadas conforme as demandas apresentadas no decorrer da execução contratual, garantindo a adequação dos serviços às prioridades administrativas.

4.3. As quantidades e os valores estimados para a contratação dos serviços estão detalhados na tabela abaixo:

ITEM	***ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO***	***UND***	***QTDE***	***PREÇO TOTAL MÁXIMO***
01	*Contratação de uma agência de publicidade para prestação de serviços de publicidade, correspondente ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão externa e a divulgação, inclusive internet; criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com as novas tecnologias, visando a expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; elaboração e registro de marcas, expressão de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como a programação visual; execução de ações de consultoria técnica decorrente dessa contratação; execução de serviços de promoção, não compreendido como apoio e patrocínios; planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, o público alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre resultados das campanhas realizadas; demais serviços inerentes à atividade publicitária, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme tabela do SINAPRO.*	*Und*	*01*	*R$ 300.000,00 (investimento máx. anual)*

4.4. O detalhamento apresentado busca assegurar a prestação de serviços publicitários que atendam às necessidades da comunicação institucional e publicitária da

Administração Municipal, garantindo eficiência, inovação e alinhamento às melhores práticas do setor.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ARTIGO 18, § INCISO V

3.1. A presente contratação não permite a quantificação prévia e detalhada dos produtos e serviços a serem executados durante sua vigência. Diferentemente de serviços de natureza comum, caracterizados por tarefas realizadas de forma mecânica ou conforme técnicas, protocolos e métodos previamente estabelecidos, os serviços de publicidade possuem natureza predominantemente intelectual. Sua execução exige a expertise da agência contratada para a proposição de soluções personalizadas e adequadas aos objetivos de comunicação estabelecidos em cada demanda específica.

3.2. Dessa forma, as particularidades do objeto inviabilizam a elaboração de um orçamento detalhado com base em planilhas de quantitativos e preços unitários. A definição dos produtos e serviços a serem fornecidos dependerá diretamente das soluções publicitárias desenvolvidas e aprovadas ao longo da execução contratual, variando conforme as estratégias de comunicação e as linhas criativas adotadas pela contratada para atender às necessidades de cada campanha.

3.3. Considerando a importância estratégica da política de comunicação institucional, bem como o princípio da transparência e a necessidade de ampliar o alcance das ações junto à crescente população do município, o valor estimado para a presente contratação é de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais).

3.4. Adicionalmente, destaca-se que a última contratação ocorreu em 2018 e foi renovada com acréscimo de 25% em 2021. O valor proposto reflete uma reavaliação das condições do município, que registra um aumento expressivo na demanda por informações e ações de comunicação pública.

3.5. Assim, o valor estimado de **R$ 300.000,00** é plenamente justificado pela necessidade de atender às demandas institucionais de maneira eficaz, assegurando o fortalecimento

da comunicação pública e o cumprimento do dever de transparência por parte da administração municipal.

3.6. A modalidade "Técnica e Preço" é adequada para garantir qualidade e eficiência.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO VI

6.1. O valor estimado para a contratação é de R$ 300.000,00, definido com base no histórico contratual da Administração Municipal e nas necessidades previamente identificadas para o exercício em questão.

6.2. O montante contempla os custos relacionados à produção, veiculação e honorários técnicos, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 12.232/2010, que regulamenta as contratações de serviços publicitários no âmbito da Administração Pública.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 18, 1° INCISO VII

7.1. A solução proposta abrange o estudo, planejamento, conceituação, criação e execução de ações publicitárias, tanto em âmbito interno quanto externo. Também inclui a intermediação, supervisão de peças publicitárias e veiculação em diferentes meios de comunicação.

7.2. Fazem parte da solução a realização de pesquisas de mercado, com o objetivo de entender o público-alvo e aprimorar a efetividade das campanhas, além do desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária que acompanhem as tendências tecnológicas e promovam maior impacto nas mensagens e ações da Administração Pública.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, ° 1° INCISO VIII

8.1. A contratação será realizada de forma unificada, sem parcelamento, com o objetivo de assegurar maior eficiência na gestão e no controle das atividades publicitárias, além de proporcionar economia de recursos públicos.

8.2. A centralização dos serviços permite um planejamento integrado, garantindo uniformidade na execução das campanhas e otimização dos processos administrativos, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ARTIGO 18, § 1° INCISO IX

9.1. A contratação visa promover maior eficiência na comunicação institucional, com ênfase no fortalecimento da transparência das ações da Administração Pública e no incentivo à participação ativa da cidadania.

9.2. Espera-se, também, otimizar os recursos públicos alocados, garantindo o alcance ampliado e eficaz das mensagens institucionais, com foco na conscientização e engajamento da população nas ações governamentais.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 18, § 1°, INCISO X

10.1. A Administração contará com uma equipe técnica devidamente capacitada, responsável pela gestão, fiscalização e acompanhamento da execução contratual, garantindo a conformidade com os termos acordados.

10.2. Não são necessárias adequações de infraestrutura ou capacitação adicional de servidores para a execução deste contrato, uma vez que a equipe técnica já possui a qualificação necessária para o gerenciamento eficaz das atividades previstas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – ARTIGO 18, § 1° INCISO XI

11.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes a serem realizadas, uma vez que a agência contratada será responsável pela intermediação e supervisão de todos os fornecedores especializados envolvidos na execução dos serviços publicitários, garantindo a coordenação integral das atividades previstas no contrato.

12. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS – ARTIGO 18, § 1° INCISO XII

12.1. Não foram identificados impactos ambientais diretos decorrentes da contratação. Contudo, será incentivada a adoção de práticas sustentáveis pelas agências contratadas, com o objetivo de minimizar possíveis impactos ambientais indiretos, como o uso racional de recursos e a gestão adequada de resíduos.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ARTIGO 18, § 1° INCISO XIII

13.1. A contratação é viável e fundamental para atender às necessidades de comunicação institucional do Município, permitindo o fortalecimento da transparência, da interação com a sociedade e da divulgação de políticas públicas essenciais.

13.2. A alocação orçamentária necessária para a execução do contrato já está prevista no Planejamento Anual, e a equipe técnica designada para a gestão do contrato possui a expertise necessária para garantir sua execução eficiente, dentro dos parâmetros estabelecidos e com o uso otimizado dos recursos públicos.

Três Barras do Paraná, 27 de janeiro de 2025.

CLEBERSON BORDIM
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ELIZA BORTOLANZA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

MARIA CRISTINA GUSSO
Secretária Municipal de Ação Social

DANIEL HAWERROTH
Secretário Municipal de Cultura

DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR
Secretária Municipal de Saúde

VALDENIR APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Esportes

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.

1.2. Justificativa do processo ser presencial: Tendo em vista a Lei de Publicidade e Propaganda, nº 12.232/2010, não foi encontrado uma maneira esclarecedora de como realizar este processo eletrônico. Dessa forma será filmado de acordo com as exigências da Lei nº 14.133/2021.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A contratação refere-se à prestação de serviços de publicidade e propaganda institucional, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, e abrange as seguintes atividades:

TABELA 01: ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	*DESCRIÇÃO DO SERVIÇO*	*UND*	*QTDE*	*PREÇO TOTAL MÁXIMO*
01	*Contratação de uma agência de publicidade para prestação de serviços de publicidade, correspondente ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão externa e a divulgação, inclusive internet; criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com as novas tecnologias, visando a expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; elaboração e registro de marcas, expressão de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como a programação visual; execução de ações de consultoria técnica decorrente dessa contratação; execução de serviços de promoção, não compreendido como apoio e patrocínios; planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, o público alvo, os meios de divulgação nos quais serão*	*Und*	*01*	*R$ 300.000,00 (Investimento máx. anual)*

	difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre resultados das campanhas realizadas; demais serviços inerentes à atividade publicitária, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme tabela do SINAPRO.			

2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços contínuos, conforme disposto no Art. 6°, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, conforme a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A fundamentação da contratação, bem como a justificativa para os quantitativos especificados, está detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares, que integram este processo licitatório e apresentam a análise das necessidades e critérios utilizados para definição do objeto e das condições da contratação.

3.2. A contratação em questão foi devidamente incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025, com previsão de execução no mês de fevereiro do referido ano, conforme planejamento estratégico da Administração.

4. LOCAIS DE ENTREGA – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. O local de prestação dos serviços será definido conforme a demanda e o tipo de campanha a ser desenvolvida, podendo ser aplicado em diversos locais do Município e fora dele.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma dos artºs. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta abrange o estudo, planejamento, conceituação, criação e execução de ações publicitárias, tanto em âmbito interno quanto externo. Também inclui a intermediação, supervisão de peças publicitárias e veiculação em diferentes meios de comunicação.

6.2. Fazem parte da solução a realização de pesquisas de mercado, com o objetivo de entender o público-alvo e aprimorar a efetividade das campanhas, além do desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária que acompanhem as tendências tecnológicas e promovam maior impacto nas mensagens e ações da Administração Pública.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. Os serviços a serem realizados pela contratada compreendem:

a) Planejamento e desenvolvimento de campanhas educativas, ações de interesse público e iniciativas institucionais da Prefeitura, utilizando diversos recursos e meios de comunicação para alcançar os objetivos estabelecidos;

b) Realização de pesquisas de perfil social e opinião pública para embasar o desenvolvimento de projetos e campanhas;

c) Planejamento, estudo e concepção de campanhas e peças publicitárias;

d) Criação, produção e execução de jingles, além da elaboração e registro de marcas, expressões publicitárias, logotipos e outros elementos de programação visual;

e) Estudos, pesquisas e desenvolvimento de projetos para veiculação, visando à otimização e à aplicabilidade eficiente dos recursos destinados à promoção de ações e campanhas;

f) Execução, distribuição e veiculação de materiais publicitários em diversos meios de comunicação;

g) Serviços relacionados à veiculação e outras ações de comunicação indispensáveis à execução da política de comunicação social dos órgãos da Administração Direta do Município;

h) Planejamento, produção, organização e execução de eventos relacionados a campanhas educativas e/ou ações sociais de interesse público, além de demais serviços correlacionados;

i) Assessoramento e apoio na execução de ações de promoção e patrocínios;

j) Serviços relacionados a endomarketing, marketing e outras ações de comunicação necessárias para implementar a política de comunicação social dos órgãos da Administração Municipal;

k) Produção de peças de comunicação digital.

7.2. Os serviços de publicidade e propaganda deverão ter caráter educativo, informativo, promocional ou de orientação social, sempre alinhados às estratégias de desenvolvimento

socioeconômico de Três Barras do Paraná. A política de comunicação social do Município será pautada pelos seguintes princípios:

a) Informação e transparência dos procedimentos administrativos;

b) Aproximação entre a Administração Pública e os usuários dos serviços;

c) Eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos;

d) Avaliação sistemática dos resultados obtidos.

7.3. Em substituição ao projeto básico contendo as especificações técnicas dos produtos e serviços a serem executados, o edital de licitação para contratação de serviços de publicidade irá disponibilizar um ***briefing*** (roteiro) para subsidiar o desenvolvimento da proposta técnica pelas licitantes. Essa exigência está em conformidade com o inciso II do art. 60 da Lei nº 12.232/2010, e permitirá a adequada avaliação da capacidade técnica das participantes.

7.4. Será permitida a subcontratação de serviços de produção, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 12.232/2010:

> ***Art. 14. Somente pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas pelo contratante poderão fornecer ao contratado bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, nos termos do § 10 do art. 2º da Lei nº 12.232/2010.***

7.5. Será realizada avaliação trimestral com os seguintes objetivos:

a) Verificar a necessidade de melhorias na qualidade dos serviços prestados;

b) Decidir sobre a conveniência de renovar ou, se necessário, rescindir o contrato vigente;

c) Fornecer, quando solicitado pela contratada, declarações de desempenho para comprovação de capacitação técnica em processos licitatórios futuros.

7.5.1. Caso sejam identificadas irregularidades na execução contratual, poderão ser aplicadas retenções ou glosas proporcionais no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis. As situações consideradas irregulares incluem:

7.5.1.1. Não alcançar os resultados previamente acordados;

7.5.1.2. Deixar de executar ou executar com qualidade inferior às atividades contratadas;

7.5.1.3. Não utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los em quantidade ou qualidade inferiores às especificações estabelecidas.

7.6. O prazo de validade da proposta será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrega das propostas. (Art. 69, § 2°, inciso I, da Lei Estadual n° 15.608/07).

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Apresentação de Certificado de Qualificação Técnica de Funcionamento emitido pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão (CENP) ou por entidade equivalente, devidamente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, em conformidade com o disposto no art. 4°, § 1°, da Lei n° 12.232/2010.

8.2. Comprovação de aptidão técnica para a execução de serviços com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou a itens correlatos, mediante apresentação Atestado de Capacidade Técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

8.2.1. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados referentes a serviços executados de forma concomitante.

8.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser emitidos em nome da matriz ou da filial do fornecedor, sendo ambos considerados válidos.

8.2.3. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias para comprovar a autenticidade e a legitimidade dos atestados apresentados. Quando solicitado pela Administração, deverá apresentar, adicionalmente, cópias dos contratos que respaldaram a contratação, endereço atualizado da contratante e local onde o objeto contratado foi executado, bem como outros documentos que se façam necessários à verificação.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. Atribuições da Contratada:

a) Realizar estudo, planejamento, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de campanhas, peças e materiais publicitários para os meios digitais (online e off-line) e impressos;

b) Elaborar marcas, expressões de propaganda, logotipos e outros elementos de comunicação visual;

c) Planejar e executar pesquisas e outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento sobre o mercado, público-alvo, meios de divulgação ou resultados das campanhas realizadas;

d) Produzir e executar tecnicamente as peças e projetos publicitários criados;

e) Desenvolver formas inovadoras de comunicação publicitária, alinhadas às novas tecnologias, com vistas à ampliação dos efeitos das mensagens e ações publicitárias.

9.2. Dinâmica de Execução do Objeto:

9.2.1. Início da Execução: Imediatamente após a assinatura do contrato e/ou emissão da ordem de serviço.

9.2.2. Natureza dos Serviços: Os serviços de publicidade e propaganda terão caráter educativo, informativo, de promoção do município ou de orientação social, alinhados às estratégias de desenvolvimento socioeconômico de Três Barras do Paraná, observando os princípios de:

a) Informação e transparência nos procedimentos administrativos;
b) Aproximação entre a administração pública e os usuários;
c) Eficiência e racionalidade na aplicação de recursos;
d) Avaliação sistemática dos resultados.

9.2.3. Cronograma: Os serviços serão realizados conforme demanda e necessidade de elaboração de campanhas da Prefeitura Municipal.

9.3. Execução Contratual

9.3.1. Fiel cumprimento das cláusulas contratuais: O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas e normas das Leis nº 14.133/2021 e nº 12.232/2010, sendo as partes responsáveis pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3.2. Prorrogação automática: Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro por apostila.

9.3.3. Comunicações formais: Deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica quando apropriado.

9.4. Reuniões e Interações:

9.4.1. Reunião inicial: Após a assinatura do contrato, o Município poderá convocar a contratada para:

a) Apresentação do responsável pela fiscalização;

b) Definição das estratégias de execução;

c) Elaboração do plano complementar de execução;

d) Estabelecimento do método de aferição dos resultados e aplicação de sanções.

9.4.2. Interação contínua: O Município poderá convocar representantes da contratada sempre que achar necessário para adoção de providências imediatas.

9.5. Recebimento do Objeto:

9.5.1. Modalidades de recebimento:

a) Provisório: Pelo fiscal, mediante termo detalhado, no prazo de 5 dias úteis, comprovando o cumprimento de exigências técnicas previstas no contrato;

b) Definitivo: Pelo gestor ou comissão designada, no prazo de 10 dias úteis, comprovando o atendimento das exigências contratuais.

9.5.2. Informações obrigatórias no termo de recebimento:

a) Data e horário do recebimento/executado;

b) Identificação da entrega (produto/serviço);

c) Detalhes do contrato ou nota de empenho;

d) Prazos de execução e vigência contratual.

9.5.3. Registros adicionais: Sempre que possível, incluir fotografias e documentos complementares.

9.6. Obrigações da Contratada:

a) Executar o objeto conforme especificações deste instrumento e do edital de licitação;

b) Não transferir o objeto a terceiros sem prévia anuência da Administração;

c) Reparar, corrigir ou substituir o objeto, às suas expensas, quando detectados vícios ou defeitos;

d) Responder por danos causados à Administração ou terceiros durante a execução do contrato;

e) Fornecer mão de obra qualificada e cumprir todas as exigências legais, como normas de segurança no trabalho e encargos sociais e tributários;

f) Comunicar à Administração qualquer discrepância entre as condições reais e os elementos apresentados;

g) Prestar esclarecimentos sobre os serviços executados, sempre que solicitado;

h) Observar rigorosamente as especificações técnicas e normas vigentes da ABNT e INMETRO;

i) Promover condições à fiscalização dos serviços e manter o cadastro atualizado no setor cadastral do Município;

j) Manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato;

k) Cumprir as condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital de licitação.

9.7. Disposições Finais:

9.7.1. Rejeição do Objeto: O objeto será rejeitado total ou parcialmente se estiver em desacordo com o contrato.

9.7.2. Ajustes de Prazos: Os prazos de recebimento serão definidos no instrumento convocatório e/ou contrato.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. Avaliação da Execução do Objeto: A execução do objeto será avaliada trimestralmente pelo fiscal do contrato, considerando os seguintes critérios:

a) Qualidade do atendimento prestado;
b) Nível técnico dos trabalhos realizados;
c) Resultados concretos das ações de comunicação sugeridas pela contratada;
d) Diversificação dos serviços prestados;
e) Benefícios oriundos da política de preços praticada.

10.2. Remuneração da Contratada: A remuneração da empresa contratada observará as seguintes condições:

a) Honorários sobre Produção de Peças e Materiais por Terceiros: O Município efetuará o pagamento do valor total à agência contratada, incluindo o percentual correspondente aos seus honorários e o pagamento devido à empresa responsável pela produção das peças ou materiais. O percentual de desconto oferecido pela agência no processo licitatório será aplicado sobre o valor da Tabela Referencial do SINAPRO, já considerando seus honorários.

b) Honorários sobre Outros Serviços Prestados por Terceiros: O Município efetuará o pagamento do valor total, englobando todos os custos cobrados pelos terceiros envolvidos. A agência aplicará o percentual de desconto ofertado na licitação sobre o valor da Tabela Referencial do SINAPRO, o qual incluirá, entre outros:

b.1) Assessoramento e apoio em ações de promoção e patrocínio;

b.2) Desenvolvimento de pesquisas de mercado, opinião, produtos ou serviços;

b.3) Elaboração e registro de marcas, logotipos e elementos visuais.

c) Desconto de Agência: O desconto será aplicado conforme o acordo estabelecido entre o prestador de serviços e a agência. O Município não será parte desse acordo e efetuará o pagamento do valor total, sem qualquer alteração.

d) Vedação à Subcontratação: É proibida a subcontratação de outra agência de publicidade e propaganda.

e) Despesas de Deslocamento: Os custos de deslocamento de profissionais ou representantes da contratada serão de sua exclusiva responsabilidade.

f) Renegociação: As formas de remuneração estabelecidas neste edital, baseadas no percentual de desconto sobre a tabela de valores referenciais, serão fixas e irrenegociáveis durante toda a vigência do contrato, incluindo suas renovações. No entanto, os preços da tabela serão atualizados pelo SINAPRO-PR, conforme as condições de mercado.

10.3. Prazo de Pagamento: O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias úteis após a prestação dos serviços, condicionado à apresentação da Nota Fiscal e à comprovação da regularidade fiscal e financeira da contratada.

10.4. Suspensão de Prazo em Casos Especiais: Em situações de calamidade pública, caso fortuito ou força maior que impeçam a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo será suspenso até sua regularização, respeitando-se a ordem cronológica original da despesa.

10.5. Pagamento Parcial: Na hipótese de insuficiência de recursos financeiros, poderá ser realizado o pagamento parcial, sendo o saldo remanescente mantido na mesma posição na ordem cronológica.

10.6. Modalidade de Pagamento: Os pagamentos serão realizados por ordem bancária, diretamente para a conta corrente indicada pela contratada.

10.7. Retenção Tributária: No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

10.7.1. Independentemente dos percentuais indicados na planilha, os tributos serão retidos de acordo com as alíquotas legais aplicáveis.

10.8. Simples Nacional: Empresas optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerão retenção tributária referente aos impostos abrangidos por este regime. O pagamento, contudo, estará condicionado à apresentação de comprovação oficial de sua condição.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. Modalidade de Licitação: A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade **Concorrência**, de forma **presencial**, adotando o critério de julgamento **"Técnica e Preço"**. O preço será determinado pelo percentual de desconto aplicado sobre os valores da Tabela de Referência do SINAPRO, sendo o desconto inicial a partir de **50%**.

11.2. Pesos de Avaliação: A avaliação será realizada com a atribuição de **40% do peso à "melhor técnica"** e **60% ao "menor preço"** (maior percentual de desconto), refletindo o compromisso da Secretaria de Administração e Planejamento em equilibrar economicidade e qualidade técnica. O peso de 40% para a técnica permite que a Administração identifique, entre os concorrentes, a proposta que melhor atenderá aos desafios técnicos do contrato, garantindo a execução eficiente e alinhada às necessidades do objeto licitado.

11.3. Justificativa do Critério "Técnica e Preço": A escolha do critério "técnica e preço" baseia-se em fatores que reforçam sua pertinência para a presente contratação:

a) O valor estimado para o certame funciona como limitador do escopo de atuação publicitária, exigindo uma execução eficiente e técnica refinada;

b) A adequada execução contratual requer um nível elevado de qualificação técnica da agência a ser contratada, assegurando o alinhamento aos objetivos do Município e a entrega de resultados satisfatórios.

11.4. Proposta Técnica - Importância: Em uma licitação do tipo "técnica e preço", como no caso presente, as **Propostas Técnicas** desempenham um papel central no processo de seleção. Por meio delas, as agências demonstram sua capacidade técnica e expertise, elementos essenciais para atender às demandas específicas de comunicação do Município.

11.4.1. A Lei nº 12.232/2010, em seu **art. 60, inciso IX**, determina que as licitantes apresentem Planos de Comunicação Publicitária padronizados quanto ao formato, fontes, espaçamento e outros aspectos. Além disso, conforme o **art. 60, inciso IV**, os planos devem ser apócrifos, garantindo maior imparcialidade no julgamento, ao impedir que a reputação de mercado da licitante influencie indevidamente o processo de avaliação.

11.4.2. Transparência no Julgamento: Para assegurar maior objetividade na análise das Propostas Técnicas e possibilitar um controle mais efetivo por órgãos de fiscalização e concorrentes, a metodologia de julgamento exige a elaboração de justificativas escritas para as pontuações atribuídas. Isso está em conformidade com os incisos IV e VI do §4º do art. 11 da Lei nº 12.232/2010.

11.4.3. Estrutura da Proposta Técnica: As Propostas Técnicas deverão ser apresentadas em 03 (três) invólucros separados, conforme descrito abaixo:

- **Invólucro 1:** Via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- **Invólucro 2:** Via identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- **Invólucro 3:** Informações adicionais, incluindo capacidade de atendimento, repertório e relatos de soluções para problemas de comunicação.

11.4.4. As propostas deverão ser redigidas em português, exceto por expressões técnicas de uso comum, sem emendas ou rasuras, e obedecendo ao padrão estabelecido pelo edital.

11.4.5. Plano de Comunicação Publicitária: O Plano de Comunicação Publicitária, baseado nas informações do briefing, deverá ser apresentado em duas vias: uma identificada e outra não identificada. Seu formato deve obedecer ao seguinte padrão:

- **Caderno único:** Encadernado com espiral preto, capa preta em polipropileno liso e contracapa em papel branco 90g/cm², demais folhas em papel branco 75g/cm²).
- **Margens:** 3 cm à esquerda e na parte superior, 2 cm à direita e na parte inferior.
- **Fonte:** Arial, tamanho 12, cor preta, estilo normal.

Além disso, o conteúdo do Plano deve englobar:

- **Raciocínio básico:** Diagnóstico das necessidades de comunicação, análise do ***briefing*** e identificação dos desafios. (Máximo de 2 laudas, 30 linhas por página).
- **Estratégia de Comunicação Publicitária:** Proposta detalhada das estratégias para alcançar os objetivos definidos. (Máximo de 4 laudas).
- **Plano de Mídia e Não Mídia:** Detalhamento técnico, com referência aos valores previstos na tabela do SINAPRO e a verba estipulada de R$ 30.000,00.

11.4.6. Critérios de Avaliação e Pontuação: A pontuação da proposta técnica será distribuída da seguinte forma:

11.4.6.1. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de setenta pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

11.4.6.1.1. Plano de Comunicação – Nota Máxima = 25 (vinte e cinco) pontos:

11.4.6.1.1.1. Raciocínio Básico: Acuidade de compreensão. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

a) Características da contratante significativas para a comunicação publicitária;

b) Natureza, extensão e qualidade das relações da contratante com o seu público;

b) Papel da contratante na área social, política e econômica.

11.4.6.1.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos.

a) Adequação do conceito e do tema proposto à natureza, qualificação e ao problema de comunicação da contratante;

b) Consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em sua defesa;

c) Capacidade evidenciada de despertar novas relações com o público-alvo e ampliar esse desdobramento positivo para a comunicação do contratante com a sociedade.

11.4.6.1.1.3. Ideia Criativa: Nota Máxima = 10 (dez) pontos

a) Adequação ao problema específico de comunicação;

b) Multiplicidade de interpretações pertinentes aos objetivos estratégicos traçados;

c) Cobertura do público-alvo através destas interpretações;

d) Originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

e) Simplicidade da forma sobre a qual se apresenta;

f) Pertinência às atividades da contratante e à sua inserção na sociedade;

g) Coesão dos desdobramentos comunicativos, conforme demonstração nas peças apresentadas;

h) Adequação da ideia criativa, ou seja, a linguagem das peças interagindo de maneira uniforme com os meios propostos.

11.4.6.1.1.4. Estratégia de Mídia. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

Adequação da mídia escolhida ao objeto de comunicação proposto;

a) Adequação da linguagem do anúncio ao veículo escolhido;

b) Conhecimento dos hábitos de comunicação do público-alvo, adequando os aos meios, conforme objetivos estratégicos planejados;

c) Consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores;

d) Economia na aplicação da verba destinada;

e) Otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

11.4.6.1.2. Capacidade de Atendimento. Nota Máxima = 15 (quinze) pontos;

11.4.6.1.2.1. Curriculum resumido, com qualificação e quantificação dos profissionais, 03 (três) pontos:

a) A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato;

b) Sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas na execução do contrato, inclusive prazos a serem cumpridos para a criação da campanha e elaboração do plano de mídia;

c) Segurança técnica e operacional nos procedimentos contidos na proposta.

11.4.6.1.2.2. Repertório. Nota Máxima = 04 (quatro) pontos

a) A ideia criativa e sua pertinência;

b) A clareza da exposição;

c) A qualidade da execução e do acabamento.

11.4.6.1.2.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação. Nota Máxima = 05 (cinco) pontos;

a) A concatenação lógica da exposição;

b) A evidência de planejamento publicitário;

c) A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;

d) A relevância dos resultados apresentados.

11.4.6.1.2.4. Sistemática de Atendimento – nota máxima = 03 pontos.

a) nesse quesito, obterá 5 (cinco) pontos a licitante que discriminar:

a.1) para a criação de peça avulsa, prazo igual ou inferior a 02 (dois) dias;

a.2) para a criação de campanha, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias;

a.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias.

b) obterá 3,35 (três vírgula trinta e cinco) pontos a licitante que discriminar:

b.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 03 (três) e 05 (cinco) dias;

b.2) para a criação de campanha, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias;

b.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias.

c) obterá 1,70 (um vírgula setenta) pontos a licitante que discriminar:

c.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 06 (seis) e 10 (dez) dias;

c.2) para a criação de campanha, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias;

c.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias.

d) obterá nota zero a licitante que discriminar prazos superiores a 10 (dez) dias.

11.4.6.2. A nota final será a soma das pontuações dos quesitos, calculada com base na média aritmética das avaliações dos membros da Subcomissão Técnica.

11.4.7. Exigências Complementares: Conforme o inciso X do art. 60 da Lei nº 12.232/2010, as peças do repertório devem ter sido implementadas nos últimos 5 anos, garantindo que as propostas reflitam as capacidades técnicas atuais das agências concorrentes.

11.5. Critério de Julgamento – PREÇO (maior percentual de desconto) – Peso 60%:

11.5.1. Para a **Proposta de Preços**, deverão ser observadas as práticas de mercado, conforme estabelecido no inciso V do art. 60 da Lei nº 12.232/2010.

11.5.2. A proposta comercial deve incluir os descontos oferecidos pelos licitantes, abrangendo:

- Custos internos da agência.
- Honorários cobrados do contratante, relativos à produção de peças e materiais cuja confecção ou distribuição não proporcione à licitante o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros.

11.5.3. A nota da Proposta de Preços (percentual de desconto) para o processo de seleção será limitada ao máximo de 60 (sessenta) pontos, ou seja, terá peso igual a 60 (sessenta), apurada conforme a metodologia a seguir

11.5.4. A proposta comercial deverá conter, sob pena de desclassificação:

11.5.4.1. O desconto sobre os custos internos de produção da própria licitante, apurado em relação à tabela vigente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (SINAPRO-PR), em conformidade com o inciso XXI do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

Tabela 02: Percentual de Desconto sobre os Custos Internos (SINAPRO-PR)

Desconto Sobre o preço da Tabela SINAPRO	PONTOS
50%	0
51%	1
52%	2
53%	3
54%	4
55%	5
56%	6
57%	7
58%	8
59%	9
60%	10
61%	11
62%	12
63%	13

64%	15
65%	17
66%	19
67%	21
68%	23
69%	26
70%	30

Tabela 03: O desconto a ser concedido na remuneração de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

Desconto sobre o percentual de comissão	PONTOS	% Comissão
0%	0	20%
5%	2	19%
10%	4	18%
15%	6	17%
20%	9	16%
25%	12	15%
30%	15	14%
35%	18	13%
40%	21	12%
45%	25	11%
50%	30	10%

11.5.5. O valor proposto deverá incluir todos os custos necessários para atender ao objeto da licitação, como tributos, encargos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, tarifas, fretes, seguro, transporte, armazenamento e utilização de materiais para execução dos serviços.

11.5.6. Considera-se já incluída no custo de produção qualquer remuneração devida a terceiros, em decorrência da cessão de direitos, seja por prazo limitado, seja total e definitiva.

11.5.7. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto licitado. Não serão aceitas reivindicações de pagamentos adicionais devido a erros ou má interpretação da licitante.

11.5.8. A licitante será integralmente responsável pelo valor cotado. Erros de digitação, especificações incompletas ou valores incorretos poderão resultar na desclassificação da proposta.

11.6. A apresentação da proposta pela licitante implicará a aceitação integral deste edital e seus anexos, bem como das normas legais aplicáveis. Caso declarada vencedora, a licitante deverá cumprir todas as disposições previstas no processo licitatório.

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. A presente contratação não permite a quantificação prévia e detalhada dos produtos e serviços a serem executados durante sua vigência. Diferentemente de serviços de natureza comum, caracterizados por tarefas realizadas de forma mecânica ou conforme técnicas, protocolos e métodos previamente estabelecidos, os serviços de publicidade possuem natureza predominantemente intelectual. Sua execução exige a expertise da agência contratada para a proposição de soluções personalizadas e adequadas aos objetivos de comunicação estabelecidos em cada demanda específica.

12.2. Dessa forma, as particularidades do objeto inviabilizam a elaboração de um orçamento detalhado com base em planilhas de quantitativos e preços unitários. A definição dos produtos e serviços a serem fornecidos dependerá diretamente das soluções publicitárias desenvolvidas e aprovadas ao longo da execução contratual, variando conforme as estratégias de comunicação e as linhas criativas adotadas pela contratada para atender às necessidades de cada campanha.

12.3. Considerando a importância estratégica da política de comunicação institucional, bem como o princípio da transparência e a necessidade de ampliar o alcance das ações junto à crescente população do município, o valor estimado para a presente contratação é de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais).

12.4. Assim, o valor estimado de **R$ 300.000,00** é plenamente justificado pela necessidade de atender às demandas institucionais de maneira eficaz, assegurando o fortalecimento da comunicação pública e o cumprimento do dever de transparência por parte da administração municipal.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.39.00
b) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.39.00
c) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.39.00
d) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.39.00
e) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.39.00
f) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.39.00
g) 06.02.08.243.0023.6.001.000.3.3.90.39.00
h) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00
i) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.39.00
j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.39.00
k) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00
l) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.39.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. A prestação dos serviços será realizada de forma contínua, com início imediato após a assinatura e publicação do contrato, conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual.

15. PENALIDADES

15.1. A Licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846, de 1° de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu Artigo 5° enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa

tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d.1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a Licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As Licitantes devem observar e a Contratada deve observar e fazer observar, por seus Fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais Licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF nº 038.xxx.xxx-37;

b) ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação, CPF nº 034.xxx.xxx-70;

c) CLEBERSON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF nº 000.xxx.xxx-95;

d) VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF nº 014.xxx.xxx-30;

e) MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF nº 471.xxx.xxx-00;

f) DANIEL DOS PASSOS HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF nº 047.xxx.xxx-92.

17.1.2. Ficam designadas como fiscais deste contrato, as seguintes servidoras:

a) **RAQUEL LAIZ RUBIO CHIQUIN**, Diretora de Departamento de Cultura, CPF nº 101.XXX.XXX-50, Fiscal Titular da Secretaria Municipal de Cultura.

b) **ANA CLAUDIA MANICA**, Diretora do Departamento de Indústria e Comércio, CPF nº 061.xxx.xxx-28, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

Três Barras do Paraná, 27 de janeiro de 2025.

CLEBERSON BORDIM
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ELIZA BORTOLANZA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

MARIA CRISTINA GUSSO
Secretária Municipal de Ação Social

DANIEL HAWERROTH
Secretário Municipal de Cultura

DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR
Secretária Municipal de Saúde

VALDENIR APARECIDO RODRIGUES
Secretário Municipal de Esportes

ESTADO DO PARANÁ

Municipio de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 30 de janeiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**

Para: **Departamento de Licitações**

Considerando retorno dos autos cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS QUE POR ELA VENHAM A SER DESENVOLVIDAS E DIVERSOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE INTERESSE DA ADMINSITRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, aprovo o Termo de Referência nos moldes do Artigo 28 § 2° do Decreto Municipal N° 5302/2023.

O presente processo licitatório deverá ser regido nos pela Lei N° 14.133/2021.

Após, volte-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

M I N U T A

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° XX/2025

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/2025 – XX:XX HORAS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO, AFERIDOS PELA MAIOR PONTUAÇÃO, RESULTADO DA SOMA ENTRE A PONTUAÇÃO TÉCNICA E A PONTUAÇÃO VALORES.

MODO DE DISPUTA: FECHADO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

MINUTA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° XX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MELHOR TÉCNICA E MAIOR DESCONTO PERCENTUAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133/2021 de 01 de abril de 202, Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores e Lei nº 12.232/2010 de 29 de abril de 2010, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, forma **PRESENCIAL**, tipo avaliação **TÉCNICA E PREÇO (MELHOR TÉCNICA E MAIOR DESCONTO PERCENTUAL)**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.**

1.2. Data da Sessão Pública: XX/XX/2025 às 09h00.

1.3. Endereço: sala do Departamento de licitação da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, situado na Avenida Brasil, nº 245, CEP: 85.485-003, Centro, Três Barras do Paraná-PR

1.4. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.5. Se no dia supracitado não houver expediente, ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.39.00
b) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.39.00
c) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.39.00
d) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.39.00
e) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.39.00
f) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.39.00
g) 06.02.08.243.0023.6.001.000.3.3.90.39.00
h) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00
i) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.39.00
j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.39.00
k) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00
l) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.39.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;
b) Lei Federal nº 12.232/2010 de 29 de abril de 2010;
c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
d) Decretos Municipais nº 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;
e) Decretos Municipais nº 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

4.2. Os serviços serão realizados na forma de execução indireta, em regime por preço unitário, sob a égide da Lei nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis Federais nº 4.680/1965 e nº 14.133/2021.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atuem no ramo pertinente ao objeto licitado e que atendam integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como às exigências estabelecidas neste edital.

5.2. Será permitida **exclusivamente a participação de agências de publicidade** cujas atividades sejam regidas pela Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, e que possuam certificado de qualificação técnica de funcionamento, conforme disposto no artigo 4º, caput, da Lei nº 12.232/2010.

5.3. Microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o tratamento favorecido nos limites previstos pela Lei Complementar nº 123/2006.

5.3.1. O benefício descrito no item anterior será concedido exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário da realização desta licitação, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados excedam a receita bruta máxima permitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.4. Não poderão participar desta licitação:

5.4.1. Pessoas físicas ou jurídicas que, na data de abertura do certame, estejam impossibilitadas de participar de licitações em virtude de sanções aplicadas, incluindo:

5.4.1.1. Declaração de inidoneidade por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, nas esferas federal, estadual ou municipal;

5.4.1.2. Suspensão de participação em licitações ou impedimento de contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.4.1.3. Licitantes que atuem em substituição a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de fraudar a sanção aplicada. O impedimento também será aplicável às empresas controladoras, controladas ou coligadas do licitante, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta de personalidade jurídica.

5.4.2. Licitantes que mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade contratante, agentes públicos envolvidos na licitação ou na fiscalização e gestão do contrato, ou com cônjuges, companheiros ou parentes dessas pessoas, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

5.4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.4.4. Pessoas físicas ou jurídicas que, nos cinco anos anteriores à publicação deste edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por:

a) Exploração de trabalho infantil;

b) Submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo;

c) Contratação de adolescentes em situações vedadas pela legislação trabalhista.

5.4.5. Sociedades estrangeiras não autorizadas a operar no território nacional.

5.4.6. Agentes públicos vinculados ao órgão ou entidade licitante, seja de forma direta ou indireta, bem como situações que configurem conflito de interesses durante ou após o exercício de cargo ou função pública.

5.4.6.1. A vedação também se aplica a terceiros que auxiliem na condução da contratação, incluindo integrantes de subcomissões técnicas, equipes de apoio, profissionais especializados ou representantes de empresas que prestem assessoria técnica.

5.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) atuando nessa condição.

5.4.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. Os interessados poderão esclarecer eventuais dúvidas diretamente no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, localizado na Avenida Brasil, nº 245, Centro, Três Barras do Paraná-PR. O atendimento ocorre no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

6.2. O Edital também estará disponível para consulta no Portal da Transparência, acessível pelo site oficial do Município de Três Barras do Paraná (www.tresbarras.pr.gov.br).

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O credenciamento terá início 30 (trinta) minutos antes do começo da sessão e será encerrado, para fins de recebimento, impreterivelmente no horário marcado para o início do certame.

7.2. Durante os trabalhos relativos ao certame licitatório somente será permitida a intervenção de um representante legal por licitante, que estiver legalmente constituído e for devidamente identificado e credenciado a tal fim, podendo somente representar uma empresa, devendo indicar se estará participando com a MATRIZ ou com a FILIAL.

7.3. Quando a licitante se fizer representar por procurador, este deverá apresentar procuração por instrumento público ou particular, da qual conste poder para a prática dos atos inerentes ao certame.

7.3.1. O instrumento de procuração (público ou particular) deverá estar acompanhado do contrato, requerimento do empresário ou estatuto social, bem como de suas alterações em vigor, devidamente registrados (ou outro instrumento equivalente), e cópia do documento de identidade (ou outro documento oficial que contenha foto) acompanhado do original para conferência, daquele que for representar a licitante.

7.4. Quando a licitante se fizer representar por diretor, sócio, gerente ou proprietário, este deverá apresentar para aferir sua capacidade de representação o contrato, requerimento do empresário ou estatuto social, bem como suas alterações em vigor, devidamente registrados (ou outro instrumento equivalente), além de cópia do documento de identidade (ou outro documento oficial que contenha foto) acompanhado do original para conferência.

7.5. A apresentação de todas as alterações contratuais a que se refere o edital poderá ser substituída pelo contrato social consolidado e todas as alterações posteriores.

7.6. Todas as licitantes deverão apresentar no momento do credenciamento, além dos documentos anteriormente mencionados:

7.7. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21, assinada pelo representante legal da empresa e/ou profissional contábil.

7.7.1. A não apresentação do documento supracitado implica na impossibilidade do exercício das prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 123/2006, tal declaração poderá ser firmada no momento do credenciamento pelo representante legal.

7.8. Os documentos serão verificados no início dos trabalhos e deverão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por funcionário desta Administração; por publicação em Órgão de Imprensa Oficial, via simples do documento com confirmação da autenticidade através da internet se for o caso ou ainda, por cópia acompanhada do respectivo original, para conferência e autenticação na própria sessão.

7.9. Se presente o representante da licitante, os documentos necessários para o credenciamento deverão ser apresentados fora dos invólucros (envelopes de Proposta Técnica e Proposta Comercial) e deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação quando solicitado os quais deverão integrar o processo de licitação. Na hipótese de não comparecimento de representante legal, os documentos elencados nos itens **7.3** a **7.5**, com exceção da cópia do documento de identidade (ou outro documento oficial que contenha foto), conforme o caso e a declaração exigida no Item **7.7**, se for o caso, deverão ser inseridas no INVÓLUCRO Nº 03 - PROPOSTA TÉCNICA: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO.

7.10. A Comissão Especial de Licitação verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.4 do edital (Critérios de Vedação de Participação), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.10.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou Cadastro de Fornecedores de Três Barras do Paraná.

7.10.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc

7.10.3. Cadastro de Empresas e Pessoas punidas por trabalho a condições análogas às de escravo.

7.10.4. Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx

7.11. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

7.12. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão Especial de Licitação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.13. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.14. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.15. Constatada a existência de sanção, o licitante será o licitante será excluído do certame, por falta de condição de participação.

8. DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. INVÓLUCROS: Os invólucros deverão estar devidamente fechados e lacrados, exceto a via não identificada que será apresentado sem fechamento (aberto), e devem ser entregues à própria Comissão Especial de Licitação no dia, horário e local designado para a realização da sessão pública.

8.2. ENTREGA DA PROPOSTA TÉCNICA: A Proposta Técnica deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação acondicionada nos Invólucros nº 1, nº 2 e nº 3, conforme será especificado nos próximos itens.

8.2.1. <u>INVÓLUCRO Nº 1 (não identificado)</u>: No Invólucro nº 1 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada.

8.2.1.1. Só será aceito o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada que estiver acondicionado no invólucro padronizado, fornecido pela Comissão Especial de Licitação.

8.2.1.2. O invólucro destinado à apresentação da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária será padronizado e fornecido previamente pelo Departamento de Licitações da Prefeitura de Três Barras do Paraná, sito a Avenida Brasil, nº 245, CEP: 85485-000, Centro, Três Barras do Paraná/PR, a partir da disponibilidade do Edital de Licitação.

8.2.1.2.1. Será fornecido somente 01 (um) invólucro para cada proponente.

8.2.1.3. O Invólucro nº 1 relativo à via não identificada da proposta técnica deverá estar sem fechamento (aberto), sem lacres, sem rubrica ou qualquer outro sinal que permita a identificação.

8.2.1.4. Para preservar o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária até a abertura do Invólucro nº 2, o Invólucro nº 1 não poderá:

8.2.1.4.1. Ter nenhuma identificação.

8.2.1.4.2. Apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante.

8.2.1.4.3. Estar danificado ou deformado pelas peças, material ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante.

8.2.2. <u>INVÓLUCRO Nº 2</u>: No Invólucro nº 2 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada.

8.2.2.1. A via identificada do plano de comunicação publicitária terá o mesmo teor da via não identificada, contudo, não é necessária a reapresentação dos exemplos de peças referentes à ideia criativa.

8.2.2.2. O Invólucro nº 2 deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 02 - PROPOSTA TÉCNICA: PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – VIA IDENTIFICADA CONCORRÊNCIA Nº XX/2025. **(RAZÃO SOCIAL)** **(Nº DO CNPJ)**

8.2.2.3. O Invólucro nº 2 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8.2.3. INVÓLUCRO Nº 3 No Invólucro nº 3 deverão estar acondicionados os documentos referentes à Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

8.2.3.1. O Invólucro nº 3 deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 03 - PROPOSTA TÉCNICA: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº XX/2025. **(RAZÃO SOCIAL)** **(Nº DO CNPJ)**

8.2.3.2. O Invólucro nº 3 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8.3. ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇOS: A Proposta de Preços deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação acondicionada no Invólucro nº 4.

8.3.1. INVÓLUCRO Nº 4: O Invólucro nº 4 deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 04 – PROPOSTA COMERCIAL CONCORRÊNCIA Nº XX/2025 **(RAZÃO SOCIAL)** **(Nº DO CNPJ)**

8.3.2. O Invólucro nº 4 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8.4. ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: No Invólucro nº 5 deverão estar acondicionados os Documentos de Habilitação.

8.4.1. O Invólucro com os Documentos de Habilitação será recebido em data futura, depois da classificação final das licitantes, em sessão pública que será previamente marcada e anunciada pela Comissão Especial de Licitação.

8.4.2. Os Documentos de Habilitação deverão estar acondicionados no Invólucro nº 5, que deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 05 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº XX/2025 (RAZÃO SOCIAL) **(Nº DO CNPJ)**

8.4.3. O Invólucro nº 5 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

9. DA PROPOSTA TÉCNICA – Primeiro, Segundo e Terceiro Invólucros.

9.1. A proposta técnica deverá:

9.1.1. Ser apresentada em 03 (três) invólucros distintos, sendo que:

9.1.1.1. O invólucro nº 1 deverá conter a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

9.1.1.2. O invólucro nº 2 deverá conter a via identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

9.1.1.3. O invólucro nº 3 deverá conter as demais informações integrantes da proposta técnica (Capacidade de Atendimento; Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação).

9.1.2. A Proposta Técnica deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

9.1.3. A proposta técnica abrange o Plano de Comunicação Publicitária, pertinente às informações expressas no briefing, e de um conjunto de informações referentes ao proponente, nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010.

9.1.4. O Plano de Comunicação Publicitária deverá ser apresentado pelos licitantes em 02 (duas) vias, uma sem a identificação de sua autoria e outra com a identificação.

9.1.5. Com exceção das tabelas, planilhas e gráficos integrantes do plano de mídia e não mídia, o formato para apresentação do plano de comunicação publicitária deverá obedecer ao modelo padrão citado.

9.1.6. Para efeito de avaliação e elaboração do Plano de Comunicação Publicitária, a licitante deverá apresentar uma campanha institucional simulada de acordo com o briefing, conforme Anexo, constante neste edital, com verba compatível e duração de 30 (trinta) dias, incluindo custos de produção e veiculação.

9.1.7. A Simulação da Campanha Publicitária deverá observar os seguintes pontos:

9.1.7.1. Ficam a critério da licitante os veículos a serem considerados na simulação de mídia.

9.1.7.2. Para fins de cálculo da distribuição de verba para a produção e veiculação da campanha simulada, a licitante utilizará como referencial máximo o montante de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

9.1.7.3. Na campanha simulada, as licitantes deverão utilizar-se dos preços de tabelas praticados pelos veículos de divulgação (valores brutos), vigentes na data de publicação do Aviso, relativo à esta concorrência e dos custos de produção, sem honorários sobre eles incidentes, e sem aplicar desconto sobre os valores a serem praticados pelas licitantes.

9.1.7.3.1. Os preços de tabelas praticados pelos veículos de comunicação devem ser os de tabela cheia e bruta, vigentes na data de publicação do Aviso de Licitação.

9.1.7.4. Com relação a campanha publicitária simulada vencedora, fica a critério do Contratante decidir pela sua produção e veiculação, com ou sem modificações, na vigência do contrato.

9.2. Plano de comunicação publicitária - via não identificada

9.2.1. O Plano de Comunicação Publicitária, pertinente às informações expressas no briefing, deve ser apresentado:

9.2.1.1. Em caderno único, com espiral, capa preta, lisa, em polipropileno

9.2.1.2. Contracapa em papel A4 branco, 90 g/m², em branco.

9.2.1.3. Conteúdo impresso em papel A4, branco, com 75 g/m², orientação retrato.

9.2.1.4. Margens: de 3 cm a esquerda e 2 cm a direita, de 3 cm na parte superior e inferior com 2 cm, a partir da borda.

9.2.1.5. Títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos.

9.2.1.6. Espaçamento simples entre linha duplo.

9.2.1.7. Alinhamento justificado do texto.

9.2.1.8. Texto numeração, fonte Arial, tamanho 12, estilo normal. Não será permitida redação em caixa alta, e uso de fonte negrito e/ou sublinhada.

9.2.1.9. Numeração em todas as páginas, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos, no canto inferior direito.

9.2.1.10. Sem identificação da licitante.

9.3. O **Plano de Comunicação Publicitária** (via não identificada), pertinente às informações expressas no *Briefing*, deverá englobar os seguintes quesitos:

9.3.1. Raciocínio Básico: apresentado na forma de texto, contendo no máximo 02 (duas) laudas, em papel sulfite A4 75 g/m², fonte Arial (normal), tamanho da fonte 12, na cor preta, espaçamento entre linhas e parágrafos de 1,5, sendo 30 (trinta) linhas por lauda, em que a licitante deverá demonstrar o seu conhecimento sobre as informações contidas no *Briefing*, descrevendo:

a) uma análise das características e especificidades da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná e do seu papel no contexto no qual se insere;

b) um diagnóstico relativo às necessidades de comunicação publicitária identificadas;

c) a sua compreensão acerca dos desafios e dos objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing*.

9.3.2. Estratégia de Comunicação Publicitária: apresentada sob a forma de texto, contendo no máximo 04 (quatro) laudas, em papel sulfite A4 75 g/m², fonte Arial, tamanho da fonte 12, na cor preta, espaçamento entre linhas de 1,5, sendo 30 (trinta) linhas por lauda, indicando e defendendo as linhas gerais da proposta para superar os desafios e alcançar os objetivos de comunicação, com base no *Briefing*, compreendendo:

a) explicitação e defesa do tema e do conceito que fundamentam a proposta de solução publicitária;

b) proposição e defesa dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária, especialmente: o que dizer; a quem dizer; como dizer; quando dizer; porque dizer e quais meios, instrumentos ou ferramentas de divulgação utilizar.

9.3.3. Ideia criativa: apresentada sob a forma de exemplos de peças publicitárias, corporificando sua proposta de solução para os desafios e objetivos de comunicação, conforme explicitado pela licitante na Estratégia de Comunicação Publicitária.

9.3.3.1. Deverão ser apresentadas SOMENTE as seguintes peças:

a) 01 (um) *layout* de meia página para jornal de modelo *standard*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

b) 01 (um) *layout* de página inteira para revista, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

c) 01 (um) roteiro para *spot* de rádio, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2, sendo proibida a apresentação de CD ou qualquer outro formato de mídia gravado;

d) 01 (um) *layout* de *banner* para o site da Câmara (728 x 90 pixels), a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

e) 01 (um) *layout* de *banner* para internet (outros sites), a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

f) 02 (dois) *layouts* de *post* (jpg/gif + texto) para *Facebook*, a serem apresentados em papel sulfite A4 75 g/m^2;

g) 01 (um) *layout* de *post* (jpg + texto) para *Instagram*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

h) 01 (um) *layout* de *post* carrossel (jpg + texto) para *Instagram*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

i) 01 (um) roteiro para vídeo de *YouTube*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2, sendo proibida a apresentação de *storyboard*, bem como de DVD ou qualquer outro formato de mídia gravado.

9.3.3.2. A não apresentação de quaisquer das peças relacionadas no subitem precedente ou a sua apresentação com especificação diversa da exigida implica a desclassificação da licitante.

9.3.4. Estratégia de Mídia e Não Mídia, apresentada em papel sulfite A4 75 g/m^2, constituída de:

a) apresentação em que a licitante explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação

publicitária por ela sugerida e em função da verba referencial indicada no *Briefing*, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas;

b) simulação de plano de distribuição em que a licitante identificará todas as peças publicitárias destinadas à veiculação, exposição ou distribuição, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas.

9.3.4.1. Da simulação do plano de distribuição deverá constar resumo geral com informações sobre, pelo menos:

a) o período de veiculação, exposição ou distribuição das peças publicitárias;

b) as quantidades de inserções das peças em veículos de divulgação;

c) os valores (absolutos e percentuais) dos custos internos da agência em relação à cada peça publicitária;

d) os valores (absolutos e percentuais) dos investimentos alocados em veículos de divulgação, separadamente por meios;

e) os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção e na execução técnica de cada peça publicitária.

9.3.4.2. Todas as peças publicitárias integrantes da relação prevista no *subitem 9.3.3.1* deverão estar contempladas na Estratégia de Mídia e Não Mídia proposta.

9.3.4.2.1. As peças para *Facebook*, *Instagram* e *YouTube* poderão ser contempladas por meio de publicações orgânicas e/ou impulsionadas/patrocinadas, a critério de cada licitante, de acordo com a estratégia por ela recomendada para suprir os desafios e os objetivos de comunicação da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná.

9.3.4.3. As peças a serem identificadas na Estratégia de Mídia e Não Mídia, para veiculação, exposição ou distribuição, restringem-se àquelas listadas no subitem 6.4.3.1, estritamente conforme as especificações de cada uma, não se permitindo o uso de peça ou elemento não previsto ou de especificação ou tamanho diversos do estabelecido, sob pena de desclassificação.

9.3.4.4. Está autorizada a utilização do meio revista com período de veiculação superior ao previsto no *Briefing*.

9.3.5. A via identificada do Plano de Comunicação Publicitária terá o mesmo teor da via não identificada, sem os exemplos de peças referentes à Ideia Criativa.

9.4. A **Capacidade de Atendimento** (envelope n. 03) será composta dos seguintes quesitos:

9.4.1. Currículo Resumido, em papel sulfite A4 75 g/m^2, com a qualificação e a quantificação dos profissionais colocados à disposição da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, de no máximo 05 (cinco) linhas por profissional, exigindo-se pelo menos um profissional para cada um dos seguintes setores: criação, atendimento e mídia.

9.4.2. Repertório da Licitante, constituído de peças publicitárias concebidas e veiculadas, expostas ou distribuídas pela agência.

9.4.2.1. A licitante deverá apresentar:

a) 02 (dois) anúncios ou peças impressas;

b) 02 (duas) peças para rádio, apresentadas em CD ou DVD.

9.4.2.2. As peças publicitárias devem ter sido veiculadas, expostas ou distribuídas a partir de maio de 2023.

9.4.2.3. As peças gráficas poderão ser apresentadas em papel A4 ou A3 dobrado, agrupadas ao restante do material.

9.4.2.4. Para cada peça publicitária, deverá ser apresentada ficha técnica, de no máximo 01 (uma) lauda, com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e a identificação da licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo que divulgou a peça.

9.4.2.5. As peças publicitárias não podem referir-se a trabalhos solicitados ou aprovados pela Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, no âmbito de seus contratos com agência de propaganda outrora realizado.

9.4.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, em que serão descritas soluções publicitárias propostas pela licitante e implementadas por seus clientes, na superação de desafios de comunicação.

9.4.3.1. A licitante deverá apresentar 02 (dois) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, cada um com o máximo de 03 (três) laudas. Cada Relato:

I – Deverá ser descrito na forma de texto, em papel sulfite A4 75 g/m^2, fonte Arial, tamanho da fonte 12, na cor preta, espaçamento entre linhas e parágrafo de 1,5, sendo 30 (trinta) linhas por lauda;

II – Deverá ser elaborado pela licitante, em papel que a identifique;

III – deverá contemplar nome, cargo ou função e assinatura de funcionário da licitante responsável por sua elaboração;

IV – Não pode referir-se a ações publicitárias solicitadas ou aprovadas pela Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, no âmbito de seus contratos com agência de propaganda outrora realizado.

9.4.3.2. Os Relatos de que trata o item 6.5.3 devem ter sido implementados a partir do mês de maio de 2023.

9.4.3.3. É permitida a inclusão de até 02 (duas) peças publicitárias, independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça, em cada Relato, observando-se as seguintes regras:

I – As peças eletrônicas deverão ser fornecidas em DVD ou CD;

II – As peças gráficas poderão ser apresentadas em papel A4 ou A3 dobrado, agrupadas ao restante do material;

III – para cada peça publicitária, deverá ser apresentada ficha técnica, de no máximo 01 (uma) lauda, com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e a identificação da licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo que divulgou a peça.

9.4.4. Sistemática de Atendimento, em papel sulfite A4 75 g/m², discriminando-se os prazos, não superiores a 10 (dez) dias, a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha e na elaboração de plano de mídia.

9.5. O conjunto de informações a que se refere a Proposta Técnica será avaliado através do Plano de Comunicação Publicitária e da Capacidade de Atendimento de cada licitante.

9.6. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de 40 (quarenta) pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

9.6.1. Plano de Comunicação Publicitária – 25 (vinte e cinco) pontos, nos quais:

a) Raciocínio Básico: 05 (cinco) pontos;

b) Estratégia de Comunicação Publicitária: 5 (cinco) pontos;

c) Ideia Criativa: 10 (dez) pontos;

d) Estratégia de Mídia e Não Mídia: 5 (cinco) pontos.

9.6.2. Capacidade de Atendimento – 15 (quinze) pontos, nos quais:

a) Currículo Resumido, com a qualificação e quantificação dos profissionais: 03 (três) pontos;

b) Repertório da Licitante: 04 (quatro) pontos;

c) Relatos de Solução de Problemas de Comunicação: 05 (cinco) pontos;

d) Sistemática de Atendimento: 03 (três) pontos.

9.7. A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas de cada membro da Subcomissão Técnica.

9.8. A nota final da Proposta Técnica de cada licitante corresponderá à soma das notas dos quesitos.

9.9. As folhas e todos os quesitos da Proposta Técnica, antes de serem colocados no respectivo envelope, deverão ser agrupados **com grampo trilho de plástico, na cor branca, vedada a utilização de capa dura ou encadernação de qualquer tipo ou modelo, inclusive espiral.**

10. PROPOSTA COMERCIAL – QUARTO INVÓLUCRO

10.1. A proponente deverá elaborar a sua proposta conforme o Modelo de Proposta de Preços (descontos) constante no Anexo III deste Edital.

10.1.1. Para a Proposta de Preços (maior desconto) deverão ser observadas as práticas de mercado, conforme estabelece o inciso V do art. 6º da Lei nº 12.232/2010.

10.2. A proposta comercial abrange os descontos que serão oferecidos pelos licitantes relativos a custos internos da agência, bem como os honorários a serem cobrados do contratante, referentes à produção de peças e matérias cuja confecção ou distribuição não proporcione a licitante o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros.

10.3. A proposta comercial deverá conter, sob pena de desclassificação:

10.3.1. O desconto sobre os custos internos de produção da própria licitante, apurado em relação à tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (Sinapro) vigente, em observância ao inciso XXI do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

10.3.2. O desconto a ser concedido sobre o "*desconto-padrão da agência*" de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

10.4. A nota da Proposta de Preços está limitada ao máximo de 60 (sessenta) pontos e será apurada conforme metodologia a seguir:

10.4.1. Percentual de Desconto sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do SINAPRO-PR (Sindicato das Agências de Propaganda) vigente:

Tabela 02: Percentual de Desconto sobre os Custos Internos (SINAPRO-PR)

Desconto Sobre Tabela SINAPRO	PONTOS
50%	0
51%	1
52%	2
53%	3
54%	4
55%	5
56%	6
57%	7
58%	8
59%	9
60%	10
61%	11

62%	12
63%	13
64%	15
65%	17
66%	19
67%	21
68%	23
69%	26
70%	30

10.4.2. Percentual de desconto sobre honorários referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição não proporcione à licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros (sobre o *"desconto-padrão da Agência - 20%*):

Tabela 03: O desconto a ser concedido na remuneração de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

Desconto ofertado sobre o percentual de comissão	PONTOS	% da Comissão
0%	0	20%
5%	2	19%
10%	4	18%
15%	6	17%
20%	9	16%
25%	12	15%
30%	15	14%
35%	18	13%
40%	21	12%
45%	25	11%
50%	30	10%

10.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.6. No caso de apresentação de proposta com mais de duas casas decimais, as casas excedentes serão desconsideradas, permanecendo a obrigação da proponente pela proposta que resultar da retificação.

10.7. No valor proposto deverão estar computados todos os valores necessários para o atendimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, encargos diretos e indiretos,

encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, taxas e tarifas, fretes, seguro, custos inerentes à aquisição, transporte, armazenamento e utilização de materiais a serem empregados na execução do serviço.

10.8. Os descontos ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.9. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.10. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação.

10.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

10.12. Será considerada como já incluída no custo de produção qualquer remuneração devida a terceiros em decorrência da cessão de direitos por tempo limitado, ou total e definitiva.

10.13. A proposta deverá ser redigida no idioma Português (Brasil) e apresentada em 01 (uma) via original, contendo o número e a modalidade de licitação deste Edital, sem rasuras e a última contendo data, assinatura e identificação do signatário e conter preferencialmente dados bancários (número da conta corrente e o número e endereço da agência bancária).

10.14. Visando dar celeridade ao processo, a proponente poderá preencher preferencialmente em sua proposta os dados comerciais solicitados nos itens a e b do modelo de proposta constante do Anexo III deste edital.

10.15. Os documentos serão verificados no início dos trabalhos e deverão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por funcionário desta Administração; por publicação em Órgão de Imprensa Oficial, via simples do documento com confirmação da autenticidade através da internet se for o caso ou ainda, por cópia acompanhada do respectivo original, para conferência e autenticação na própria sessão.

10.16. Caso a empresa não possua representante credenciado à sessão, deverá apresentar além das certidões elencadas no item 7.9 do edital, documento(s) que comprove(m) a capacidade (poderes) do signatário que assinar a proposta, conforme exigência contida no mencionado item.

10.17. Os respectivos documentos devem ser apresentados preferencialmente na ordem de numeração e em papel timbrado da licitante.

10.18. Não deverão conter alternativas de preços ou qualquer condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.19. Havendo discrepância entre o valor expresso em algarismo e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.

10.20. A apresentação da proposta pela licitante implica na aceitação deste edital, incluídos seus anexos, bem como das normas legais que regem a matéria e, se por ventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

11. DA HABILITAÇÃO:

11.1. Os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelas licitantes classificadas no julgamento final das propostas, nos termos dos art. 6º, inciso I, e art. 11§ 4º, inciso XI, da Lei 12.232/2010, por intermédio das disposições contidas abaixo.

11.2. Para fins de habilitação, os licitantes poderão utilizar o cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou Certificado de Registro Cadastral expedido pelo "Setor de Cadastro de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná/PR", em substituição aos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica (quando a opção está disponível no referido cadastro), assegurado aos licitantes, caso manifestem interesse, vistas aos documentos que compõem os referidos cadastros.

11.2.1. O licitante não cadastrado no SICAF e/ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná/PR deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste Edital.

11.2.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.2.3. A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema e para o licitante cadastrado no Município de Três Barras do Paraná a consulta será realizada mediante o documento Certificado de Registro Cadastral que deverá ser incluído dentro do invólucro de habilitação.

11.2.4. A verificação pela Comissão Especial de Licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.2.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou Cadastro de Fornecedores de Três Barras do Paraná deverão ser incluídos dentro do invólucro de habilitação.

11.2.6. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por funcionário da Unidade que

realiza a licitação; por publicação em Órgão de Imprensa Oficial, via simples do documento com confirmação da autenticidade através da internet se for o caso ou, por cópia acompanhada da respectiva via original, para conferência e autenticação na própria sessão.

11.2.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.4. Ressalvado o disposto no item 9.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.5. Habilitação Jurídica:

11.5.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.5.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado no órgão competente, acompanhado, conforme o caso, da prova de seus administradores ou da diretoria em exercício.

11.5.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.5.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.5.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e todas as alterações posteriores.

11.6. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

11.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.6.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU).

11.6.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.6.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.6.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais Mobiliários e Imobiliários da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.

11.6.5.1. Para empresas sediadas em municípios em que a Certidão Municipal não seja conjunta, deverão ser apresentadas Certidão de Tributos Municipais Mobiliários e Certidão de Tributos Municipais Imobiliários.

11.6.5.2. Relativo aos tributos municipais imobiliários, caso a licitante não possua imóvel cadastrado em seu nome, a mesma deverá apresentar certidão negativa, expedida pela Prefeitura Municipal de seu domicílio ou sede, comprovando esta situação ou declaração da licitante (sob as penas da lei) de que não possui imóvel, conforme modelo constante do Anexo IV.

11.6.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

11.6.7. Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

11.6.8. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação acima requisitada para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista ainda que com alguma restrição.

11.7. Qualificação Econômico-Financeira:

11.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.8. Qualificação Técnica:

11.8.1. Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade compatível e pertinente com o objeto da presente licitação.

11.8.1.1. O (s) atestado (s) deverá (ão) conter: o nome e o cargo do responsável que o(s) assinar; a indicação de cumprimento da obrigação de forma e qualidade satisfatórias e nos prazos exigidos.

11.9. Apresentação de certificado de qualificação técnica de funcionamento emitido pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão – CENP ou por entidade equivalente, legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, conforme disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 12.232/2010.

11.10. Documentos Complementares:

11.11. Declaração da licitante de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme modelo constante do Anexo IV (Declaração Conjunta).

11.12. Declaração da licitante de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição, conforme modelo constante do Anexo IV (Declaração Conjunta).

11.13. Declaração da licitante de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo IV (Declaração Conjunta).

11.14. Declaração da licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo constante do Anexo IV (Declaração Conjunta).

12. MODO DE DISPUTA

12.1. Será adotado o modo de disputa fechado, sendo vedada a apresentação de lances.

13. PROCESSAMENTO

13.1. Serão realizadas 4 (quatro) sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas

pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes, devidamente credenciados de acordo com o Edital.

13.2. No dia, hora e local indicados no PREÂMBULO deste edital, na presença dos proponentes devidamente credenciados, a Comissão Especial de Licitação receberá os invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 e dará início à Primeira Sessão.

13.3. Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar das sessões de recebimento e abertura dos invólucros com as Propostas Técnica e de Preços.

13.4. Antes do aviso oficial do resultado desta Concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação dos contratos ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

13.5. A Comissão Especial de Licitação poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

PRIMEIRA SESSÃO

13.6. A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local indicados no PREÂMBULO deste edital e terá a seguinte pauta inicial:

13.6.1. Realizar o credenciamento dos representantes das licitantes, por meio dos documentos exigidos no capítulo 7 deste Edital.

13.6.2. Receber os invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4.

13.6.3. Conferir se esses invólucros estão em conformidade com as disposições deste Edital.

13.6.4. Rubricar, no fecho, sem abri-los, os invólucros nº 2 e nº 4, que permanecerão fechados sob a guarda e responsabilidade da Comissão Especial de Licitação, e separá-los dos invólucros nº 1 e nº 3.

13.6.5. Conferir o conteúdo dos invólucros nº 1 (via não identificada do Plano de Comunicação).

13.6.6. A Comissão Especial de Licitação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos Invólucros nº 1 nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

13.6.7. Abrir os invólucros nº 3 e rubricar seu conteúdo.

13.6.8. Colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame o invólucro nº 1, e para exame e rubrica os documentos que constituem o invólucro nº 3.

13.6.9. Informar que as licitantes serão convocadas para a próxima sessão na forma do item 22.17 deste Edital.

13.7. Se, ao examinar os conteúdos dos invólucros nº 1 e nº 3, a Comissão Especial de Licitação e ou os representantes das licitantes constatarem ocorrência(s) que possibilite(m), inequivocamente, a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária, a Comissão Especial de Licitação desclassificará a licitante e ficará de posse de todos os seus invólucros até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

13.8. Se as licitantes estiverem expressamente de acordo com as decisões tomadas pela Comissão Especial de Licitação na primeira sessão, os procedimentos de licitação terão continuidade. Caso contrário a Comissão Especial de Licitação abrirá prazo para que as licitantes possam manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.9. Serão adotados os seguintes procedimentos:

13.9.1. Encaminhamento, pela Comissão Especial de Licitação à Subcomissão Técnica, do Plano de Comunicação Publicitária-Via não Identificada para análise e julgamento.

13.9.2. Análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, das vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, de acordo com os critérios especificados neste Edital. Desclassificando-se as proponentes que desatenderem quaisquer das exigências legais ou estabelecidas no instrumento convocatório.

13.10. Elaboração, pela Subcomissão Técnica, da ata de julgamento do Plano de Comunicação Publicitária e encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

13.11. Encaminhamento pela Comissão especial de Licitação à Subcomissão Técnica dos envelopes de Capacidade de Atendimento, e análise individualizada e julgamento dos quesitos referentes às informações de que trata o art. 8º da Lei 12.232/2010, desclassificando-se as proponentes que desatenderem quaisquer das exigências legais ou estabelecidas neste instrumento convocatório.

13.12. Elaboração, pela Subcomissão Técnica, de ata de julgamento das Propostas referentes à Capacidade de Atendimento, ao Repertório e aos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação e encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

13.13. Se alguma Proposta Técnica for desclassificada por não atender às exigências do presente Edital e de seus anexos, a Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada quesito da Proposta, conforme as regras previstas neste Edital, e lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em invólucro fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expire o prazo para recurso.

13.13.1. O disposto no subitem precedente não se aplica aos casos em que o descumprimento de regras previstas neste Edital resulte na identificação da licitante antes da abertura dos Invólucros nº 2.

13.13.2. As planilhas previstas nos itens 13.10 e 13.12 conterão, respectivamente, as pontuações de cada membro para cada quesito e subquesito do Plano de Comunicação Publicitária de cada licitante e as pontuações de cada membro para os quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação de cada licitante.

SEGUNDA SESSÃO

13.14. Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas (invólucros nº 1 e nº 3), respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, a Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes, na forma do item 22.17 deste Edital, para participar da segunda sessão pública.

13.15. Realização de sessão pública para apuração do resultado geral das propostas técnicas, com os seguintes procedimentos:

13.15.1. Abertura dos invólucros com a via identificada do Plano de Comunicação Publicitária (invólucro nº 2).

13.15.2. Cotejo entre as vias identificadas (invólucro nº 2) e não identificadas (invólucro nº 1) do plano de comunicação publicitária, para identificação de sua autoria.

13.15.3. Elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada proposta técnica.

13.15.4. Proclamação do resultado do julgamento geral da proposta técnica, registrando-se em ata as propostas desclassificadas e a ordem de classificação.

13.15.5. Abertura do prazo para que as licitantes possam manifestar a sua intenção de recorrer.

13.16. Publicação do resultado do julgamento da proposta técnica, com a indicação dos proponentes desclassificados e da ordem de classificação organizada pelo nome dos licitantes.

13.17. Além das demais atribuições previstas neste Edital, caberá à Subcomissão Técnica manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, se solicitado pela Comissão Especial de Licitação.

TERCEIRA SESSÃO

13.18. A Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes classificadas na Proposta Técnica para participar da terceira sessão pública, com a seguinte pauta básica.

13.19. Realização de sessão pública para abertura dos invólucros com as Propostas de Preços (invólucro nº 4), cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.

13.20. Serão colocados à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos invólucros nº 4.

13.21. Analisar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências deste Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las de acordo com os critérios nele especificados.

13.22. Atribuir notas as Propostas de preço, e, sendo o caso, desclassificação das licitantes que não atenderem ao exigido neste Edital e dar conhecimento do resultado aos representantes das licitantes presentes.

13.23. Elaboração da classificação geral em ordem crescente dos valores das Notas Finais, declarando vencedora da fase classificatória a licitante que tenha obtido a maior Nota Final.

13.24. Abertura do prazo para que as licitantes possam manifestar a sua intenção de recorrer.

13.25. Publicação do resultado do julgamento final das propostas, com a indicação dos proponentes desclassificados e da ordem de classificação organizada pelo nome dos licitantes.

QUARTA SESSÃO

13.26. A Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes classificadas para participar da quarta sessão pública.

13.27. Convocação dos licitantes classificados no julgamento final das propostas para apresentação dos documentos de habilitação.

13.28. Recebimento e abertura do invólucro com os documentos de habilitação (invólucro nº 5) dos licitantes previstos no item 13.27 deste edital, em sessão pública, para análise da sua conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e neste instrumento convocatório.

13.29. Colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos invólucros nº 5.

13.30. Decisão quanto à habilitação ou inabilitação dos licitantes previstos no item 13.27 deste instrumento convocatório e abertura do prazo para interposição de recurso.

13.31. Reconhecida a habilitação dos licitantes, na forma dos itens 13.27, 13.28 e 13.30 deste edital, será homologado o procedimento e adjudicado o objeto licitado.

13.32. Ocorrendo a hipótese do empate ficto criado pela Lei Complementar nº 123/06, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte que tiver formulado a melhor proposta dentro do patamar do percentual legal, poderá apresentar nova proposta que deverá ter valor inferior ao da melhor proposta, impreterivelmente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão.

13.32.1. Caso a microempresa e/ou empresa de pequeno porte decline expressamente em ata a intenção de apresentar nova proposta, os trabalhos prosseguirão.

13.32.2. A situação descrita nos itens 13.32 e 13.32.1 aplicam-se para os casos em que a proposta melhor classificada não tiver sido elaborada por uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.33. Após iniciada a sessão de abertura da licitação, não cabe mais à licitante proponente a retirada dos invólucros de proposta e habilitação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

13.34. Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor.

13.35. Da (s) sessão (ões) deverá (ao) ser lavrada (s) ata (s) circunstanciada(s), que mencionará(ao) a(s) licitante(s) concorrente(s); as alegações que houver e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, cuja(s) ata(s) deverá(ao) ser assinada(s) por todos os presentes.

13.35.1. Os invólucros das licitantes remanescentes ficarão à disposição das empresas no Departamento de Compras e Licitações para devolução. Caso a empresa não retire seu invólucro em até 30 (trinta) dias após a homologação do resultado da licitação, os mesmos serão destruídos, ainda lacrados, sem que de seu conteúdo se tome conhecimento, independentemente de notificação, intimação ou qualquer outra forma de aviso.

14. JULGAMENTO:

14.1. A análise das propostas técnicas, das propostas de preços e dos documentos de habilitação deverá observar o cumprimento de todas as condições estabelecidas na Lei nº 12.232/2010, com aplicação subsidiária das condições estabelecidas na Lei nº 14.133, Lei Complementar nº 123/06 e demais normas aplicáveis, bem como no presente edital e seus anexos.

14.1.1. Será desclassificado o proponente que apor, a qualquer parte da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, marca (inclusive dobraduras), sinal ou palavra que possibilite a identificação antes da abertura do invólucro contendo a via identificada.

14.1.2. Será desclassificado o proponente que apor ao invólucro destinado às informações de que trata o artigo 6º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010 (via não identificada), assim como aos documentos nele contidos, informação, marca (inclusive dobraduras), sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique a autoria do Plano de Comunicação Publicitária, em qualquer momento anterior à abertura dos invólucros contendo a via identificada.

14.1.3. Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem propostas com valor superior à verba destinada, ou que consignarem preços inexequíveis.

14.1.4. O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada nos termos deste edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo a aplicação de sanções previstas neste edital.

14.2. No julgamento da proposta serão verificados os descontos apresentados, observando-se que a presente licitação é do tipo TECNICA E PREÇO.

14.3. Será declarada vencedora a Proponente que obtiver a maior NOTA FINAL (NF).

14.4 De acordo com o artigo 10 da Lei nº 12.232/2010, as propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 03 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o Município.

14.4.1. A relação dos nomes dos membros escolhidos foi publicada no Diário Oficial do Município, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que foi realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

14.5. As Propostas Técnicas das licitantes serão julgadas pela Subcomissão Técnica, mediante critério de Técnica e Preço, adotando-se a nota máxima de 40 (quarenta) pontos para Proposta Técnica e 60 (sessenta) pontos para Proposta de Preços (descontos). Com base nisto, serão levados em consideração os seguintes fatores:

14.6. Para o julgamento das propostas serão verificadas as seguintes disposições:

14.6.1. Proposta Técnica:

14.6.1.1. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de setenta pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

14.6.1.1.1. Plano de Comunicação – Nota Máxima = 25 (vinte e cinco) pontos:

14.6.1.1.1.1. Raciocínio Básico: Acuidade de compreensão. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

a) Características da contratante significativas para a comunicação publicitária;

b) Natureza, extensão e qualidade das relações da contratante com o seu público;

b) Papel da contratante na área social, política e econômica.

14.6.1.1.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos.

a) Adequação do conceito e do tema proposto à natureza, qualificação e ao problema de comunicação da contratante;

b) Consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em sua defesa;

c) Capacidade evidenciada de despertar novas relações com o público-alvo e ampliar esse desdobramento positivo para a comunicação do contratante com a sociedade.

14.6.1.1.1.3. Ideia Criativa: Nota Máxima = 10 (dez) pontos

a) Adequação ao problema específico de comunicação;

b) Multiplicidade de interpretações pertinentes aos objetivos estratégicos traçados;

c) Cobertura do público-alvo através destas interpretações;

d) Originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

e) Simplicidade da forma sobre a qual se apresenta;

f) Pertinência às atividades da contratante e à sua inserção na sociedade;

g) Coesão dos desdobramentos comunicativos, conforme demonstração nas peças apresentadas;

h) Adequação da ideia criativa, ou seja, a linguagem das peças interagindo de maneira uniforme com os meios propostos.

14.6.1.1.1.4. Estratégia de Mídia. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

Adequação da mídia escolhida ao objeto de comunicação proposto;

a) Adequação da linguagem do anúncio ao veículo escolhido;

b) Conhecimento dos hábitos de comunicação do público–alvo, adequando os aos meios, conforme objetivos estratégicos planejados;

c) Consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores;

d) Economia na aplicação da verba destinada;

e) Otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

14.6.1.1.2. Capacidade de Atendimento. Nota Máxima = 15 (quinze) pontos;

14.6.1.1.2.1. Curriculum resumido, com qualificação e quantificação dos profissionais, 03 (três) pontos:

a) A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato;

b) Sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas na execução do contrato, inclusive prazos a serem cumpridos para a criação da campanha e elaboração do plano de mídia;

c) Segurança técnica e operacional nos procedimentos contidos na proposta.

14.6.1.1.2.2. Repertório. Nota Máxima = 04 (quatro) pontos

a) A ideia criativa e sua pertinência;

b) A clareza da exposição;

c) A qualidade da execução e do acabamento.

14.6.1.1.2.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação. Nota Máxima = 05 (cinco) pontos;

a) A concatenação lógica da exposição;

b) A evidência de planejamento publicitário;

c) A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;

d) A relevância dos resultados apresentados.

14.6.1.1.2.4. Sistemática de Atendimento – nota máxima = 03 pontos.

a) nesse quesito, obterá 5 (cinco) pontos a licitante que discriminar:

a.1) para a criação de peça avulsa, prazo igual ou inferior a 02 (dois) dias;

a.2) para a criação de campanha, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias;

a.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias.

b) obterá 3,35 (três vírgula trinta e cinco) pontos a licitante que discriminar:

b.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 03 (três) e 05 (cinco) dias;

b.2) para a criação de campanha, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias;

b.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias.

c) obterá 1,70 (um vírgula setenta) pontos a licitante que discriminar:

c.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 06 (seis) e 10 (dez) dias;

c.2) para a criação de campanha, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias;

c.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias.

d) obterá nota zero a licitante que discriminar prazos superiores a 10 (dez) dias.

14.6.1.2. A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas de cada membro da Subcomissão Técnica.

14.6.1.3. A nota final da proposta técnica de cada licitante corresponderá à soma das notas dos quesitos.

14.6.1.4. Com respaldo no inciso X do art. 6º da Lei nº 12.232/2010, a presente contratação estabelecerá que as peças constantes dos quesitos Repertório e Relatos de Soluções de Problen as de Comunicação devam ter sido implementadas num prazo de até 5 (cinco) anos. Tal exigência busca proporcionar condições isonômicas às agências concorrentes, apoiar o julgamento da Subcomissão Técnica e evitar que as agências apresentem trabalhos muito antigos que não correspondam às suas competências técnicas atuais.

14.6.1.5. A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída a um quesito ou subquesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito ou do subquesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos previstos neste Edital.

14.6.1.6. Persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do quesito ou subquesito, os membros da Subcomissão Técnica, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao quesito ou subquesito reavaliado, que será assinada por todos os membros da Subcomissão e passará a compor o processo desta licitação.

14.6.2. Proposta de Preços:

14.6.2.1. Será desclassificada a Proposta de Preços que:

14.6.2.1.1. Contiver vícios insanáveis.

14.6.2.1.2. Apresentar preços inexequíveis.

14.6.2.1.3. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

14.6.2.1.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.6.2.1.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser

efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.6.2.1.6. Apresentar qualquer acréscimo aos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (Sinapro) vigente, a título de ressarcimento dos custos internos dos trabalhos realizados pela própria agência.

14.6.2.2. Os quesitos de descontos a serem valorados são os integrantes da Proposta Comercial, conforme modelo constante no Anexo IV.

14.6.2.3. No julgamento da Proposta de Preços, a Comissão Especial de Licitação atribuirá o máximo de 60 (sessenta) pontos, conforme tabela abaixo:

14.6.2.3.1. Percentual de Desconto sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do SINAPRO PR (Sindicato das Agências de Propaganda) vigente.

14.6.2.3.2. Percentual de desconto sobre honorários referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição não proporcione a licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros (sobre a comissão de 20%):

14.7. Avaliação Final das Propostas:

14.7.1. Apuradas as Notas Técnicas (NT) e as Notas de Preços (NP), será calculada a Nota de Final (NF) de cada Proponente, adotando-se a seguinte fórmula:

NF = NT (máximo 40 pontos) + NP (máximo 60 pontos)

Onde:

NF = Nota Final;
NT = Nota Técnica;
NP = Nota de Preço.

14.7.2. A classificação das Proponentes far-se-á em ordem crescente dos valores das Notas Finais (NF).

14.7.3. Será declarada vencedora a Proponente que obtiver a maior NOTA FINAL (NF).

14.7.4. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas – Notas Finais, será considerada vencedora a proposta com maior pontuação, sucessivamente:

a) Plano de Comunicação;

b) Capacidade de Atendimento;

c) Repertório;

d) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

14.7.5. Para fins de julgamento das propostas, será utilizada como parâmetro a Nota Final de Avaliação (NF), sendo considerado empate:

14.7.6. Nas situações em que duas ou mais propostas de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, apresentarem a mesma nota final de avaliação (NF) ou duas ou mais

propostas de licitantes não enquadrados como microempresa e/ou empresa de pequeno porte apresentarem a mesma nota final de avaliação (NF).

14.7.7. Nas situações em que a proposta apresentada pela microempresa e/ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 10% (dez por cento) inferior à melhor proposta não enquadrada como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, considerando como base de cálculo a nota final de avaliação.

14.7.8. Para as situações previstas no item 14.7.7 deste edital, a classificação será realizada da seguinte forma: a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preços, sendo que a Comissão Especial de Licitação efetuará novo cálculo com o novo valor proposto, utilizando-se das etapas constantes dos itens 14.7.1 e 14.7.2. Outrossim, para que o objeto licitado seja adjudicado em favor da licitante beneficiada, a nota final de avaliação deverá ser superior àquela considerada mais bem classificada do certame (desde que não seja micro ou empresa de pequeno porte), vedada a inclusão de novos documentos para a majoração da pontuação técnica, situação em que a empresa beneficiada só poderá alterar a proposta de preços, visando uma melhor nota final de avaliação; não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da letra a acima, serão convocadas as remanescentes (microempresa ou empresa de pequeno porte) que porventura se enquadrem na hipótese do item 14.7.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.7.9. No caso de empate nas notas de Avaliação Final (NF), apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno que estejam enquadradas na hipótese do subitem **14.7.7**, a primeira a apresentar oferta será decidida por sorteio a ser realizado pela Comissão Especial de Licitação.

14.7.10. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 14.7.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente declarada vencedora.

14.7.11. Para os fins do item 14.7.8, se a microempresa e/ou a empresa de pequeno porte não estiver presente na sessão pública, então será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, para a sua manifestação acerca de uma nova proposta ou não.

14.7.12. As situações descritas nos itens **14.7.4** ao **14.7.11**, serão julgadas somente após efetuados os cálculos para a aferição da Nota Final de Avaliação (NF) das propostas.

14.8. Habilitação:

14.8.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da

administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.8.1.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

14.8.1.2. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

14.8.1.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.8.2. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão Especial de Licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos.

14.8.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

14.8.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

14.8.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.8.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.8.5. A documentação de que trata este edital deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura da sessão.

14.8.6. Caso não conste prazo de validade no próprio documento ou em clausula específica deste edital ou no SICAF, será considerado o prazo de validade de até 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

14.8.7. A Comissão Especial de Licitação poderá aferir por meio do balanço patrimonial apresentado, os índices contábeis solicitados, nos casos que a licitante deixar de apresentar por escrito e em folha separada os cálculos exigidos neste edital.

14.8.8. Até a assinatura do instrumento de contrato o licitador poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo das sanções cabíveis, havendo conhecimento de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

14.8.9. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação e ou comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

15.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

15.3. Contenha vícios insanáveis;

15.4. Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

15.5. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

15.6. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

15.7. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

15.8. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

15.9. A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

15.10. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições dos valores unitários.

15.11. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

15.12. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

15.13. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

15.14. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

15.15. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou comissão de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

15.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação ou comissão de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

15.17. Havendo necessidade, o Agente de Contratação ou comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

15.18. Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação ou comissão de contratação, por meio eletrônico pela aba "documentos complementares", **a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no que couber. Planilha está fornecida pelo município a qual faz parte da pasta técnica integrante do edital, disponibilizada no Portal Transparência do Município.**

16. DA HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelas licitantes classificadas no julgamento final das propostas, nos termos dos art. 6º, inciso I, e art. 11§ 4º, inciso XI, da Lei 12.232/2010, por intermédio das disposições contidas abaixo.

16.2. Para fins de habilitação, os licitantes poderão utilizar o cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou Certificado de Registro Cadastral expedido pelo "Setor de Cadastro de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná/PR", em substituição aos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica (quando a opção está disponível no referido cadastro), assegurado aos licitantes, caso manifestem interesse, vistas aos documentos que compõem os referidos cadastros.

16.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR):

(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).

16.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.3.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

16.3.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

16.3.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

16.3.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

16.3.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

16.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

16.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

16.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16.6. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

16.7. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

16.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

16.7.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

16.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

16.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

16.7.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

16.7.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

16.8. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

16.8.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

16.8.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

16.8.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

16.8.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

16.8.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

16.8.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

16.9. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.9.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

16.10. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL exigirá a apresentação dos seguintes documentos, nos termos do Artigo 67 da Lei Nº 14.133/2021:

16.11. DEVERÁ AINDA, APRESENTAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

a) **ANEXO III** – Proposta de Preço (no caso: proposta de desconto);

b) **ANEXO IV** – Declaração Conjunta.

16.12. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

16.12.1. As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

16.12.2. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME ou EPP.

16.12.3. Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa, empresas de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta de maior preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

16.12.4. Ocorrendo o empate acima descrito, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

16.12.5. No caso de ME ou EPP ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

16.12.6. Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente, a Comissão de contratação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (edital, e-mail e publicação na imprensa oficial).

16.12.7. Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos neste item, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP remanescentes que se enquadrem nesta hipótese, segundo a ordem de classificação.

16.12.8. Na hipótese de não contratação de ME ou EPP, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

16.12.9. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

16.12.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

16.12.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

17. DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.3.1. Qualquer licitante poderá, de forma imediata, durante o prazo de 10 (dez) minutos concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.3.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo estipulado no item 15.2 acima, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

17.3.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.3.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apreciação. Posteriormente, o recurso será encaminhado com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no sitio http://www.tresbarras.pr.gov.br através do "Link" – "LICITAÇÕES".

18. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

18.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

18.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

18.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor global em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e por extenso (Artigo 12° da Lei N° 14.133/2021).

18.3.1. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

18.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

18.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

18.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1. A sessão.pública poderá ser reaberta:

19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1°, da Lei Complementar N° 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico: WhatsApp e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

20.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação ou Comissão de Licitação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

20.3. Será facultado à Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

20.4. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. Após a homologação do resultado desta concorrência, a licitante vencedora será convocada para assinar o instrumento de contrato em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação a este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e no presente edital.

21.2. A intimação poderá se dar via e-mail ou por meio de publicação no Órgão Oficial de Imprensa do Município.

21.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.4. Quando o licitante convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, a Administração poderá convocar outra licitante, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, conforme procedimento descrito no art. 90, §2º e §4º, da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital exceto aos licitantes convocados nos termos do §6º deste mesmo artigo mencionado.

21.5. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para assinar o contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

21.6. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, será verificada se o licitante vencedor mantém as mesmas condições de habilitação, conforme art. 91, §4º da Lei nº 14.133/21.

21.7. Farão parte integrante do contrato o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.

21.8. O contrato se regerá pela Lei nº 12.232/2010, pelas cláusulas e disposições nele constantes, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições subsidiárias contidas na Lei nº 14.133/21, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou no contrato ou instrumento equivalente não mencionadas.

21.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto no 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

21.10. A Administração providenciará a publicação do extrato de contrato e de seus eventuais aditamentos.

21.11. O prazo de execução é o constante do objeto, sendo que o prazo de vigência se inicia na data de assinatura do contrato e tem o seu termo final previsto quatro meses após o prazo final da execução.

21.12. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

21.13. Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração conforme critérios estabelecidos no instrumento contratual anexo a este edital.

22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

22.1. O licitante vencedor deverá executar os serviços, objeto desta licitação nos termos do Edital e seus anexos.

22.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as exigências contratuais;

22.2.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

22.2.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

22.2.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pelo serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

22.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

23. CRITÉRIO DE PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

23.1. Pelos serviços prestados, a CONTRATADA será remunerada conforme disposto nesta Cláusula.

23.1.1. Honorários, conforme Proposta de Preço, sobre os valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Paraná título de ressarcimento dos custos internos dos serviços executados pela CONTRATADA, referentes a peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.1.1.1. Os layouts, roteiros e similares reprovados não serão cobrados pela CONTRATADA.

23.1.1.2. A CONTRATADA se compromete a apresentar, antes do início dos serviços, planilha detalhada com os valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Paraná e com os preços correspondentes a serem cobrados da CONTRATANTE, conforme previsto no Subitem **23.1.1**, acompanhada de exemplar da referida tabela impressa pelo Sindicato ou autenticada por ele.

23.1.2. Honorários, conforme Proposta de Preços, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação e divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.1.3. Honorários, conforme Proposta de Preços, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes:

21.1.3.1. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do presente contrato, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste.

23.1.3.2. À renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando sua distribuição/veiculação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.1.3.3. À reimpressão de peças publicitárias.

23.1.3.3.1. Para fins do disposto no subitem **23.1.3.3**, entende-se por reimpressão a nova tiragem de peça publicitária que não apresente modificações no conteúdo ou na apresentação, em relação à edição anterior, exceto eventuais correções tipográficas ou pequenas atualizações de marcas e datas.

23.1.4. Honorários, conforme Proposta de Preços, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas

inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.2. Os honorários de que tratam os subitens **23.1.2**, **23.1.3** e **23.1.4** serão calculados sobre o preço efetivamente faturado, a ele não acrescido o valor dos tributos cujo recolhimento seja de competência da CONTRATADA.

23.3. A CONTRATATADA não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela CONTRATANTE, de créditos que a esta tenha sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação.

23.4. Despesas com deslocamento e diárias de profissionais da CONTRATADA, de seus representantes ou de fornecedores de bens e de serviços especializados por ela contratados são de sua exclusiva responsabilidade.

23.4.1. Quando houver a autorização excepcional da CONTRATANTE para o ressarcimento dessas despesas, deverão ser apresentados todos os comprovantes de pagamento dos deslocamentos e diárias, a fim de aferir a execução e assegurar o reembolso pelo valor líquido, sem a incidência de honorários.

23.5. As formas de remuneração estabelecidas nesta cláusula poderão ser renegociadas, no interesse da CONTRATANTE, quando da renovação ou da prorrogação deste contrato.

DESCONTO DE AGÊNCIA

23.6. Além da remuneração prevista anteriormente, a CONTRATADA fará jus ao desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 e com o art. 7º do Regulamento para Execução da Lei nº 4.680/1965, aprovado pelo Decreto nº 57.690/1966.

23.6.1. O desconto de que trata o subitem precedente é concedido à CONTRATADA pela concepção, execução e distribuição de publicidade, por ordem e conta da CONTRATANTE, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010.

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS

23.7. Para a liquidação e pagamento de despesas referentes a bens e serviços especializados, previamente autorizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar:

I - A correspondente nota fiscal que será emitida em nome da CONTRATANTE da qual constará número deste contrato e informações para crédito em conta corrente.

II - A primeira via do documento fiscal do fornecedor de bens e de serviços especializados ou do veículo de divulgação, que será emitido em nome da CONTRATANTE.

III - os documentos de comprovação da veiculação, da execução dos serviços e, quando for o caso, da sua entrega.

23.8. Os documentos de cobrança e demais informações necessárias à comprovação da execução e entrega dos serviços para a liquidação e pagamento de despesas deverão ser encaminhadas pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

23.8.1. O gestor ou fiscal deste contrato somente atestará os documentos para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuadas.

23.9. A liquidação de despesas será precedida das seguintes providências a cargo da CONTRATADA.

– Execução de serviços internos: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I e III do subitem **23.7**;

- Intermediação e supervisão, pela CONTRATADA, de bens e de serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem **23.7**;

- Bens e serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem **23.7**;

- Veiculação: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 23.7, da demonstração do valor devido ao veículo de divulgação, dos correspondentes pedidos de inserção e, sempre que possível, do respectivo relatório de checagem, a cargo de empresa independente, nos termos do inciso III do subitem.

23.10. Na ocorrência de falha local em uma programação em rede nacional de mídia eletrônica, além das providências previstas no inciso III do subitem anterior, a CONTRATADA deverá apresentar documento do veículo de divulgação com a descrição da falha e do respectivo valor a ser abatido na liquidação.

23.11. É da responsabilidade da CONTRATADA observar rigorosamente os preços de tabela de cada inserção e dos respectivos descontos, de que trata o art. 15 da Lei nº 12.232/2010, por ocasião da apresentação dos planos de mídia à CONTRATANTE.

23.12. O pagamento das despesas será feito fora o mês de produção ou veiculação, em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos previstos nos subitens **23.7** e **23.8**.

23.13. No tocante à veiculação, além do previsto no inciso III do subitem **23.8**, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sem ônus para a CONTRATANTE, os seguintes comprovantes:

I - Revista: exemplar digitalizado;

II – Jornal ou similar: página com o anúncio digitalizado, da qual devem constar as informações sobre período ou data de circulação, nome do Jornal e praça;

III - demais meios: relatório de checagem de veiculação.

23.14. Antes da efetivação dos pagamentos será realizada a comprovação de regularidade da CONTRATADA, mediante consulta on-line, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no site do Tribunal Superior do Trabalho.

23.14.1. Se a CONTRATADA não estiver cadastrada no SICAF ou se sua situação no sistema apresentar documentação obrigatória vencida, deverá apresentar Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.

23.15. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a CONTRATANTE, a seu juízo, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

23.15.1. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

23.16. Considera-se etapa, para fins do subitem **23.15**, os serviços prestados pela CONTRATADA relativo aos os bens e serviços especializados prestados por fornecedores e as contratações de espaços ou tempos publicitários, junto a veículos de divulgação.

23.17. A CONTRATANTE não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

23.18. A CONTRATANTE não pagará nenhum compromisso, assumido pela CONTRATADA, que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros. Cabe à CONTRATADA efetuar os pagamentos a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação em até 10 (dez) dias após o recebimento da ordem bancária da CONTRATANTE, pela agência bancária pagadora.

23.18.1. A CONTRATADA informará à CONTRATANTE os pagamentos efetuados a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação a cada ordem bancária de pagamento emitida pela CONTRATANTE e encaminhará relatório até o décimo dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

23.18.1.1. Os dados e formato dos controles serão definidos pela CONTRATANTE, e os relatórios deverão conter pelos menos as seguintes informações: data do pagamento da CONTRATANTE, data do pagamento da CONTRATADA, número da nota fiscal, valor pago e nome do favorecido.

23.18.2. O não cumprimento do disposto nos subitens **23.18** e **23.18.1** ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da CONTRATADA, até que seja resolvida a pendência.

23.18.3. Não solucionada a pendência no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da CONTRATANTE, ficará caracterizada a inexecução contratual por parte da CONTRATADA.

23.18.4. Caracterizada a inexecução contratual pelos motivos expressos no subitem **21.18.5**, a CONTRATANTE, nos termos da Cláusula Décima Quarta, poderá optar pela rescisão deste contrato ou, em caráter excepcional, liquidar despesas e efetuar os respectivos pagamentos diretamente aos fornecedores ou aos veículos de divulgação, conforme o caso.

23.18.6. Para preservar o direito dos fornecedores e veículos de divulgação em receber com regularidade pelos bens e serviços especializados prestados e pela venda de espaço ou tempo, a CONTRATANTE poderá instituir procedimento alternativo de controle para efetuar os pagamentos mediante repasse, pela CONTRATADA, dos valores correspondentes aos fornecedores e veículos de divulgação, em operações bancárias concomitantes.

23.18.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

23.19. A CONTRATANTE, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigado pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.

PRAZO DE PAGAMENTO

23.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

23.21. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

23.22. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

23.23. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e

Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso.

FORMA DE PAGAMENTO

23.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

23.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

23.27. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

23.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

23.29. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município.

24. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

24.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

24.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

24.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

24.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Concorrência;

24.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

24.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

24.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

24.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

24.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

24.2. São obrigações do Fornecedor.

24.2.1. Executar o objeto, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

24.2.2. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, a ela afetos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste edital e seus anexos.

24.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir os serviços que entregar, sem ônus para a CONTRATANTE, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

24.2.4. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

24.2.5. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 121, da Lei nº 14.133/21, com as alterações dela decorrentes.

24.2.6. Garantir a melhor qualidade dos serviços, atendidas as especificações e normas técnicas de produção para cada caso, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.

24.2.7. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital (art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/21).

24.2.8. Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

24.2.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato.

24.2.10. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

24.2.11. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados e produtos/materiais a serem empregados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

24.2.12. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no Edital de Licitação.

24.2.13. Observar, rigorosamente, as especificações e técnicas pertinentes a cada serviço a ser executado, assumindo inteira responsabilidade pela execução e eficiência do serviço contratado, de acordo com as especificações técnicas do Edital de Licitação.

24.2.14. Promover condições à fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregados.

24.2.15. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação, bem como as qualificações exigidas nesta Concorrência Pública, sob pena de aplicação de multa e rescisão contratual.

24.2.16. Executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados e de veículos de divulgação – todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela Contratante.

24.2.17. Observar as seguintes condições para o fornecimento de bens e de serviços especializados à Contratante:

24.2.17.1. Fazer cotações prévias de preços para todos os bens e serviços especializados a serem prestados por fornecedores.

24.2.17.2. Só apresentar cotações de preços obtidas junto a fornecedores previamente cadastrados junto à Prefeitura de Três Barras do Paraná, aptos a fornecer à CONTRATADA bens e serviços especializados, relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato.

24.2.17.3. Apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações coletadas entre fornecedores de bens e de serviços especializados cadastrados junto à Prefeitura de Três Barras do Paraná que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido.

24.2.17.4. Exigir dos fornecedores que constem da cotação de bens e de serviços especializados, o detalhamento das especificações que compõem seus preços unitários e total.

24.2.17.5. A cotação deverá ser apresentada em via original, em papel timbrado, com a identificação do fornecedor (nome empresarial completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação (nome completo, cargo na empresa, RG e CPF) e assinatura do responsável pela cotação.

24.2.17.6. Juntamente com a cotação deverão ser apresentados comprovantes de que o fornecedor está inscrito – e em atividade – CNPJ ou no CPF e no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se for o caso, relativos ao seu domicílio ou sede, pertinentes a seu ramo de atividade e compatíveis com o serviço a ser fornecido.

24.2.17.7. Para cada orçamento encaminhado, deve ser observada a presença da seguinte declaração, assinada por funcionário da CONTRATADA responsável pela documentação: "atestamos que este orçamento e seus anexos foram conferidos e estão de acordo com a especificação técnica aprovada e as exigências contratuais".

24.2.17.8. Quando o fornecimento de bens ou de serviços especializados tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global deste contrato, a CONTRATADA coletará orçamentos dos fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização da CONTRATANTE. O Fornecimento de bens ou serviços de valor igual ou inferior R$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais), está dispensado deste procedimento conforme art. 14, parágrafo 3º da lei 12.232/2010.

24.2.17.9. Manter, durante o período de, no mínimo, 05 (cinco) anos, após a extinção deste contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e os materiais produzidos, com informações relativas aos prazos de cessão dos direitos autorais vinculados.

24.2.17.10. Despesas com deslocamento e diárias de profissionais da CONTRATADA, de seus representantes ou de fornecedores de bens e de serviços especializados por ela contratados são de sua exclusiva responsabilidade.

24.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

24.2.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

24.2.20. Responsabilizar-se pela manutenção do seu cadastro atualizado perante o setor cadastral do Município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIMAM/TCE-PR.

24.2.21. Cumprir as demais obrigações constantes do Anexo I do presente Edital.

25. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

25.1. O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da

Lei N° 14.133/2021, e terá duração de **12 (doze) meses,** nos termos do Artigo 105 da Lei N° 14.133/2021.

25.2. Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo 183 da Lei N° 14.133/2021.

26. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

26.1. Os preços serão reajustados automaticamente, considerando que a base de cálculo será um percentual aplicado sobre os valores dos serviços contratados ou sobre a tabela de referência do SINAPRO.

27. PREÇO MÁXIMO

27.1. valor máximo estimado para esta licitação corresponde aos valores estabelecidos na Planilha Orçamentária, totalizando R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

27.2. O percentual de desconto deve abranger, além do lucro, todas as despesas e custos relacionados, incluindo frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, vinculadas à execução do contrato.

28. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

28.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

28.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

28.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

28.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

28.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

28.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

28.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

28.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

28.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

28.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

28.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

28.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

28.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

28.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

28.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2" não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

28.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

28.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

28.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

28.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

29. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

29.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

29.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

29.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, durante o horário normal de expediente,

das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, ou de forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br.

29.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser prestados no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

29.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

29.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

30. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

30.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

30.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

30.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos

financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

30.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

31. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

31.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

31.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Mun. de Saúde, CPF nº 038.xxx.xxx-37;

b) ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação, CPF nº 034.xxx.xxx-70;

c) CLEBERSON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF nº 000.xxx.xxx-95;

d) VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF nº 014.xxx.xxx-30;

e) MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF nº 471.xxx.xxx-00;

f) DANIEL DOS PASSOS HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF n° 047.xxx.xxx-92.

31.1.2. Ficam designadas como fiscais oriundos deste procedimento licitatório, as seguintes:

a) RAQUEL LAIZ RUBIO CHIQUIN, Diretora de Departamento de Cultura, CPF nº 101.XXX.XXX-50, Fiscal Titular da Secretaria Municipal de Cultura.

b) ANA CLAUDIA MANICA, Diretora do Departamento de Indústria e Comércio, CPF nº 061.xxx.xxx-28, fiscal suplente.

31.1.3. Os fiscais titulares serão responsáveis pela fiscalização da execução do objeto. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

31.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no

presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

31.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

31.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

31.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

31.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

32. DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. Ao Prefeito do Município compete anular esta Concorrência por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

32.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão Especial de Licitação.

32.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

32.4. A adjudicação e homologação desta Concorrência competem ao Prefeito do Município, respeitadas as regras de delegação previstas na legislação municipal.

32.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

32.6. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.tresbarras.pr.gov.br através do "Link" – "LICITAÇÕES".

32.7. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

32.8. É facultado à Comissão Especial de Licitação, ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

32.9. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão Especial de Licitação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

32.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, salvo disposição em contrário, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

32.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.12. As normas que disciplinam esta Concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Prefeitura de Três Barras do Paraná, a finalidade e a segurança da contratação.

32.13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.14. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

32.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

32.17. As decisões, resultados, comunicados e informações referentes a este processo licitatório serão disponibilizadas no site www.tresbarras.pr.gov.br

32.18. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Comissão Especial de Licitação.

32.19. A participação do proponente implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

32.20. Serão desconsideradas, para todos os efeitos, quaisquer manifestações que pretenda o licitante atribuir à Comissão Especial de Licitação, que não tenham sido exaradas de modo expresso, escrito e disponibilizado a todos os licitantes, necessariamente decorrentes de impugnações, recursos, questionamentos, ou qualquer tipo de provocação devidamente encaminhada ou protocolada em tempo hábil.

33. DO FORO

31.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas-PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

34. ANEXOS DO EDITAL

32.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) **ANEXO I** – Termo de Referência
b) **ANEXO II** – *Briefing* (roteiro)
c) **ANEXO III** – Modelo de Proposta de Preço (desconto);
d) **ANEXO IV** – Declaração Conjunta;
e) **ANEXO V** - Minuta do Contrato de Prestação de Serviços;
f) **ANEXO VI** – Tabela SINAPRO.

Três Barras do Paraná, XX de XXXXX de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.

1.2. Justificativa do processo ser presencial: Tendo em vista a Lei de Publicidade e Propaganda, nº 12.232/2010, não foi encontrado uma maneira esclarecedora de como realizar este processo eletrônico. Dessa forma será filmado de acordo com as exigências da Lei nº 14.133/2021.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A contratação refere-se à prestação de serviços de publicidade e propaganda institucional, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, e abrange as seguintes atividades:

TABELA 01: ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	*DESCRIÇÃO DO SERVIÇO*	*UND*	*QTDE*	*PREÇO TOTAL MÁXIMO*
01	*Contratação de uma agência de publicidade para prestação de serviços de publicidade, correspondente ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão externa e a divulgação, inclusive internet; criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com as novas tecnologias, visando a expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; elaboração e registro de marcas, expressão de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como a programação visual; execução de ações de consultoria técnica decorrente dessa contratação; execução de serviços de promoção, não compreendido como apoio e patrocínios; planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, o público alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre resultados das campanhas realizadas; demais serviços inerentes à atividade publicitária, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme tabela do SINAPRO.*	*Und*	*01*	*R$ 300.000,00 (Investimento máx. anual)*

2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços contínuos, conforme disposto no Art. 6°, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, conforme a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A fundamentação da contratação, bem como a justificativa para os quantitativos especificados, está detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares, que integram este processo licitatório e apresentam a análise das necessidades e critérios utilizados para definição do objeto e das condições da contratação.

3.2. A contratação em questão foi devidamente incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025, com previsão de execução no mês de fevereiro do referido ano, conforme planejamento estratégico da Administração.

4. LOCAIS DE ENTREGA – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. O local de prestação dos serviços será definido conforme a demanda e o tipo de campanha a ser desenvolvida, podendo ser aplicado em diversos locais do Município e fora dele.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma dos artºs. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta abrange o estudo, planejamento, conceituação, criação e execução de ações publicitárias, tanto em âmbito interno quanto externo. Também inclui a intermediação, supervisão de peças publicitárias e veiculação em diferentes meios de comunicação.

6.2. Fazem parte da solução a realização de pesquisas de mercado, com o objetivo de entender o público-alvo e aprimorar a efetividade das campanhas, além do desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária que acompanhem as tendências tecnológicas e promovam maior impacto nas mensagens e ações da Administração Pública.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. Os serviços a serem realizados pela contratada compreendem:

a) Planejamento e desenvolvimento de campanhas educativas, ações de interesse público e iniciativas institucionais da Prefeitura, utilizando diversos recursos e meios de comunicação para alcançar os objetivos estabelecidos;

b) Realização de pesquisas de perfil social e opinião pública para embasar o desenvolvimento de projetos e campanhas;

c) Planejamento, estudo e concepção de campanhas e peças publicitárias;

d) Criação, produção e execução de jingles, além da elaboração e registro de marcas, expressões publicitárias, logotipos e outros elementos de programação visual;

e) Estudos, pesquisas e desenvolvimento de projetos para veiculação, visando à otimização e à aplicabilidade eficiente dos recursos destinados à promoção de ações e campanhas;

f) Execução, distribuição e veiculação de materiais publicitários em diversos meios de comunicação;

g) Serviços relacionados à veiculação e outras ações de comunicação indispensáveis à execução da política de comunicação social dos órgãos da Administração Direta do Município;

h) Planejamento, produção, organização e execução de eventos relacionados a campanhas educativas e/ou ações sociais de interesse público, além de demais serviços correlacionados;

i) Assessoramento e apoio na execução de ações de promoção e patrocínios;

j) Serviços relacionados a endomarketing, marketing e outras ações de comunicação necessárias para implementar a política de comunicação social dos órgãos da Administração Municipal;

k) Produção de peças de comunicação digital.

7.2. Os serviços de publicidade e propaganda deverão ter caráter educativo, informativo, promocional ou de orientação social, sempre alinhados às estratégias de desenvolvimento socioeconômico de Três Barras do Paraná. A política de comunicação social do Município será pautada pelos seguintes princípios:

a) Informação e transparência dos procedimentos administrativos;

b) Aproximação entre a Administração Pública e os usuários dos serviços;

c) Eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos;

d) Avaliação sistemática dos resultados obtidos.

7.3. Em substituição ao projeto básico contendo as especificações técnicas dos produtos e serviços a serem executados, o edital de licitação para contratação de serviços de publicidade irá disponibilizar um ***briefing*** (roteiro) para subsidiar o desenvolvimento da proposta técnica pelas licitantes. Essa exigência está em conformidade com o inciso II do art. 60 da Lei nº 12.232/2010, e permitirá a adequada avaliação da capacidade técnica das participantes.

7.4. Será permitida a subcontratação de serviços de produção, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 12.232/2010:

> ***Art. 14. Somente pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas pelo contratante poderão fornecer ao contratado bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, nos termos do § 10 do art. 2º da Lei nº 12.232/2010.***

7.5. Será realizada avaliação trimestral com os seguintes objetivos:

a) Verificar a necessidade de melhorias na qualidade dos serviços prestados;

b) Decidir sobre a conveniência de renovar ou, se necessário, rescindir o contrato vigente;

c) Fornecer, quando solicitado pela contratada, declarações de desempenho para comprovação de capacitação técnica em processos licitatórios futuros.

7.5.1. Caso sejam identificadas irregularidades na execução contratual, poderão ser aplicadas retenções ou glosas proporcionais no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis. As situações consideradas irregulares incluem:

7.5.1.1. Não alcançar os resultados previamente acordados;

7.5.1.2. Deixar de executar ou executar com qualidade inferior às atividades contratadas;

7.5.1.3. Não utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los em quantidade ou qualidade inferiores às especificações estabelecidas.

7.6. O prazo de validade da proposta será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrega das propostas. (Art. 69, § 2°, inciso I, da Lei Estadual n° 15.608/07).

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Apresentação de Certificado de Qualificação Técnica de Funcionamento emitido pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão (CENP) ou por entidade equivalente, devidamente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, em conformidade com o disposto no art. 4°, § 1°, da Lei n° 12.232/2010.

8.2. Comprovação de aptidão técnica para a execução de serviços com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou a itens correlatos, mediante apresentação Atestado de Capacidade Técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

8.2.1. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados referentes a serviços executados de forma concomitante.

8.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser emitidos em nome da matriz ou da filial do fornecedor, sendo ambos considerados válidos.

8.2.3. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias para comprovar a autenticidade e a legitimidade dos atestados apresentados. Quando solicitado pela Administração, deverá apresentar, adicionalmente, cópias dos contratos que respaldaram a contratação, endereço atualizado da contratante e local onde o objeto contratado foi executado, bem como outros documentos que se façam necessários à verificação.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. Atribuições da Contratada:

a) Realizar estudo, planejamento, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de campanhas, peças e materiais publicitários para os meios digitais (online e off-line) e impressos;

b) Elaborar marcas, expressões de propaganda, logotipos e outros elementos de comunicação visual;

c) Planejar e executar pesquisas e outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento sobre o mercado, público-alvo, meios de divulgação ou resultados das campanhas realizadas;

d) Produzir e executar tecnicamente as peças e projetos publicitários criados;

e) Desenvolver formas inovadoras de comunicação publicitária, alinhadas às novas tecnologias, com vistas à ampliação dos efeitos das mensagens e ações publicitárias.

9.2. Dinâmica de Execução do Objeto:

9.2.1. Início da Execução: Imediatamente após a assinatura do contrato e/ou emissão da ordem de serviço.

9.2.2. Natureza dos Serviços: Os serviços de publicidade e propaganda terão caráter educativo, informativo, de promoção do município ou de orientação social, alinhados às estratégias de desenvolvimento socioeconômico de Três Barras do Paraná, observando os princípios de:

a) Informação e transparência nos procedimentos administrativos;

b) Aproximação entre a administração pública e os usuários;

c) Eficiência e racionalidade na aplicação de recursos;

d) Avaliação sistemática dos resultados.

9.2.3. Cronograma: Os serviços serão realizados conforme demanda e necessidade de elaboração de campanhas da Prefeitura Municipal.

9.3. Execução Contratual

9.3.1. Fiel cumprimento das cláusulas contratuais: O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas e normas das Leis nº 14.133/2021 e nº 12.232/2010, sendo as partes responsáveis pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3.2. Prorrogação automática: Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro por apostila.

9.3.3. Comunicações formais: Deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica quando apropriado.

9.4. Reuniões e Interações:

9.4.1. Reunião inicial: Após a assinatura do contrato, o Município poderá convocar a contratada para:

a) Apresentação do responsável pela fiscalização;

b) Definição das estratégias de execução;

c) Elaboração do plano complementar de execução;

d) Estabelecimento do método de aferição dos resultados e aplicação de sanções.

9.4.2. Interação contínua: O Município poderá convocar representantes da contratada sempre que achar necessário para adoção de providências imediatas.

9.5. Recebimento do Objeto:

9.5.1. Modalidades de recebimento:

a) Provisório: Pelo fiscal, mediante termo detalhado, no prazo de 5 dias úteis, comprovando o cumprimento de exigências técnicas previstas no contrato;

b) Definitivo: Pelo gestor ou comissão designada, no prazo de 10 dias úteis, comprovando o atendimento das exigências contratuais.

9.5.2. Informações obrigatórias no termo de recebimento:

a) Data e horário do recebimento/executado;

b) Identificação da entrega (produto/serviço);

c) Detalhes do contrato ou nota de empenho;

d) Prazos de execução e vigência contratual.

9.5.3. Registros adicionais: Sempre que possível, incluir fotografias e documentos complementares.

9.6. Obrigações da Contratada:

a) Executar o objeto conforme especificações deste instrumento e do edital de licitação;

b) Não transferir o objeto a terceiros sem prévia anuência da Administração;

c) Reparar, corrigir ou substituir o objeto, às suas expensas, quando detectados vícios ou defeitos;

d) Responder por danos causados à Administração ou terceiros durante a execução do contrato;

e) Fornecer mão de obra qualificada e cumprir todas as exigências legais, como normas de segurança no trabalho e encargos sociais e tributários;

f) Comunicar à Administração qualquer discrepância entre as condições reais e os elementos apresentados;

g) Prestar esclarecimentos sobre os serviços executados, sempre que solicitado;

h) Observar rigorosamente as especificações técnicas e normas vigentes da ABNT e INMETRO;

i) Promover condições à fiscalização dos serviços e manter o cadastro atualizado no setor cadastral do Município;

j) Manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato;

k) Cumprir as condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital de licitação.

9.7. Disposições Finais:

9.7.1. Rejeição do Objeto: O objeto será rejeitado total ou parcialmente se estiver em desacordo com o contrato.

9.7.2. Ajustes de Prazos: Os prazos de recebimento serão definidos no instrumento convocatório e/ou contrato.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. Avaliação da Execução do Objeto: A execução do objeto será avaliada trimestralmente pelo fiscal do contrato, considerando os seguintes critérios:

a) Qualidade do atendimento prestado;

b) Nível técnico dos trabalhos realizados;

c) Resultados concretos das ações de comunicação sugeridas pela contratada;

d) Diversificação dos serviços prestados;

e) Benefícios oriundos da política de preços praticada.

10.2. Remuneração da Contratada: A remuneração da empresa contratada observará as seguintes condições:

a) Honorários sobre Produção de Peças e Materiais por Terceiros:

O Município efetuará o pagamento do valor total à agência contratada, incluindo o percentual correspondente aos seus honorários e o pagamento devido à empresa responsável pela

produção das peças ou materiais. O percentual de desconto oferecido pela agência no processo licitatório será aplicado sobre o valor da Tabela Referencial do SINAPRO, já considerando seus honorários.

b) Honorários sobre Outros Serviços Prestados por Terceiros: O Município efetuará o pagamento do valor total, englobando todos os custos cobrados pelos terceiros envolvidos. A agência aplicará o percentual de desconto ofertado na licitação sobre o valor da Tabela Referencial do SINAPRO, o qual incluirá, entre outros:

b.1) Assessoramento e apoio em ações de promoção e patrocínio;

b.2) Desenvolvimento de pesquisas de mercado, opinião, produtos ou serviços;

b.3) Elaboração e registro de marcas, logotipos e elementos visuais.

c) Desconto de Agência: O desconto será aplicado conforme o acordo estabelecido entre o prestador de serviços e a agência. O Município não será parte desse acordo e efetuará o pagamento do valor total, sem qualquer alteração.

d) Vedação à Subcontratação: É proibida a subcontratação de outra agência de publicidade e propaganda.

e) Despesas de Deslocamento: Os custos de deslocamento de profissionais ou representantes da contratada serão de sua exclusiva responsabilidade.

f) Renegociação: As formas de remuneração estabelecidas neste edital, baseadas no percentual de desconto sobre a tabela de valores referenciais, serão fixas e irrenegociáveis durante toda a vigência do contrato, incluindo suas renovações. No entanto, os preços da tabela serão atualizados pelo SINAPRO-PR, conforme as condições de mercado.

10.3. Prazo de Pagamento: O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias úteis após a prestação dos serviços, condicionado à apresentação da Nota Fiscal e à comprovação da regularidade fiscal e financeira da contratada.

10.4. Suspensão de Prazo em Casos Especiais: Em situações de calamidade pública, caso fortuito ou força maior que impeçam a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo será suspenso até sua regularização, respeitando-se a ordem cronológica original da despesa.

10.5. Pagamento Parcial: Na hipótese de insuficiência de recursos financeiros, poderá ser realizado o pagamento parcial, sendo o saldo remanescente mantido na mesma posição na ordem cronológica.

10.6. Modalidade de Pagamento: Os pagamentos serão realizados por ordem bancária, diretamente para a conta corrente indicada pela contratada.

10.7. Retenção Tributária: No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

10.7.1. Independentemente dos percentuais indicados na planilha, os tributos serão retidos de acordo com as alíquotas legais aplicáveis.

10.8. Simples Nacional: Empresas optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerão retenção tributária referente aos impostos abrangidos por este regime. O pagamento, contudo, estará condicionado à apresentação de comprovação oficial de sua condição.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. Modalidade de Licitação: A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade **Concorrência**, de forma **presencial**, adotando o critério de julgamento **"Técnica e Preço"**. O preço será determinado pelo percentual de desconto aplicado sobre os valores da Tabela de Referência do SINAPRO, sendo o desconto inicial a partir de **50%**.

11.2. Pesos de Avaliação: A avaliação será realizada com a atribuição de **40% do peso à "melhor técnica"** e **60% ao "menor preço"** (maior percentual de desconto), refletindo o compromisso da Secretaria de Administração e Planejamento em equilibrar economicidade e qualidade técnica. O peso de 40% para a técnica permite que a Administração identifique, entre os concorrentes, a proposta que melhor atenderá aos desafios técnicos do contrato, garantindo a execução eficiente e alinhada às necessidades do objeto licitado.

11.3. Justificativa do Critério "Técnica e Preço": A escolha do critério "técnica e preço" baseia-se em fatores que reforçam sua pertinência para a presente contratação:

a) O valor estimado para o certame funciona como limitador do escopo de atuação publicitária, exigindo uma execução eficiente e técnica refinada;

b) A adequada execução contratual requer um nível elevado de qualificação técnica da agência a ser contratada, assegurando o alinhamento aos objetivos do Município e a entrega de resultados satisfatórios.

11.4. Proposta Técnica - Importância: Em uma licitação do tipo "técnica e preço", como no caso presente, as **Propostas Técnicas** desempenham um papel central no processo de seleção. Por meio delas, as agências demonstram sua capacidade técnica e expertise, elementos essenciais para atender às demandas específicas de comunicação do Município.

11.4.1. A Lei nº 12.232/2010, em seu **art. 60, inciso IX**, determina que as licitantes apresentem Planos de Comunicação Publicitária padronizados quanto ao formato, fontes, espaçamento e outros aspectos. Além disso, conforme o **art. 60, inciso IV**, os planos devem ser apócrifos, garantindo maior imparcialidade no julgamento, ao impedir que a reputação de mercado da licitante influencie indevidamente o processo de avaliação.

11.4.2. Transparência no Julgamento: Para assegurar maior objetividade na análise das Propostas Técnicas e possibilitar um controle mais efetivo por órgãos de fiscalização e concorrentes, a metodologia de julgamento exige a elaboração de justificativas escritas para as pontuações atribuídas. Isso está em conformidade com os incisos IV e VI do §4º do art. 11 da Lei nº 12.232/2010.

11.4.3. Estrutura da Proposta Técnica: As Propostas Técnicas deverão ser apresentadas em 03 (três) invólucros separados, conforme descrito abaixo:

- **Invólucro 1:** Via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- **Invólucro 2:** Via identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- **Invólucro 3:** Informações adicionais, incluindo capacidade de atendimento, repertório e relatos de soluções para problemas de comunicação.

11.4.4. As propostas deverão ser redigidas em português, exceto por expressões técnicas de uso comum, sem emendas ou rasuras, e obedecendo ao padrão estabelecido pelo edital.

11.4.5. Plano de Comunicação Publicitária: O Plano de Comunicação Publicitária, baseado nas informações do briefing, deverá ser apresentado em duas vias: uma identificada e outra não identificada. Seu formato deve obedecer ao seguinte padrão:

- **Caderno único:** Encadernado com espiral preto, capa preta em polipropileno liso e contracapa em papel branco 90g/cm², demais folhas em papel branco 75g/cm²).
- **Margens:** 3 cm à esquerda e na parte superior, 2 cm à direita e na parte inferior.
- **Fonte:** Arial, tamanho 12, cor preta, estilo normal.

Além disso, o conteúdo do Plano deve englobar:

- **Raciocínio básico:** Diagnóstico das necessidades de comunicação, análise do ***briefing*** e identificação dos desafios. (Máximo de 2 laudas, 30 linhas por página).
- **Estratégia de Comunicação Publicitária:** Proposta detalhada das estratégias para alcançar os objetivos definidos. (Máximo de 4 laudas).
- **Plano de Mídia e Não Mídia:** Detalhamento técnico, com referência aos valores previstos na tabela do SINAPRO e a verba estipulada de R$ 30.000,00.

11.4.6. Critérios de Avaliação e Pontuação: A pontuação da proposta técnica será distribuída da seguinte forma:

11.4.6.1. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de setenta pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

11.4.6.1.1. Plano de Comunicação – Nota Máxima = 25 (vinte e cinco) pontos:

11.4.6.1.1.1. Raciocínio Básico: Acuidade de compreensão. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

a) Características da contratante significativas para a comunicação publicitária;

b) Natureza, extensão e qualidade das relações da contratante com o seu público;

b) Papel da contratante na área social, política e econômica.

11.4.6.1.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos.

a) Adequação do conceito e do tema proposto à natureza, qualificação e ao problema de comunicação da contratante;

b) Consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em sua defesa;

c) Capacidade evidenciada de despertar novas relações com o público-alvo e ampliar esse desdobramento positivo para a comunicação do contratante com a sociedade.

11.4.6.1.1.3. Ideia Criativa: Nota Máxima = 10 (dez) pontos

a) Adequação ao problema específico de comunicação;

b) Multiplicidade de interpretações pertinentes aos objetivos estratégicos traçados;

c) Cobertura do público-alvo através destas interpretações;

d) Originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

e) Simplicidade da forma sobre a qual se apresenta;

f) Pertinência às atividades da contratante e à sua inserção na sociedade;

g) Coesão dos desdobramentos comunicativos, conforme demonstração nas peças apresentadas;

h) Adequação da ideia criativa, ou seja, a linguagem das peças interagindo de maneira uniforme com os meios propostos.

11.4.6.1.1.4. Estratégia de Mídia. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

Adequação da mídia escolhida ao objeto de comunicação proposto;

a) Adequação da linguagem do anúncio ao veículo escolhido;

b) Conhecimento dos hábitos de comunicação do público-alvo, adequando os aos meios, conforme objetivos estratégicos planejados;

c) Consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores;

d) Economia na aplicação da verba destinada;

e) Otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

11.4.6.1.2. Capacidade de Atendimento. Nota Máxima = 15 (quinze) pontos;

11.4.6.1.2.1. Curriculum resumido, com qualificação e quantificação dos profissionais, 03 (três) pontos:

a) A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato;

b) Sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas na execução do contrato, inclusive prazos a serem cumpridos para a criação da campanha e elaboração do plano de mídia;

c) Segurança técnica e operacional nos procedimentos contidos na proposta.

11.4.6.1.2.2. Repertório. Nota Máxima = 04 (quatro) pontos

a) A ideia criativa e sua pertinência;

b) A clareza da exposição;

c) A qualidade da execução e do acabamento.

11.4.6.1.2.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação. Nota Máxima = 05 (cinco) pontos;

a) A concatenação lógica da exposição;

b) A evidência de planejamento publicitário;

c) A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;

d) A relevância dos resultados apresentados.

11.4.6.1.2.4. Sistemática de Atendimento – nota máxima = 03 pontos.

a) nesse quesito, obterá 5 (cinco) pontos a licitante que discriminar:

a.1) para a criação de peça avulsa, prazo igual ou inferior a 02 (dois) dias;

a.2) para a criação de campanha, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias;

a.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias.

b) obterá 3,35 (três vírgula trinta e cinco) pontos a licitante que discriminar:

b.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 03 (três) e 05 (cinco) dias;

b.2) para a criação de campanha, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias;

b.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias.

c) obterá 1,70 (um vírgula setenta) pontos a licitante que discriminar:

c.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 06 (seis) e 10 (dez) dias;

c.2) para a criação de campanha, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias;

c.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias.

d) obterá nota zero a licitante que discriminar prazos superiores a 10 (dez) dias.

11.4.6.2. A nota final será a soma das pontuações dos quesitos, calculada com base na média aritmética das avaliações dos membros da Subcomissão Técnica.

11.4.7. Exigências Complementares: Conforme o inciso X do art. 60 da Lei nº 12.232/2010, as peças do repertório devem ter sido implementadas nos últimos 5 anos, garantindo que as propostas reflitam as capacidades técnicas atuais das agências concorrentes.

11.5. Critério de Julgamento – PREÇO (maior percentual de desconto) – Peso 60%:

11.5.1. Para a **Proposta de Preços**, deverão ser observadas as práticas de mercado, conforme estabelecido no inciso V do art. 60 da Lei nº 12.232/2010.

11.5.2. A proposta comercial deve incluir os descontos oferecidos pelos licitantes, abrangendo:

- Custos internos da agência.
- Honorários cobrados do contratante, relativos à produção de peças e materiais cuja confecção ou distribuição não proporcione à licitante o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros.

11.5.3. A nota da Proposta de Preços (percentual de desconto) para o processo de seleção será limitada ao máximo de 60 (sessenta) pontos, ou seja, terá peso igual a 60 (sessenta), apurada conforme a metodologia a seguir

11.5.4. A proposta comercial deverá conter, sob pena de desclassificação:

11.5.4.1. O desconto sobre os custos internos de produção da própria licitante, apurado em relação à tabela vigente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (SINAPRO-PR), em conformidade com o inciso XXI do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

Tabela 02: Percentual de Desconto sobre os Custos Internos (SINAPRO-PR)

Desconto Sobre o preço da Tabela SINAPRO	PONTOS
50%	0
51%	1
52%	2
53%	3
54%	4
55%	5
56%	6
57%	7
58%	8
59%	9
60%	10
61%	11
62%	12
63%	13
64%	15
65%	17
66%	19
67%	21
68%	23
69%	26
70%	30

Tabela 03: O desconto a ser concedido na remuneração de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

Desconto sobre o percentual de comissão	PONTOS	% Comissão
0%	0	20%

5%	2	19%
10%	4	18%
15%	6	17%
20%	9	16%
25%	12	15%
30%	15	14%
35%	18	13%
40%	21	12%
45%	25	11%
50%	30	10%

11.5.5. O valor proposto deverá incluir todos os custos necessários para atender ao objeto da licitação, como tributos, encargos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, tarifas, fretes, seguro, transporte, armazenamento e utilização de materiais para execução dos serviços.

11.5.6. Considera-se já incluída no custo de produção qualquer remuneração devida a terceiros, em decorrência da cessão de direitos, seja por prazo limitado, seja total e definitiva.

11.5.7. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto licitado. Não serão aceitas reivindicações de pagamentos adicionais devido a erros ou má interpretação da licitante.

11.5.8. A licitante será integralmente responsável pelo valor cotado. Erros de digitação, especificações incompletas ou valores incorretos poderão resultar na desclassificação da proposta.

11.6. A apresentação da proposta pela licitante implicará a aceitação integral deste edital e seus anexos, bem como das normas legais aplicáveis. Caso declarada vencedora, a licitante deverá cumprir todas as disposições previstas no processo licitatório.

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. A presente contratação não permite a quantificação prévia e detalhada dos produtos e serviços a serem executados durante sua vigência. Diferentemente de serviços de natureza comum, caracterizados por tarefas realizadas de forma mecânica ou conforme técnicas, protocolos e métodos previamente estabelecidos, os serviços de publicidade possuem natureza predominantemente intelectual. Sua execução exige a expertise da agência contratada para a proposição de soluções personalizadas e adequadas aos objetivos de comunicação estabelecidos em cada demanda específica.

12.2. Dessa forma, as particularidades do objeto inviabilizam a elaboração de um orçamento detalhado com base em planilhas de quantitativos e preços unitários. A definição dos produtos e serviços a serem fornecidos dependerá diretamente das soluções publicitárias desenvolvidas e aprovadas ao longo da execução contratual, variando conforme as estratégias de comunicação e as linhas criativas adotadas pela contratada para atender às necessidades de cada campanha.

12.3. Considerando a importância estratégica da política de comunicação institucional, bem como o princípio da transparência e a necessidade de ampliar o alcance das ações junto à crescente população do município, o valor estimado para a presente contratação é de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais).

12.4. Assim, o valor estimado de **R$ 300.000,00** é plenamente justificado pela necessidade de atender às demandas institucionais de maneira eficaz, assegurando o fortalecimento da comunicação pública e o cumprimento do dever de transparência por parte da administração municipal.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.39.00
b) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.39.00
c) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.39.00
d) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.39.00
e) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.39.00
f) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.39.00
g) 06.02.08.243.0023.6.001.000.3.3.90.39.00
h) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00
i) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.39.00
j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.39.00
k) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00
l) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.39.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. A prestação dos serviços será realizada de forma contínua, com início imediato após a assinatura e publicação do contrato, conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual.

15. PENALIDADES

15.1. A Licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846, de 1° de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu Artigo 5° enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública

direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d.1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a Licitante ou a Contratada

poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As Licitantes devem observar e a Contratada deve observar e fazer observar, por seus Fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais Licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas,

coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF nº 038.xxx.xxx-37;

b) ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação, CPF nº 034.xxx.xxx-70;

c) CLEBERSON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF nº 000.xxx.xxx-95;

d) VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF nº 014.xxx.xxx-30;

e) MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF nº 471.xxx.xxx-00;

f) DANIEL DOS PASSOS HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF n° 047.xxx.xxx-92.

17.1.2. Ficam designadas como fiscais deste contrato, as seguintes servidoras:

a) **RAQUEL LAIZ RUBIO CHIQUIN**, Diretora de Departamento de Cultura, CPF nº 101.XXX.XXX-50, Fiscal Titular da Secretaria Municipal de Cultura.

b) **ANA CLAUDIA MANICA**, Diretora do Departamento de Indústria e Comércio, CPF nº 061.xxx.xxx-28, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas

formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ANEXO II – BRIEFING (ROTEIRO)

1. Introdução

Três Barras do Paraná é um município brasileiro localizado no estado do Paraná, com grande parte de sua população residente na zona rural.

O nome da cidade deriva da confluência de três nascentes que formam o rio Três Barras. O povoado que deu origem ao município era chamado de Encruzo e tem sua história diretamente ligada à de Catanduvas. A partir da década de 1940, a região oeste do estado passou a receber um intenso fluxo migratório, principalmente de famílias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esse movimento populacional contribuiu para a ocupação de áreas inexploradas, promovendo o desenvolvimento agrícola e, consequentemente, o progresso, a estabilidade social e a riqueza cultural da localidade.

Em 1966, por meio de uma lei municipal, foi criado o Distrito Administrativo de Três Barras. Posteriormente, pela Lei Estadual nº 7.305, de 13 de maio de 1980, o município foi oficialmente criado, com território desmembrado de Catanduvas e seu nome alterado para Três Barras do Paraná. A instalação oficial ocorreu em 1º de fevereiro de 1983.

A economia do município é predominantemente baseada na pecuária leiteira e na agricultura. Além disso, a cidade conta com instituições de ensino até o nível médio e oferece transporte para estudantes que frequentam universidades em Cascavel, município vizinho.

---

2. Dados Gerais de Três Barras do Paraná

- **Área territorial:** 504,172 km²
- **IDHM:** 0,72
- **Densidade demográfica:** 22,03 hab./km²
- **População:** 11.135 habitantes
- **PIB per capita:** R$ 36.117,07 (2020)

---

3. Densidade Demográfica

A densidade demográfica do município é de 22,03 habitantes por quilômetro quadrado.

---

4. Área, Altitude e Posição Geográfica

- **Área territorial:** 504,172 km²
- **Altitude:** 562 metros
- **Coordenadas geográficas:**
  - **Latitude:** 25° 24' 2'' Sul
  - **Longitude:** 53° 10' 25'' Oeste

---

5. Transporte

- **PR-471:** Liga o município à BR-277 (60 km).
- **PR-484:** Liga o município a Boa Vista e Quedas do Iguaçu.

---

6. Municípios Limítrofes

O Município de Três Barras do Paraná faz limites com os municípios de: Catanduvas, Boa Vista da Aparecida, Cascavel, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Quedas do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu.

7. Hidrografia

O município integra a bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, sendo banhado por este em sua divisa sul. No Rio Iguaçu, encontra-se a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, cuja represa representa não apenas um potencial energético, mas também uma importante área de lazer, turismo e pesca.

Os principais rios do município são o Adelaide, o Guarani e o Tormenta, todos afluentes do Rio Iguaçu.

8. Clima

O clima de Três Barras do Paraná, segundo a classificação de Köppen, é do tipo **Cfa** (subtropical úmido mesotérmico), caracterizado por verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas concentradas nos meses mais quentes, sem estação seca definida.

9. Vegetação

Cerca de 40% da mata ciliar nativa encontra-se preservada no município. Além disso, Três Barras do Paraná abriga o **Parque Estadual do Rio Guarani**, com 2.230 hectares. A produção de madeira de reflorestamento, com predominância de pinus e eucalipto, também é significativa. Embora essas áreas não componham ecossistemas nativos, elas desempenham um papel relevante na conservação do solo e de outros fatores ambientais.

10. Objetivo da Licitação

A presente licitação tem como objetivo principal divulgar as ações institucionais da Prefeitura de Três Barras do Paraná, promovendo a transparência e incentivando campanhas em setores como saúde, educação, agricultura e assistência social.

Essas campanhas visam orientar, informar e engajar a população em atividades como vacinação, exames preventivos, inscrições em programas sociais e capacitações, promovendo benefícios diretos à sociedade.

No mês de outubro, o município planeja realizar uma campanha de conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama, intitulada **"Outubro Rosa"**.

11. Campanha "Outubro Rosa"

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de mama é o tipo que mais acomete mulheres no Brasil, com uma estimativa de 59.700 casos novos em 2019, resultando em uma taxa de incidência de 51,29 casos por 100 mil mulheres.

A detecção precoce e a redução de riscos são os principais fatores para diminuir a mortalidade, sendo que as chances de cura podem alcançar 95% nos casos diagnosticados precocemente.

Objetivos da Peça Publicitária:

- Oferecer orientações sobre prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama.
- Ampliar o público-alvo para incluir homens, promovendo o engajamento em apoio às mulheres.
- Utilizar mídias tradicionais e digitais para alcançar o maior número de pessoas.

---

12. Especificações da Campanha

- **Público-alvo:** Toda a população de Três Barras do Paraná.
- **Período:** 1º a 31 de outubro de 2025.
- **Região de abrangência:** Município de Três Barras do Paraná.
- **Verba referencial:** R$ 30.000,00.
- **Meios de comunicação:** Incluem rádio, televisão, jornais impressos, internet e outros recursos disponibilizados pela modernidade.
- **Recursos próprios:** A Prefeitura possui site oficial para divulgação.

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° XX/2025.

A empresa (RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, (ENDEREÇO COMPLETO), através desta, vem apresentar a proposta comercial relativa à licitação modalidade CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° XX/2025, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

ESPEFICICAÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO (%)
Desconto Sobre Tabela de Preço Sinapro	
Desconto sobre a de comissão de 20% (desconto padrão Sinapro)	

Condições de Pagamento: Conforme edital.

Validade da Proposta: de 60 dias.

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta. E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do contrato em anexo.

b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e ou descontos ou vantagens, e despesas para a entrega dos materiais.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Carimbo e Assinatura

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG N° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob N° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo e Assinatura

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° XX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2025 QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E (RAZÃO SOCIAL), COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO, brasileiro, casado, odontólogo, portador do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/Pr, doravante designado **CONTRATANTE,** de um lado e, de outro, a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida **(ENDEREÇO COMPLETO)**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, **(QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL),** doravante designada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da CONCORRÊNCIA Nº XX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse, devendo ser executado de acordo com as especificações do Edital de Licitação, Anexos e Proposta apresentada que faz parte integrante do presente contrato independentemente de transcrição.

1.1.1. Também integram o objeto desta concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

- ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do contrato;

- à produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do contrato;

- à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias.

- O regime de execução será por preço unitário.

- Objeto da contratação:

TABELA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO DO OBJETO

2. PRAZOS DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando no dia xx/xx/xxxx e tendo por termo final o dia xx/xx/xxxx.

2.2. A vigência do presente contrato se inicia na data da assinatura e tem o seu termo final previsto para o dia xx/xx/xxxx. (Quatro meses após o prazo final da execução)

2.3. Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.

2.3.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.

2.3.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço.

2.3.1.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.

2.3.1.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3.1.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3.2. A prorrogação de contrato será promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o município.

3. MODELOS DE GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 12.232, de 2010 e subsidiariamente da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal.

3.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

3.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.8.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A Agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução dos serviços previstos no subitem 1.1.

5. PREÇO

5.1. A verba estimada para execução do Contrato decorrente da Concorrência nº XX/2025, nele compreendidas todas as despesas feitas com Fornecedores e Veículos, monta a R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

5.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não aplicar, em sua totalidade, a verba estimada para execução do Contrato, sem que caiba à CONTRATADA, qualquer direito regressivo contra ela.

6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

6.1. Conforme Capítulo 21 deste edital (os critérios de pagamento e liquidação serão transcritos posteriormente para o contrato quando da sua elaboração).

7. REAJUSTE

7.1. O valor estimado inicialmente estabelecido é irreajustável pelo prazo de um ano contado da data do orçamento estimado e será concedido nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato ou da ata de registro de preços, formalizado mediante apostila pelo Departamento de Compras.

7.3. O reajuste se dará de acordo com a lei vigente, ou em conformidade com outra norma que vier a ser editada pelo Poder Público, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida no período de execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital, seus anexos e neste contrato.

8.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.5.1. Credenciar perante a Contratada, mediante documento hábil, um servidor autorizado a solicitar, acompanhar e fiscalizar o serviço contratado.

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no edital.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste contrato.

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 dias úteis.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato que não tenha sido por ela previamente, autorizado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.12. O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista e contratada, de acordo com a sua necessidade e dos órgãos afetos. Em face da peculiar natureza do contrato de prestação de serviços a ser celebrada a não utilização dos recursos previstos não gera qualquer direito à contratada, seja de que natureza for inclusive indenizatória.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se refere o artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, será balizada pelas normas estabelecidas neste contrato e no edital.

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

9.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato.

9.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

9.2.3. Der causa à inexecução total do contrato.

9.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

9.2.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

9.2.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

9.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7 e 11.2.8 deste contrato, bem como nos subitens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 deste contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Moratória de 0,33% (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.3.4.2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 1,0% (um por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.3.4.2.1. O atraso superior a 05 (cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento

irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

9.3.4.3. Após 30 dias de mora será considerado inexecutado o contrato, sendo aplicada a multa compensatória no importe de 1% (um por cento) calculada sobre o valor que reste executar deste contrato, ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor.

9.3.4.4. A multa moratória e compensatória não será cumulada sobre o mesmo fato gerador.

9.4. Somente será admitida a retenção de valores de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

9.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

9.6.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

9.6.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7. A dosimetria será aplicada de acordo com os critérios objetivos definidos na legislação municipal.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto Municipal nº 346/23 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.9.4. Os danos que dela provierem para o contratante.

9.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133/21).

9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.14. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

10. CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

10.1. Após a data de assinatura do contrato haverá um período de xx (xxx) dias para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início da execução contratual. (art. 92, §2º da lei nº 14.133/21)

10.2. Atender aos demais critérios de execução contidos no edital e neste contrato.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta, da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.39.00

b) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.39.00

c) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.39.00

d) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.39.00

e) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.39.00

f) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.39.00

g) 06.02.08.243.0023.6.001.000.3.3.90.39.00

h) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

i) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.39.00

j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.39.00

k) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

l) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.39.00

12.2. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 no que for pertinente.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o valor obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado pela Administração Pública não pode ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15. PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no sítio eletrônico do município.

15.2. Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos nos termos da Lei nº 14.133/21.

15.3. As informações sobre a execução do contrato, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e veículos, serão divulgados em site aberto para o Contrato, pela CONTRATANTE, mantido o livre acesso por quaisquer interessados.

15.3.1. As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

16. DIREITOS AUTORAIS

16.1. Os direitos patrimoniais do autor das ideias, campanhas, peças e materiais publicitários concebidos pela CONTRATADA, por meio de seus empregados ou prepostos, em decorrência deste contrato passam a ser integralmente da CONTRATANTE, bem como os estudos, análises e planos vinculados a essas atividades.

16.1.1. À remuneração dos direitos patrimoniais mencionados no subitem precedente é considerada incluída nas modalidades de remuneração definidas nas Cláusulas Oitava e Nona deste contrato.

16.1.2. A CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por meio de terceiros, durante a vigência deste contrato, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a CONTRATADA, seus empregados e prepostos.

16.1.3. A juízo da CONTRATANTE, as peças criadas pela CONTRATADA poderão ser reutilizadas por outros órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, sem que caiba a eles ou à CONTRATANTE qualquer ônus perante a CONTRATADA.

16.1.3.1. Caberá a esses órgãos ou entidades, diretamente ou por intermédio das agências de propaganda com que mantenham contrato, quando couber, efetuar o acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos de autor e conexos relacionados com a produção externa das peças a serem reutilizadas.

16.2. Com vistas às contratações relacionadas a bens e serviços especializados que envolvam direitos de autor e conexos, nos termos da Lei nº 9.610/1998, a CONTRATADA solicitará, dos

fornecedores, orçamentos que prevejam a cessão dos respectivos direitos patrimoniais pelo prazo definido pela CONTRATANTE.

16.2.1. A CONTRATADA utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão, orçamento ou contrato, de cláusulas em que o fornecedor dos bens e dos serviços especializados garanta a cessão pelo prazo definido pela CONTRATANTE, em cada caso, e se declare ciente e de acordo com as condições estabelecidas nos subitens 18.2.1.1 e 18.2.2.

16.2.1.1. Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual a ser pago pela CONTRATANTE em relação ao valor original dos direitos patrimoniais de autor e conexos será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

16.2.1.1.1. O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo, a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro índice que o venha a substituir, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

16.3. Qualquer remuneração, devida em decorrência da cessão dos direitos patrimoniais de autor e conexos, será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

16.4. A CONTRATADA se obriga a fazer constar, em destaque, os preços dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos patrimoniais de autor e conexos, nos orçamentos de produção aprovados pela CONTRATANTE.

16.5. A CONTRATADA se obriga a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com fornecedores de bens e de serviços especializados, nos casos de tomadas de imagens que não impliquem direitos de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

I - a cessão dos direitos patrimoniais do autor desse material à CONTRATANTE, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da data do pagamento do bem ou do serviço especializado, pela CONTRATADA ao fornecedor, sem que caiba à CONTRATANTE qualquer ônus adicional perante os cedentes desses direitos;

II - que, em decorrência da cessão prevista no inciso anterior, a CONTRATANTE poderá solicitar cópia de imagens contidas no material bruto produzido, em mídia compatível com seu uso e destinação, por intermédio da CONTRATADA ou de outra empresa com que venha a manter contrato para prestação de serviços;

III - que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão referida nos incisos anteriores será considerada como já incluída no custo de produção.

16.5.1. Se a CONTRATANTE pretender utilizar imagens que impliquem direitos de imagem e som de voz, constantes da cópia mencionada no inciso II do subitem 18.5, adotará as medidas cabíveis para a remuneração dos detentores desses direitos, nos termos da legislação.

16.6. A CONTRATANTE poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Nesses casos, quando couber, a CONTRATADA ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos das peças e o submeterá previamente à CONTRATANTE.

17. FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente da CONCORRÊNCIA Nº XX/2025, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Local e Data

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Cargo do Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PROCURADORIA JURÍDICA

Objeto: PARECER INICIAL

Repartição: Secretaria de Administração e Planejamento e demais Secretarias

A espécie: Concorrência Eletrônica nº 002/2025.

Objeto: contratação de uma agência de publicidade e propaganda, para prestação de serviços técnicos de divulgação de campanhas institucionais que por ela venham a ser desenvolvidas e diversos serviços de publicidade de interesse da Administração Pública do município de Três Barras do Paraná-PR

Prazo: 12 (doze) meses podendo ser prorrogado

Atendendo ao solicitado no memorando do sr. Prefeito Municipal, datado de 06/01/2025, segue a manifestação desta Assessoria sobre a necessidade de elaboração de procedimento licitatório para fins de ser aferida a regularidade dos atos praticados para a realização da Licitação na modalidade Concorrência Pública, que tem como objeto a contratação de uma agência de publicidade e propaganda, para prestação de serviços técnicos de divulgação de campanhas institucionais que por ela venham a ser desenvolvidas e diversos serviços de publicidade de interesse da Administração Pública do município de Três Barras do Paraná-PR.

Para instruir os autos, foi acostado ao presente pedido, além de outros, os seguintes documentos:

a. Portaria de Nomeação de agentes de contratação
b. Documento de Formalização de Demanda
c. Estudo Técnico Preliminar
d. Termo de Referência
e. Despacho de encaminhamento do Prefeito Municipal
f. Parecer Contábil e Financeiro
g. Minuta do Edital e anexos

Contém ainda, a comprovação de dotação orçamentária específica e autorização da autoridade administrativa, além das respectivas minutas a serem analisadas.

O preço estabelecido para os serviços supra identificados, indicados pela Administração Pública é na ordem de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Conveniente esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é pautada na documentação exibida, abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que a análise em comento toma por base os documentos e informações constantes dos autos, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos prestados pelos agentes públicos consignatários.

É o relatório, passa-se ao parecer.

Para a adoção da modalidade Concorrência, conforme o art. 6º XXXVIII da Lei nº 14.133/2021, o objeto a ser licitado deve ser utilizado para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto.

Sendo adotado no presente processo o critério de julgamento pela técnica e preço, com atribuição de 40% do peso na melhor técnica e 60% do menor preço (maior percentual de desconto). A avaliação de técnica e preço será julgada por uma comissão de três jornalistas contratados mediante processo de inexigibilidade.

Há de se esclarecer que não há no presente, pesquisa de preços, visto que os valores serão referenciados pela Tabela SINAPRO-PR.

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação contém, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido, atendendo aos requisitos do Artigo 18 da Lei nº 14.133/2021.

O Termo de Referência atende de maneira suficiente aos requisitos legais, nos termos do Artigo 6º, inciso XXIII da Lei nº 14.133/2021, fornecendo subsídios claros aos possíveis interessados em participar do certame licitatório.

Tendo em conta a ausência de dados desarrazoáveis, nos limites dos conhecimentos deste órgão consultivo, é oportuno registrar que a presente contratação é pautada na Lei Federal nº 12.232/2010, para tanto, as regras a serem seguidas já foram definidas pelo órgão citado, contudo o objeto da presente contratação é de responsabilidade exclusiva do(s) subscritor(es) do documento.

Atendo-se às peculiaridades do objeto da presente contratação, vislumbra-se que o termo de referência prevê o prazo e as condições contratuais, havendo regras claras para os licitantes. O prazo de vigência é de 12 meses, podendo ser prorrogado. Também se previu regras específicas para o recebimento do objeto da contratação.

Quanto à fiscalização da contratação, evidenciada a relação de Gestor e Fiscais da contratação, devendo ser dado conhecimento deste à eles.

A justificativa constante no termo de referência, é suficiente para demonstrar a necessidade da contratação.

Considerando-se que o presente certame adotou o formato presencial, visto se tratar de avaliação técnica e preço, há de ser observar as regras dispostas pelo TCE/PR para realização de sessão presencial.

O Processo Licitatório será processado em quatro sessões públicas dos quais serão lavradas atas circunstanciadas dos fatos e assinados pela Comissao Especial de Licitação

A documentação exigida na minuta do Edital está adequada ao objeto da contratação. Além disso, vislumbra-se que além da documentação de regularidade fiscal e trabalhista há a exigência de qualificação técnica-profissional, sendo exigido o Atestado de Capacidade Técnica, e Certificado de Qualificação técnica emitida pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão CENP, que fiscaliza e certifica as condições técnicas das agencias de propaganda conforme o disposto no artigo 4°, §1°, da Lei 12.232/2010, e, nos termos do artigo 67, da NLLC.

No mais, verifica-se que foram preenchidos os requisitos essenciais determinados pela Lei n° 14.133/2021.

Percebe-se adequada a minuta do contrato anexa ao edital, sendo que prevê as cláusulas essenciais dispostas no Art. 92 da Lei 14.133/21.

Por fim, assim entender Vossa Senhoria o Prefeito Municipal, para apreciação e autorização, ou não, nos termos da Lei n° 14.133/2021, acerca de todo o aqui referido, e entendendo necessário, remeta-se à Controladoria Interna para análise.

S.M.J.. É o parecer.

Três Barras do Paraná, 19 de fevereiro de 2025.

Marcos Antonio Fernandes
OAB/PR 21.238

ESTADO DO PARANÁ

Município de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 20 de fevereiro de 2025.

De: **Gabinete do Prefeito Municipal**
Para: **Departamento de Licitações**

Considerando as informações e os pareceres contidos no presente processo, **AUTORIZO o PROCESSO LICITATÓRIO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei N° 14.133/2021, para a **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.**

Solicito ainda, após autuação, que promova as formalidades necessárias à contratação, incluindo todas as publicidades dos atos conforme exigências da legislação vigente.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

TERMO DE INDICAÇÃO E CIÊNCIA DE FISCAL DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Eu, GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, indico os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato/Ata de Registro de Preços disposto do Procedimento Licitatório com o objetivo de **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR**, resultantes do Processo Administrativo N° 02/2025.

a) **RAQUEL LAIZ RUBIO CHIQUIN**, Diretora de Departamento de Cultura, CPF nº 101.XXX.XXX-50, Fiscal Titular da Secretaria Municipal de Cultura.

b) **ANA CLAUDIA MANICA**, Diretora do Departamento Compras, CPF nº 061.xxx.xxx-28, fiscal suplente.

Ficam cientes os fiscais designados para zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Lei N° 14133/2021, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) Recusar os serviços/produtos executados/entregues em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Na ausência do fiscal titular designado, fica o suplente responsável pela condução das atividades descritas neste termo.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

RAQUEL LAIZ RUBIO CHIQUIN
Fiscal Titular

ANA CLAUDIA MANICA
Fiscal Suplente

ESTADO DO PARANÁ
Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
CAPITAL DO FEIJÃO

PUBLICADO EM:
12/12/2024
Jornal AMP
Página 447
Edição 3172
Karine
Ass. Responsável

DECRETO nº 6091/2024
DATA: 11/12/2024

SÚMULA: Estende a competência da Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, nomeada pelo Decreto 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5732/2024, de 14/03/2024, para a modalidade de Concorrência e dispensa e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estendida a competência da Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, nomeada pelo Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5732/2024, de 14/03/2024, para a modalidade de Concorrência e Dispensa.

Art. 2º. A Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, na modalidade de Concorrência e Dispensa será composta dos seguintes agentes públicos:
I-Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.960.809-81;
II- Luana Cistina Reffatti CPF 826.xxx.xxx-30
III – Carlos Sniezko CPF nº 925.xxx.xxx-68;
IV – Karine Fernanda Skorupa CPF nº 089.xxx.xxx-76 (suplente)
V- Fabiane Zancanaro CPF nº 060.xxx.xxx-60 (suplente)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de dezembro de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 03/2025

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)

DATA DA PRIMEIRA SESSÃO PÚBLICA: 08/04/2025 – 09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO, AFERIDOS PELA MAIOR PONTUAÇÃO, RESULTADO DA SOMA ENTRE A PONTUAÇÃO TÉCNICA E A PONTUAÇÃO VALORES.

MODO DE DISPUTA: FECHADO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 03/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MELHOR TÉCNICA E MAIOR DESCONTO PERCENTUAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133/2021 de 01 de abril de 202, Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores e Lei nº 12.232/2010 de 29 de abril de 2010, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, forma **PRESENCIAL**, tipo avaliação **TÉCNICA E PREÇO (MELHOR TÉCNICA E MAIOR DESCONTO PERCENTUAL)**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.**

1.2. Data da Primeira Sessão Pública: 08/04/2025 às 09h00.

1.3. Endereço: sala do Departamento de licitação da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, situado na Avenida Brasil, nº 245, CEP: 85.485-003, Centro, Três Barras do Paraná-PR

1.4. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.5. Se no dia supracitado não houver expediente, ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da (s) dotação (ões) orçamentária (s):

a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.39.00

b) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.39.00

c) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.39.00

d) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.39.00

e) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.39.00

f) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.39.00

g) 06.02.08.243.0023.6.001.000.3.3.90.39.00

h) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

i) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.39.00

j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.39.00

k) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

l) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.39.00

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

a) Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

b) Lei Federal nº 12.232/2010 de 29 de abril de 2010;

c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

d) Decretos Municipais nº 5478 e 5479 de 30 de agosto de 2023;

e) Decretos Municipais nº 5302, 5303, 5304, 5305, 5306, 5307, 5308 e 5309 de 27 de março de 2023.

4.2. Os serviços serão realizados na forma de execução indireta, em regime por preço unitário, sob a égide da Lei nº 12.232/2010, mediante a aplicação, de forma complementar, das Leis Federais nº 4.680/1965 e nº 14.133/2021.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atuem no ramo pertinente ao objeto licitado e que atendam integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como às exigências estabelecidas neste edital.

5.2. Será permitida **exclusivamente a participação de agências de publicidade** cujas atividades sejam regidas pela Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, e que possuam certificado de qualificação técnica de funcionamento, conforme disposto no artigo 4º, caput, da Lei nº 12.232/2010.

5.3. Microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o tratamento favorecido nos limites previstos pela Lei Complementar nº 123/2006.

5.3.1. O benefício descrito no item anterior será concedido exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário da realização desta licitação, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados excedam a receita bruta máxima permitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.4. Não poderão participar desta licitação:

5.4.1. Pessoas físicas ou jurídicas que, na data de abertura do certame, estejam impossibilitadas de participar de licitações em virtude de sanções aplicadas, incluindo:

5.4.1.1. Declaração de inidoneidade por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, nas esferas federal, estadual ou municipal;

5.4.1.2. Suspensão de participação em licitações ou impedimento de contratar com o Município de Três Barras do Paraná;

5.4.1.3. Licitantes que atuem em substituição a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de fraudar a sanção aplicada. O impedimento também será aplicável às empresas controladoras, controladas ou coligadas do licitante, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta de personalidade jurídica.

5.4.2. Licitantes que mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade contratante, agentes públicos envolvidos na licitação ou na fiscalização e gestão do contrato, ou com cônjuges, companheiros ou parentes dessas pessoas, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

5.4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.4.4. Pessoas físicas ou jurídicas que, nos cinco anos anteriores à publicação deste edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por:

a) Exploração de trabalho infantil;

b) Submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo;

c) Contratação de adolescentes em situações vedadas pela legislação trabalhista.

5.4.5. Sociedades estrangeiras não autorizadas a operar no território nacional.

5.4.6. Agentes públicos vinculados ao órgão ou entidade licitante, seja de forma direta ou indireta, bem como situações que configurem conflito de interesses durante ou após o exercício de cargo ou função pública.

5.4.6.1. A vedação também se aplica a terceiros que auxiliem na condução da contratação, incluindo integrantes de subcomissões técnicas, equipes de apoio, profissionais especializados ou representantes de empresas que prestem assessoria técnica.

5.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) atuando nessa condição.

5.4.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. Os interessados poderão esclarecer eventuais dúvidas diretamente no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, localizado na Avenida Brasil, nº 245, Centro, Três Barras do Paraná-PR. O atendimento ocorre no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

6.2. O Edital também estará disponível para consulta no Portal da Transparência, acessível pelo site oficial do Município de Três Barras do Paraná (www.tresbarras.pr.gov.br).

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O credenciamento terá início 30 (trinta) minutos antes do começo da sessão e será encerrado, para fins de recebimento, impreterivelmente no horário marcado para o início do certame.

7.2. Durante os trabalhos relativos ao certame licitatório somente será permitida a intervenção de um representante legal por licitante, que estiver legalmente constituído e for devidamente identificado e credenciado a tal fim, podendo somente representar uma empresa, devendo indicar se estará participando com a MATRIZ ou com a FILIAL.

7.3. Quando a licitante se fizer representar por procurador, este deverá apresentar procuração por instrumento público ou particular, da qual conste poder para a prática dos atos inerentes ao certame.

7.3.1. O instrumento de procuração (público ou particular) deverá estar acompanhado do contrato, requerimento do empresário ou estatuto social, bem como de suas alterações em vigor, devidamente registrados (ou outro instrumento equivalente), e cópia do documento de identidade (ou outro documento oficial que contenha foto) acompanhado do original para conferência, daquele que for representar a licitante.

7.4. Quando a licitante se fizer representar por diretor, sócio, gerente ou proprietário, este deverá apresentar para aferir sua capacidade de representação o contrato, requerimento do empresário ou estatuto social, bem como suas alterações em vigor, devidamente registrados (ou outro instrumento equivalente), além de cópia do documento de identidade (ou outro documento oficial que contenha foto) acompanhado do original para conferência.

7.5. A apresentação de todas as alterações contratuais a que se refere o edital poderá ser substituída pelo contrato social consolidado e todas as alterações posteriores.

7.6. Todas as licitantes deverão apresentar no momento do credenciamento, além dos documentos anteriormente mencionados:

7.7. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21, assinada pelo representante legal da empresa e/ou profissional contábil.

7.7.1. A não apresentação do documento supracitado implica na impossibilidade do exercício das prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 123/2006, tal declaração poderá ser firmada no momento do credenciamento pelo representante legal.

7.8. Os documentos serão verificados no início dos trabalhos e deverão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por funcionário desta Administração; por publicação em Órgão de Imprensa Oficial, via simples do documento com confirmação da autenticidade através da internet se for o caso ou ainda, por cópia acompanhada do respectivo original, para conferência e autenticação na própria sessão.

7.9. Se presente o representante da licitante, os documentos necessários para o credenciamento deverão ser apresentados fora dos invólucros (envelopes de Proposta Técnica e Proposta Comercial) e deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação quando solicitado os quais deverão integrar o processo de licitação. Na hipótese de não comparecimento de representante legal, os documentos elencados nos itens **7.3** a **7.5**, com exceção da cópia do documento de identidade (ou outro documento oficial que contenha foto), conforme o caso e a declaração exigida no Item **7.7**, se for o caso, deverão ser inseridas no INVÓLUCRO Nº 03 - PROPOSTA TÉCNICA: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO.

7.10. A Comissão Especial de Licitação verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.4 do edital (Critérios de Vedação de Participação), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.10.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou Cadastro de Fornecedores de Três Barras do Paraná.

7.10.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc

7.10.3. Cadastro de Empresas e Pessoas punidas por trabalho a condições análogas às de escravo.

7.10.4. Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx

7.11. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

7.12. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão Especial de Licitação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.13. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.14. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.15. Constatada a existência de sanção, o licitante será o licitante será excluído do certame, por falta de condição de participação.

8. DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. INVÓLUCROS: Os invólucros deverão estar devidamente fechados e lacrados, exceto a via não identificada que será apresentado sem fechamento (aberto), e devem ser entregues à própria Comissão Especial de Licitação no dia, horário e local designado para a realização da sessão pública.

8.2. ENTREGA DA PROPOSTA TÉCNICA: A Proposta Técnica deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação acondicionada nos Invólucros nº 1, nº 2 e nº 3, conforme será especificado nos próximos itens.

8.2.1. <u>INVÓLUCRO Nº 1 (não identificado)</u>: No Invólucro nº 1 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada.

8.2.1.1. Só será aceito o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada que estiver acondicionado no invólucro padronizado, fornecido pela Comissão Especial de Licitação.

8.2.1.2. O invólucro destinado à apresentação da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária será padronizado e fornecido previamente pelo Departamento de Licitações da Prefeitura de Três Barras do Paraná, sito a Avenida Brasil, nº 245, CEP: 85485-000, Centro, Três Barras do Paraná/PR, a partir da disponibilidade do Edital de Licitação.

8.2.1.2.1. Será fornecido somente 01 (um) invólucro para cada proponente.

8.2.1.3. O Invólucro nº 1 relativo à via não identificada da proposta técnica deverá estar sem fechamento (aberto), sem lacres, sem rubrica ou qualquer outro sinal que permita a identificação.

8.2.1.4. Para preservar o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária até a abertura do Invólucro nº 2, o Invólucro nº 1 não poderá:

8.2.1.4.1. Ter nenhuma identificação.

8.2.1.4.2. Apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante.

8.2.1.4.3. Estar danificado ou deformado pelas peças, material ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante.

8.2.2. INVÓLUCRO Nº 2: No Invólucro nº 2 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada.

8.2.2.1. A via identificada do plano de comunicação publicitária terá o mesmo teor da via não identificada, contudo, não é necessária a reapresentação dos exemplos de peças referentes à ideia criativa.

8.2.2.2. O Invólucro nº 2 deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 02 - PROPOSTA TÉCNICA: PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – VIA IDENTIFICADA CONCORRÊNCIA Nº 03/2025.
(RAZÃO SOCIAL)
(Nº DO CNPJ)

8.2.2.3. O Invólucro nº 2 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8.2.3. INVÓLUCRO Nº 3 No Invólucro nº 3 deverão estar acondicionados os documentos referentes à Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

8.2.3.1. O Invólucro nº 3 deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 03 - PROPOSTA TÉCNICA: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03/2025.
(RAZÃO SOCIAL)
(Nº DO CNPJ)

8.2.3.2. O Invólucro nº 3 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8.3. ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇOS: A Proposta de Preços deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação acondicionada no Invólucro nº 4.

8.3.1. INVÓLUCRO Nº 4: O Invólucro nº 4 deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 04 – PROPOSTA COMERCIAL CONCORRÊNCIA Nº 03/2025 **(RAZÃO SOCIAL)** **(Nº DO CNPJ)**

8.3.2. O Invólucro nº 4 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8.4. ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: No Invólucro nº 5 deverão estar acondicionados os Documentos de Habilitação.

8.4.1. O Invólucro com os Documentos de Habilitação será recebido em data futura, depois da classificação final das licitantes, em sessão pública que será previamente marcada e anunciada pela Comissão Especial de Licitação.

8.4.2. Os Documentos de Habilitação deverão estar acondicionados no Invólucro nº 5, que deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 05 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03/2025 (RAZÃO SOCIAL) **(Nº DO CNPJ)**

8.4.3. O Invólucro nº 5 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

9. DA PROPOSTA TÉCNICA – Primeiro, Segundo e Terceiro Invólucros.

9.1. A proposta técnica deverá:

9.1.1. Ser apresentada em 03 (três) invólucros distintos, sendo que:

9.1.1.1. O invólucro nº 1 deverá conter a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

9.1.1.2. O invólucro nº 2 deverá conter a via identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

9.1.1.3. O invólucro nº 3 deverá conter as demais informações integrantes da proposta técnica (Capacidade de Atendimento; Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação).

9.1.2. A Proposta Técnica deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

9.1.3. A proposta técnica abrange o Plano de Comunicação Publicitária, pertinente às informações expressas no briefing, e de um conjunto de informações referentes ao proponente, nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010.

9.1.4. O Plano de Comunicação Publicitária deverá ser apresentado pelos licitantes em 02 (duas) vias, uma sem a identificação de sua autoria e outra com a identificação.

9.1.5. Com exceção das tabelas, planilhas e gráficos integrantes do plano de mídia e não mídia, o formato para apresentação do plano de comunicação publicitária deverá obedecer ao modelo padrão citado.

9.1.6. Para efeito de avaliação e elaboração do Plano de Comunicação Publicitária, a licitante deverá apresentar uma campanha institucional simulada de acordo com o briefing, conforme Anexo, constante neste edital, com verba compatível e duração de 30 (trinta) dias, incluindo custos de produção e veiculação.

9.1.7. A Simulação da Campanha Publicitária deverá observar os seguintes pontos:

9.1.7.1. Ficam a critério da licitante os veículos a serem considerados na simulação de mídia.

9.1.7.2. Para fins de cálculo da distribuição de verba para a produção e veiculação da campanha simulada, a licitante utilizará como referencial máximo o montante de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

9.1.7.3. Na campanha simulada, as licitantes deverão utilizar-se dos preços de tabelas praticados pelos veículos de divulgação (valores brutos), vigentes na data de publicação do Aviso, relativo à esta concorrência e dos custos de produção, sem honorários sobre eles incidentes, e sem aplicar desconto sobre os valores a serem praticados pelas licitantes.

9.1.7.3.1. Os preços de tabelas praticados pelos veículos de comunicação devem ser os de tabela cheia e bruta, vigentes na data de publicação do Aviso de Licitação.

9.1.7.4. Com relação a campanha publicitária simulada vencedora, fica a critério do Contratante decidir pela sua produção e veiculação, com ou sem modificações, na vigência do contrato.

9.2. Plano de comunicação publicitária - via não identificada

9.2.1. O Plano de Comunicação Publicitária, pertinente às informações expressas no briefing, deve ser apresentado:

9.2.1.1. Em caderno único, com espiral, capa preta, lisa, em polipropileno

9.2.1.2. Contracapa em papel A4 branco, 90 g/m², em branco.

9.2.1.3. Conteúdo impresso em papel A4, branco, com 75 g/m², orientação retrato.

9.2.1.4. Margens: de 3 cm a esquerda e 2 cm a direita, de 3 cm na parte superior e inferior com 2 cm, a partir da borda.

9.2.1.5. Títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos.

9.2.1.6. Espaçamento simples entre linha duplo.

9.2.1.7. Alinhamento justificado do texto.

9.2.1.8. Texto numeração, fonte Arial, tamanho 12, estilo normal. Não será permitida redação em caixa alta, e uso de fonte negrito e/ou sublinhada.

9.2.1.9. Numeração em todas as páginas, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos, no canto inferior direito.

9.2.1.10. Sem identificação da licitante.

9.3. O **Plano de Comunicação Publicitária** (via não identificada), pertinente às informações expressas no *Briefing*, deverá englobar os seguintes quesitos:

9.3.1. Raciocínio Básico: apresentado na forma de texto, contendo no máximo 02 (duas) laudas, em papel sulfite A4 75 g/m², fonte Arial (normal), tamanho da fonte 12, na cor preta, espaçamento entre linhas e parágrafos de 1,5, sendo 30 (trinta) linhas por lauda, em que a licitante deverá demonstrar o seu conhecimento sobre as informações contidas no *Briefing*, descrevendo:

a) uma análise das características e especificidades da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná e do seu papel no contexto no qual se insere;

b) um diagnóstico relativo às necessidades de comunicação publicitária identificadas;

c) a sua compreensão acerca dos desafios e dos objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing*.

9.3.2. Estratégia de Comunicação Publicitária: apresentada sob a forma de texto, contendo no máximo 04 (quatro) laudas, em papel sulfite A4 75 g/m², fonte Arial, tamanho da fonte 12, na cor preta, espaçamento entre linhas de 1,5, sendo 30 (trinta) linhas por lauda, indicando e defendendo as linhas gerais da proposta para superar os desafios e alcançar os objetivos de comunicação, com base no *Briefing*, compreendendo:

a) explicitação e defesa do tema e do conceito que fundamentam a proposta de solução publicitária;

b) proposição e defesa dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária, especialmente: o que dizer; a quem dizer; como dizer; quando dizer; porque dizer e quais meios, instrumentos ou ferramentas de divulgação utilizar.

9.3.3. Ideia criativa: apresentada sob a forma de exemplos de peças publicitárias, corporificando sua proposta de solução para os desafios e objetivos de comunicação, conforme explicitado pela licitante na Estratégia de Comunicação Publicitária.

9.3.3.1. Deverão ser apresentadas SOMENTE as seguintes peças:

a) 01 (um) *layout* de meia página para jornal de modelo *standard*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

b) 01 (um) *layout* de página inteira para revista, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

c) 01 (um) roteiro para *spot* de rádio, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2, sendo proibida a apresentação de CD ou qualquer outro formato de mídia gravado;

d) 01 (um) *layout* de *banner* para o site da Câmara (728 x 90 pixels), a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

e) 01 (um) *layout* de *banner* para internet (outros sites), a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

f) 02 (dois) *layouts* de *post* (jpg/gif + texto) para *Facebook*, a serem apresentados em papel sulfite A4 75 g/m^2;

g) 01 (um) *layout* de *post* (jpg + texto) para *Instagram*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

h) 01 (um) *layout* de *post* carrossel (jpg + texto) para *Instagram*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

i) 01 (um) roteiro para vídeo de *YouTube*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2, sendo proibida a apresentação de *storyboard*, bem como de DVD ou qualquer outro formato de mídia gravado.

9.3.3.2. A não apresentação de quaisquer das peças relacionadas no subitem precedente ou a sua apresentação com especificação diversa da exigida implica a desclassificação da licitante.

9.3.4. Estratégia de Mídia e Não Mídia, apresentada em papel sulfite A4 75 g/m^2, constituída de:

a) apresentação em que a licitante explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação

publicitária por ela sugerida e em função da verba referencial indicada no *Briefing*, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas;

b) simulação de plano de distribuição em que a licitante identificará todas as peças publicitárias destinadas à veiculação, exposição ou distribuição, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas.

9.3.4.1. Da simulação do plano de distribuição deverá constar resumo geral com informações sobre, pelo menos:

a) o período de veiculação, exposição ou distribuição das peças publicitárias;

b) as quantidades de inserções das peças em veículos de divulgação;

c) os valores (absolutos e percentuais) dos custos internos da agência em relação à cada peça publicitária;

d) os valores (absolutos e percentuais) dos investimentos alocados em veículos de divulgação, separadamente por meios;

e) os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção e na execução técnica de cada peça publicitária.

9.3.4.2. Todas as peças publicitárias integrantes da relação prevista no *subitem 9.3.3.1* deverão estar contempladas na Estratégia de Mídia e Não Mídia proposta.

9.3.4.2.1. As peças para *Facebook*, *Instagram* e *YouTube* poderão ser contempladas por meio de publicações orgânicas e/ou impulsionadas/patrocinadas, a critério de cada licitante, de acordo com a estratégia por ela recomendada para suprir os desafios e os objetivos de comunicação da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná.

9.3.4.3. As peças a serem identificadas na Estratégia de Mídia e Não Mídia, para veiculação, exposição ou distribuição, restringem-se àquelas listadas no subitem 6.4.3.1, estritamente conforme as especificações de cada uma, não se permitindo o uso de peça ou elemento não previsto ou de especificação ou tamanho diversos do estabelecido, sob pena de desclassificação.

9.3.4.4. Está autorizada a utilização do meio revista com período de veiculação superior ao previsto no *Briefing*.

9.3.5. A via identificada do Plano de Comunicação Publicitária terá o mesmo teor da via não identificada, sem os exemplos de peças referentes à Ideia Criativa.

9.4. A **Capacidade de Atendimento** (envelope n. 03) será composta dos seguintes quesitos:

9.4.1. Currículo Resumido, em papel sulfite A4 75 g/m^2, com a qualificação e a quantificação dos profissionais colocados à disposição da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, de no máximo 05 (cinco) linhas por profissional, exigindo-se pelo menos um profissional para cada um dos seguintes setores: criação, atendimento e mídia.

9.4.2. Repertório da Licitante, constituído de peças publicitárias concebidas e veiculadas, expostas ou distribuídas pela agência.

9.4.2.1. A licitante deverá apresentar:

a) 02 (dois) anúncios ou peças impressas;

b) 02 (duas) peças para rádio, apresentadas em CD ou DVD.

9.4.2.2. As peças publicitárias devem ter sido veiculadas, expostas ou distribuídas a partir de maio de 2023.

9.4.2.3. As peças gráficas poderão ser apresentadas em papel A4 ou A3 dobrado, agrupadas ao restante do material.

9.4.2.4. Para cada peça publicitária, deverá ser apresentada ficha técnica, de no máximo 01 (uma) lauda, com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e a identificação da licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo que divulgou a peça.

9.4.2.5. As peças publicitárias não podem referir-se a trabalhos solicitados ou aprovados pela Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, no âmbito de seus contratos com agência de propaganda outrora realizado.

9.4.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, em que serão descritas soluções publicitárias propostas pela licitante e implementadas por seus clientes, na superação de desafios de comunicação.

9.4.3.1. A licitante deverá apresentar 02 (dois) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, cada um com o máximo de 03 (três) laudas. Cada Relato:

I – Deverá ser descrito na forma de texto, em papel sulfite A4 75 g/m^2, fonte Arial, tamanho da fonte 12, na cor preta, espaçamento entre linhas e parágrafo de 1,5, sendo 30 (trinta) linhas por lauda;

II – Deverá ser elaborado pela licitante, em papel que a identifique;

III – deverá contemplar nome, cargo ou função e assinatura de funcionário da licitante responsável por sua elaboração;

IV – Não pode referir-se a ações publicitárias solicitadas ou aprovadas pela Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, no âmbito de seus contratos com agência de propaganda outrora realizado.

9.4.3.2. Os Relatos de que trata o item 6.5.3 devem ter sido implementados a partir do mês de maio de 2023.

9.4.3.3. É permitida a inclusão de até 02 (duas) peças publicitárias, independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça, em cada Relato, observando-se as seguintes regras:

I – As peças eletrônicas deverão ser fornecidas em DVD ou CD;

II – As peças gráficas poderão ser apresentadas em papel A4 ou A3 dobrado, agrupadas ao restante do material;

III – para cada peça publicitária, deverá ser apresentada ficha técnica, de no máximo 01 (uma) lauda, com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e a identificação da licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo que divulgou a peça.

9.4.4. Sistemática de Atendimento, em papel sulfite A4 75 g/m², discriminando-se os prazos, não superiores a 10 (dez) dias, a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha e na elaboração de plano de mídia.

9.5. O conjunto de informações a que se refere a Proposta Técnica será avaliado através do Plano de Comunicação Publicitária e da Capacidade de Atendimento de cada licitante.

9.6. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de 40 (quarenta) pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

9.6.1. Plano de Comunicação Publicitária – 25 (vinte e cinco) pontos, nos quais:

a) Raciocínio Básico: 05 (cinco) pontos;

b) Estratégia de Comunicação Publicitária: 5 (cinco) pontos;

c) Ideia Criativa: 10 (dez) pontos;

d) Estratégia de Mídia e Não Mídia: 5 (cinco) pontos.

9.6.2. Capacidade de Atendimento – 15 (quinze) pontos, nos quais:

a) Currículo Resumido, com a qualificação e quantificação dos profissionais: 03 (três) pontos;

b) Repertório da Licitante: 04 (quatro) pontos;

c) Relatos de Solução de Problemas de Comunicação: 05 (cinco) pontos;

d) Sistemática de Atendimento: 03 (três) pontos.

9.7. A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas de cada membro da Subcomissão Técnica.

9.8. A nota final da Proposta Técnica de cada licitante corresponderá à soma das notas dos quesitos.

9.9. As folhas e todos os quesitos da Proposta Técnica, antes de serem colocados no respectivo envelope, deverão ser agrupados **com grampo trilho de plástico, na cor branca, vedada a utilização de capa dura ou encadernação de qualquer tipo ou modelo, inclusive espiral.**

10. PROPOSTA COMERCIAL – QUARTO INVÓLUCRO

10.1. A proponente deverá elaborar a sua proposta conforme o Modelo de Proposta de Preços (descontos) constante no Anexo III deste Edital.

10.1.1. Para a Proposta de Preços (maior desconto) deverão ser observadas as práticas de mercado, conforme estabelece o inciso V do art. 6º da Lei nº 12.232/2010.

10.2. A proposta comercial abrange os descontos que serão oferecidos pelos licitantes relativos a custos internos da agência, bem como os honorários a serem cobrados do contratante, referentes à produção de peças e matérias cuja confecção ou distribuição não proporcione a licitante o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros.

10.3. A proposta comercial deverá conter, sob pena de desclassificação:

10.3.1. O desconto sobre os custos internos de produção da própria licitante, apurado em relação à tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (Sinapro) vigente, em observância ao inciso XXI do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

10.3.2. O desconto a ser concedido sobre o "*desconto-padrão da agência*" de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

10.4. A nota da Proposta de Preços está limitada ao máximo de 60 (sessenta) pontos e será apurada conforme metodologia a seguir:

10.4.1. Percentual de Desconto sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do SINAPRO-PR (Sindicato das Agências de Propaganda) vigente:

Tabela 02: Percentual de Desconto sobre os Custos Internos (SINAPRO-PR)

Desconto Sobre Tabela SINAPRO	PONTOS
50%	0
51%	1
52%	2
53%	3
54%	4
55%	5
56%	6
57%	7
58%	8
59%	9
60%	10
61%	11

62%	12
63%	13
64%	15
65%	17
66%	19
67%	21
68%	23
69%	26
70%	30

10.4.2. Percentual de desconto sobre honorários referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição não proporcione à licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros (sobre o *"desconto-padrão da Agência - 20%*):

Tabela 03: O desconto a ser concedido na remuneração de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

Desconto ofertado sobre o percentual de comissão	PONTOS	% da Comissão
0%	0	20%
5%	2	19%
10%	4	18%
15%	6	17%
20%	9	16%
25%	12	15%
30%	15	14%
35%	18	13%
40%	21	12%
45%	25	11%
50%	30	10%

10.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.6. No caso de apresentação de proposta com mais de duas casas decimais, as casas excedentes serão desconsideradas, permanecendo a obrigação da proponente pela proposta que resultar da retificação.

10.7. No valor proposto deverão estar computados todos os valores necessários para o atendimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, encargos diretos e indiretos,

encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, taxas e tarifas, fretes, seguro, custos inerentes à aquisição, transporte, armazenamento e utilização de materiais a serem empregados na execução do serviço.

10.8. Os descontos ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.9. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.10. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação.

10.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

10.12. Será considerada como já incluída no custo de produção qualquer remuneração devida a terceiros em decorrência da cessão de direitos por tempo limitado, ou total e definitiva.

10.13. A proposta deverá ser redigida no idioma Português (Brasil) e apresentada em 01 (uma) via original, contendo o número e a modalidade de licitação deste Edital, sem rasuras e a última contendo data, assinatura e identificação do signatário e conter preferencialmente dados bancários (número da conta corrente e o número e endereço da agência bancária).

10.14. Visando dar celeridade ao processo, a proponente poderá preencher preferencialmente em sua proposta os dados comerciais solicitados nos itens a e b do modelo de proposta constante do Anexo III deste edital.

10.15. Os documentos serão verificados no início dos trabalhos e deverão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por funcionário desta Administração; por publicação em Órgão de Imprensa Oficial, via simples do documento com confirmação da autenticidade através da internet se for o caso ou ainda, por cópia acompanhada do respectivo original, para conferência e autenticação na própria sessão.

10.16. Caso a empresa não possua representante credenciado à sessão, deverá apresentar além das certidões elencadas no item 7.9 do edital, documento(s) que comprove(m) a capacidade (poderes) do signatário que assinar a proposta, conforme exigência contida no mencionado item.

10.17. Os respectivos documentos devem ser apresentados preferencialmente na ordem de numeração e em papel timbrado da licitante.

10.18. Não deverão conter alternativas de preços ou qualquer condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.19. Havendo discrepância entre o valor expresso em algarismo e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.

10.20. A apresentação da proposta pela licitante implica na aceitação deste edital, incluídos seus anexos, bem como das normas legais que regem a matéria e, se por ventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

11. DA HABILITAÇÃO:

11.1. Os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelas licitantes classificadas no julgamento final das propostas, nos termos dos art. 6º, inciso I, e art. 11§ 4º, inciso XI, da Lei 12.232/2010, por intermédio das disposições contidas abaixo.

11.2. Para fins de habilitação, os licitantes poderão utilizar o cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou Certificado de Registro Cadastral expedido pelo "Setor de Cadastro de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná/PR", em substituição aos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica (quando a opção está disponível no referido cadastro), assegurado aos licitantes, caso manifestem interesse, vistas aos documentos que compõem os referidos cadastros.

11.2.1. O licitante não cadastrado no SICAF e/ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná/PR deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste Edital.

11.2.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.2.3. A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema e para o licitante cadastrado no Município de Três Barras do Paraná a consulta será realizada mediante o documento Certificado de Registro Cadastral que deverá ser incluído dentro do invólucro de habilitação.

11.2.4. A verificação pela Comissão Especial de Licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.2.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou Cadastro de Fornecedores de Três Barras do Paraná deverão ser incluídos dentro do invólucro de habilitação.

11.2.6. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por funcionário da Unidade que

realiza a licitação; por publicação em Órgão de Imprensa Oficial, via simples do documento com confirmação da autenticidade através da internet se for o caso ou, por cópia acompanhada da respectiva via original, para conferência e autenticação na própria sessão.

11.2.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.4. Ressalvado o disposto no item 9.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.5. Habilitação Jurídica:

11.5.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.5.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado no órgão competente, acompanhado, conforme o caso, da prova de seus administradores ou da diretoria em exercício.

11.5.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.5.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.5.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e todas as alterações posteriores.

11.6. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

11.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.6.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU).

11.6.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.6.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.6.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais Mobiliários e Imobiliários da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.

11.6.5.1. Para empresas sediadas em municípios em que a Certidão Municipal não seja conjunta, deverão ser apresentadas Certidão de Tributos Municipais Mobiliários e Certidão de Tributos Municipais Imobiliários.

11.6.5.2. Relativo aos tributos municipais imobiliários, caso a licitante não possua imóvel cadastrado em seu nome, a mesma deverá apresentar certidão negativa, expedida pela Prefeitura Municipal de seu domicílio ou sede, comprovando esta situação ou declaração da licitante (sob as penas da lei) de que não possui imóvel, conforme modelo constante do Anexo IV.

11.6.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

11.6.7. Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

11.6.8. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação acima requisitada para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista ainda que com alguma restrição.

11.7. Qualificação Econômico-Financeira:

11.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.8. Qualificação Técnica:

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

13.13.1. O disposto no subitem precedente não se aplica aos casos em que o descumprimento de regras previstas neste Edital resulte na identificação da licitante antes da abertura dos Invólucros nº 2.

13.13.2. As planilhas previstas nos itens 13.10 e 13.12 conterão, respectivamente, as pontuações de cada membro para cada quesito e subquesito do Plano de Comunicação Publicitária de cada licitante e as pontuações de cada membro para os quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação de cada licitante.

SEGUNDA SESSÃO

13.14. Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas (invólucros nº 1 e nº 3), respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, a Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes, na forma do item 22.17 deste Edital, para participar da segunda sessão pública.

13.15. Realização de sessão pública para apuração do resultado geral das propostas técnicas, com os seguintes procedimentos:

13.15.1. Abertura dos invólucros com a via identificada do Plano de Comunicação Publicitária (invólucro nº 2).

13.15.2. Cotejo entre as vias identificadas (invólucro nº 2) e não identificadas (invólucro nº 1) do plano de comunicação publicitária, para identificação de sua autoria.

13.15.3. Elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada proposta técnica.

13.15.4. Proclamação do resultado do julgamento geral da proposta técnica, registrando-se em ata as propostas desclassificadas e a ordem de classificação.

13.15.5. Abertura do prazo para que as licitantes possam manifestar a sua intenção de recorrer.

13.16. Publicação do resultado do julgamento da proposta técnica, com a indicação dos proponentes desclassificados e da ordem de classificação organizada pelo nome dos licitantes.

13.17. Além das demais atribuições previstas neste Edital, caberá à Subcomissão Técnica manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, se solicitado pela Comissão Especial de Licitação.

TERCEIRA SESSÃO

13.18. A Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes classificadas na Proposta Técnica para participar da terceira sessão pública, com a seguinte pauta básica.

13.19. Realização de sessão pública para abertura dos invólucros com as Propostas de Preços (invólucro nº 4), cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.

13.20. Serão colocados à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos invólucros nº 4.

13.21. Analisar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências deste Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las de acordo com os critérios nele especificados.

13.22. Atribuir notas as Propostas de preço, e, sendo o caso, desclassificação das licitantes que não atenderem ao exigido neste Edital e dar conhecimento do resultado aos representantes das licitantes presentes.

13.23. Elaboração da classificação geral em ordem crescente dos valores das Notas Finais, declarando vencedora da fase classificatória a licitante que tenha obtido a maior Nota Final.

13.24. Abertura do prazo para que as licitantes possam manifestar a sua intenção de recorrer.

13.25. Publicação do resultado do julgamento final das propostas, com a indicação dos proponentes desclassificados e da ordem de classificação organizada pelo nome dos licitantes.

QUARTA SESSÃO

13.26. A Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes classificadas para participar da quarta sessão pública.

13.27. Convocação dos licitantes classificados no julgamento final das propostas para apresentação dos documentos de habilitação.

13.28. Recebimento e abertura do invólucro com os documentos de habilitação (invólucro nº 5) dos licitantes previstos no item 13.27 deste edital, em sessão pública, para análise da sua conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e neste instrumento convocatório.

13.29. Colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos invólucros nº 5.

13.30. Decisão quanto à habilitação ou inabilitação dos licitantes previstos no item 13.27 deste instrumento convocatório e abertura do prazo para interposição de recurso.

13.31. Reconhecida a habilitação dos licitantes, na forma dos itens 13.27, 13.28 e 13.30 deste edital, será homologado o procedimento e adjudicado o objeto licitado.

13.32. Ocorrendo a hipótese do empate ficto criado pela Lei Complementar nº 123/06, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte que tiver formulado a melhor proposta dentro do patamar do percentual legal, poderá apresentar nova proposta que deverá ter valor inferior ao da melhor proposta, impreterivelmente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão.

13.32.1. Caso a microempresa e/ou empresa de pequeno porte decline expressamente em ata a intenção de apresentar nova proposta, os trabalhos prosseguirão.

13.32.2. A situação descrita nos itens 13.32 e 13.32.1 aplicam-se para os casos em que a proposta melhor classificada não tiver sido elaborada por uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.33. Após iniciada a sessão de abertura da licitação, não cabe mais à licitante proponente a retirada dos invólucros de proposta e habilitação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

13.34. Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor.

13.35. Da (s) sessão (ões) deverá (ao) ser lavrada (s) ata (s) circunstanciada(s), que mencionará(ao) a(s) licitante(s) concorrente(s); as alegações que houver e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, cuja(s) ata(s) deverá(ao) ser assinada(s) por todos os presentes.

13.35.1. Os invólucros das licitantes remanescentes ficarão à disposição das empresas no Departamento de Compras e Licitações para devolução. Caso a empresa não retire seu invólucro em até 30 (trinta) dias após a homologação do resultado da licitação, os mesmos serão destruídos, ainda lacrados, sem que de seu conteúdo se tome conhecimento, independentemente de notificação, intimação ou qualquer outra forma de aviso.

14. JULGAMENTO:

14.1. A análise das propostas técnicas, das propostas de preços e dos documentos de habilitação deverá observar o cumprimento de todas as condições estabelecidas na Lei nº 12.232/2010, com aplicação subsidiária das condições estabelecidas na Lei nº 14.133, Lei Complementar nº 123/06 e demais normas aplicáveis, bem como no presente edital e seus anexos.

14.1.1. Será desclassificado o proponente que apor, a qualquer parte da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, marca (inclusive dobraduras), sinal ou palavra que possibilite a identificação antes da abertura do invólucro contendo a via identificada.

14.1.2. Será desclassificado o proponente que apor ao invólucro destinado às informações de que trata o artigo 6º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010 (via não identificada), assim como aos documentos nele contidos, informação, marca (inclusive dobraduras), sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique a autoria do Plano de Comunicação Publicitária, em qualquer momento anterior à abertura dos invólucros contendo a via identificada.

14.1.3. Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem propostas com valor superior à verba destinada, ou que consignarem preços inexequíveis.

14.1.4. O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada nos termos deste edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo a aplicação de sanções previstas neste edital.

14.2. No julgamento da proposta serão verificados os descontos apresentados, observando-se que a presente licitação é do tipo TECNICA E PREÇO.

14.3. Será declarada vencedora a Proponente que obtiver a maior NOTA FINAL (NF).

14.4 De acordo com o artigo 10 da Lei nº 12.232/2010, as propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 03 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o Município.

14.4.1. A relação dos nomes dos membros escolhidos foi publicada no Diário Oficial do Município, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que foi realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

14.5. As Propostas Técnicas das licitantes serão julgadas pela Subcomissão Técnica, mediante critério de Técnica e Preço, adotando-se a nota máxima de 40 (quarenta) pontos para Proposta Técnica e 60 (sessenta) pontos para Proposta de Preços (descontos). Com base nisto, serão levados em consideração os seguintes fatores:

14.6. Para o julgamento das propostas serão verificadas as seguintes disposições:

14.6.1. Proposta Técnica:

14.6.1.1. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de setenta pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

14.6.1.1.1. Plano de Comunicação – Nota Máxima = 25 (vinte e cinco) pontos:

14.6.1.1.1.1. Raciocínio Básico: Acuidade de compreensão. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

a) Características da contratante significativas para a comunicação publicitária;

b) Natureza, extensão e qualidade das relações da contratante com o seu público;

b) Papel da contratante na área social, política e econômica.

14.6.1.1.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos.

a) Adequação do conceito e do tema proposto à natureza, qualificação e ao problema de comunicação da contratante;

b) Consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em sua defesa;

c) Capacidade evidenciada de despertar novas relações com o público-alvo e ampliar esse desdobramento positivo para a comunicação do contratante com a sociedade.

14.6.1.1.1.3. Ideia Criativa: Nota Máxima = 10 (dez) pontos

a) Adequação ao problema específico de comunicação;

b) Multiplicidade de interpretações pertinentes aos objetivos estratégicos traçados;

c) Cobertura do público-alvo através destas interpretações;

d) Originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

e) Simplicidade da forma sobre a qual se apresenta;

f) Pertinência às atividades da contratante e à sua inserção na sociedade;

g) Coesão dos desdobramentos comunicativos, conforme demonstração nas peças apresentadas;

h) Adequação da ideia criativa, ou seja, a linguagem das peças interagindo de maneira uniforme com os meios propostos.

14.6.1.1.1.4. Estratégia de Mídia. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

Adequação da mídia escolhida ao objeto de comunicação proposto;

a) Adequação da linguagem do anúncio ao veículo escolhido;

b) Conhecimento dos hábitos de comunicação do público-alvo, adequando os aos meios, conforme objetivos estratégicos planejados;

c) Consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores;

d) Economia na aplicação da verba destinada;

e) Otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

14.6.1.1.2. Capacidade de Atendimento. Nota Máxima = 15 (quinze) pontos;

14.6.1.1.2.1. Curriculum resumido, com qualificação e quantificação dos profissionais, 03 (três) pontos:

a) A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato;

b) Sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas na execução do contrato, inclusive prazos a serem cumpridos para a criação da campanha e elaboração do plano de mídia;

c) Segurança técnica e operacional nos procedimentos contidos na proposta.

14.6.1.1.2.2. Repertório. Nota Máxima = 04 (quatro) pontos

a) A ideia criativa e sua pertinência;

b) A clareza da exposição;

c) A qualidade da execução e do acabamento.

14.6.1.1.2.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação. Nota Máxima = 05 (cinco) pontos;

a) A concatenação lógica da exposição;

b) A evidência de planejamento publicitário;

c) A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;

d) A relevância dos resultados apresentados.

14.6.1.1.2.4. Sistemática de Atendimento – nota máxima = 03 pontos.

a) nesse quesito, obterá 5 (cinco) pontos a licitante que discriminar:

a.1) para a criação de peça avulsa, prazo igual ou inferior a 02 (dois) dias;

a.2) para a criação de campanha, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias;

a.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias.

b) obterá 3,35 (três vírgula trinta e cinco) pontos a licitante que discriminar:

b.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 03 (três) e 05 (cinco) dias;

b.2) para a criação de campanha, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias;

b.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias.

c) obterá 1,70 (um vírgula setenta) pontos a licitante que discriminar:

c.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 06 (seis) e 10 (dez) dias;

c.2) para a criação de campanha, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias;

c.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias.

d) obterá nota zero a licitante que discriminar prazos superiores a 10 (dez) dias.

14.6.1.2. A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas de cada membro da Subcomissão Técnica.

14.6.1.3. A nota final da proposta técnica de cada licitante corresponderá à soma das notas dos quesitos.

14.6.1.4. Com respaldo no inciso X do art. 6º da Lei nº 12.232/2010, a presente contratação estabelecerá que as peças constantes dos quesitos Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação devam ter sido implementadas num prazo de até 5 (cinco) anos. Tal exigência busca proporcionar condições isonômicas às agências concorrentes, apoiar o julgamento da Subcomissão Técnica e evitar que as agências apresentem trabalhos muito antigos que não correspondam às suas competências técnicas atuais.

14.6.1.5. A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída a um quesito ou subquesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito ou do subquesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos previstos neste Edital.

14.6.1.6. Persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do quesito ou subquesito, os membros da Subcomissão Técnica, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao quesito ou subquesito reavaliado, que será assinada por todos os membros da Subcomissão e passará a compor o processo desta licitação.

14.6.2. Proposta de Preços:

14.6.2.1. Será desclassificada a Proposta de Preços que:

14.6.2.1.1. Contiver vícios insanáveis.

14.6.2.1.2. Apresentar preços inexequíveis.

14.6.2.1.3. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

14.6.2.1.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.6.2.1.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser

efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.6.2.1.6. Apresentar qualquer acréscimo aos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (Sinapro) vigente, a título de ressarcimento dos custos internos dos trabalhos realizados pela própria agência.

14.6.2.2. Os quesitos de descontos a serem valorados são os integrantes da Proposta Comercial, conforme modelo constante no Anexo IV.

14.6.2.3. No julgamento da Proposta de Preços, a Comissão Especial de Licitação atribuirá o máximo de 60 (sessenta) pontos, conforme tabela abaixo:

14.6.2.3.1. Percentual de Desconto sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do SINAPRO PR (Sindicato das Agências de Propaganda) vigente.

14.6.2.3.2. Percentual de desconto sobre honorários referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição não proporcione a licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros (sobre a comissão de 20%):

14.7. Avaliação Final das Propostas:

14.7.1. Apuradas as Notas Técnicas (NT) e as Notas de Preços (NP), será calculada a Nota de Final (NF) de cada Proponente, adotando-se a seguinte fórmula:

NF = NT (máximo 40 pontos) + NP (máximo 60 pontos)

Onde:

NF = Nota Final;
NT = Nota Técnica;
NP = Nota de Preço.

14.7.2. A classificação das Proponentes far-se-á em ordem crescente dos valores das Notas Finais (NF).

14.7.3. Será declarada vencedora a Proponente que obtiver a maior NOTA FINAL (NF).

14.7.4. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas – Notas Finais, será considerada vencedora a proposta com maior pontuação, sucessivamente:

a) Plano de Comunicação;

b) Capacidade de Atendimento;

c) Repertório;

d) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

14.7.5. Para fins de julgamento das propostas, será utilizada como parâmetro a Nota Final de Avaliação (NF), sendo considerado empate:

14.7.6. Nas situações em que duas ou mais propostas de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, apresentarem a mesma nota final de avaliação (NF) ou duas ou mais

propostas de licitantes não enquadrados como microempresa e/ou empresa de pequeno porte apresentarem a mesma nota final de avaliação (NF).

14.7.7. Nas situações em que a proposta apresentada pela microempresa e/ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 10% (dez por cento) inferior à melhor proposta não enquadrada como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, considerando como base de cálculo a nota final de avaliação.

14.7.8. Para as situações previstas no item 14.7.7 deste edital, a classificação será realizada da seguinte forma: a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preços, sendo que a Comissão Especial de Licitação efetuará novo cálculo com o novo valor proposto, utilizando-se das etapas constantes dos itens 14.7.1 e 14.7.2. Outrossim, para que o objeto licitado seja adjudicado em favor da licitante beneficiada, a nota final de avaliação deverá ser superior àquela considerada mais bem classificada do certame (desde que não seja micro ou empresa de pequeno porte), vedada a inclusão de novos documentos para a majoração da pontuação técnica, situação em que a empresa beneficiada só poderá alterar a proposta de preços, visando uma melhor nota final de avaliação; não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da letra a acima, serão convocadas as remanescentes (microempresa ou empresa de pequeno porte) que porventura se enquadrem na hipótese do item 14.7.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.7.9. No caso de empate nas notas de Avaliação Final (NF), apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno que estejam enquadradas na hipótese do subitem **14.7.7**, a primeira a apresentar oferta será decidida por sorteio a ser realizado pela Comissão Especial de Licitação.

14.7.10. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 14.7.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente declarada vencedora.

14.7.11. Para os fins do item 14.7.8, se a microempresa e/ou a empresa de pequeno porte não estiver presente na sessão pública, então será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, para a sua manifestação acerca de uma nova proposta ou não.

14.7.12. As situações descritas nos itens **14.7.4** ao **14.7.11**, serão julgadas somente após efetuados os cálculos para a aferição da Nota Final de Avaliação (NF) das propostas.

14.8. Habilitação:

14.8.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da

administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.8.1.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

14.8.1.2. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

14.8.1.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.8.2. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão Especial de Licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos.

14.8.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

14.8.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

14.8.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.8.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.8.5. A documentação de que trata este edital deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura da sessão.

14.8.6. Caso não conste prazo de validade no próprio documento ou em clausula específica deste edital ou no SICAF, será considerado o prazo de validade de até 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

14.8.7. A Comissão Especial de Licitação poderá aferir por meio do balanço patrimonial apresentado, os índices contábeis solicitados, nos casos que a licitante deixar de apresentar por escrito e em folha separada os cálculos exigidos neste edital.

14.8.8. Até a assinatura do instrumento de contrato o licitador poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo das sanções cabíveis, havendo conhecimento de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

14.8.9. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação e ou comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

15.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

15.3. Contenha vícios insanáveis;

15.4. Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

15.5. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

15.6. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

15.7. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

15.8. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

15.9. A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

15.10. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições dos valores unitários.

15.11. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

15.12. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

15.13. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

15.14. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

15.15. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou comissão de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

15.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação ou comissão de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

15.17. Havendo necessidade, o Agente de Contratação ou comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

15.18. Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação ou comissão de contratação, por meio eletrônico pela aba "documentos complementares", **a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no que couber. Planilha está fornecida pelo município a qual faz parte da pasta técnica integrante do edital, disponibilizada no Portal Transparência do Município.**

16. DA HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelas licitantes classificadas no julgamento final das propostas, nos termos dos art. 6º, inciso I, e art. 11§ 4º, inciso XI, da Lei 12.232/2010, por intermédio das disposições contidas abaixo.

16.2. Para fins de habilitação, os licitantes poderão utilizar o cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou Certificado de Registro Cadastral expedido pelo "Setor de Cadastro de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná/PR", em substituição aos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica (quando a opção está disponível no referido cadastro), assegurado aos licitantes, caso manifestem interesse, vistas aos documentos que compõem os referidos cadastros.

16.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR):

(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).

16.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.3.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

16.3.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

16.3.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

16.3.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

16.3.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

16.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

16.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

16.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16.6. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

16.7. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

16.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

16.7.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

16.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

16.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

16.7.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

16.7.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

16.8. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

16.8.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

16.8.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

16.8.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

16.8.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

16.8.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

16.8.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

16.9. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.9.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

16.10. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL exigirá a apresentação dos seguintes documentos, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

16.11. DEVERÁ AINDA, APRESENTAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

a) **ANEXO III** – Proposta de Preço (no caso: proposta de desconto);

b) **ANEXO IV** – Declaração Conjunta.

16.12. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

16.12.1. As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

16.12.2. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME ou EPP.

16.12.3. Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa, empresas de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta de maior preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

16.12.4. Ocorrendo o empate acima descrito, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

16.12.5. No caso de ME ou EPP ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

16.12.6. Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente, a Comissão de contratação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (edital, e-mail e publicação na imprensa oficial).

16.12.7. Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos neste item, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP remanescentes que se enquadrem nesta hipótese, segundo a ordem de classificação.

16.12.8. Na hipótese de não contratação de ME ou EPP, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

16.12.9. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

16.12.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

16.12.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

17. DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.3.1. Qualquer licitante poderá, de forma imediata, durante o prazo de 10 (dez) minutos concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.3.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo estipulado no item 15.2 acima, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

17.3.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.3.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apreciação. Posteriormente, o recurso será encaminhado com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no sitio http://www.tresbarras.pr.gov.br através do "Link" – "LICITAÇÕES".

18. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

18.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

18.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

18.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor global em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e por extenso (Artigo 12° da Lei N° 14.133/2021).

18.3.1. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

18.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

18.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

18.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1°, da Lei Complementar N° 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico: WhatsApp e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

20.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação ou Comissão de Licitação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

20.3. Será facultado à Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

20.4. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. Após a homologação do resultado desta concorrência, a licitante vencedora será convocada para assinar o instrumento de contrato em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação a este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e no presente edital.

21.2. A intimação poderá se dar via e-mail ou por meio de publicação no Órgão Oficial de Imprensa do Município.

21.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.4. Quando o licitante convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, a Administração poderá convocar outra licitante, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, conforme procedimento descrito no art. 90, §2º e §4º, da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital exceto aos licitantes convocados nos termos do §6º deste mesmo artigo mencionado.

21.5. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para assinar o contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

21.6. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, será verificada se o licitante vencedor mantém as mesmas condições de habilitação, conforme art. 91, §4º da Lei nº 14.133/21.

21.7. Farão parte integrante do contrato o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.

21.8. O contrato se regerá pela Lei nº 12.232/2010, pelas cláusulas e disposições nele constantes, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições subsidiárias contidas na Lei nº 14.133/21, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou no contrato ou instrumento equivalente não mencionadas.

21.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto no 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

21.10. A Administração providenciará a publicação do extrato de contrato e de seus eventuais aditamentos.

21.11. O prazo de execução é o constante do objeto, sendo que o prazo de vigência se inicia na data de assinatura do contrato e tem o seu termo final previsto quatro meses após o prazo final da execução.

21.12. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

21.13. Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração conforme critérios estabelecidos no instrumento contratual anexo a este edital.

22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

22.1. O licitante vencedor deverá executar os serviços, objeto desta licitação nos termos do Edital e seus anexos.

22.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as exigências contratuais;

22.2.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

22.2.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

22.2.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pelo serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

22.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

23. CRITÉRIO DE PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

23.1. Pelos serviços prestados, a CONTRATADA será remunerada conforme disposto nesta Cláusula.

23.1.1. Honorários, conforme Proposta de Preço, sobre os valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Paraná título de ressarcimento dos custos internos dos serviços executados pela CONTRATADA, referentes a peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.1.1.1. Os layouts, roteiros e similares reprovados não serão cobrados pela CONTRATADA.

23.1.1.2. A CONTRATADA se compromete a apresentar, antes do início dos serviços, planilha detalhada com os valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Paraná e com os preços correspondentes a serem cobrados da CONTRATANTE, conforme previsto no Subitem **23.1.1**, acompanhada de exemplar da referida tabela impressa pelo Sindicato ou autenticada por ele.

23.1.2. Honorários, conforme Proposta de Preços, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação e divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.1.3. Honorários, conforme Proposta de Preços, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes:

21.1.3.1. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do presente contrato, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste.

23.1.3.2. À renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando sua distribuição/veiculação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.1.3.3. À reimpressão de peças publicitárias.

23.1.3.3.1. Para fins do disposto no subitem **23.1.3.3**, entende-se por reimpressão a nova tiragem de peça publicitária que não apresente modificações no conteúdo ou na apresentação, em relação à edição anterior, exceto eventuais correções tipográficas ou pequenas atualizações de marcas e datas.

23.1.4. Honorários, conforme Proposta de Preços, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas

inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.2. Os honorários de que tratam os subitens **23.1.2**, **23.1.3** e **23.1.4** serão calculados sobre o preço efetivamente faturado, a ele não acrescido o valor dos tributos cujo recolhimento seja de competência da CONTRATADA.

23.3. A CONTRATATADA não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela CONTRATANTE, de créditos que a esta tenha sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação.

23.4. Despesas com deslocamento e diárias de profissionais da CONTRATADA, de seus representantes ou de fornecedores de bens e de serviços especializados por ela contratados são de sua exclusiva responsabilidade.

23.4.1. Quando houver a autorização excepcional da CONTRATANTE para o ressarcimento dessas despesas, deverão ser apresentados todos os comprovantes de pagamento dos deslocamentos e diárias, a fim de aferir a execução e assegurar o reembolso pelo valor líquido, sem a incidência de honorários.

23.5. As formas de remuneração estabelecidas nesta cláusula poderão ser renegociadas, no interesse da CONTRATANTE, quando da renovação ou da prorrogação deste contrato.

DESCONTO DE AGÊNCIA

23.6. Além da remuneração prevista anteriormente, a CONTRATADA fará jus ao desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 e com o art. 7º do Regulamento para Execução da Lei nº 4.680/1965, aprovado pelo Decreto nº 57.690/1966.

23.6.1. O desconto de que trata o subitem precedente é concedido à CONTRATADA pela concepção, execução e distribuição de publicidade, por ordem e conta da CONTRATANTE, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010.

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS

23.7. Para a liquidação e pagamento de despesas referentes a bens e serviços especializados, previamente autorizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar:

I - A correspondente nota fiscal que será emitida em nome da CONTRATANTE da qual constará número deste contrato e informações para crédito em conta corrente.

II - A primeira via do documento fiscal do fornecedor de bens e de serviços especializados ou do veículo de divulgação, que será emitido em nome da CONTRATANTE.

III - os documentos de comprovação da veiculação, da execução dos serviços e, quando for o caso, da sua entrega.

23.8. Os documentos de cobrança e demais informações necessárias à comprovação da execução e entrega dos serviços para a liquidação e pagamento de despesas deverão ser encaminhadas pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

23.8.1. O gestor ou fiscal deste contrato somente atestará os documentos para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuadas.

23.9. A liquidação de despesas será precedida das seguintes providências a cargo da CONTRATADA.

– Execução de serviços internos: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I e III do subitem **23.7**;

- Intermediação e supervisão, pela CONTRATADA, de bens e de serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem **23.7**;

- Bens e serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem **23.7**;

- Veiculação: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 23.7, da demonstração do valor devido ao veículo de divulgação, dos correspondentes pedidos de inserção e, sempre que possível, do respectivo relatório de checagem, a cargo de empresa independente, nos termos do inciso III do subitem.

23.10. Na ocorrência de falha local em uma programação em rede nacional de mídia eletrônica, além das providências previstas no inciso III do subitem anterior, a CONTRATADA deverá apresentar documento do veículo de divulgação com a descrição da falha e do respectivo valor a ser abatido na liquidação.

23.11. É da responsabilidade da CONTRATADA observar rigorosamente os preços de tabela de cada inserção e dos respectivos descontos, de que trata o art. 15 da Lei nº 12.232/2010, por ocasião da apresentação dos planos de mídia à CONTRATANTE.

23.12. O pagamento das despesas será feito fora o mês de produção ou veiculação, em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos previstos nos subitens **23.7** e **23.8**.

23.13. No tocante à veiculação, além do previsto no inciso III do subitem **23.8**, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sem ônus para a CONTRATANTE, os seguintes comprovantes:

I - Revista: exemplar digitalizado;

II – Jornal ou similar: página com o anúncio digitalizado, da qual devem constar as informações sobre período ou data de circulação, nome do Jornal e praça;

III - demais meios: relatório de checagem de veiculação.

23.14. Antes da efetivação dos pagamentos será realizada a comprovação de regularidade da CONTRATADA, mediante consulta on-line, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no site do Tribunal Superior do Trabalho.

23.14.1. Se a CONTRATADA não estiver cadastrada no SICAF ou se sua situação no sistema apresentar documentação obrigatória vencida, deverá apresentar Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.

23.15. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a CONTRATANTE, a seu juízo, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

23.15.1. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

23.16. Considera-se etapa, para fins do subitem **23.15**, os serviços prestados pela CONTRATADA relativo aos os bens e serviços especializados prestados por fornecedores e as contratações de espaços ou tempos publicitários, junto a veículos de divulgação.

23.17. A CONTRATANTE não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

23.18. A CONTRATANTE não pagará nenhum compromisso, assumido pela CONTRATADA, que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros. Cabe à CONTRATADA efetuar os pagamentos a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação em até 10 (dez) dias após o recebimento da ordem bancária da CONTRATANTE, pela agência bancária pagadora.

23.18.1. A CONTRATADA informará à CONTRATANTE os pagamentos efetuados a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação a cada ordem bancária de pagamento emitida pela CONTRATANTE e encaminhará relatório até o décimo dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

23.18.1.1. Os dados e formato dos controles serão definidos pela CONTRATANTE, e os relatórios deverão conter pelos menos as seguintes informações: data do pagamento da CONTRATANTE, data do pagamento da CONTRATADA, número da nota fiscal, valor pago e nome do favorecido.

23.18.2. O não cumprimento do disposto nos subitens **23.18** e **23.18.1** ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da CONTRATADA, até que seja resolvida a pendência.

23.18.3. Não solucionada a pendência no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da CONTRATANTE, ficará caracterizada a inexecução contratual por parte da CONTRATADA.

23.18.4. Caracterizada a inexecução contratual pelos motivos expressos no subitem **21.18.5**, a CONTRATANTE, nos termos da Cláusula Décima Quarta, poderá optar pela rescisão deste contrato ou, em caráter excepcional, liquidar despesas e efetuar os respectivos pagamentos diretamente aos fornecedores ou aos veículos de divulgação, conforme o caso.

23.18.6. Para preservar o direito dos fornecedores e veículos de divulgação em receber com regularidade pelos bens e serviços especializados prestados e pela venda de espaço ou tempo, a CONTRATANTE poderá instituir procedimento alternativo de controle para efetuar os pagamentos mediante repasse, pela CONTRATADA, dos valores correspondentes aos fornecedores e veículos de divulgação, em operações bancárias concomitantes.

23.18.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

23.19. A CONTRATANTE, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigado pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.

PRAZO DE PAGAMENTO

23.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

23.21. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

23.22. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

23.23. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e

Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso.

FORMA DE PAGAMENTO

23.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

23.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

23.27. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

23.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

23.29. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município.

24. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

24.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

24.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

24.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

24.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Concorrência;

24.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

24.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

24.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

24.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

24.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

24.2. São obrigações do Fornecedor:

24.2.1. Executar o objeto, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

24.2.2. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, a ela afetos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste edital e seus anexos.

24.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir os serviços que entregar, sem ônus para a CONTRATANTE, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

24.2.4. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

24.2.5. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 121, da Lei nº 14.133/21, com as alterações dela decorrentes.

24.2.6. Garantir a melhor qualidade dos serviços, atendidas as especificações e normas técnicas de produção para cada caso, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.

24.2.7. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital (art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/21).

24.2.8. Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

24.2.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato.

24.2.10. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

24.2.11. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados e produtos/materiais a serem empregados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

24.2.12. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no Edital de Licitação.

24.2.13. Observar, rigorosamente, as especificações e técnicas pertinentes a cada serviço a ser executado, assumindo inteira responsabilidade pela execução e eficiência do serviço contratado, de acordo com as especificações técnicas do Edital de Licitação.

24.2.14. Promover condições à fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregados.

24.2.15. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação, bem como as qualificações exigidas nesta Concorrência Pública, sob pena de aplicação de multa e rescisão contratual.

24.2.16. Executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados e de veículos de divulgação – todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela Contratante.

24.2.17. Observar as seguintes condições para o fornecimento de bens e de serviços especializados à Contratante:

24.2.17.1. Fazer cotações prévias de preços para todos os bens e serviços especializados a serem prestados por fornecedores.

24.2.17.2. Só apresentar cotações de preços obtidas junto a fornecedores previamente cadastrados junto à Prefeitura de Três Barras do Paraná, aptos a fornecer à CONTRATADA bens e serviços especializados, relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato.

24.2.17.3. Apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações coletadas entre fornecedores de bens e de serviços especializados cadastrados junto à Prefeitura de Três Barras do Paraná que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido.

24.2.17.4. Exigir dos fornecedores que constem da cotação de bens e de serviços especializados, o detalhamento das especificações que compõem seus preços unitários e total.

24.2.17.5. A cotação deverá ser apresentada em via original, em papel timbrado, com a identificação do fornecedor (nome empresarial completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação (nome completo, cargo na empresa, RG e CPF) e assinatura do responsável pela cotação.

24.2.17.6. Juntamente com a cotação deverão ser apresentados comprovantes de que o fornecedor está inscrito – e em atividade – CNPJ ou no CPF e no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se for o caso, relativos ao seu domicílio ou sede, pertinentes a seu ramo de atividade e compatíveis com o serviço a ser fornecido.

24.2.17.7. Para cada orçamento encaminhado, deve ser observada a presença da seguinte declaração, assinada por funcionário da CONTRATADA responsável pela documentação: "atestamos que este orçamento e seus anexos foram conferidos e estão de acordo com a especificação técnica aprovada e as exigências contratuais".

24.2.17.8. Quando o fornecimento de bens ou de serviços especializados tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global deste contrato, a CONTRATADA coletará orçamentos dos fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização da CONTRATANTE. O Fornecimento de bens ou serviços de valor igual ou inferior R$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais), está dispensado deste procedimento conforme art. 14, parágrafo 3º da lei 12.232/2010.

24.2.17.9. Manter, durante o período de, no mínimo, 05 (cinco) anos, após a extinção deste contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e os materiais produzidos, com informações relativas aos prazos de cessão dos direitos autorais vinculados.

24.2.17.10. Despesas com deslocamento e diárias de profissionais da CONTRATADA, de seus representantes ou de fornecedores de bens e de serviços especializados por ela contratados são de sua exclusiva responsabilidade.

24.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

24.2.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

24.2.20. Responsabilizar-se pela manutenção do seu cadastro atualizado perante o setor cadastral do Município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIMAM/TCE-PR.

24.2.21. Cumprir as demais obrigações constantes do Anexo I do presente Edital.

25. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

25.1. O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da

Lei N° 14.133/2021, e terá duração de **12 (doze) meses,** nos termos do Artigo 105 da Lei N° 14.133/2021.

25.2. Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo 183 da Lei N° 14.133/2021.

26. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

26.1. Os preços serão reajustados automaticamente, considerando que a base de cálculo será um percentual aplicado sobre os valores dos serviços contratados ou sobre a tabela de referência do SINAPRO.

27. PREÇO MÁXIMO

27.1. valor máximo estimado para esta licitação corresponde aos valores estabelecidos na Planilha Orçamentária, totalizando R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

27.2. O percentual de desconto deve abranger, além do lucro, todas as despesas e custos relacionados, incluindo frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, vinculadas à execução do contrato.

28. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

28.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

28.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

28.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

28.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

28.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

28.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

28.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

28.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

28.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

28.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

28.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

28.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

28.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

28.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

28.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2" não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

28.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

28.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

28.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

28.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

29. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

29.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

29.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

29.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, durante o horário normal de expediente,

das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, ou de forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br.

29.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser prestados no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

29.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

29.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

30. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

30.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

30.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

30.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos

financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

30.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

31. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

31.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

31.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Mun. de Saúde, CPF nº 038.xxx.xxx-37;

b) ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação, CPF nº 034.xxx.xxx-70;

c) CLEBERSON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF nº 000.xxx.xxx-95;

d) VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF nº 014.xxx.xxx-30;

e) MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF nº 471.xxx.xxx-00;

f) DANIEL DOS PASSOS HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF n° 047.xxx.xxx-92.

31.1.2. Ficam designadas como fiscais oriundos deste procedimento licitatório, as seguintes:

a) RAQUEL LAIZ RUBIO CHIQUIN, Diretora de Departamento de Cultura, CPF nº 101.xxx.xxx-50, Fiscal Titular da Secretaria Municipal de Cultura.

b) ANA CLAUDIA MANICA, Diretora do Departamento de Indústria e Comércio, CPF nº 061.xxx.xxx-28, fiscal suplente.

31.1.3. Os fiscais titulares serão responsáveis pela fiscalização da execução do objeto. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

31.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no

presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

31.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

31.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

31.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

31.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

32. DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. Ao Prefeito do Município compete anular esta Concorrência por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

32.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão Especial de Licitação.

32.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

32.4. A adjudicação e homologação desta Concorrência competem ao Prefeito do Município, respeitadas as regras de delegação previstas na legislação municipal.

32.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

32.6. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.tresbarras.pr.gov.br através do "Link" – "LICITAÇÕES".

32.7. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

32.8. É facultado à Comissão Especial de Licitação, ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

32.9. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão Especial de Licitação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

32.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, salvo disposição em contrário, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

32.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.12. As normas que disciplinam esta Concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Prefeitura de Três Barras do Paraná, a finalidade e a segurança da contratação.

32.13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.14. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

32.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

32.17. As decisões, resultados, comunicados e informações referentes a este processo licitatório serão disponibilizadas no site www.tresbarras.pr.gov.br

32.18. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Comissão Especial de Licitação.

32.19. A participação do proponente implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

32.20. Serão desconsideradas, para todos os efeitos, quaisquer manifestações que pretenda o licitante atribuir à Comissão Especial de Licitação, que não tenham sido exaradas de modo expresso, escrito e disponibilizado a todos os licitantes, necessariamente decorrentes de impugnações, recursos, questionamentos, ou qualquer tipo de provocação devidamente encaminhada ou protocolada em tempo hábil.

33. DO FORO

31.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas-PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

34. ANEXOS DO EDITAL

32.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) **ANEXO I** – Termo de Referência
b) **ANEXO II** – *Briefing* (roteiro)
c) **ANEXO III** – Modelo de Proposta de Preço (desconto);
d) **ANEXO IV** – Declaração Conjunta;
e) **ANEXO V** - Minuta do Contrato de Prestação de Serviços.

Três Barras do Paraná, 20 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.

1.2. Justificativa do processo ser presencial: Tendo em vista a Lei de Publicidade e Propaganda, nº 12.232/2010, não foi encontrado uma maneira esclarecedora de como realizar este processo eletrônico. Dessa forma será filmado de acordo com as exigências da Lei nº 14.133/2021.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A contratação refere-se à prestação de serviços de publicidade e propaganda institucional, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, e abrange as seguintes atividades:

TABELA 01: ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	*DESCRIÇÃO DO SERVIÇO*	*UND*	*QTDE*	*PREÇO TOTAL MÁXIMO*
01	*Contratação de uma agência de publicidade para prestação de serviços de publicidade, correspondente ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão externa e a divulgação, inclusive internet; criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com as novas tecnologias, visando a expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; elaboração e registro de marcas, expressão de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como a programação visual; execução de ações de consultoria técnica decorrente dessa contratação; execução de serviços de promoção, não compreendido como apoio e patrocínios; planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, o público alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre resultados das campanhas realizadas; demais serviços inerentes à atividade publicitária, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme tabela do SINAPRO.*	*Und*	*01*	*R$ 300.000,00 (Investimento máx. anual)*

2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços contínuos, conforme disposto no Art. 6°, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, conforme a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A fundamentação da contratação, bem como a justificativa para os quantitativos especificados, está detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares, que integram este processo licitatório e apresentam a análise das necessidades e critérios utilizados para definição do objeto e das condições da contratação.

3.2. A contratação em questão foi devidamente incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025, com previsão de execução no mês de fevereiro do referido ano, conforme planejamento estratégico da Administração.

4. LOCAIS DE ENTREGA – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. O local de prestação dos serviços será definido conforme a demanda e o tipo de campanha a ser desenvolvida, podendo ser aplicado em diversos locais do Município e fora dele.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma dos artºs. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta abrange o estudo, planejamento, conceituação, criação e execução de ações publicitárias, tanto em âmbito interno quanto externo. Também inclui a intermediação, supervisão de peças publicitárias e veiculação em diferentes meios de comunicação.

6.2. Fazem parte da solução a realização de pesquisas de mercado, com o objetivo de entender o público-alvo e aprimorar a efetividade das campanhas, além do desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária que acompanhem as tendências tecnológicas e promovam maior impacto nas mensagens e ações da Administração Pública.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. Os serviços a serem realizados pela contratada compreendem:

a) Planejamento e desenvolvimento de campanhas educativas, ações de interesse público e iniciativas institucionais da Prefeitura, utilizando diversos recursos e meios de comunicação para alcançar os objetivos estabelecidos;

b) Realização de pesquisas de perfil social e opinião pública para embasar o desenvolvimento de projetos e campanhas;

c) Planejamento, estudo e concepção de campanhas e peças publicitárias;

d) Criação, produção e execução de jingles, além da elaboração e registro de marcas, expressões publicitárias, logotipos e outros elementos de programação visual;

e) Estudos, pesquisas e desenvolvimento de projetos para veiculação, visando à otimização e à aplicabilidade eficiente dos recursos destinados à promoção de ações e campanhas;

f) Execução, distribuição e veiculação de materiais publicitários em diversos meios de comunicação;

g) Serviços relacionados à veiculação e outras ações de comunicação indispensáveis à execução da política de comunicação social dos órgãos da Administração Direta do Município;

h) Planejamento, produção, organização e execução de eventos relacionados a campanhas educativas e/ou ações sociais de interesse público, além de demais serviços correlacionados;

i) Assessoramento e apoio na execução de ações de promoção e patrocínios;

j) Serviços relacionados a endomarketing, marketing e outras ações de comunicação necessárias para implementar a política de comunicação social dos órgãos da Administração Municipal;

k) Produção de peças de comunicação digital.

7.2. Os serviços de publicidade e propaganda deverão ter caráter educativo, informativo, promocional ou de orientação social, sempre alinhados às estratégias de desenvolvimento socioeconômico de Três Barras do Paraná. A política de comunicação social do Município será pautada pelos seguintes princípios:

a) Informação e transparência dos procedimentos administrativos;

b) Aproximação entre a Administração Pública e os usuários dos serviços;

c) Eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos;

d) Avaliação sistemática dos resultados obtidos.

7.3. Em substituição ao projeto básico contendo as especificações técnicas dos produtos e serviços a serem executados, o edital de licitação para contratação de serviços de publicidade irá disponibilizar um ***briefing*** (roteiro) para subsidiar o desenvolvimento da proposta técnica pelas licitantes. Essa exigência está em conformidade com o inciso II do art. 60 da Lei nº 12.232/2010, e permitirá a adequada avaliação da capacidade técnica das participantes.

7.4. Será permitida a subcontratação de serviços de produção, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 12.232/2010:

> ***Art. 14. Somente pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas pelo contratante poderão fornecer ao contratado bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, nos termos do § 10 do art. 2º da Lei nº 12.232/2010.***

7.5. Será realizada avaliação trimestral com os seguintes objetivos:

a) Verificar a necessidade de melhorias na qualidade dos serviços prestados;

b) Decidir sobre a conveniência de renovar ou, se necessário, rescindir o contrato vigente;

c) Fornecer, quando solicitado pela contratada, declarações de desempenho para comprovação de capacitação técnica em processos licitatórios futuros.

7.5.1. Caso sejam identificadas irregularidades na execução contratual, poderão ser aplicadas retenções ou glosas proporcionais no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis. As situações consideradas irregulares incluem:

7.5.1.1. Não alcançar os resultados previamente acordados;

7.5.1.2. Deixar de executar ou executar com qualidade inferior às atividades contratadas;

7.5.1.3. Não utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los em quantidade ou qualidade inferiores às especificações estabelecidas.

7.6. O prazo de validade da proposta será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrega das propostas. (Art. 69, § 2°, inciso I, da Lei Estadual n° 15.608/07).

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Apresentação de Certificado de Qualificação Técnica de Funcionamento emitido pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão (CENP) ou por entidade equivalente, devidamente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, em conformidade com o disposto no art. 4°, § 1°, da Lei n° 12.232/2010.

8.2. Comprovação de aptidão técnica para a execução de serviços com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou a itens correlatos, mediante apresentação Atestado de Capacidade Técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

8.2.1. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados referentes a serviços executados de forma concomitante.

8.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser emitidos em nome da matriz ou da filial do fornecedor, sendo ambos considerados válidos.

8.2.3. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias para comprovar a autenticidade e a legitimidade dos atestados apresentados. Quando solicitado pela Administração, deverá apresentar, adicionalmente, cópias dos contratos que respaldaram a contratação, endereço atualizado da contratante e local onde o objeto contratado foi executado, bem como outros documentos que se façam necessários à verificação.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. Atribuições da Contratada:

a) Realizar estudo, planejamento, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de campanhas, peças e materiais publicitários para os meios digitais (online e off-line) e impressos;

b) Elaborar marcas, expressões de propaganda, logotipos e outros elementos de comunicação visual;

c) Planejar e executar pesquisas e outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento sobre o mercado, público-alvo, meios de divulgação ou resultados das campanhas realizadas;

d) Produzir e executar tecnicamente as peças e projetos publicitários criados;

e) Desenvolver formas inovadoras de comunicação publicitária, alinhadas às novas tecnologias, com vistas à ampliação dos efeitos das mensagens e ações publicitárias.

9.2. Dinâmica de Execução do Objeto:

9.2.1. Início da Execução: Imediatamente após a assinatura do contrato e/ou emissão da ordem de serviço.

9.2.2. Natureza dos Serviços: Os serviços de publicidade e propaganda terão caráter educativo, informativo, de promoção do município ou de orientação social, alinhados às estratégias de desenvolvimento socioeconômico de Três Barras do Paraná, observando os princípios de:

a) Informação e transparência nos procedimentos administrativos;

b) Aproximação entre a administração pública e os usuários;

c) Eficiência e racionalidade na aplicação de recursos;

d) Avaliação sistemática dos resultados.

9.2.3. Cronograma: Os serviços serão realizados conforme demanda e necessidade de elaboração de campanhas da Prefeitura Municipal.

9.3. Execução Contratual

9.3.1. Fiel cumprimento das cláusulas contratuais: O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas e normas das Leis nº 14.133/2021 e nº 12.232/2010, sendo as partes responsáveis pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3.2. Prorrogação automática: Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro por apostila.

9.3.3. Comunicações formais: Deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica quando apropriado.

9.4. Reuniões e Interações:

9.4.1. Reunião inicial: Após a assinatura do contrato, o Município poderá convocar a contratada para:

a) Apresentação do responsável pela fiscalização;

b) Definição das estratégias de execução;

c) Elaboração do plano complementar de execução;

d) Estabelecimento do método de aferição dos resultados e aplicação de sanções.

9.4.2. Interação contínua: O Município poderá convocar representantes da contratada sempre que achar necessário para adoção de providências imediatas.

9.5. Recebimento do Objeto:

9.5.1. Modalidades de recebimento:

a) Provisório: Pelo fiscal, mediante termo detalhado, no prazo de 5 dias úteis, comprovando o cumprimento de exigências técnicas previstas no contrato;

b) Definitivo: Pelo gestor ou comissão designada, no prazo de 10 dias úteis, comprovando o atendimento das exigências contratuais.

9.5.2. Informações obrigatórias no termo de recebimento:

a) Data e horário do recebimento/executado;

b) Identificação da entrega (produto/serviço);

c) Detalhes do contrato ou nota de empenho;

d) Prazos de execução e vigência contratual.

9.5.3. Registros adicionais: Sempre que possível, incluir fotografias e documentos complementares.

9.6. Obrigações da Contratada:

a) Executar o objeto conforme especificações deste instrumento e do edital de licitação;

b) Não transferir o objeto a terceiros sem prévia anuência da Administração;

c) Reparar, corrigir ou substituir o objeto, às suas expensas, quando detectados vícios ou defeitos;

d) Responder por danos causados à Administração ou terceiros durante a execução do contrato;

e) Fornecer mão de obra qualificada e cumprir todas as exigências legais, como normas de segurança no trabalho e encargos sociais e tributários;

f) Comunicar à Administração qualquer discrepância entre as condições reais e os elementos apresentados;

g) Prestar esclarecimentos sobre os serviços executados, sempre que solicitado;

h) Observar rigorosamente as especificações técnicas e normas vigentes da ABNT e INMETRO;

i) Promover condições à fiscalização dos serviços e manter o cadastro atualizado no setor cadastral do Município;

j) Manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato;

k) Cumprir as condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital de licitação.

9.7. Disposições Finais:

9.7.1. Rejeição do Objeto: O objeto será rejeitado total ou parcialmente se estiver em desacordo com o contrato.

9.7.2. Ajustes de Prazos: Os prazos de recebimento serão definidos no instrumento convocatório e/ou contrato.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. Avaliação da Execução do Objeto: A execução do objeto será avaliada trimestralmente pelo fiscal do contrato, considerando os seguintes critérios:

a) Qualidade do atendimento prestado;

b) Nível técnico dos trabalhos realizados;

c) Resultados concretos das ações de comunicação sugeridas pela contratada;

d) Diversificação dos serviços prestados;

e) Benefícios oriundos da política de preços praticada.

10.2. Remuneração da Contratada: A remuneração da empresa contratada observará as seguintes condições:

a) Honorários sobre Produção de Peças e Materiais por Terceiros:

O Município efetuará o pagamento do valor total à agência contratada, incluindo o percentual correspondente aos seus honorários e o pagamento devido à empresa responsável pela produção das peças ou materiais. O percentual de desconto oferecido pela agência no processo licitatório será aplicado sobre o valor da Tabela Referencial do SINAPRO, já considerando seus honorários.

b) Honorários sobre Outros Serviços Prestados por Terceiros: O Município efetuará o pagamento do valor total, englobando todos os custos cobrados pelos terceiros envolvidos. A agência aplicará o percentual de desconto ofertado na licitação sobre o valor da Tabela Referencial do SINAPRO, o qual incluirá, entre outros:

b.1) Assessoramento e apoio em ações de promoção e patrocínio;

b.2) Desenvolvimento de pesquisas de mercado, opinião, produtos ou serviços;

b.3) Elaboração e registro de marcas, logotipos e elementos visuais.

c) Desconto de Agência: O desconto será aplicado conforme o acordo estabelecido entre o prestador de serviços e a agência. O Município não será parte desse acordo e efetuará o pagamento do valor total, sem qualquer alteração.

d) Vedação à Subcontratação: É proibida a subcontratação de outra agência de publicidade e propaganda.

e) Despesas de Deslocamento: Os custos de deslocamento de profissionais ou representantes da contratada serão de sua exclusiva responsabilidade.

f) Renegociação: As formas de remuneração estabelecidas neste edital, baseadas no percentual de desconto sobre a tabela de valores referenciais, serão fixas e irrenegociáveis durante toda a vigência do contrato, incluindo suas renovações. No entanto, os preços da tabela serão atualizados pelo SINAPRO-PR, conforme as condições de mercado.

10.3. Prazo de Pagamento: O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias úteis após a prestação dos serviços, condicionado à apresentação da Nota Fiscal e à comprovação da regularidade fiscal e financeira da contratada.

10.4. Suspensão de Prazo em Casos Especiais: Em situações de calamidade pública, caso fortuito ou força maior que impeçam a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo será suspenso até sua regularização, respeitando-se a ordem cronológica original da despesa.

10.5. Pagamento Parcial: Na hipótese de insuficiência de recursos financeiros, poderá ser realizado o pagamento parcial, sendo o saldo remanescente mantido na mesma posição na ordem cronológica.

10.6. Modalidade de Pagamento: Os pagamentos serão realizados por ordem bancária, diretamente para a conta corrente indicada pela contratada.

10.7. Retenção Tributária: No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

10.7.1. Independentemente dos percentuais indicados na planilha, os tributos serão retidos de acordo com as alíquotas legais aplicáveis.

10.8. Simples Nacional: Empresas optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerão retenção tributária referente aos impostos abrangidos

por este regime. O pagamento, contudo, estará condicionado à apresentação de comprovação oficial de sua condição.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. Modalidade de Licitação: A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade **Concorrência**, de forma **presencial**, adotando o critério de julgamento **"Técnica e Preço"**. O preço será determinado pelo percentual de desconto aplicado sobre os valores da Tabela de Referência do SINAPRO, sendo o desconto inicial a partir de **50%**.

11.2. Pesos de Avaliação: A avaliação será realizada com a atribuição de **40% do peso à "melhor técnica"** e **60% ao "menor preço"** (maior percentual de desconto), refletindo o compromisso da Secretaria de Administração e Planejamento em equilibrar economicidade e qualidade técnica. O peso de 40% para a técnica permite que a Administração identifique, entre os concorrentes, a proposta que melhor atenderá aos desafios técnicos do contrato, garantindo a execução eficiente e alinhada às necessidades do objeto licitado.

11.3. Justificativa do Critério "Técnica e Preço": A escolha do critério "técnica e preço" baseia-se em fatores que reforçam sua pertinência para a presente contratação:

a) O valor estimado para o certame funciona como limitador do escopo de atuação publicitária, exigindo uma execução eficiente e técnica refinada;

b) A adequada execução contratual requer um nível elevado de qualificação técnica da agência a ser contratada, assegurando o alinhamento aos objetivos do Município e a entrega de resultados satisfatórios.

11.4. Proposta Técnica - Importância: Em uma licitação do tipo "técnica e preço", como no caso presente, as **Propostas Técnicas** desempenham um papel central no processo de seleção. Por meio delas, as agências demonstram sua capacidade técnica e expertise, elementos essenciais para atender às demandas específicas de comunicação do Município.

11.4.1. A Lei nº 12.232/2010, em seu **art. 60, inciso IX**, determina que as licitantes apresentem Planos de Comunicação Publicitária padronizados quanto ao formato, fontes, espaçamento e outros aspectos. Além disso, conforme o **art. 60, inciso IV**, os planos devem ser apócrifos, garantindo maior imparcialidade no julgamento, ao impedir que a reputação de mercado da licitante influencie indevidamente o processo de avaliação.

11.4.2. Transparência no Julgamento: Para assegurar maior objetividade na análise das Propostas Técnicas e possibilitar um controle mais efetivo por órgãos de fiscalização e concorrentes, a metodologia de julgamento exige a elaboração de justificativas escritas para as pontuações atribuídas. Isso está em conformidade com os incisos IV e VI do §4º do art. 11 da Lei nº 12.232/2010.

11.4.3. Estrutura da Proposta Técnica: As Propostas Técnicas deverão ser apresentadas em 03 (três) invólucros separados, conforme descrito abaixo:

- **Invólucro 1:** Via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- **Invólucro 2:** Via identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- **Invólucro 3:** Informações adicionais, incluindo capacidade de atendimento, repertório e relatos de soluções para problemas de comunicação.

11.4.4. As propostas deverão ser redigidas em português, exceto por expressões técnicas de uso comum, sem emendas ou rasuras, e obedecendo ao padrão estabelecido pelo edital.

11.4.5. Plano de Comunicação Publicitária: O Plano de Comunicação Publicitária, baseado nas informações do briefing, deverá ser apresentado em duas vias: uma identificada e outra não identificada. Seu formato deve obedecer ao seguinte padrão:

- **Caderno único:** Encadernado com espiral preto, capa preta em polipropileno liso e contracapa em papel branco 90g/cm^2, demais folhas em papel branco 75g/cm^2).
- **Margens:** 3 cm à esquerda e na parte superior, 2 cm à direita e na parte inferior.
- **Fonte:** Arial, tamanho 12, cor preta, estilo normal.

Além disso, o conteúdo do Plano deve englobar:

- **Raciocínio básico:** Diagnóstico das necessidades de comunicação, análise do ***briefing*** e identificação dos desafios. (Máximo de 2 laudas, 30 linhas por página).
- **Estratégia de Comunicação Publicitária:** Proposta detalhada das estratégias para alcançar os objetivos definidos. (Máximo de 4 laudas).
- **Plano de Mídia e Não Mídia:** Detalhamento técnico, com referência aos valores previstos na tabela do SINAPRO e a verba estipulada de R$ 30.000,00.

11.4.6. Critérios de Avaliação e Pontuação: A pontuação da proposta técnica será distribuída da seguinte forma:

11.4.6.1. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de setenta pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

11.4.6.1.1. Plano de Comunicação – Nota Máxima = 25 (vinte e cinco) pontos:

11.4.6.1.1.1. Raciocínio Básico: Acuidade de compreensão. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

a) Características da contratante significativas para a comunicação publicitária;

b) Natureza, extensão e qualidade das relações da contratante com o seu público;

b) Papel da contratante na área social, política e econômica.

11.4.6.1.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos.

a) Adequação do conceito e do tema proposto à natureza, qualificação e ao problema de comunicação da contratante;

b) Consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em sua defesa;

c) Capacidade evidenciada de despertar novas relações com o público-alvo e ampliar esse desdobramento positivo para a comunicação do contratante com a sociedade.

11.4.6.1.1.3. Ideia Criativa: Nota Máxima = 10 (dez) pontos

a) Adequação ao problema específico de comunicação;

b) Multiplicidade de interpretações pertinentes aos objetivos estratégicos traçados;

c) Cobertura do público-alvo através destas interpretações;

d) Originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

e) Simplicidade da forma sobre a qual se apresenta;

f) Pertinência às atividades da contratante e à sua inserção na sociedade;

g) Coesão dos desdobramentos comunicativos, conforme demonstração nas peças apresentadas;

h) Adequação da ideia criativa, ou seja, a linguagem das peças interagindo de maneira uniforme com os meios propostos.

11.4.6.1.1.4. Estratégia de Mídia. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

Adequação da mídia escolhida ao objeto de comunicação proposto;

a) Adequação da linguagem do anúncio ao veículo escolhido;

b) Conhecimento dos hábitos de comunicação do público–alvo, adequando os aos meios, conforme objetivos estratégicos planejados;

c) Consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores;

d) Economia na aplicação da verba destinada;

e) Otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

11.4.6.1.2. Capacidade de Atendimento. Nota Máxima = 15 (quinze) pontos;

11.4.6.1.2.1. Curriculum resumido, com qualificação e quantificação dos profissionais, 03 (três) pontos:

a) A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato;

b) Sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas na execução do contrato, inclusive prazos a serem cumpridos para a criação da campanha e elaboração do plano de mídia;

c) Segurança técnica e operacional nos procedimentos contidos na proposta.

11.4.6.1.2.2. Repertório. Nota Máxima = 04 (quatro) pontos

a) A ideia criativa e sua pertinência;

b) A clareza da exposição;

c) A qualidade da execução e do acabamento.

11.4.6.1.2.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação. Nota Máxima = 05 (cinco) pontos;

a) A concatenação lógica da exposição;

b) A evidência de planejamento publicitário;

c) A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;

d) A relevância dos resultados apresentados.

11.4.6.1.2.4. Sistemática de Atendimento – nota máxima = 03 pontos.

a) nesse quesito, obterá 5 (cinco) pontos a licitante que discriminar:

a.1) para a criação de peça avulsa, prazo igual ou inferior a 02 (dois) dias;

a.2) para a criação de campanha, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias;

a.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias.

b) obterá 3,35 (três vírgula trinta e cinco) pontos a licitante que discriminar:

b.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 03 (três) e 05 (cinco) dias;

b.2) para a criação de campanha, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias;

b.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias.

c) obterá 1,70 (um vírgula setenta) pontos a licitante que discriminar:

c.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 06 (seis) e 10 (dez) dias;

c.2) para a criação de campanha, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias;

c.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias.

d) obterá nota zero a licitante que discriminar prazos superiores a 10 (dez) dias.

11.4.6.2. A nota final será a soma das pontuações dos quesitos, calculada com base na média aritmética das avaliações dos membros da Subcomissão Técnica.

11.4.7. Exigências Complementares: Conforme o inciso X do art. 60 da Lei nº 12.232/2010, as peças do repertório devem ter sido implementadas nos últimos 5 anos, garantindo que as propostas reflitam as capacidades técnicas atuais das agências concorrentes.

11.5. Critério de Julgamento – PREÇO (maior percentual de desconto) – Peso 60%:

11.5.1. Para a **Proposta de Preços**, deverão ser observadas as práticas de mercado, conforme estabelecido no inciso V do art. 60 da Lei nº 12.232/2010.

11.5.2. A proposta comercial deve incluir os descontos oferecidos pelos licitantes, abrangendo:

- Custos internos da agência.
- Honorários cobrados do contratante, relativos à produção de peças e materiais cuja confecção ou distribuição não proporcione à licitante o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros.

11.5.3. A nota da Proposta de Preços (percentual de desconto) para o processo de seleção será limitada ao máximo de 60 (sessenta) pontos, ou seja, terá peso igual a 60 (sessenta), apurada conforme a metodologia a seguir

11.5.4. A proposta comercial deverá conter, sob pena de desclassificação:

11.5.4.1. O desconto sobre os custos internos de produção da própria licitante, apurado em relação à tabela vigente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (SINAPRO-PR), em conformidade com o inciso XXI do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

Tabela 02: Percentual de Desconto sobre os Custos Internos (SINAPRO-PR)

Desconto Sobre o preço da Tabela SINAPRO	PONTOS
50%	0
51%	1
52%	2
53%	3
54%	4
55%	5
56%	6
57%	7
58%	8
59%	9
60%	10
61%	11
62%	12
63%	13
64%	15
65%	17
66%	19
67%	21
68%	23
69%	26
70%	30

Tabela 03: O desconto a ser concedido na remuneração de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

Desconto sobre o percentual de comissão	PONTOS	% Comissão
0%	0	20%
5%	2	19%
10%	4	18%
15%	6	17%
20%	9	16%
25%	12	15%
30%	15	14%

35%	18	13%
40%	21	12%
45%	25	11%
50%	30	10%

11.5.5. O valor proposto deverá incluir todos os custos necessários para atender ao objeto da licitação, como tributos, encargos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, tarifas, fretes, seguro, transporte, armazenamento e utilização de materiais para execução dos serviços.

11.5.6. Considera-se já incluída no custo de produção qualquer remuneração devida a terceiros, em decorrência da cessão de direitos, seja por prazo limitado, seja total e definitiva.

11.5.7. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto licitado. Não serão aceitas reivindicações de pagamentos adicionais devido a erros ou má interpretação da licitante.

11.5.8. A licitante será integralmente responsável pelo valor cotado. Erros de digitação, especificações incompletas ou valores incorretos poderão resultar na desclassificação da proposta.

11.6. A apresentação da proposta pela licitante implicará a aceitação integral deste edital e seus anexos, bem como das normas legais aplicáveis. Caso declarada vencedora, a licitante deverá cumprir todas as disposições previstas no processo licitatório.

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. A presente contratação não permite a quantificação prévia e detalhada dos produtos e serviços a serem executados durante sua vigência. Diferentemente de serviços de natureza comum, caracterizados por tarefas realizadas de forma mecânica ou conforme técnicas, protocolos e métodos previamente estabelecidos, os serviços de publicidade possuem natureza predominantemente intelectual. Sua execução exige a expertise da agência contratada para a proposição de soluções personalizadas e adequadas aos objetivos de comunicação estabelecidos em cada demanda específica.

12.2. Dessa forma, as particularidades do objeto inviabilizam a elaboração de um orçamento detalhado com base em planilhas de quantitativos e preços unitários. A definição dos produtos e serviços a serem fornecidos dependerá diretamente das soluções publicitárias desenvolvidas e aprovadas ao longo da execução contratual, variando conforme as estratégias de comunicação e as linhas criativas adotadas pela contratada para atender às necessidades de cada campanha.

12.3. Considerando a importância estratégica da política de comunicação institucional, bem como o princípio da transparência e a necessidade de ampliar o alcance das ações junto à crescente população do município, o valor estimado para a presente contratação é de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais).

12.4. Assim, o valor estimado de **R$ 300.000,00** é plenamente justificado pela necessidade de atender às demandas institucionais de maneira eficaz, assegurando o fortalecimento da comunicação pública e o cumprimento do dever de transparência por parte da administração municipal.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.39.00
b) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.39.00
c) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.39.00
d) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.39.00
e) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.39.00
f) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.39.00
g) 06.02.08.243.0023.6.001.000.3.3.90.39.00
h) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00
i) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.39.00
j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.39.00
k) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00
l) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.39.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. A prestação dos serviços será realizada de forma contínua, com início imediato após a assinatura e publicação do contrato, conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual.

15. PENALIDADES

15.1. A Licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846, de 1° de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu Artigo 5° enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e

impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d.1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a Licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As Licitantes devem observar e a Contratada deve observar e fazer observar, por seus Fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais Licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei

Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF nº 038.xxx.xxx-37;

b) ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação, CPF nº 034.xxx.xxx-70;

c) CLEBERSON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF nº 000.xxx.xxx-95;

d) VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF nº 014.xxx.xxx-30;

e) MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF nº 471.xxx.xxx-00;

f) DANIEL DOS PASSOS HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF n° 047.xxx.xxx-92.

17.1.2. Ficam designadas como fiscais deste contrato, as seguintes servidoras:

a) **RAQUEL LAIZ RUBIO CHIQUIN**, Diretora de Departamento de Cultura, CPF nº 101.xxx.xxx-50, Fiscal Titular da Secretaria Municipal de Cultura.

b) **ANA CLAUDIA MANICA**, Diretora do Departamento de Indústria e Comércio, CPF nº 061.xxx.xxx-28, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única,

integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ANEXO II – BRIEFING (ROTEIRO)

1. Introdução

Três Barras do Paraná é um município brasileiro localizado no estado do Paraná, com grande parte de sua população residente na zona rural.

O nome da cidade deriva da confluência de três nascentes que formam o rio Três Barras. O povoado que deu origem ao município era chamado de Encruzo e tem sua história diretamente ligada à de Catanduvas. A partir da década de 1940, a região oeste do estado passou a receber um intenso fluxo migratório, principalmente de famílias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esse movimento populacional contribuiu para a ocupação de áreas inexploradas, promovendo o desenvolvimento agrícola e, consequentemente, o progresso, a estabilidade social e a riqueza cultural da localidade.

Em 1966, por meio de uma lei municipal, foi criado o Distrito Administrativo de Três Barras. Posteriormente, pela Lei Estadual nº 7.305, de 13 de maio de 1980, o município foi oficialmente criado, com território desmembrado de Catanduvas e seu nome alterado para Três Barras do Paraná. A instalação oficial ocorreu em 1º de fevereiro de 1983.

A economia do município é predominantemente baseada na pecuária leiteira e na agricultura. Além disso, a cidade conta com instituições de ensino até o nível médio e oferece transporte para estudantes que frequentam universidades em Cascavel, município vizinho.

---

2. Dados Gerais de Três Barras do Paraná

- **Área territorial:** 504,172 km²
- **IDHM:** 0,72
- **Densidade demográfica:** 22,03 hab./km²
- **População:** 11.135 habitantes
- **PIB per capita:** R$ 36.117,07 (2020)

---

3. Densidade Demográfica

A densidade demográfica do município é de 22,03 habitantes por quilômetro quadrado.

---

4. Área, Altitude e Posição Geográfica

- **Área territorial:** 504,172 km²
- **Altitude:** 562 metros
- **Coordenadas geográficas:**
  - **Latitude:** 25° 24' 2'' Sul
  - **Longitude:** 53° 10' 25'' Oeste

---

5. Transporte

- **PR-471:** Liga o município à BR-277 (60 km).
- **PR-484:** Liga o município a Boa Vista e Quedas do Iguaçu.

---

6. Municípios Limítrofes

O Município de Três Barras do Paraná faz limites com os municípios de: Catanduvas, Boa Vista da Aparecida, Cascavel, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Quedas do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu.

7. Hidrografia

O município integra a bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, sendo banhado por este em sua divisa sul. No Rio Iguaçu, encontra-se a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, cuja represa representa não apenas um potencial energético, mas também uma importante área de lazer, turismo e pesca.

Os principais rios do município são o Adelaide, o Guarani e o Tormenta, todos afluentes do Rio Iguaçu.

8. Clima

O clima de Três Barras do Paraná, segundo a classificação de Köppen, é do tipo **Cfa** (subtropical úmido mesotérmico), caracterizado por verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas concentradas nos meses mais quentes, sem estação seca definida.

9. Vegetação

Cerca de 40% da mata ciliar nativa encontra-se preservada no município. Além disso, Três Barras do Paraná abriga o **Parque Estadual do Rio Guarani**, com 2.230 hectares. A produção de madeira de reflorestamento, com predominância de pinus e eucalipto, também é significativa. Embora essas áreas não componham ecossistemas nativos, elas desempenham um papel relevante na conservação do solo e de outros fatores ambientais.

10. Objetivo da Licitação

A presente licitação tem como objetivo principal divulgar as ações institucionais da Prefeitura de Três Barras do Paraná, promovendo a transparência e incentivando campanhas em setores como saúde, educação, agricultura e assistência social.

Essas campanhas visam orientar, informar e engajar a população em atividades como vacinação, exames preventivos, inscrições em programas sociais e capacitações, promovendo benefícios diretos à sociedade.

No mês de outubro, o município planeja realizar uma campanha de conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama, intitulada **"Outubro Rosa"**.

11. Campanha "Outubro Rosa"

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de mama é o tipo que mais acomete mulheres no Brasil, com uma estimativa de 59.700 casos novos em 2019, resultando em uma taxa de incidência de 51,29 casos por 100 mil mulheres.

A detecção precoce e a redução de riscos são os principais fatores para diminuir a mortalidade, sendo que as chances de cura podem alcançar 95% nos casos diagnosticados precocemente.

Objetivos da Peça Publicitária:

- Oferecer orientações sobre prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama.
- Ampliar o público-alvo para incluir homens, promovendo o engajamento em apoio às mulheres.
- Utilizar mídias tradicionais e digitais para alcançar o maior número de pessoas.

---

12. Especificações da Campanha

- **Público-alvo:** Toda a população de Três Barras do Paraná.
- **Período:** 1º a 31 de outubro de 2025.
- **Região de abrangência:** Município de Três Barras do Paraná.
- **Verba referencial:** R$ 30.000,00.
- **Meios de comunicação:** Incluem rádio, televisão, jornais impressos, internet e outros recursos disponibilizados pela modernidade.
- **Recursos próprios:** A Prefeitura possui site oficial para divulgação.

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 03/2025.

A empresa (RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, (ENDEREÇO COMPLETO), através desta, vem apresentar a proposta comercial relativa à licitação modalidade CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 03/2025, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

ESPEFICICAÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO (%)
Desconto Sobre Tabela de Preço Sinapro	
Desconto sobre a de comissão de 20% (desconto padrão Sinapro)	

Condições de Pagamento: Conforme edital.

Validade da Proposta: de 60 dias.

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta. E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do contrato em anexo.

b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e ou descontos ou vantagens, e despesas para a entrega dos materiais.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Carimbo e Assinatura

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG N° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob N° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo e Assinatura

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° XX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2025 QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E (RAZÃO SOCIAL), COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO, brasileiro, casado, odontólogo, portador do CPF nº 409.XXX.XXX-59, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná-PR, doravante designado **CONTRATANTE,** de um lado e, de outro, a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida **(ENDEREÇO COMPLETO)**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, **(QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL),** doravante designada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da CONCORRÊNCIA Nº 03/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse, devendo ser executado de acordo com as especificações do Edital de Licitação, Anexos e Proposta apresentada que faz parte integrante do presente contrato independentemente de transcrição.

1.1.1. Também integram o objeto desta concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

- ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do contrato;

- à produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do contrato;

- à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias.

- O regime de execução será por preço unitário.

- Objeto da contratação:

TABELA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO DO OBJETO

2. PRAZOS DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando no dia xx/xx/xxxx e tendo por termo final o dia xx/xx/xxxx.

2.2. A vigência do presente contrato se inicia na data da assinatura e tem o seu termo final previsto para o dia xx/xx/xxxx. (Quatro meses após o prazo final da execução)

2.3. Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.

2.3.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.

2.3.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço.

2.3.1.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.

2.3.1.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3.1.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3.2. A prorrogação de contrato será promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o município.

3. MODELOS DE GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 12.232, de 2010 e subsidiariamente da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal.

3.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

3.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.8.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A Agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução dos serviços previstos no subitem 1.1.

5. PREÇO

5.1. A verba estimada para execução do Contrato decorrente da Concorrência nº 03/2025, nele compreendidas todas as despesas feitas com Fornecedores e Veículos, monta a R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

5.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não aplicar, em sua totalidade, a verba estimada para execução do Contrato, sem que caiba à CONTRATADA, qualquer direito regressivo contra ela.

6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

6.1. Conforme Capítulo 21 deste edital (os critérios de pagamento e liquidação serão transcritos posteriormente para o contrato quando da sua elaboração).

7. REAJUSTE

7.1. O valor estimado inicialmente estabelecido é irreajustável pelo prazo de um ano contado da data do orçamento estimado e será concedido nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato ou da ata de registro de preços, formalizado mediante apostila pelo Departamento de Compras.

7.3. O reajuste se dará de acordo com a lei vigente, ou em conformidade com outra norma que vier a ser editada pelo Poder Público, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida no período de execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital, seus anexos e neste contrato.

8.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.5.1. Credenciar perante a Contratada, mediante documento hábil, um servidor autorizado a solicitar, acompanhar e fiscalizar o serviço contratado.

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no edital.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste contrato.

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 dias úteis.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato que não tenha sido por ela previamente, autorizado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.12. O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista e contratada, de acordo com a sua necessidade e dos órgãos afetos. Em face da peculiar natureza do contrato de prestação de serviços a ser celebrada a não utilização dos recursos previstos não gera qualquer direito à contratada, seja de que natureza for inclusive indenizatória.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se refere o artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, será balizada pelas normas estabelecidas neste contrato e no edital.

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

9.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato.

9.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

9.2.3. Der causa à inexecução total do contrato.

9.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

9.2.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

9.2.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

9.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7 e 11.2.8 deste contrato, bem como nos subitens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 deste contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Moratória de 0,33% (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.3.4.2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 1,0% (um por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.3.4.2.1. O atraso superior a 05 (cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento

irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

9.3.4.3. Após 30 dias de mora será considerado inexecutado o contrato, sendo aplicada a multa compensatória no importe de 1% (um por cento) calculada sobre o valor que reste executar deste contrato, ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor.

9.3.4.4. A multa moratória e compensatória não será cumulada sobre o mesmo fato gerador.

9.4. Somente será admitida a retenção de valores de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

9.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

9.6.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

9.6.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7. A dosimetria será aplicada de acordo com os critérios objetivos definidos na legislação municipal.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto Municipal nº 346/23 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.9.4. Os danos que dela provierem para o contratante.

9.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133/21).

9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.14. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

10. CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

10.1. Após a data de assinatura do contrato haverá um período de xx (xxx) dias para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início da execução contratual. (art. 92, §2º da lei nº 14.133/21)

10.2. Atender aos demais critérios de execução contidos no edital e neste contrato.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta, da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.39.00

b) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.39.00

c) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.39.00

d) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.39.00

e) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.39.00

f) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.39.00

g) 06.02.08.243.0023.6.001.000.3.3.90.39.00

h) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

i) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.39.00

j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.39.00

k) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

l) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.39.00

12.2. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 no que for pertinente.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o valor obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado pela Administração Pública não pode ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15. PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no sítio eletrônico do município.

15.2. Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos nos termos da Lei nº 14.133/21.

15.3. As informações sobre a execução do contrato, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e veículos, serão divulgados em site aberto para o Contrato, pela CONTRATANTE, mantido o livre acesso por quaisquer interessados.

15.3.1. As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

16. DIREITOS AUTORAIS

16.1. Os direitos patrimoniais do autor das ideias, campanhas, peças e materiais publicitários concebidos pela CONTRATADA, por meio de seus empregados ou prepostos, em decorrência deste contrato passam a ser integralmente da CONTRATANTE, bem como os estudos, análises e planos vinculados a essas atividades.

16.1.1. A remuneração dos direitos patrimoniais mencionados no subitem precedente é considerada incluída nas modalidades de remuneração definidas nas Cláusulas Oitava e Nona deste contrato.

16.1.2. A CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por meio de terceiros, durante a vigência deste contrato, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a CONTRATADA, seus empregados e prepostos.

16.1.3. A juízo da CONTRATANTE, as peças criadas pela CONTRATADA poderão ser reutilizadas por outros órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, sem que caiba a eles ou à CONTRATANTE qualquer ônus perante a CONTRATADA.

16.1.3.1. Caberá a esses órgãos ou entidades, diretamente ou por intermédio das agências de propaganda com que mantenham contrato, quando couber, efetuar o acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos de autor e conexos relacionados com a produção externa das peças a serem reutilizadas.

16.2. Com vistas às contratações relacionadas a bens e serviços especializados que envolvam direitos de autor e conexos, nos termos da Lei nº 9.610/1998, a CONTRATADA solicitará, dos

fornecedores, orçamentos que prevejam a cessão dos respectivos direitos patrimoniais pelo prazo definido pela CONTRATANTE.

16.2.1. A CONTRATADA utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão, orçamento ou contrato, de cláusulas em que o fornecedor dos bens e dos serviços especializados garanta a cessão pelo prazo definido pela CONTRATANTE, em cada caso, e se declare ciente e de acordo com as condições estabelecidas nos subitens 18.2.1.1 e 18.2.2.

16.2.1.1. Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual a ser pago pela CONTRATANTE em relação ao valor original dos direitos patrimoniais de autor e conexos será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

16.2.1.1.1. O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo, a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro índice que o venha a substituir, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

16.3. Qualquer remuneração, devida em decorrência da cessão dos direitos patrimoniais de autor e conexos, será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

16.4. A CONTRATADA se obriga a fazer constar, em destaque, os preços dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos patrimoniais de autor e conexos, nos orçamentos de produção aprovados pela CONTRATANTE.

16.5. A CONTRATADA se obriga a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com fornecedores de bens e de serviços especializados, nos casos de tomadas de imagens que não impliquem direitos de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

I - a cessão dos direitos patrimoniais do autor desse material à CONTRATANTE, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da data do pagamento do bem ou do serviço especializado, pela CONTRATADA ao fornecedor, sem que caiba à CONTRATANTE qualquer ônus adicional perante os cedentes desses direitos;

II - que, em decorrência da cessão prevista no inciso anterior, a CONTRATANTE poderá solicitar cópia de imagens contidas no material bruto produzido, em mídia compatível com seu uso e destinação, por intermédio da CONTRATADA ou de outra empresa com que venha a manter contrato para prestação de serviços;

III - que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão referida nos incisos anteriores será considerada como já incluída no custo de produção.

16.5.1. Se a CONTRATANTE pretender utilizar imagens que impliquem direitos de imagem e som de voz, constantes da cópia mencionada no inciso II do subitem 18.5, adotará as medidas cabíveis para a remuneração dos detentores desses direitos, nos termos da legislação.

16.6. A CONTRATANTE poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Nesses casos, quando couber, a CONTRATADA ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos das peças e o submeterá previamente à CONTRATANTE.

17. FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2. Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente da CONCORRÊNCIA Nº 03/2025, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Local e Data

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Cargo do Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que fará realizar a Primeira Sessão Pública, às **09h00 do dia 08 de abril de 2025** na Sala de Licitações do Paço Municipal, sito a Avenida Brasil, nº 245, Centro, em Três Barras do Paraná-PR, **CONCORRÊNCIA,** na forma **PRESENCIAL**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, do seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço: Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), também poderão ser solicitados através do e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 20 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N° 03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que fará realizar a Primeira Sessão Pública, às **09h00 do dia 08 de abril de 2025** na Sala de Licitações do Paço Municipal, sito a Avenida Brasil, nº 245, Centro, em Três Barras do Paraná-PR, **CONCORRÊNCIA,** na forma **PRESENCIAL**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, do seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço: Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), também poderão ser solicitados através do e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 20 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:26A3D765

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 04/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 14/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **13 DE MARÇO DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **EMPREITADA POR MENOR GLOBAL**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA DO CENTRO CIRÚRGICO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO, CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS, REVESTIMENTOS, PINTURA E DEMAIS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS, CONFORME ESPECIFICADO NOS PROJETOS TÉCNICOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 20 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:D9B6273D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CONSELHO DO FUNDEB CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE TUNAS DO PARANÁ.

Ata da Assembleia Extraordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB - TUNAS DO PARANÁ/PR. GESTÃO 2023/2026. Ao décimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco às dezessete horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação, Rua Sérvulo Cesar Santos nº 5, Centro, Tunas do Paraná. Foi realizada a Assembleia Extraordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-FUNDEB), assunto em pauta: Inclusão de Membros Titulares e Suplente Representantes de Organização da Sociedade Civil para Composição no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-FUNDEB), e substituição de Membros que se fazem necessário. A Secretária Municipal de Educação do Município de Tunas do Paraná, Senhorita Emily Maria Santos Nascimento, inicia a reunião agradecendo a presença de todos e em seguida explica que a Secretaria Municipal de Educação recebeu a diligência 2491/2024 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, através de e-mail solicitando providências relacionado a ausência de dois membros, que deverá ser incluído um Conselheiro Titular e um Suplente Representantes de Organização da Sociedade Civil. Em seguiada a Presidente Senhora Odete Pontes dos Santos justifica a falta da Secretária do Conselho a Professora Jandira Gonçalves de Medeiros, a mesma está hospitalizada com problemas de saúde. Em seguida comenta que é do conhecimento de todos que temos conselheiros ausentes nas reuniões, houve exoneração de funcionários, por isso necessidade de substituições conforme foram enviados ofícios solicitando indicações para substituições necessárias, como a exoneração da Conselheira Titular Representante do Técnico-Administrativo da Educação, dois representantes do Conselho Tutelar (Titular e Suplente) tiveram vigência de seu mandato, dois conselheiros representantes do Poder Executivo Municipal que não tiveram participação nas reuniões, e dois representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública que concluíram seus estudos. Foi realizada a leitura dos ofícios do Conselho encaminhados aos Órgãos responsáveis para indicação de Representantes Titulares e Suplentes e também a Inclusão dos dois Membros (titular e Suplente) para compor como Conselheiros Titulares e Suplente Representantes de Organização da Sociedade Civil para Composição no Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB - TUNAS DO PARANÁ/PR. Dando continuidade, a Presidente Odete, fez a leitura das indicações através dos ofícios recebidos que serão publicados e arquivados. Representante da Organização da Sociedade Civil: Sandra dos Santos Ribeiro como Titular e Suplente: Rian Messias de Castro Oliveira. Representante do Conselho Tutelar: Rosalina Teixeira de Jesus Araujo como Titular e Suplente Ivete Belemer Lima.

SERAPIO

AO ILUSTRE PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR

Ref. EDITAL CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 03/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2025

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A empresa **SERAPIO COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.638.790/0001-17, com sede na Rua Clóvis Bevilaqua, nº 13, São Gotardo, São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por seu representante legal LUCAS SERAPIO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 079.291.719-73, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria a fim de **IMPUGNAR** os termos do Edital em referência, conforme adiante exposto.

DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para protocolar o pedido é de até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, conforme item 29 e seguintes do Edital. Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o certame está marcado para **08/04/2025**, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

1. **FALTA DE DEFINIÇÃO CLARA SOBRE A RETIRADA DO INVÓLUCRO PADRONIZADO**

O edital menciona que o invólucro padronizado (Invólucro nº 1) será fornecido pela Prefeitura, porém **não define o prazo limite para sua retirada**. Tal omissão compromete o **princípio da publicidade e da segurança jurídica**, previstos na Lei nº 14.133/2021, art. 5º, inciso IV.

O item 8.2.1 e seguintes do Edital mencionam que o Envelope nº 01 será padronizado e **fornecido previamente**, contudo sem especificação do prazo final para a retirada, ou seja, poderá ser retirado até minutos antes do início da sessão? Fica o questionamento.

> *"8.2.1.2. O invólucro destinado à apresentação da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária será padronizado e fornecido previamente pelo Departamento de Licitações da Prefeitura de Três Barras do Paraná, sito a Avenida Brasil, nº 245, CEP: 85485-000, Centro, Três Barras do Paraná/PR,* ***a partir da disponibilidade do Edital de Licitação.***"

SERAPIO

Marçal Justen Filho leciona que a incerteza no procedimento compromete a integridade da licitação, pois *"não se pode submeter o particular a surpresas prejudiciais em certame público"* (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 2021).

Vamos trazer um exemplo para ilustrar. Supomos que um licitante deixe para retirar o envelope nº 01 no dia da sessão (pois o edital não traz prazo), chegando lá eles informar que a retirada deveria ter ocorrido até 24h antes da sessão iniciar. A referida licitante terá um imenso prejuízo, que será suportado por quem?

Por este motivo o edital deve ser claro e trazer ESPECIFICAMENTE, os prazos, datas e horários, evitando qualquer possibilidade de dano, seja ao órgão público, seja as licitantes.

Logo, necessária a retificação do item para que seja fixado **prazo objetivo para retirada do envelope padronizado**, trazendo claramente qual prazo final de retirada, evitando imprevistos para as licitantes.

2. AMBIGUIDADE QUANTO AO HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO E INÍCIO DA SESSÃO

Temos, novamente, um item do Edital que pode gerar prejuízos as licitantes pela falta de clareza e/ou ambiguidade.

O edital prevê o **início da sessão às 9h00**, mas também estipula o **início do credenciamento como sendo meia hora antes do início da sessão, ou seja, às 8h30**, deixando uma certa ambiguidade em relação ao horário.

DATA DA PRIMEIRA SESSÃO PÚBLICA: 08/04/2025 - 09h00

> *7.1. O credenciamento terá início 30 (trinta) minutos antes do começo da sessão e será encerrado, para fins de recebimento, impreterivelmente no horário marcado para o início do certame.*

A sessão pública se inicia pelo credenciamento, logo ele marca o início da referida sessão. Se o credenciamento iniciará 30 minutos antes da sessão marcada para às 9h, pode se considerar que o certame TODO/COMPLETO iniciaria às 8h30 e não às 9h. Fato que pode ser mal compreendido ou causar algum prejuízo a realização do procedimento.

O que poderia ser evitado com a simples descrição correta do horário de início da sessão como sendo 8h30.

SERAPIO

A jurisprudência e doutrina exigem clareza no procedimento, para que se respeite o art. 5º, inciso XIII da Lei 14.133/2021: "isonomia entre os licitantes". A falta de precisão pode induzir à exclusão indevida de proponentes.

Dessa forma, necessária a retificação do Edital para que conste claramente que a sessão (que se inicia com o credenciamento) tem **início às 8h30**, nos termos do item 7.1 do próprio edital.

3. INADEQUAÇÃO DO USO DE CRC/SICAF COMO SUBSTITUTO TOTAL À HABILITAÇÃO ESPECÍFICA

O item 11.2 do Edital permite a substituição da habilitação ***integral*** pelo uso de **CRC/SICAF**, o que viola o ***4º da Lei 12.232/2010***, que exige a comprovação específica para esse tipo de certame licitatório, qual seja a **qualificação técnica de funcionamento (CENP ou equivalente)**, além de outros requisitos específicos, que não são habitualmente solicitados em cadastros prévios.

Temos nesse caso uma lei especifica (12.232/10), que se sobrepõe a lei geral.

A substituição integral da documentação de habilitação pelo cadastro prévio compromete o **julgamento objetivo** e cria desigualdade, pois os documentos arquivados em cadastro não necessariamente atendem os requisitos de habilitação técnica exigidos em edital para agências publicitárias.

Marçal Justen Filho argumenta que *"o princípio da isonomia exige tratamento igualitário material, o que inclui a exigência de apresentação de documentos em condições simétricas".*

A lei 12.232/10 em momento algum prevê a possibilidade de substituição da documentação referente a habilitação das empresas, pelo contrário, prevê sessão específica para isso:

> *XI - convocação dos licitantes classificados no julgamento final das propostas para **apresentação dos documentos de habilitação**;*
> *XII - recebimento e abertura do invólucro com os documentos de habilitação dos licitantes previstos no inciso XI deste artigo, **em sessão pública, para análise da sua conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e no instrumento convocatório**;*
> *XIII - decisão quanto à habilitação ou inabilitação dos licitantes previstos no inciso XI deste artigo e abertura do prazo para interposição de recurso, nos termos da alínea a do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;*
> *XIV - reconhecida a habilitação dos licitantes, na forma dos incisos XI, XII e XIII deste artigo, será homologado o procedimento e adjudicado o objeto licitado, observado o disposto no § 3º do art. 2º desta Lei.*

SERAPIO

Dessa forma, por estar incoerente com a legislação aplicável, requer seja vedada a substituição total da habilitação por CRC/SICAF, mas sim que todos os licitantes apresentem os documentos específicos, de forma **uniforme** e **em sessão própria**, conforme previsto nos arts. 6º, I, e 11, §4º, XI da Lei 12.232/10.

4. ERRO MATERIAL NA DESCRIÇÃO DAS PEÇAS PUBLICITÁRIAS (ITEM 9.3.3.1)

O item 9.3.3.1, alínea d) do Edital menciona:

> *d) 01 (um) layout de banner para o* ***site da Câmara (728 x 90 pixels),*** *a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m2;*

Acreditamos que houve um erro de digitação, vez que a licitação é da Prefeitura Municipal, de forma que o *"layout para site da Câmara"* deveria ser em verdade *"layout para site da Prefeitura"*. Contudo, o principal questionamento é sobre o tamanho, se realmente refere-se ao tamanho correto do banner do site da Prefeitura (728 x 90 pixels) vez que o suposto erro pode ter abrangido também o tamanho.

Além disso, há redundância nas peças solicitadas na alínea f) do mesmo item, que pede um JPEG e GIF **sem distinção técnica clara**, o que pode gerar confusão e prejudicar a avaliação técnica:

> *f) 02 (dois) layouts de post* ***(jpg/gif + texto) para Facebook,*** *a serem apresentados em papel sulfite A4 75 g/m2;*

O pedido é para apresentação de dois layouts, sendo um JPEG e outro GIF, ocorre que o **GIF (sigla para *Graphics Interchange Format*) é um formato de imagem digital que pode ser:**

1. **Estático** (igual a uma imagem JPG ou PNG), ou
2. **Animado** – e é aqui que ele se diferencia!

A principal característica do **GIF animado** é que ele **suporta uma sequência de imagens**, como se fosse uma mini animação, que roda em loop (sem parar). Isso é o que geralmente as pessoas conhecem como "GIF" — aquelas imagens curtas e repetitivas usadas em redes sociais, WhatsApp, etc.

Se o edital pede um **"layout JPG/GIF"**, mas não deixa claro que o GIF deve ser animado, pode estar exigindo **duas imagens iguais em formatos diferentes**, *o que é redundante.*

Se for para apresentar **um GIF animado de verdade**, deveria permitir entrega digital (pen drive, CD, link), *porque não dá pra imprimir movimento num papel.*

Ainda, exige-se a apresentação de "jpeg + texto", o que extrapola o conceito de **peça publicitária**, que segundo o art. 7º, III, da Lei 12.232/2010, trata-se da **criação visual** e não da veiculação textual.

A criação de texto para as artes de redes sociais (como Instagram e Facebook) extrapola o conceito criativo e até mesmo a FORMA de apresentação das peças, **vez que o solicitado é um LAYOUT e não um MOCKUP para incluirmos um texto.**

A referida parte textual da proposta se concentra no raciocínio básico, estratégia publicitária e estratégia de mídia e não mídia. A ideia criativa é para o conceito visual, o que não incorpora a anexação de textos ou escritas, além dos referidos roteiros solicitados.

Dessa forma seria necessário a **retificação** dos referidos itens para que conste no item d) ao invés de "Câmara" a palavra "Prefeitura", corrigindo-se o tamanho da arte se for o caso, bem como a supressão ou adequação das peças em formato JPEG e GIF (item f), com especificação clara de que se trata de **animação**, permitindo sua apresentação em mídia digital (pen drive, CD etc.). E por fim, a exclusão da exigência de "texto" junto aos layouts das alíneas f), g) e h), por não integrar o conceito técnico da peça publicitária.

5. AUSÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DA ENCADERNAÇÃO DO ENVELOPE Nº 01 – POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO

Embora o edital exija no item 9.2.1.1 a encadernação com "espiral" da proposta não identificada, **não define a cor da espiral**, o que pode ensejar **identificação da proposta**, o que é vedado pela Lei 12.232/2010 no tocante ao **sigilo da proposta técnica não identificada**.

> *9.2.1.1. Em caderno único, com espiral, capa preta, lisa, em polipropileno.*

Isso porque uma licitante pode encadernar a sua proposta com espiral preta, outra com espiral transparente, e isso gerariam propostas distintas, que poderiam levar a identificação, que é vedado pelo edital e pela Lei aplicável.

Logo, como já narrado aqui, o Edital precisa ser CLARO, para evitar correções ou injustiças na apresentação das propostas, devendo esclarecer tópicos como a cor da espiral da proposta não identificada.

*Marçal Justen Filho ensina que **qualquer requisito formal** que possa comprometer o anonimato da proposta afronta o **princípio da impessoalidade**.*

Dessa forma, requer-se a retificação do item para que se defina de forma **expressa** a cor do espiral (ex: espiral preto, branco ou transparente), de modo a assegurar **a uniformização dos invólucros não identificados**, garantindo o sigilo previsto no art. 9º da Lei 12.232/2010.

SERAPIO

6. AUSÊNCIA DE PADRONIZAÇÃO DE HONORÁRIOS E TABELAS DE REFERÊNCIA

Os itens 9.1.7.3 e 9.3.4.1 do Edital tratam sobre os custos da campanha simulada, em especial no que tange aos **custos internos**, mas não estabelece **critérios uniformes**:

> *9.1.7.3. Na campanha simulada, as licitantes deverão utilizar-se dos preços de tabelas praticados pelos veículos de divulgação (valores brutos), vigentes na data de publicação do Aviso, relativo à esta concorrência* ***e dos custos de produção, sem honorários sobre eles incidentes, e sem aplicar desconto sobre os valores a serem praticados pelas licitantes.***
>
> *9.3.4.1. Da simulação do plano de distribuição deverá constar resumo geral com informações sobre, pelo menos:*
>
> *c) os valores (absolutos e percentuais) dos* ***custos internos da agência*** *em relação à cada peça publicitária;*

Nesse caso devemos utilizar os valores de tabela cheia da SINAPRO/PR? Pois em nenhum momento o edital deixa isso evidente.

Em ambos os itens consta que deve-se considerar os custos internos, mas não esclarece que os valores serão de "tabela cheia" da SINAPRO.

Essa lacuna compromete o **julgamento objetivo**, violando o art. 5º, caput e inciso XII da Lei 14.133/2021.

Dessa forma, necessária a retificação do Edital para que conste de forma clara que os honorários serão desconsiderados e que os custos internos aplicados devem ser os de tabela cheia da SINAPRO/PR, em vigência. Caso contrário, novamente podermos ter **propostas divergentes pela falta de clareza do edital.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, requer-se que seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de sanar os vícios presentes no Edital, por meio da **readequação do Edital.**

Requer-se, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, a **suspensão do certame até a retificação do edital**, sob pena de nulidade futura do procedimento.

Nestes termos, pede deferimento.

São Miguel do Oeste/SC, 01 de abril de 2025.

SERAPIO COMUNICACAO INTEGRADA LTDA:29638790000117

Assinado de forma digital por SERAPIO COMUNICACAO INTEGRADA LTDA:29638790000117
Dados: 2025.04.01 14:52:21 -03'00'

SERAPIO

LUCAS SERAPIO FERREIRA
Representante Legal

NADINE SODER

Assinado digitalmente por NADINE SODER:
NO, C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB, OU=08251420000122, OU=Presencial, OU=Assinatura Tipo A3, OU=ADVOGADO, CN=NADINE SODER
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.04.01 14:54:31-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.0

NADINE SODER
Jurídico (OABSC 60485)

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 03/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2025

O **Município de Três Barras do Paraná** informa aos interessados que a sessão pública da licitação, na modalidade **Concorrência**, na forma **Presencial**, do tipo **Técnica e Preço**, cujo objeto é a "**contratação de uma agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços técnicos especializados na concepção, planejamento, criação, execução e divulgação de campanhas institucionais, bem como na realização de outros serviços publicitários de interesse da Administração Pública Municipal**", está **temporariamente suspensa**.

A suspensão se deve à necessidade de **retificação do Edital**. A nova data para a realização da primeira sessão pública, que compreenderá as etapas de credenciamento, habilitação e recebimento dos envelopes, **ainda será definida** e devidamente publicada.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao **Departamento de Licitações**, localizado na **Avenida Brasil, nº 245, Centro, Três Barras do Paraná – PR**, ou pelos seguintes canais de atendimento:

- **Telefone:** (45) 9 8824-6760
- **E-mail:** licitacao@tresbarras.pr.gov.br

As atualizações pertinentes estarão disponíveis para consulta no **Portal da Transparência**, acessível pelo site oficial do Município: **www.tresbarras.pr.gov.br**.

Três Barras do Paraná – PR, 07 de abril de 2025.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Pregoeira

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 08 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:F1CE9000

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 2866/2025

Data 08/04/2025

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar despesas com a premiação do campeonato municipal de futebol de campo, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com a premiação do Campeonato Municipal de futebol de campo, edição 2025, como abaixo especificamos:
I – CATEGORIA ÚNICA

Classificação	Prêmio
1º Lugar	R$ 3.500,00 + 01 Troféu + 22 medalhas
2º Lugar	R$ 2.500,00 + 01 Troféu + 22 medalhas
3º Lugar	R$ 1.500,00 + 01 Troféu + 22 medalhas
4º Lugar	R$ 1.000,00
Goleiro Menos Vazado	R$ 200,00 + 01 Troféu
Artilheiro	R$ 200,00 + 01 Troféu
Equipe Mais Disciplinada	R$ 200,00 + 01 Troféu

Art. 2º. As despesas decorrentes desta lei serão suportadas com recursos do orçamento municipal vigente, assim especificado:
08.01.2781200142.04000 Manutenção do Esporte Amador
3.390.31 Premiações Culturais. Artísticas, Cientificas e outras.
Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 08 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:6DE2F54D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 2867/2025

Data 08/04/2025

SÚMULA. Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transportar membros do Clube de Mães da Linha São José, para um dia de lazer, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transportar membros do Clube de Mães da Linha São José, com sede na Linha São José, município de Três Barras do Paraná, para um dia de lazer no Hotel Anila Thermas, localizado no município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
§ 1º A viagem acontecerá como abaixo especificamos:

Data de Saída	Data de Retorno	Saída	Retorno	Cidade
12/04/2025	12/04/2025	06h00min.	18h00min	Francisco Beltrão

§ 2º A coordenação e seleção das pessoas ficará a cargo da diretoria do Clube de Mães da Linha São José.
Art. 2º. O transporte será feito com veiculo da frota própria, ou terceirizado.
Art. 3º. As despesas da viagem, combustiveis, manutenção dos veículos, as despesas dos motoristas, ou o pagamento de fretes, correrão por conta do Município, sendo que as despesas pessoais dos participantes da viagem serão bancadas pelos próprios.
Art. 4º. As despesas de responsabilidade do Município serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente nas seguintes dotações:
03.01.04.122.00032.006000 Manutenção do Departamento de Administração Recursos Humanos, Planejamento, Licitação e Compras.
3.190.11 Vencimentos e Vantagens Fixas P. Civil.
3.390.14 Diárias Pessoal Civil
3.390.30 Material de Consumo
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.
Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 08 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:73746A09

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE SUSPENSÃO DE EDITAL

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 03/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2025

O **Município de Três Barras do Paraná** informa aos interessados que a sessão pública da licitação, na modalidade **Concorrência**, na forma **Presencial**, do tipo **Técnica e Preço**, cujo objeto é a **"contratação de uma agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços técnicos especializados na concepção, planejamento, criação, execução e divulgação de campanhas institucionais, bem como na realização de outros serviços publicitários de interesse da Administração Pública Municipal"**, está **temporariamente suspensa**.
A suspensão se deve à necessidade de **retificação do Edital**. A nova data para a realização da primeira sessão pública, que compreenderá as etapas de credenciamento, habilitação e recebimento dos envelopes, **ainda será definida** e devidamente publicada.
Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao **Departamento de Licitações**, localizado na **Avenida Brasil, nº 245, Centro, Três Barras do Paraná – PR**, ou pelos seguintes canais de atendimento:

- **Telefone:** (45) 9 8824-6760
- **E-mail:** licitacao@tresbarras.pr.gov.br

As atualizações pertinentes estarão disponíveis para consulta no **Portal da Transparência**, acessível pelo site oficial do Município: **www.tresbarras.pr.gov.br**.
Três Barras do Paraná – PR, **07 de abril de 2025.**

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Pregoeira

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:8828B99A

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

Processo Adm: Nº 25/2025

Três Barras do Paraná, 11 de abril de 2025.

Concorrência Eletrônica N° 03/2025
Processo Administrativo 02/2025

ASSUNTO: JULGAMENTO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - SERAPIO COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA - CNPJ N° 29.638.790/0001-17

I - RELATÓRIO

a) Falta de Definição Clara Sobre a Retirada do Invólucro Padronizado

A empresa impugnante aponta que o edital, embora mencione que o envelope padronizado (Invólucro nº 1) será fornecido pela Prefeitura, não estabelece um prazo final para sua retirada. Essa omissão compromete a transparência e previsibilidade do processo licitatório, especialmente no que se refere ao princípio da publicidade e à segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021. A ausência de um marco temporal específico pode gerar incertezas quanto ao momento adequado para os licitantes se dirigirem à administração e obterem o invólucro necessário à apresentação das propostas.

A ausência de um prazo definido pode criar situações prejudiciais aos participantes. Por exemplo, se um licitante tentar retirar o envelope minutos antes do início da sessão e for informado de que a retirada deveria ter ocorrido com antecedência, isso pode resultar em sua exclusão do certame. Tal circunstância, além de frustrar o direito à ampla concorrência, pode ensejar questionamentos administrativos e judiciais posteriores, prejudicando o bom andamento do processo.

Diante disso, a empresa requer a retificação do edital para que conste expressamente um prazo limite objetivo e claro para a retirada do invólucro padronizado. Essa medida garantiria isonomia entre os concorrentes, além de prevenir prejuízos operacionais, fortalecendo a legalidade e a regularidade do procedimento licitatório.

b) Ambiguidade Quanto ao Horário de Credenciamento e Início da Sessão

A impugnação também destaca uma inconsistência na redação do edital relacionada ao horário da sessão pública. Embora o edital mencione que a sessão terá início às 9h00, também afirma que o credenciamento se inicia 30 minutos antes do início da sessão. Essa redação ambígua levanta dúvidas sobre o real início do certame, já que o credenciamento é parte integrante da sessão.

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

Segundo a interpretação literal do item 7.1 do edital, o credenciamento deve ocorrer às 8h30 e encerrar-se impreterivelmente às 9h. No entanto, se a sessão começa com o credenciamento, então o início real da sessão se dá às 8h30. A falta de clareza pode confundir os licitantes e levar à perda de prazos importantes, com consequente prejuízo à participação de interessados.

Para evitar confusões e garantir o devido processo legal, a impugnante solicita que o edital seja retificado para deixar claro que a sessão tem início às 8h30. Essa medida asseguraria maior segurança jurídica, alinhando o edital à doutrina e jurisprudência que exigem clareza e precisão nos atos administrativos, especialmente em processos licitatórios que exigem rigor formal.

c) Inadequação do Uso de CRC/SICAF como Substituto Total à Habilitação Específica

Outro ponto impugnado refere-se à possibilidade de substituição total da documentação de habilitação pelo uso de Certificado de Registro Cadastral (CRC) ou SICAF, conforme previsto no item 11.2 do edital. A empresa argumenta que essa substituição viola a Lei nº 12.232/2010, que rege licitações e contratos de publicidade. Segundo essa norma, é obrigatória a comprovação específica da qualificação técnica e operacional por meio de documentação própria.

A Lei nº 12.232/2010 prevê uma sessão específica para apresentação dos documentos de habilitação, incluindo a análise de conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. Permitir que a habilitação ocorra exclusivamente por meio de cadastros genéricos compromete a verificação de requisitos técnicos essenciais à prestação dos serviços, como a certificação junto ao CENP ou órgãos equivalentes.

A impugnante sustenta que essa flexibilização pode comprometer a isonomia entre os licitantes, ferindo os princípios da legalidade, igualdade e julgamento objetivo. Dessa forma, requer que todos os licitantes apresentem os documentos específicos de habilitação técnica em sessão própria, conforme previsto na legislação específica do setor.

d) Erro Material e Redundância na Descrição das Peças Publicitárias

A empresa também aponta erro material no item 9.3.3.1, alínea "d", do edital, que menciona a criação de layout de banner para o site da "Câmara", quando, na verdade, a licitação é promovida pela Prefeitura. Essa imprecisão pode gerar dúvidas sobre o objetivo da peça publicitária a ser desenvolvida e demonstra falta de revisão editorial no instrumento convocatório.

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

Outro problema diz respeito à exigência de apresentação de peças nos formatos JPEG e GIF em papel. A impugnante alega que o GIF, especialmente se for animado, não pode ser adequadamente representado em papel, uma vez que sua característica principal é o movimento. Caso o edital deseje avaliar a criação de um GIF animado, deve permitir a apresentação do material em mídia digital (pen drive, CD, link, etc.), já que a impressão anula sua função principal.

Além disso, a exigência de "texto" junto ao layout digital das redes sociais extrapola o conceito de layout visual estabelecido na Lei nº 12.232/2010. A criação textual para redes sociais não integra a apresentação da peça visual propriamente dita, sendo uma exigência que pode gerar confusão conceitual e até comprometer a avaliação técnica das propostas. Por isso, solicita-se a correção dos itens mencionados para garantir clareza e aderência ao conceito técnico de peça publicitária.

e) Ausência de Padronização da Encadernação do Envelope nº 01 – Possibilidade de Identificação

A impugnante também levanta preocupação com a possibilidade de identificação das propostas técnicas não identificadas, devido à falta de padronização quanto à cor da espiral utilizada na encadernação do envelope nº 01. Embora o edital exija capa preta e material específico (polipropileno), não define a cor do espiral, o que pode resultar em variações que comprometam o anonimato exigido por lei.

Segundo a Lei nº 12.232/2010, é essencial garantir o sigilo das propostas técnicas não identificadas, sob pena de nulidade do certame. Pequenos detalhes como a cor do espiral podem ser utilizados para diferenciar e eventualmente identificar uma proposta, o que compromete o julgamento imparcial e a impessoalidade do processo.

Por isso, a empresa requer a padronização completa da apresentação, incluindo definição clara da cor do espiral (por exemplo: preto, branco ou transparente). Essa uniformização garante tratamento igualitário aos licitantes e assegura o respeito aos princípios da impessoalidade e sigilo na análise das propostas técnicas.

f) Ausência de Padronização de Honorários e Tabelas de Referência

Por fim, a impugnação aponta falhas na definição dos custos internos e honorários aplicáveis à campanha simulada. Os itens 9.1.7.3 e 9.3.4.1 determinam o uso de valores de tabela praticados pelos veículos de mídia, mas não deixam claro se os custos internos devem seguir a tabela cheia da SINAPRO/PR, o que pode gerar interpretações distintas entre os licitantes.

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

A falta de um parâmetro objetivo e uniforme pode comprometer o julgamento das propostas, uma vez que cada empresa pode adotar bases de cálculo diferentes. Isso afeta diretamente a avaliação comparativa e compromete o critério de julgamento, contrariando os princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da transparência, conforme art. 5º, caput e inciso XII da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, é solicitada a retificação do edital para explicitar que os custos internos devem seguir a tabela cheia da SINAPRO/PR, vigente na data da publicação do edital. Essa medida promoveria maior segurança jurídica, padronização e equidade no tratamento dos participantes.

É o relato.

II - DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso interposto pela empresa SERAPIO COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA é tempestivo, visto que foi apresentado dentro dos prazos previstos.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO

a) Sobre a Falta de Definição Clara da Retirada do Invólucro Padronizado

A impugnação quanto à ausência de definição clara sobre o prazo para retirada do invólucro padronizado merece acolhimento. De fato, a redação atual do edital não delimita objetivamente o prazo final para essa retirada, o que pode gerar incertezas e comprometer a ampla competitividade, afrontando o princípio da publicidade.

A Administração Pública, no exercício de sua função convocatória, deve assegurar que todas as regras do certame estejam claras e previamente definidas. Sendo assim, recomenda-se a retificação do edital para estabelecer que a retirada do invólucro padronizado deverá ocorrer até 72 (setenta e duas) horas antes da abertura da sessão pública, de modo a garantir previsibilidade e igualdade de condições entre os participantes.

b) Sobre a Ambiguidade Quanto ao Horário de Credenciamento e Início da Sessão

Em relação à ambiguidade sobre o horário de início da sessão, verifica-se que o edital menciona que o credenciamento se inicia 30 minutos antes da abertura do certame, a qual está marcada para as 9h00. Essa redação gera dúvidas quanto ao momento exato da abertura da sessão pública, especialmente porque o credenciamento compõe a fase inicial do certame.

A fim de afastar qualquer margem para interpretação dúbia, e garantir o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo, recomenda-se a retificação do edital para esclarecer que o certame terá início às 9h00, horário a partir do qual se

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

inicia o credenciamento. Assim, assegura-se clareza quanto ao rito procedimental e à validade dos atos praticados.

c) Sobre o Uso de CRC/SICAF como Substituto Total à Habilitação Específica

Quanto à previsão editalícia que admite a substituição da documentação de habilitação técnica pelo CRC/SICAF, acolhe-se integralmente a impugnação. A Lei nº 12.232/2010, norma especial aplicável às contratações de publicidade institucional, determina expressamente que os documentos de habilitação devem ser apresentados em fase própria do certame, não se admitindo sua substituição por cadastro geral.

Admitir o uso exclusivo do SICAF comprometeria a comprovação da qualificação técnica, essencial ao objeto licitado, afrontando os princípios da legalidade e isonomia. Dessa forma, recomenda-se a exclusão da possibilidade de substituição da habilitação técnica pelo SICAF, exigindo-se a apresentação da documentação completa em sessão pública específica, conforme a legislação setorial.

d) Sobre o Erro Material e Redundância na Descrição das Peças Publicitárias

No que tange à indicação de "layout para o site da Câmara", verifica-se erro material na redação do item, considerando que a contratante é a Prefeitura Municipal. A impugnação é procedente, já que a menção a órgão diverso pode causar confusão ou comprometer o julgamento das propostas técnicas.

Assim, a fim de preservar a coerência e adequação do edital, e em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, será realizada a substituição do termo "Câmara" por "Prefeitura", retificando-se o item respectivo do edital. Não há, contudo, alteração de substância no objeto, mas apenas correção formal do texto convocatório.

e) Sobre a Padronização da Encadernação do Envelope nº 01 – Possibilidade de Identificação

A impugnante argumenta que a ausência de definição quanto à cor da espiral da encadernação do envelope nº 01 pode comprometer o anonimato da proposta técnica. Contudo, salienta-se que a padronização da encadernação, incluindo a especificação da cor do espiral e do material da capa, já consta expressamente no Termo de Referência, o qual integra o edital e estava disponível aos licitantes.

Entretanto, a fim de reforçar a clareza e prevenir quaisquer dúvidas, será promovida a transcrição das exigências constantes no Termo de Referência também no corpo do edital. Tal

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

medida coaduna-se com os princípios da impessoalidade e da publicidade, assegurando tratamento equânime e impedindo qualquer identificação indevida das propostas técnicas.

f) Sobre a Padronização de Honorários e Tabelas de Referência

Quanto à ausência de critério claro para definição dos custos internos e honorários na simulação da campanha, a alegação merece acolhimento parcial. A ausência de padronização sobre os parâmetros de referência pode resultar em propostas com métodos distintos de cálculo, dificultando a análise técnica e comprometendo a comparabilidade entre as concorrentes.

Assim, com vistas a assegurar julgamento objetivo, o edital será retificado para estabelecer que os custos internos da agência deverão seguir como base de referência o valor correspondente a 50% da tabela vigente da SINAPRO/PR. Tal padronização visa garantir maior uniformidade e previsibilidade no conteúdo das propostas.

IV - DO JULGAMENTO

Considerando os fundamentos apresentados, conclui-se que:

Diante da análise técnica e jurídica realizada sobre os pontos apresentados na impugnação protocolada pela empresa SERAPIO COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA, a Agente de Contratação opina pelo acolhimento parcial da impugnação, com a consequente retificação do Edital da Concorrência Presencial nº 03/2025, conforme segue:

a) Retirada do invólucro padronizado: será alterado o edital para estabelecer que a retirada do invólucro padronizado (Envelope nº 01) deverá ser realizada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para abertura do certame, fixando-se prazo claro e objetivo para os licitantes;

b) Horário de início da sessão pública: será promovida a retificação do edital para esclarecer que a sessão pública de abertura do certame se dará às 09h00min do dia previamente designado, compreendendo a etapa de credenciamento dentro desse horário;

c) Habilitação técnica – vedação ao uso exclusivo do SICAF: será excluída a previsão de substituição da habilitação técnica integral pelo cadastro no SICAF, passando a constar expressamente que todos os licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, a documentação exigida na fase de habilitação, conforme a Lei nº 12.232/2010;

d) Erro material na descrição da peça publicitária: será corrigido o item 9.3.3.1, alínea "d" do edital, substituindo-se o termo "site da Câmara" por "site da Prefeitura", adequando o texto ao objeto contratual;

e) Padronização da encadernação da proposta técnica (Envelope nº 01): embora o padrão de

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

encadernação (espiral, capa preta lisa, em polipropileno) já conste no Termo de Referência, será reproduzida integralmente essa exigência também no edital, incluindo a especificação da cor da espiral (preta), a fim de reforçar a uniformidade e garantir o sigilo das propostas;

f) Padronização dos custos internos e honorários: será incluída cláusula no edital determinando que, para fins de simulação na proposta técnica, os custos internos da agência deverão seguir como base o percentual de 50% da tabela vigente da SINAPRO/PR, assegurando igualdade de critérios para avaliação técnica.

Dessa forma, com o objetivo de resguardar os princípios da legalidade, isonomia, publicidade e julgamento objetivo, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021, o edital será devidamente retificado para contemplar as alterações apontadas neste julgamento, sendo necessária sua republicação integral, com a reabertura dos prazos legais para apresentação de propostas e demais atos procedimentais, a fim de garantir plena transparência e igualdade de condições entre os licitantes.

Publique-se.

Intimem-se.

Três Barras do Paraná, 11 de abril de 2025.

Vanessa M. A. Oenning

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Pregoeira

AV. Brasil, 242 - Fone:(45) 3235 1212 - CEP 85485-000 - Três Barras do Paraná - PR
CNPJ 78.121.936/0001-68 - E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

GOVERNO MUNICIPAL

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 03/2025 (RETIFICADO)

OBJETO

- CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)

- **DATA DA PRIMEIRA SESSÃO PÚBLICA:** 14/05/2025 – 09h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO, AFERIDOS PELA MAIOR PONTUAÇÃO, RESULTADO DA SOMA ENTRE A PONTUAÇÃO TÉCNICA E A PONTUAÇÃO VALORES.

MODO DE DISPUTA: FECHADO

EXCLUSIVIDADE ME/EPP: NÃO

REGIONALIDADE: NÃO

NOS TERMOS DA LEI N° 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 03/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02/2025

TIPO DE AVALIAÇÃO: MELHOR TÉCNICA E MAIOR DESCONTO PERCENTUAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Complementar Municipal 003/2023 de 21 de agosto de 2023, Lei nº 14.133/2021 de 01 de abril de 202, Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores e Lei nº 12.232/2010 de 29 de abril de 2010, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, forma **PRESENCIAL**, tipo avaliação **TÉCNICA E PREÇO (MELHOR TÉCNICA E MAIOR DESCONTO PERCENTUAL)**, empreitada por preço **GLOBAL**, objetivando a proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.**

1.2. Data e Horário da Primeira Sessão Pública: 14/05/2025 às 09h00.

1.3. Endereço: sala do Departamento de licitação da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, situado na Avenida Brasil, nº 245, CEP: 85.485-003, Centro, Três Barras do Paraná-PR

1.4. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.5. Se no dia supracitado não houver expediente, ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) atuando nessa condição.

5.4.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

6.1. Os interessados poderão esclarecer eventuais dúvidas diretamente no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, localizado na Avenida Brasil, nº 245, Centro, Três Barras do Paraná-PR. O atendimento ocorre no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

6.2. O Edital também estará disponível para consulta no Portal da Transparência, acessível pelo site oficial do Município de Três Barras do Paraná (www.tresbarras.pr.gov.br).

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O credenciamento terá início no horário previsto no preâmbulo deste Edital, fixado para as **09h00**, seguido da entrega dos envelopes contendo a documentação exigida. **Ambas as etapas deverão ocorrer, impreterivelmente, a partir do horário estabelecido para o início da sessão pública do certame.**

7.2. Durante os trabalhos relativos ao certame licitatório somente será permitida a intervenção de um representante legal por licitante, que estiver legalmente constituído e for devidamente identificado e será credenciado a tal fim, podendo somente representar uma empresa, devendo indicar se estará participando com a MATRIZ ou com a FILIAL.

7.3. Quando a licitante se fizer representar por procurador, este deverá apresentar procuração por instrumento público ou particular, da qual conste poder para a prática dos atos inerentes ao certame.

7.3.1. O instrumento de procuração (público ou particular) deverá estar acompanhado do contrato, requerimento do empresário ou estatuto social, bem como de suas alterações em vigor, devidamente registrados (ou outro instrumento equivalente), e cópia do documento de identidade (ou outro documento oficial que contenha foto) acompanhado do original para conferência, daquele que for representar a licitante.

7.4. Quando a licitante se fizer representar por diretor, sócio, gerente ou proprietário, este deverá apresentar para aferir sua capacidade de representação o contrato, requerimento do empresário ou estatuto social, bem como suas alterações em vigor, devidamente registrados (ou outro instrumento equivalente), além de cópia do documento de identidade (ou outro documento oficial que contenha foto) acompanhado do original para conferência.

7.5. A apresentação de todas as alterações contratuais a que se refere o edital poderá ser substituída pelo contrato social consolidado e todas as alterações posteriores.

7.6. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21, assinada pelo representante legal da empresa e/ou profissional contábil.

7.6.1. A não apresentação do documento supracitado implica na impossibilidade do exercício das prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 123/2006, tal declaração poderá ser firmada no momento do credenciamento pelo representante legal.

7.7. Os documentos serão verificados no início dos trabalhos e deverão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por funcionário desta Administração; por publicação em Órgão de Imprensa Oficial, via simples do documento com confirmação da autenticidade através da internet se for o caso ou ainda, por cópia acompanhada do respectivo original, para conferência e autenticação na própria sessão.

7.8. Se presente o representante da licitante, os documentos necessários para o credenciamento deverão ser apresentados fora dos invólucros (envelopes de Proposta Técnica e Proposta Comercial) e deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação quando solicitado os quais deverão integrar o processo de licitação. Na hipótese de não comparecimento de representante legal, os documentos elencados nos itens **7.3** a **7.5**, com exceção da cópia do documento de identidade (ou outro documento oficial que contenha foto), conforme o caso e a declaração exigida no Item **7.6**, se for o caso, deverão ser inseridas no INVÓLUCRO Nº 03 - PROPOSTA TÉCNICA: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO.

7.9. A Comissão Especial de Licitação verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.4 do edital (Critérios de Vedação de Participação), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.9.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc

7.9.2. Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.
https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx

7.10. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

7.11. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão Especial de Licitação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.12. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.13. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.14. Constatada a existência de sanção, o licitante será o licitante será excluído do certame, por falta de condição de participação.

8. DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. INVÓLUCROS: Os invólucros deverão estar devidamente fechados e lacrados, exceto a via não identificada que será apresentado sem fechamento (aberto), e devem ser entregues à própria Comissão Especial de Licitação no dia, horário e local designado para a realização da sessão pública.

8.2. ENTREGA DA PROPOSTA TÉCNICA: A Proposta Técnica deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação acondicionada nos Invólucros nº 1, nº 2 e nº 3, conforme será especificado nos próximos itens.

8.2.1. <u>INVÓLUCRO Nº 1 (NÃO IDENTIFICADO)</u>: No Invólucro nº 1 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada.

8.2.1.1. Só será aceito o Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada que estiver acondicionado no invólucro padronizado, fornecido pela Comissão Especial de Licitação.

8.2.1.2. O invólucro destinado à apresentação da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária será padronizado e disponibilizado, de forma antecipada, pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, localizado na Avenida Brasil, nº 245, Centro, CEP 85485-000. **A disponibilização ocorrerá a partir da data de publicação do Edital de Licitação, sendo permitida até, no máximo, 72 (setenta e duas) horas antes do horário designado para o início da primeira sessão pública**, conforme data e horário consignados no preâmbulo deste Edital.

8.2.1.2.1. Será fornecido somente 01 (um) invólucro para cada proponente.

8.2.1.3. O Invólucro nº 1 relativo à via não identificada da proposta técnica deverá estar sem fechamento (aberto), sem lacres, sem rubrica ou qualquer outro sinal que permita a identificação.

8.2.1.4. Para preservar o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária até a abertura do Invólucro nº 2, o Invólucro nº 1 não poderá:

8.2.1.4.1. Ter nenhuma identificação.

8.2.1.4.2. Apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante.

8.2.1.4.3. Estar danificado ou deformado pelas peças, material ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante.

8.2.2. **INVÓLUCRO Nº 2**: No Invólucro nº 2 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada.

8.2.2.1. A via identificada do plano de comunicação publicitária terá o mesmo teor da via não identificada, contudo, não é necessária a reapresentação dos exemplos de peças referentes à ideia criativa.

8.2.2.2. O Invólucro nº 2 deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 02 - PROPOSTA TÉCNICA: PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – VIA IDENTIFICADA DA CONCORRÊNCIA Nº 03/2025. **(RAZÃO SOCIAL)** **(Nº DO CNPJ)**

8.2.2.3. O Invólucro nº 2 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8.2.3. **INVÓLUCRO Nº 3** No Invólucro nº 3 deverão estar acondicionados os documentos referentes à Capacidade de Atendimento, o Repertório e os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

8.2.3.1. O Invólucro nº 3 deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 03 - PROPOSTA TÉCNICA: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 03/2025. **(RAZÃO SOCIAL)** **(Nº DO CNPJ)**

8.2.3.2. O Invólucro nº 3 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8.3. ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇOS: A Proposta de Preços deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação acondicionada no Invólucro nº 4.

8.3.1. INVÓLUCRO Nº 4: O Invólucro nº 4 deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 04 – PROPOSTA COMERCIAL DA CONCORRÊNCIA Nº 03/2025
(RAZÃO SOCIAL)
(Nº DO CNPJ)

8.3.2. O Invólucro nº 4 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

8.4. ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: No Invólucro nº 5 deverão estar acondicionados os Documentos de Habilitação.

8.4.1. O Invólucro com os Documentos de Habilitação será recebido em data futura, depois da classificação final das licitantes, em sessão pública que será previamente marcada e anunciada pela Comissão Especial de Licitação.

8.4.2. Os Documentos de Habilitação deverão estar acondicionados no Invólucro nº 5, que deverá estar fechado, com a seguinte identificação:

INVÓLUCRO Nº 05 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 03/2025 (RAZÃO SOCIAL)
(Nº DO CNPJ)

8.4.3. O Invólucro nº 5 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.

9. DA PROPOSTA TÉCNICA – Primeiro, Segundo e Terceiro Invólucros.

9.1. A proposta técnica deverá:

9.1.1. Ser apresentada em 03 (três) invólucros distintos, sendo que:

9.1.1.1. O invólucro nº 1 deverá conter a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

9.1.1.2. O invólucro nº 2 deverá conter a via identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

9.1.1.3. O invólucro nº 3 deverá conter as demais informações integrantes da proposta técnica (Capacidade de Atendimento; Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação).

9.1.2. A Proposta Técnica deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

9.1.3. A proposta técnica abrange o Plano de Comunicação Publicitária, pertinente às informações expressas no briefing, e de um conjunto de informações referentes ao proponente, nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010.

9.1.4. O Plano de Comunicação Publicitária deverá ser apresentado pelos licitantes em 02 (duas) vias, uma sem a identificação de sua autoria e outra com a identificação.

9.1.5. Com exceção das tabelas, planilhas e gráficos integrantes do plano de mídia e não mídia, o formato para apresentação do plano de comunicação publicitária deverá obedecer ao modelo padrão citado.

9.1.6. Para efeito de avaliação e elaboração do Plano de Comunicação Publicitária, a licitante deverá apresentar uma campanha institucional simulada de acordo com o briefing, conforme Anexo, constante neste edital, com verba compatível e duração de 30 (trinta) dias, incluindo custos de produção e veiculação.

9.1.7. A Simulação da Campanha Publicitária deverá observar os seguintes pontos:

9.1.7.1. Ficam a critério da licitante os veículos a serem considerados na simulação de mídia.

9.1.7.2. Para fins de cálculo da distribuição de verba para a produção e veiculação da campanha simulada, a licitante utilizará como referencial máximo o montante de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

9.1.7.3. Na elaboração da campanha simulada, as licitantes deverão utilizar os valores constantes na Tabela Referencial de Preços do SINAPRO, adotando **obrigatoriamente o desconto de 50%** (cinquenta por cento) sobre os preços praticados pelos veículos de comunicação, vigentes na data de publicação do Aviso de Licitação. Os custos de produção deverão ser apresentados sem a incidência de honorários e, sobre esses valores, também deverá ser aplicado o mesmo percentual de desconto de 50% (cinquenta por cento) a ser praticado pela licitante.

9.1.7.3.1. Os valores constantes na Tabela do SINAPRO, praticados pelos veículos de comunicação e vigentes na data de publicação do Aviso de Licitação, deverão ser considerados com a aplicação obrigatória de desconto de 50% (cinquenta por cento).

9.1.7.4. Com relação a campanha publicitária simulada vencedora, fica a critério do Contratante decidir pela sua produção e veiculação, com ou sem modificações, na vigência do contrato.

9.2. Plano de comunicação publicitária - via não identificada

9.2.1. O Plano de Comunicação Publicitária, pertinente às informações expressas no briefing, deve ser apresentado:

9.2.1.1. Em caderno único, com espiral preto, capa preta, lisa, em polipropileno

9.2.1.2. Contracapa em papel A4 branco, 90 g/m^2, em branco.

9.2.1.3. Conteúdo impresso em papel A4, branco, com 75 g/m^2, orientação retrato.

9.2.1.4. Margens: de 3 cm a esquerda e 2 cm a direita, de 3 cm na parte superior e inferior com 2 cm, a partir da borda.

9.2.1.5. Títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos.

9.2.1.6. Espaçamento simples entre linha duplo.

9.2.1.7. Alinhamento justificado do texto.

9.2.1.8. Texto numeração, fonte Arial, tamanho 12, estilo normal. Não será permitida redação em caixa alta, e uso de fonte negrito e/ou sublinhada.

9.2.1.9. Numeração em todas as páginas, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos, no canto inferior direito.

9.2.1.10. Sem identificação da licitante.

9.3. O **Plano de Comunicação Publicitária** (via não identificada), pertinente às informações expressas no *Briefing*, deverá englobar os seguintes quesitos:

9.3.1. Raciocínio Básico: apresentado na forma de texto, contendo no máximo 02 (duas) laudas, em papel sulfite A4 75 g/m^2, fonte Arial (normal), tamanho da fonte 12, na cor preta, espaçamento entre linhas e parágrafos de 1,5, sendo 30 (trinta) linhas por lauda, em que a licitante deverá demonstrar o seu conhecimento sobre as informações contidas no *Briefing*, descrevendo:

a) Uma análise das características e especificidades da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná e do seu papel no contexto no qual se insere;

b) Um diagnóstico relativo às necessidades de comunicação publicitária identificadas;

c) A sua compreensão acerca dos desafios e dos objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing*.

9.3.2. Estratégia de Comunicação Publicitária: apresentada sob a forma de texto, contendo no máximo 04 (quatro) laudas, em papel sulfite A4 75 g/m^2, fonte Arial, tamanho da fonte 12, na cor preta, espaçamento entre linhas de 1,5, sendo 30 (trinta) linhas por

lauda, indicando e defendendo as linhas gerais da proposta para superar os desafios e alcançar os objetivos de comunicação, com base no *Briefing*, compreendendo:

a) explicitação e defesa do tema e do conceito que fundamentam a proposta de solução publicitária;

b) proposição e defesa dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária, especialmente: o que dizer; a quem dizer; como dizer; quando dizer; porque dizer e quais meios, instrumentos ou ferramentas de divulgação utilizar.

9.3.3. Ideia criativa: apresentada sob a forma de exemplos de peças publicitárias, corporificando sua proposta de solução para os desafios e objetivos de comunicação, conforme explicitado pela licitante na Estratégia de Comunicação Publicitária.

9.3.3.1. Deverão ser apresentadas SOMENTE as seguintes peças:

a) 01 (um) *layout* de meia página para jornal de modelo *standard,* a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

b) 01 (um) *layout* de página inteira para revista, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

c) 01 (um) roteiro para *spot* de rádio, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2, sendo proibida a apresentação de CD ou qualquer outro formato de mídia gravado;

d) 01 (um) *layout* de *banner* para o site da Prefeitura Municipal (728 x 90 pixels), a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

e) 01 (um) *layout* de *banner* para internet (outros sites), a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

f) 02 (dois) *layouts* de *post* (jpg + texto) para *Facebook*, a serem apresentados em papel sulfite A4 75 g/m^2;

g) 01 (um) *layout* de *post* (jpg + texto) para *Instagram*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

h) 01 (um) *layout* de *post* carrossel (jpg + texto) para *Instagram*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2;

i) 01 (um) roteiro para vídeo de *YouTube*, a ser apresentado em papel sulfite A4 75 g/m^2, sendo proibida a apresentação de *storyboard*, bem como de DVD ou qualquer outro formato de mídia gravado.

9.3.3.2. A não apresentação de quaisquer das peças relacionadas no subitem precedente ou a sua apresentação com especificação diversa da exigida implica a desclassificação da licitante.

9.3.4. Estratégia de Mídia e Não Mídia, apresentada em papel sulfite A4 75 g/m^2, constituída de:

a) apresentação em que a licitante explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação publicitária por ela sugerida e em função da verba referencial indicada no *Briefing*, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas;

b) simulação de plano de distribuição em que a licitante identificará todas as peças publicitárias destinadas à veiculação, exposição ou distribuição, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas.

9.3.4.1. A simulação do plano de distribuição deverá conter, obrigatoriamente, um resumo geral contemplando, no mínimo, as seguintes informações:

a) Período previsto para veiculação, exposição ou distribuição das peças publicitárias;

b) Quantitativo de inserções das peças nos respectivos veículos de divulgação;

c) Valores extraídos da Tabela SINAPRO, com a aplicação do desconto de 50% (cinquenta por cento), para demonstrar os custos internos da agência relativos a cada peça publicitária;

d) Valores da Tabela SINAPRO, com o desconto de 50% (cinquenta por cento) aplicado sobre os investimentos destinados aos veículos de divulgação, discriminados por meio (TV, rádio, internet, impresso etc.);

e) Valores da Tabela SINAPRO, com a aplicação do desconto de 50% (cinquenta por cento), referentes aos custos de produção e execução técnica de cada peça publicitária.

9.3.4.2. Todas as peças publicitárias integrantes da relação prevista no *subitem 9.3.3.1* deverão estar contempladas na Estratégia de Mídia e Não Mídia proposta.

9.3.4.2.1. As peças para *Facebook*, *Instagram* e *YouTube* poderão ser contempladas por meio de publicações orgânicas e/ou impulsionadas/patrocinadas, a critério de cada licitante, de acordo com a estratégia por ela recomendada para suprir os desafios e os objetivos de comunicação da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

9.3.4.3. As peças a serem identificadas na Estratégia de Mídia e Não Mídia, para veiculação, exposição ou distribuição, restringem-se àquelas listadas no subitem 6.4.3.1, estritamente conforme as especificações de cada uma, não se permitindo o uso de peça ou elemento não previsto ou de especificação ou tamanho diversos do estabelecido, sob pena de desclassificação.

9.3.4.4. Está autorizada a utilização do meio revista com período de veiculação superior ao previsto no *Briefing*.

9.3.5. A via identificada do Plano de Comunicação Publicitária terá o mesmo teor da via não identificada, sem os exemplos de peças referentes à Ideia Criativa.

9.4. A **Capacidade de Atendimento** (envelope n. 03) será composta dos seguintes quesitos:

9.4.1. Currículo Resumido, em papel sulfite A4 75 g/m², com a qualificação e a quantificação dos profissionais colocados à disposição da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, de no máximo 05 (cinco) linhas por profissional, exigindo-se pelo menos um profissional para cada um dos seguintes setores: criação, atendimento e mídia.

9.4.2. Repertório da Licitante, constituído de peças publicitárias concebidas e veiculadas, expostas ou distribuídas pela agência.

9.4.2.1. A licitante deverá apresentar:

a) 02 (dois) anúncios ou peças impressas;

b) 02 (duas) peças para rádio, apresentadas em CD ou DVD.

9.4.2.2. As peças publicitárias devem ter sido veiculadas, expostas ou distribuídas a partir de maio de 2023.

9.4.2.3. As peças gráficas poderão ser apresentadas em papel A4 ou A3 dobrado, agrupadas ao restante do material.

9.4.2.4. Para cada peça publicitária, deverá ser apresentada ficha técnica, de no máximo 01 (uma) lauda, com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e a identificação da licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo que divulgou a peça.

9.4.2.5. As peças publicitárias não podem referir-se a trabalhos solicitados ou aprovados pela Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, no âmbito de seus contratos com agência de propaganda outrora realizado.

9.4.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, em que serão descritas soluções publicitárias propostas pela licitante e implementadas por seus clientes, na superação de desafios de comunicação.

9.4.3.1. A licitante deverá apresentar 02 (dois) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, cada um com o máximo de 03 (três) laudas. Cada Relato:

I – Deverá ser descrito na forma de texto, em papel sulfite A4 75 g/m², fonte Arial, tamanho da fonte 12, na cor preta, espaçamento entre linhas e parágrafo de 1,5, sendo 30 (trinta) linhas por lauda;

II – Deverá ser elaborado pela licitante, em papel que a identifique;

III – deverá contemplar nome, cargo ou função e assinatura de funcionário da licitante responsável por sua elaboração;

IV – Não pode referir-se a ações publicitárias solicitadas ou aprovadas pela Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, no âmbito de seus contratos com agência de propaganda outrora realizado.

9.4.3.2. Os Relatos de que trata o item 6.5.3 devem ter sido implementados a partir do mês de maio de 2023.

9.4.3.3. É permitida a inclusão de até 02 (duas) peças publicitárias, independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça, em cada Relato, observando-se as seguintes regras:

I – As peças eletrônicas deverão ser fornecidas em DVD ou CD;

II – As peças gráficas poderão ser apresentadas em papel A4 ou A3 dobrado, agrupadas ao restante do material;

III – para cada peça publicitária, deverá ser apresentada ficha técnica, de no máximo 01 (uma) lauda, com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e a identificação da licitante e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo que divulgou a peça.

9.4.4. Sistemática de Atendimento, em papel sulfite A4 75 g/m^2, discriminando-se os prazos, não superiores a 10 (dez) dias, a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha e na elaboração de plano de mídia.

9.5. O conjunto de informações a que se refere a Proposta Técnica será avaliado através do Plano de Comunicação Publicitária e da Capacidade de Atendimento de cada licitante.

9.6. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de 40 (quarenta) pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

9.6.1. Plano de Comunicação Publicitária – 25 (vinte e cinco) pontos, nos quais:

a) Raciocínio Básico: 05 (cinco) pontos;

b) Estratégia de Comunicação Publicitária: 5 (cinco) pontos;

c) Ideia Criativa: 10 (dez) pontos;

d) Estratégia de Mídia e Não Mídia: 5 (cinco) pontos.

9.6.2. Capacidade de Atendimento – 15 (quinze) pontos, nos quais:

a) Currículo Resumido, com a qualificação e quantificação dos profissionais: 03 (três) pontos;

b) Repertório da Licitante: 04 (quatro) pontos;

c) Relatos de Solução de Problemas de Comunicação: 05 (cinco) pontos;

d) Sistemática de Atendimento: 03 (três) pontos.

9.7. A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas de cada membro da Subcomissão Técnica.

9.8. A nota final da Proposta Técnica de cada licitante corresponderá à soma das notas dos quesitos.

9.9. As folhas e todos os quesitos da Proposta Técnica, antes de serem colocados no respectivo envelope, deverão ser agrupados **com grampo trilho de plástico, na cor branca, vedada a utilização de capa dura ou encadernação de qualquer tipo ou modelo, inclusive espiral.**

10. PROPOSTA COMERCIAL – QUARTO INVÓLUCRO

10.1. A proponente deverá elaborar a sua proposta conforme o Modelo de Proposta de Preços (descontos) constante no Anexo III deste Edital.

10.1.1. Para a Proposta de Preços (maior desconto) deverão ser observadas as práticas de mercado, conforme estabelece o inciso V do art. 6º da Lei nº 12.232/2010.

10.2. A proposta comercial abrange os descontos que serão oferecidos pelos licitantes relativos a custos internos da agência, bem como os honorários a serem cobrados do contratante, referentes à produção de peças e matérias cuja confecção ou distribuição não proporcione a licitante o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros.

10.3. A proposta comercial deverá conter, sob pena de desclassificação:

10.3.1. O desconto sobre os custos internos de produção da própria licitante, apurado em relação à tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (Sinapro) vigente, em observância ao inciso XXI do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

10.3.2. O desconto a ser concedido sobre o "*desconto-padrão da agência*" de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

10.4. A nota da Proposta de Preços está limitada ao máximo de 60 (sessenta) pontos e será apurada conforme metodologia a seguir:

10.4.1. Percentual de Desconto sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do SINAPRO-PR (Sindicato das Agências de Propaganda) vigente:

Tabela 02: Percentual de Desconto sobre os Custos Internos (SINAPRO-PR)

Desconto Sobre Tabela SINAPRO	PONTOS
50%	0
51%	1
52%	2
53%	3
54%	4
55%	5
56%	6

57%	7
58%	8
59%	9
60%	10
61%	11
62%	12
63%	13
64%	15
65%	17
66%	19
67%	21
68%	23
69%	26
70%	30

10.4.2. Percentual de desconto sobre honorários referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição não proporcione à licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros (sobre o *"desconto-padrão da Agência - 20%*):

Tabela 03: O desconto a ser concedido na remuneração de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

Desconto ofertado sobre o percentual de comissão	PONTOS	% da Comissão
0%	0	20%
5%	2	19%
10%	4	18%
15%	6	17%
20%	9	16%
25%	12	15%
30%	15	14%
35%	18	13%
40%	21	12%
45%	25	11%
50%	30	10%

10.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.6. No caso de apresentação de proposta com mais de duas casas decimais, as casas excedentes serão desconsideradas, permanecendo a obrigação da proponente pela proposta que resultar da retificação.

10.7. No valor proposto deverão estar computados todos os valores necessários para o atendimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, encargos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, taxas e tarifas, fretes, seguro, custos inerentes à aquisição, transporte, armazenamento e utilização de materiais a serem empregados na execução do serviço.

10.8. Os descontos ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.9. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.10. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação.

10.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

10.12. Será considerada como já incluída no custo de produção qualquer remuneração devida a terceiros em decorrência da cessão de direitos por tempo limitado, ou total e definitiva.

10.13. A proposta deverá ser redigida no idioma Português (Brasil) e apresentada em 01 (uma) via original, contendo o número e a modalidade de licitação deste Edital, sem rasuras e a última contendo data, assinatura e identificação do signatário e conter preferencialmente dados bancários (número da conta corrente e o número e endereço da agência bancária).

10.14. Visando dar celeridade ao processo, a proponente poderá preencher preferencialmente em sua proposta os dados comerciais solicitados nos itens a e b do modelo de proposta constante do Anexo III deste edital.

10.15. Os documentos serão verificados no início dos trabalhos e deverão ser apresentados em via original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por funcionário desta Administração; por publicação em Órgão de Imprensa Oficial, via simples do documento com confirmação da autenticidade através da internet se for o caso ou ainda, por cópia acompanhada do respectivo original, para conferência e autenticação na própria sessão.

10.16. Caso a empresa não possua representante credenciado à sessão, deverá apresentar além das certidões elencadas no item 7.9 do edital, documento(s) que comprove(m) a capacidade (poderes) do signatário que assinar a proposta, conforme exigência contida no mencionado item.

10.17. Os respectivos documentos devem ser apresentados preferencialmente na ordem de numeração e em papel timbrado da licitante.

10.18. Não deverão conter alternativas de preços ou qualquer condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.19. Havendo discrepância entre o valor expresso em algarismo e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.

10.20. A apresentação da proposta pela licitante implica na aceitação deste edital, incluídos seus anexos, bem como das normas legais que regem a matéria e, se por ventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

11. DA HABILITAÇÃO:

11.1. Os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelas licitantes classificadas no julgamento final das propostas, nos termos dos art. 6º, inciso I, e art. 11§ 4º, inciso XI, da Lei 12.232/2010, por intermédio das disposições contidas abaixo.

11.2. Qualificação Técnica de Funcionamento:

11.2.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar sua regular constituição e pleno funcionamento como agência de propaganda/publicidade, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certificado de Qualificação Técnica de Funcionamento emitido pelo **CENP – Conselho Executivo das Normas-Padrão**, ou entidade equivalente reconhecida no setor, que ateste a conformidade da agência com as normas e padrões técnicos exigidos para o exercício da atividade publicitária, conforme disposto na Lei nº 12.232/2010;

b) Comprovação de que a licitante possui, em seu quadro permanente, profissional (is) legalmente habilitado (s) com formação superior compatível com a atividade de publicidade e propaganda, nos termos do artigo 7º, §1º, da Lei nº 12.232/2010, mediante apresentação de:

- Cópia autenticada do diploma de graduação reconhecido pelo MEC;
- Registro profissional no respectivo conselho de classe, quando aplicável;
- Vínculo com a empresa, comprovado por meio de contrato social, CTPS, contrato de prestação de serviços ou outro documento legalmente válido.

c) Declaração da licitante de que possui estrutura operacional compatível com a execução do objeto licitado, incluindo instalações físicas, equipamentos, pessoal técnico e recursos necessários à prestação dos serviços de forma plena e contínua.

11.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.4. Ressalvado o disposto no item 9.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.5. Habilitação Jurídica:

11.5.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.5.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado no órgão competente, acompanhado, conforme o caso, da prova de seus administradores ou da diretoria em exercício.

11.5.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.5.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.5.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e todas as alterações posteriores.

11.6. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

11.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.6.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU).

11.6.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.6.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.6.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais Mobiliários e Imobiliários da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.

11.6.5.1. Para empresas sediadas em municípios em que a Certidão Municipal não seja conjunta, deverão ser apresentadas Certidão de Tributos Municipais Mobiliários e Certidão de Tributos Municipais Imobiliários.

11.6.5.2. Relativo aos tributos municipais imobiliários, caso a licitante não possua imóvel cadastrado em seu nome, a mesma deverá apresentar certidão negativa, expedida pela Prefeitura Municipal de seu domicílio ou sede, comprovando esta situação ou declaração da licitante (sob as penas da lei) de que não possui imóvel, conforme modelo constante do Anexo IV.

11.6.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

11.6.7. Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

11.6.8. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação acima requisitada para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista ainda que com alguma restrição.

11.7. Qualificação Econômico-Financeira:

11.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.8. Qualificação Técnica:

11.8.1. Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade compatível e pertinente com o objeto da presente licitação.

11.8.1.1. O (s) atestado (s) deverá (ão) conter: o nome e o cargo do responsável que o(s) assinar; a indicação de cumprimento da obrigação de forma e qualidade satisfatórias e nos prazos exigidos.

11.9. Apresentação de certificado de qualificação técnica de funcionamento emitido pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão – CENP ou por entidade equivalente, legalmente

reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, conforme disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 12.232/2010.

11.10. Documentos Complementares:

11.10.1. Declaração da licitante de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme modelo constante do Anexo IV (Declaração Conjunta).

11.10.2. Declaração da licitante de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição, conforme modelo constante do Anexo IV (Declaração Conjunta).

11.10.3. Declaração da licitante de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo IV (Declaração Conjunta).

11.10.4. Declaração da licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo constante do Anexo IV (Declaração Conjunta).

12. MODO DE DISPUTA

12.1. Será adotado o modo de disputa fechado, sendo vedada a apresentação de lances.

13. PROCESSAMENTO

13.1. Serão realizadas 4 (quatro) sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes, devidamente credenciados de acordo com o Edital.

13.2. No dia, hora e local indicados no PREÂMBULO deste edital, na presença dos proponentes devidamente credenciados, a Comissão Especial de Licitação receberá os invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 e dará início à Primeira Sessão.

13.3. Os integrantes da Subcomissão Técnica não poderão participar das sessões de recebimento e abertura dos invólucros com as Propostas Técnica e de Preços.

13.4. Antes do aviso oficial do resultado desta Concorrência, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à adjudicação dos contratos ou à análise, avaliação ou comparação entre as Propostas.

13.5. A Comissão Especial de Licitação poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

PRIMEIRA SESSÃO

13.6. A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local indicados no PREÂMBULO deste edital e terá a seguinte pauta inicial:

13.6.1. Realizar o credenciamento dos representantes das licitantes, por meio dos documentos exigidos no capítulo 7 deste Edital.

13.6.2. Receber os invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4.

13.6.3. Conferir se esses invólucros estão em conformidade com as disposições deste Edital.

13.6.4. Rubricar, no fecho, sem abri-los, os invólucros nº 2 e nº 4, que permanecerão fechados sob a guarda e responsabilidade da Comissão Especial de Licitação, e separá-los dos invólucros nº 1 e nº 3.

13.6.5. Conferir o conteúdo dos invólucros nº 1 (via não identificada do Plano de Comunicação).

13.6.6. A Comissão Especial de Licitação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos Invólucros nº 1 nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.

13.6.7. Abrir os invólucros nº 3 e rubricar seu conteúdo.

13.6.8. Colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame o invólucro nº 1, e para exame e rubrica os documentos que constituem o invólucro nº 3.

13.6.9. Informar que as licitantes serão convocadas para a próxima sessão na forma do item 22.17 deste Edital.

13.7. Se, ao examinar os conteúdos dos invólucros nº 1 e nº 3, a Comissão Especial de Licitação e ou os representantes das licitantes constatarem ocorrência(s) que possibilite(m), inequivocamente, a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária, a Comissão Especial de Licitação desclassificará a licitante e ficará de posse de todos os seus invólucros até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

13.8. Se as licitantes estiverem expressamente de acordo com as decisões tomadas pela Comissão Especial de Licitação na primeira sessão, os procedimentos de licitação terão continuidade. Caso

contrário a Comissão Especial de Licitação abrirá prazo para que as licitantes possam manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.9. Serão adotados os seguintes procedimentos:

13.9.1. Encaminhamento, pela Comissão Especial de Licitação à Subcomissão Técnica, do Plano de Comunicação Publicitária-Via não Identificada para análise e julgamento.

13.9.2. Análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, das vias não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária, de acordo com os critérios especificados neste Edital. Desclassificando-se as proponentes que desatenderem quaisquer das exigências legais ou estabelecidas no instrumento convocatório.

13.10. Elaboração, pela Subcomissão Técnica, da ata de julgamento do Plano de Comunicação Publicitária e encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

13.11. Encaminhamento pela Comissão especial de Licitação à Subcomissão Técnica dos envelopes de Capacidade de Atendimento, e análise individualizada e julgamento dos quesitos referentes às informações de que trata o art. 8º da Lei 12.232/2010, desclassificando-se as proponentes que desatenderem quaisquer das exigências legais ou estabelecidas neste instrumento convocatório.

13.12. Elaboração, pela Subcomissão Técnica, de ata de julgamento das Propostas referentes à Capacidade de Atendimento, ao Repertório e aos Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação e encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

13.13. Se alguma Proposta Técnica for desclassificada por não atender às exigências do presente Edital e de seus anexos, a Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada quesito da Proposta, conforme as regras previstas neste Edital, e lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em invólucro fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expire o prazo para recurso.

13.13.1. O disposto no subitem precedente não se aplica aos casos em que o descumprimento de regras previstas neste Edital resulte na identificação da licitante antes da abertura dos Invólucros nº 2.

13.13.2. As planilhas previstas nos itens 13.10 e 13.12 conterão, respectivamente, as pontuações de cada membro para cada quesito e subquesito do Plano de Comunicação Publicitária de cada licitante e as pontuações de cada membro para os quesitos Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação de cada licitante.

SEGUNDA SESSÃO

13.14. Após receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas (invólucros nº 1 e nº 3), respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, a Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes, na forma do item 22.17 deste Edital, para participar da segunda sessão pública.

13.15. Realização de sessão pública para apuração do resultado geral das propostas técnicas, com os seguintes procedimentos:

13.15.1. Abertura dos invólucros com a via identificada do Plano de Comunicação Publicitária (invólucro nº 2).

13.15.2. Cotejo entre as vias identificadas (invólucro nº 2) e não identificadas (invólucro nº 1) do plano de comunicação publicitária, para identificação de sua autoria.

13.15.3. Elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada proposta técnica.

13.15.4. Proclamação do resultado do julgamento geral da proposta técnica, registrando-se em ata as propostas desclassificadas e a ordem de classificação.

13.15.5. Abertura do prazo para que as licitantes possam manifestar a sua intenção de recorrer.

13.16. Publicação do resultado do julgamento da proposta técnica, com a indicação dos proponentes desclassificados e da ordem de classificação organizada pelo nome dos licitantes.

13.17. Além das demais atribuições previstas neste Edital, caberá à Subcomissão Técnica manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, se solicitado pela Comissão Especial de Licitação.

TERCEIRA SESSÃO

13.18. A Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes classificadas na Proposta Técnica para participar da terceira sessão pública, com a seguinte pauta básica.

13.19. Realização de sessão pública para abertura dos invólucros com as Propostas de Preços (invólucro nº 4), cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.

13.20. Serão colocados à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos invólucros nº 4.

13.21. Analisar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências deste Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las de acordo com os critérios nele especificados.

13.22. Atribuir notas as Propostas de preço, e, sendo o caso, desclassificação das licitantes que não atenderem ao exigido neste Edital e dar conhecimento do resultado aos representantes das licitantes presentes.

13.23. Elaboração da classificação geral em ordem crescente dos valores das Notas Finais, declarando vencedora da fase classificatória a licitante que tenha obtido a maior Nota Final.

13.24. Abertura do prazo para que as licitantes possam manifestar a sua intenção de recorrer.

13.25. Publicação do resultado do julgamento final das propostas, com a indicação dos proponentes desclassificados e da ordem de classificação organizada pelo nome dos licitantes.

QUARTA SESSÃO

13.26. A Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes classificadas para participar da quarta sessão pública.

13.27. Convocação dos licitantes classificados no julgamento final das propostas para apresentação dos documentos de habilitação.

13.28. Recebimento e abertura do invólucro com os documentos de habilitação (invólucro nº 5) dos licitantes previstos no item 13.27 deste edital, em sessão pública, para análise da sua conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e neste instrumento convocatório.

13.29. Colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos invólucros nº 5.

13.30. Decisão quanto à habilitação ou inabilitação dos licitantes previstos no item 13.27 deste instrumento convocatório e abertura do prazo para interposição de recurso.

13.31. Reconhecida a habilitação dos licitantes, na forma dos itens 13.27, 13.28 e 13.30 deste edital, será homologado o procedimento e adjudicado o objeto licitado.

13.32. Ocorrendo a hipótese do empate ficto criado pela Lei Complementar nº 123/06, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte que tiver formulado a melhor proposta dentro do patamar do percentual legal, poderá apresentar nova proposta que deverá ter valor inferior ao da melhor proposta, impreterivelmente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão.

13.32.1. Caso a microempresa e/ou empresa de pequeno porte decline expressamente em ata a intenção de apresentar nova proposta, os trabalhos prosseguirão.

13.32.2. A situação descrita nos itens 13.32 e 13.32.1 aplicam-se para os casos em que a proposta melhor classificada não tiver sido elaborada por uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.33. Após iniciada a sessão de abertura da licitação, não cabe mais à licitante proponente a retirada dos invólucros de proposta e habilitação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

13.34. Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor.

13.35. Da (s) sessão (ões) deverá (ao) ser lavrada (s) ata (s) circunstanciada(s), que mencionará(ao) a(s) licitante(s) concorrente(s); as alegações que houver e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, cuja(s) ata(s) deverá(ao) ser assinada(s) por todos os presentes.

13.35.1. Os invólucros das licitantes remanescentes ficarão à disposição das empresas no Departamento de Compras e Licitações para devolução. Caso a empresa não retire seu invólucro em até 30 (trinta) dias após a homologação do resultado da licitação, os mesmos serão destruídos, ainda lacrados, sem que de seu conteúdo se tome conhecimento, independentemente de notificação, intimação ou qualquer outra forma de aviso.

14. JULGAMENTO:

14.1. A análise das propostas técnicas, das propostas de preços e dos documentos de habilitação deverá observar o cumprimento de todas as condições estabelecidas na Lei nº 12.232/2010, com aplicação subsidiária das condições estabelecidas na Lei nº 14.133, Lei Complementar nº 123/06 e demais normas aplicáveis, bem como no presente edital e seus anexos.

14.1.1. Será desclassificado o proponente que apor, a qualquer parte da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária, marca (inclusive dobraduras), sinal ou palavra que possibilite a identificação antes da abertura do invólucro contendo a via identificada.

14.1.2. Será desclassificado o proponente que apor ao invólucro destinado às informações de que trata o artigo 6º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010 (via não identificada), assim como aos documentos nele contidos, informação, marca (inclusive dobraduras), sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique a autoria do Plano de Comunicação Publicitária, em qualquer momento anterior à abertura dos invólucros contendo a via identificada.

14.1.3. Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem propostas com valor superior à verba destinada, ou que consignarem preços inexequíveis.

14.1.4. O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada nos termos deste edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo a aplicação de sanções previstas neste edital.

14.2. No julgamento da proposta serão verificados os descontos apresentados, observando-se que a presente licitação é do tipo TECNICA E PREÇO.

14.3. Será declarada vencedora a Proponente que obtiver a maior NOTA FINAL (NF).

14.4 De acordo com o artigo 10 da Lei nº 12.232/2010, as propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 03 (três) membros que sejam

formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o Município.

14.4.1. A relação dos nomes dos membros escolhidos foi publicada no Diário Oficial do Município, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que foi realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

14.5. As Propostas Técnicas das licitantes serão julgadas pela Subcomissão Técnica, mediante critério de Técnica e Preço, adotando-se a nota máxima de 40 (quarenta) pontos para Proposta Técnica e 60 (sessenta) pontos para Proposta de Preços (descontos). Com base nisto, serão levados em consideração os seguintes fatores:

14.6. Para o julgamento das propostas serão verificadas as seguintes disposições:

14.6.1. Proposta Técnica:

14.6.1.1. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de setenta pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

14.6.1.1.1. Plano de Comunicação – Nota Máxima = 25 (vinte e cinco) pontos:

14.6.1.1.1.1. Raciocínio Básico: Acuidade de compreensão. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

a) Características da contratante significativas para a comunicação publicitária;

b) Natureza, extensão e qualidade das relações da contratante com o seu público;

b) Papel da contratante na área social, política e econômica.

14.6.1.1.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos.

a) Adequação do conceito e do tema proposto à natureza, qualificação e ao problema de comunicação da contratante;

b) Consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em sua defesa;

c) Capacidade evidenciada de despertar novas relações com o público-alvo e ampliar esse desdobramento positivo para a comunicação do contratante com a sociedade.

14.6.1.1.1.3. Ideia Criativa: Nota Máxima = 10 (dez) pontos

a) Adequação ao problema específico de comunicação;

b) Multiplicidade de interpretações pertinentes aos objetivos estratégicos traçados;

c) Cobertura do público-alvo através destas interpretações;

d) Originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

e) Simplicidade da forma sobre a qual se apresenta;

f) Pertinência às atividades da contratante e à sua inserção na sociedade;

g) Coesão dos desdobramentos comunicativos, conforme demonstração nas peças apresentadas;

h) Adequação da ideia criativa, ou seja, a linguagem das peças interagindo de maneira uniforme com os meios propostos.

14.6.1.1.1.4. Estratégia de Mídia. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

Adequação da mídia escolhida ao objeto de comunicação proposto;

a) Adequação da linguagem do anúncio ao veículo escolhido;

b) Conhecimento dos hábitos de comunicação do público-alvo, adequando os aos meios, conforme objetivos estratégicos planejados;

c) Consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores;

d) Economia na aplicação da verba destinada;

e) Otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

14.6.1.1.2. Capacidade de Atendimento. Nota Máxima = 15 (quinze) pontos;

14.6.1.1.2.1. Curriculum resumido, com qualificação e quantificação dos profissionais, 03 (três) pontos:

a) A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato;

b) Sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas na execução do contrato, inclusive prazos a serem cumpridos para a criação da campanha e elaboração do plano de mídia;

c) Segurança técnica e operacional nos procedimentos contidos na proposta.

14.6.1.1.2.2. Repertório. Nota Máxima = 04 (quatro) pontos

a) A ideia criativa e sua pertinência;

b) A clareza da exposição;

c) A qualidade da execução e do acabamento.

14.6.1.1.2.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação. Nota Máxima = 05 (cinco) pontos;

a) A concatenação lógica da exposição;

b) A evidência de planejamento publicitário;

c) A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;

d) A relevância dos resultados apresentados.

14.6.1.1.2.4. Sistemática de Atendimento – nota máxima = 03 pontos.

a) nesse quesito, obterá 5 (cinco) pontos a licitante que discriminar:

a.1) para a criação de peça avulsa, prazo igual ou inferior a 02 (dois) dias;

a.2) para a criação de campanha, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias;

a.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias.

b) obterá 3,35 (três vírgula trinta e cinco) pontos a licitante que discriminar:

b.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 03 (três) e 05 (cinco) dias;

b.2) para a criação de campanha, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias;

b.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias.

c) obterá 1,70 (um vírgula setenta) pontos a licitante que discriminar:

c.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 06 (seis) e 10 (dez) dias;

c.2) para a criação de campanha, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias;

c.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias.

d) obterá nota zero a licitante que discriminar prazos superiores a 10 (dez) dias.

14.6.1.2. A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas de cada membro da Subcomissão Técnica.

14.6.1.3. A nota final da proposta técnica de cada licitante corresponderá à soma das notas dos quesitos.

14.6.1.4. Com respaldo no inciso X do art. 6º da Lei nº 12.232/2010, a presente contratação estabelecerá que as peças constantes dos quesitos Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação devam ter sido implementadas num prazo de até 5 (cinco) anos. Tal exigência busca proporcionar condições isonômicas às agências concorrentes, apoiar o julgamento da Subcomissão Técnica e evitar que as agências apresentem trabalhos muito antigos que não correspondam às suas competências técnicas atuais.

14.6.1.5. A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída a um quesito ou subquesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito ou do subquesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos previstos neste Edital.

14.6.1.6. Persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do quesito ou subquesito, os membros da Subcomissão Técnica, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao quesito ou subquesito reavaliado, que será assinada por todos os membros da Subcomissão e passará a compor o processo desta licitação.

14.6.2. Proposta de Preços:

14.6.2.1. Será desclassificada a Proposta de Preços que:

14.6.2.1.1. Contiver vícios insanáveis.

14.6.2.1.2. Apresentar preços inexequíveis.

14.6.2.1.3. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

14.6.2.1.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.6.2.1.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.6.2.1.6. Apresentar qualquer acréscimo aos preços previstos na tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (Sinapro) vigente, a título de ressarcimento dos custos internos dos trabalhos realizados pela própria agência.

14.6.2.2. Os quesitos de descontos a serem valorados são os integrantes da Proposta Comercial, conforme modelo constante no Anexo IV.

14.6.2.3. No julgamento da Proposta de Preços, a Comissão Especial de Licitação atribuirá o máximo de 60 (sessenta) pontos, conforme tabela abaixo:

14.6.2.3.1. Percentual de Desconto sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do SINAPRO PR (Sindicato das Agências de Propaganda) vigente.

14.6.2.3.2. Percentual de desconto sobre honorários referentes à produção de peças e materiais, cuja distribuição não proporcione a licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros (sobre a comissão de 20%):

14.7. Avaliação Final das Propostas:

14.7.1. Apuradas as Notas Técnicas (NT) e as Notas de Preços (NP), será calculada a Nota de Final (NF) de cada Proponente, adotando-se a seguinte fórmula:

NF = NT (máximo 40 pontos) + NP (máximo 60 pontos)

Onde:

NF = Nota Final;
NT = Nota Técnica;
NP = Nota de Preço.

14.7.2. A classificação das Proponentes far-se-á em ordem crescente dos valores das Notas Finais (NF).

14.7.3. Será declarada vencedora a Proponente que obtiver a maior NOTA FINAL (NF).

14.7.4. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas – Notas Finais, será considerada vencedora a proposta com maior pontuação, sucessivamente:

a) Plano de Comunicação;

b) Capacidade de Atendimento;

c) Repertório;

d) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

14.7.5. Para fins de julgamento das propostas, será utilizada como parâmetro a Nota Final de Avaliação (NF), sendo considerado empate:

14.7.6. Nas situações em que duas ou mais propostas de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, apresentarem a mesma nota final de avaliação (NF) ou duas ou mais propostas de licitantes não enquadrados como microempresa e/ou empresa de pequeno porte apresentarem a mesma nota final de avaliação (NF).

14.7.7. Nas situações em que a proposta apresentada pela microempresa e/ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 10% (dez por cento) inferior à melhor proposta não enquadrada como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, considerando como base de cálculo a nota final de avaliação.

14.7.8. Para as situações previstas no item 14.7.7 deste edital, a classificação será realizada da seguinte forma: a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preços, sendo que a Comissão Especial de Licitação efetuará novo cálculo com o novo valor proposto, utilizando-se das etapas constantes dos itens 14.7.1 e 14.7.2. Outrossim, para que o objeto licitado seja adjudicado em favor da licitante beneficiada, a nota final de avaliação deverá ser superior àquela considerada mais bem classificada do certame (desde que não seja micro ou empresa de pequeno porte), vedada a inclusão de novos documentos para a majoração da pontuação técnica, situação em que a empresa beneficiada só poderá alterar a proposta de preços, visando uma melhor nota final de avaliação; não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da letra a acima, serão convocadas as remanescentes (microempresa ou empresa de pequeno porte) que porventura se enquadrem na hipótese do item 14.7.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.7.9. No caso de empate nas notas de Avaliação Final (NF), apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno que estejam enquadradas na hipótese do subitem **14.7.7**, a primeira a apresentar oferta será decidida por sorteio a ser realizado pela Comissão Especial de Licitação.

14.7.10. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 14.7.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente declarada vencedora.

14.7.11. Para os fins do item 14.7.8, se a microempresa e/ou a empresa de pequeno porte não estiver presente na sessão pública, então será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, para a sua manifestação acerca de uma nova proposta ou não.

14.7.12. As situações descritas nos itens **14.7.4** ao **14.7.11**, serão julgadas somente após efetuados os cálculos para a aferição da Nota Final de Avaliação (NF) das propostas.

14.8. Habilitação:

14.8.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.8.1.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

14.8.1.2. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

14.8.1.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.8.2. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão Especial de Licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos.

14.8.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

14.8.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

14.8.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.8.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.8.5. A documentação de que trata este edital deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura da sessão.

14.8.6. Caso não conste prazo de validade no próprio documento ou em clausula específica deste edital ou no SICAF, será considerado o prazo de validade de até 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

14.8.7. A Comissão Especial de Licitação poderá aferir por meio do balanço patrimonial apresentado, os índices contábeis solicitados, nos casos que a licitante deixar de apresentar por escrito e em folha separada os cálculos exigidos neste edital.

14.8.8. Até a assinatura do instrumento de contrato o licitador poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo das sanções cabíveis, havendo conhecimento de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

14.8.9. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação e ou comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

15.2. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

15.3. Contenha vícios insanáveis;

15.4. Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

15.5. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

15.6. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

15.7. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

15.8. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

15.9. A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

15.10. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições dos valores unitários.

15.11. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

15.12. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

15.13. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

15.14. O Agente de Contratação ou comissão de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

15.15. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou comissão de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

15.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação ou comissão de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

15.17. Havendo necessidade, o Agente de Contratação ou comissão de contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

15.18. Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação ou comissão de contratação, por meio eletrônico pela aba "documentos complementares", **a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no que couber. Planilha está fornecida pelo município a qual faz parte da pasta técnica integrante do edital, disponibilizada no Portal Transparência do Município.**

16. DA HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelas licitantes classificadas no julgamento final das propostas, nos termos dos art. 6º, inciso I, e art. 11§ 4º, inciso XI, da Lei 12.232/2010, por intermédio das disposições contidas abaixo.

16.2. Para fins de habilitação, os licitantes poderão utilizar o cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou Certificado de Registro Cadastral expedido pelo "Setor de Cadastro de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná/PR", em substituição aos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica (quando a opção está disponível no referido cadastro), assegurado aos licitantes, caso manifestem interesse, vistas aos documentos que compõem os referidos cadastros.

16.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal

de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR):

(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx).

16.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.3.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

16.3.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

16.3.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

16.3.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.

16.3.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

16.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

16.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

16.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16.6. Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

16.7. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

16.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

16.7.2. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

16.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

16.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

16.7.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

16.7.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

16.8. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

16.8.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

16.8.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

16.8.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

16.8.4. Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;

16.8.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

16.8.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

16.9. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:

12.9.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

16.10. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL exigirá a apresentação dos seguintes documentos, nos termos do Artigo 67 da Lei N° 14.133/2021:

16.11. DEVERÁ AINDA, APRESENTAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

a) **ANEXO III** – Proposta de Preço (no caso: proposta de desconto);

b) **ANEXO IV** – Declaração Conjunta.

16.12. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

16.12.1. As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

16.12.2. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME ou EPP.

16.12.3. Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa, empresas de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta de maior preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

16.12.4. Ocorrendo o empate acima descrito, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

16.12.5. No caso de ME ou EPP ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

16.12.6. Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente, a Comissão de contratação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (edital, e-mail e publicação na imprensa oficial).

16.12.7. Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos neste item, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP remanescentes que se enquadrem nesta hipótese, segundo a ordem de classificação.

16.12.8. Na hipótese de não contratação de ME ou EPP, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

16.12.9. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

16.12.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

16.12.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

17. DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.3.1. Qualquer licitante poderá, de forma imediata, durante o prazo de 10 (dez) minutos concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.3.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo estipulado no item 15.2 acima, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

17.3.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.3.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apreciação. Posteriormente, o recurso será encaminhado com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no sitio http://www.tresbarras.pr.gov.br através do "Link" – "LICITAÇÕES".

18. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

18.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no praz de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

18.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

18.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor global em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e por extenso (Artigo 12° da Lei N° 14.133/2021).

18.3.1. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

18.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

18.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

18.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Artigo 43, parágrafo 1°, da Lei Complementar N° 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico: WhatsApp e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

20.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação ou Comissão de Licitação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

20.3. Será facultado à Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

20.4. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. Após a homologação do resultado desta concorrência, a licitante vencedora será convocada para assinar o instrumento de contrato em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação a este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e no presente edital.

21.2. A intimação poderá se dar via e-mail ou por meio de publicação no Órgão Oficial de Imprensa do Município.

21.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.4. Quando o licitante convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, a Administração poderá convocar outra licitante, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, conforme procedimento descrito no art. 90, §2º e §4º, da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital exceto aos licitantes convocados nos termos do §6º deste mesmo artigo mencionado.

21.5. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para assinar o contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

21.6. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, será verificada se o licitante vencedor mantém as mesmas condições de habilitação, conforme art. 91, §4º da Lei nº 14.133/21.

21.7. Farão parte integrante do contrato o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.

21.8. O contrato se regerá pela Lei nº 12.232/2010, pelas cláusulas e disposições nele constantes, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições subsidiárias contidas na Lei nº 14.133/21, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no Edital ou no contrato ou instrumento equivalente não mencionadas.

21.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto no 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

21.10. A Administração providenciará a publicação do extrato de contrato e de seus eventuais aditamentos.

21.11. O prazo de execução é o constante do objeto, sendo que o prazo de vigência se inicia na data de assinatura do contrato e tem o seu termo final previsto quatro meses após o prazo final da execução.

21.12. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

21.13. Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração conforme critérios estabelecidos no instrumento contratual anexo a este edital.

22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

22.1. O licitante vencedor deverá executar os serviços, objeto desta licitação nos termos do Edital e seus anexos.

22.2. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as exigências contratuais;

22.2.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

22.2.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

22.2.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pelo serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

22.3. O objeto do contrato estará sujeito à verificação pela unidade requisitante da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.

23. CRITÉRIO DE PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

23.1. Pelos serviços prestados, a CONTRATADA será remunerada conforme disposto nesta Cláusula.

23.1.1. Honorários, conforme Proposta de Preço, sobre os valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Paraná título de ressarcimento dos custos internos dos serviços executados pela CONTRATADA, referentes a peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.1.1.1. Os layouts, roteiros e similares reprovados não serão cobrados pela CONTRATADA.

23.1.1.2. A CONTRATADA se compromete a apresentar, antes do início dos serviços, planilha detalhada com os valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Paraná e com os preços correspondentes a serem cobrados da CONTRATANTE, conforme previsto no Subitem **23.1.1**, acompanhada de exemplar da referida tabela impressa pelo Sindicato ou autenticada por ele.

23.1.2. Honorários, conforme Proposta de Preços, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação e divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.1.3. Honorários, conforme Proposta de Preços, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes:

21.1.3.1. Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do presente contrato, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste.

23.1.3.2. À renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando sua distribuição/veiculação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.1.3.3. À reimpressão de peças publicitárias.

23.1.3.3.1. Para fins do disposto no subitem **23.1.3.3**, entende-se por reimpressão a nova tiragem de peça publicitária que não apresente modificações no conteúdo ou na apresentação, em relação à edição anterior, exceto eventuais correções tipográficas ou pequenas atualizações de marcas e datas.

23.1.4. Honorários, conforme Proposta de Preços, incidentes sobre os preços dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da CONTRATADA, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

23.2. Os honorários de que tratam os subitens **23.1.2**, **23.1.3** e **23.1.4** serão calculados sobre o preço efetivamente faturado, a ele não acrescido o valor dos tributos cujo recolhimento seja de competência da CONTRATADA.

23.3. A CONTRATATADA não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela CONTRATANTE, de créditos que a esta tenha sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação.

23.4. Despesas com deslocamento e diárias de profissionais da CONTRATADA, de seus representantes ou de fornecedores de bens e de serviços especializados por ela contratados são de sua exclusiva responsabilidade.

23.4.1. Quando houver a autorização excepcional da CONTRATANTE para o ressarcimento dessas despesas, deverão ser apresentados todos os comprovantes de pagamento dos deslocamentos e diárias, a fim de aferir a execução e assegurar o reembolso pelo valor líquido, sem a incidência de honorários.

23.5. As formas de remuneração estabelecidas nesta cláusula poderão ser renegociadas, no interesse da CONTRATANTE, quando da renovação ou da prorrogação deste contrato.

DESCONTO DE AGÊNCIA

23.6. Além da remuneração prevista anteriormente, a CONTRATADA fará jus ao desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 e com o art. 7º do Regulamento para Execução da Lei nº 4.680/1965, aprovado pelo Decreto nº 57.690/1966.

23.6.1. O desconto de que trata o subitem precedente é concedido à CONTRATADA pela concepção, execução e distribuição de publicidade, por ordem e conta da CONTRATANTE, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010.

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS

23.7. Para a liquidação e pagamento de despesas referentes a bens e serviços especializados, previamente autorizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar:

I - A correspondente nota fiscal que será emitida em nome da CONTRATANTE da qual constará número deste contrato e informações para crédito em conta corrente.

II - A primeira via do documento fiscal do fornecedor de bens e de serviços especializados ou do veículo de divulgação, que será emitido em nome da CONTRATANTE.

III - os documentos de comprovação da veiculação, da execução dos serviços e, quando for o caso, da sua entrega.

23.8. Os documentos de cobrança e demais informações necessárias à comprovação da execução e entrega dos serviços para a liquidação e pagamento de despesas deverão ser encaminhadas pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

23.8.1. O gestor ou fiscal deste contrato somente atestará os documentos para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuadas.

23.9. A liquidação de despesas será precedida das seguintes providências a cargo da CONTRATADA.

– Execução de serviços internos: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I e III do subitem **23.7**;

- Intermediação e supervisão, pela CONTRATADA, de bens e de serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem **23.7**;

- Bens e serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem **23.7**;

- Veiculação: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam os incisos I, II e III do subitem 23.7, da demonstração do valor devido ao veículo de divulgação, dos correspondentes pedidos de inserção e, sempre que possível, do respectivo relatório de checagem, a cargo de empresa independente, nos termos do inciso III do subitem.

23.10. Na ocorrência de falha local em uma programação em rede nacional de mídia eletrônica, além das providências previstas no inciso III do subitem anterior, a CONTRATADA deverá apresentar documento do veículo de divulgação com a descrição da falha e do respectivo valor a ser abatido na liquidação.

23.11. É da responsabilidade da CONTRATADA observar rigorosamente os preços de tabela de cada inserção e dos respectivos descontos, de que trata o art. 15 da Lei nº 12.232/2010, por ocasião da apresentação dos planos de mídia à CONTRATANTE.

23.12. O pagamento das despesas será feito fora o mês de produção ou veiculação, em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos previstos nos subitens **23.7** e **23.8**.

23.13. No tocante à veiculação, além do previsto no inciso III do subitem **23.8**, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sem ônus para a CONTRATANTE, os seguintes comprovantes:

I - Revista: exemplar digitalizado;

II – Jornal ou similar: página com o anúncio digitalizado, da qual devem constar as informações sobre período ou data de circulação, nome do Jornal e praça;

III - demais meios: relatório de checagem de veiculação.

23.14. Antes da efetivação dos pagamentos será realizada a comprovação de regularidade da CONTRATADA, mediante consulta on-line, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no site do Tribunal Superior do Trabalho.

23.14.1. Se a CONTRATADA não estiver cadastrada no SICAF ou se sua situação no sistema apresentar documentação obrigatória vencida, deverá apresentar Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita

Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município.

23.15. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a CONTRATANTE, a seu juízo, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

23.15.1. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

23.16. Considera-se etapa, para fins do subitem **23.15**, os serviços prestados pela CONTRATADA relativo aos os bens e serviços especializados prestados por fornecedores e as contratações de espaços ou tempos publicitários, junto a veículos de divulgação.

23.17. A CONTRATANTE não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

23.18. A CONTRATANTE não pagará nenhum compromisso, assumido pela CONTRATADA, que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros. Cabe à CONTRATADA efetuar os pagamentos a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação em até 10 (dez) dias após o recebimento da ordem bancária da CONTRATANTE, pela agência bancária pagadora.

23.18.1. A CONTRATADA informará à CONTRATANTE os pagamentos efetuados a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação a cada ordem bancária de pagamento emitida pela CONTRATANTE e encaminhará relatório até o décimo dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

23.18.1.1. Os dados e formato dos controles serão definidos pela CONTRATANTE, e os relatórios deverão conter pelos menos as seguintes informações: data do pagamento da CONTRATANTE, data do pagamento da CONTRATADA, número da nota fiscal, valor pago e nome do favorecido.

23.18.2. O não cumprimento do disposto nos subitens **23.18** e **23.18.1** ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da CONTRATADA, até que seja resolvida a pendência.

23.18.3. Não solucionada a pendência no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da CONTRATANTE, ficará caracterizada a inexecução contratual por parte da CONTRATADA.

23.18.4. Caracterizada a inexecução contratual pelos motivos expressos no subitem **21.18.5**, a CONTRATANTE, nos termos da Cláusula Décima Quarta, poderá optar pela

rescisão deste contrato ou, em caráter excepcional, liquidar despesas e efetuar os respectivos pagamentos diretamente aos fornecedores ou aos veículos de divulgação, conforme o caso.

23.18.6. Para preservar o direito dos fornecedores e veículos de divulgação em receber com regularidade pelos bens e serviços especializados prestados e pela venda de espaço ou tempo, a CONTRATANTE poderá instituir procedimento alternativo de controle para efetuar os pagamentos mediante repasse, pela CONTRATADA, dos valores correspondentes aos fornecedores e veículos de divulgação, em operações bancárias concomitantes.

23.18.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

23.19. A CONTRATANTE, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigado pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.

PRAZO DE PAGAMENTO

23.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

23.21. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

23.22. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

23.23. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso.

FORMA DE PAGAMENTO

23.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

23.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

23.27. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

23.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

23.29. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município.

24. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

24.1. São obrigações do Município de Três Barras do Paraná:

24.1.1. Permitir o acesso de funcionários do fornecedor às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

24.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

24.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Concorrência;

24.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do (s) produto/serviço (s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

24.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

24.1.6. Solicitar a entrega do (s) material (is);

24.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do (s) produto/serviço (s) entregues;

24.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

24.2. São obrigações do Fornecedor:

24.2.1. Executar o objeto, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

24.2.2. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, a ela afetos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste edital e seus anexos.

24.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir os serviços que entregar, sem ônus para a CONTRATANTE, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

24.2.4. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

24.2.5. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 121, da Lei nº 14.133/21, com as alterações dela decorrentes.

24.2.6. Garantir a melhor qualidade dos serviços, atendidas as especificações e normas técnicas de produção para cada caso, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.

24.2.7. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital (art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/21).

24.2.8. Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

24.2.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato.

24.2.10. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

24.2.11. Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados e produtos/materiais a serem empregados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

24.2.12. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no Edital de Licitação.

24.2.13. Observar, rigorosamente, as especificações e técnicas pertinentes a cada serviço a ser executado, assumindo inteira responsabilidade pela execução e eficiência do serviço contratado, de acordo com as especificações técnicas do Edital de Licitação.

24.2.14. Promover condições à fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregados.

24.2.15. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação, bem como as qualificações exigidas nesta Concorrência Pública, sob pena de aplicação de multa e rescisão contratual.

24.2.16. Executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados e de veículos de divulgação – todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela Contratante.

24.2.17. Observar as seguintes condições para o fornecimento de bens e de serviços especializados à Contratante:

24.2.17.1. Fazer cotações prévias de preços para todos os bens e serviços especializados a serem prestados por fornecedores.

24.2.17.2. Só apresentar cotações de preços obtidas junto a fornecedores previamente cadastrados junto à Prefeitura de Três Barras do Paraná, aptos a fornecer à CONTRATADA bens e serviços especializados, relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato.

24.2.17.3. Apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações coletadas entre fornecedores de bens e de serviços especializados cadastrados junto à Prefeitura de Três Barras do Paraná que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido.

24.2.17.4. Exigir dos fornecedores que constem da cotação de bens e de serviços especializados, o detalhamento das especificações que compõem seus preços unitários e total.

24.2.17.5. A cotação deverá ser apresentada em via original, em papel timbrado, com a identificação do fornecedor (nome empresarial completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação (nome completo, cargo na empresa, RG e CPF) e assinatura do responsável pela cotação.

24.2.17.6. Juntamente com a cotação deverão ser apresentados comprovantes de que o fornecedor está inscrito – e em atividade – CNPJ ou no CPF e no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se for o caso, relativos ao seu domicílio ou sede, pertinentes a seu ramo de atividade e compatíveis com o serviço a ser fornecido.

24.2.17.7. Para cada orçamento encaminhado, deve ser observada a presença da seguinte declaração, assinada por funcionário da CONTRATADA responsável pela documentação: "atestamos que este orçamento e seus anexos foram conferidos e estão de acordo com a especificação técnica aprovada e as exigências contratuais".

24.2.17.8. Quando o fornecimento de bens ou de serviços especializados tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global deste contrato, a CONTRATADA coletará orçamentos dos fornecedores em envelopes fechados, que

serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização da CONTRATANTE. O Fornecimento de bens ou serviços de valor igual ou inferior R$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais), está dispensado deste procedimento conforme art. 14, parágrafo 3º da lei 12.232/2010.

24.2.17.9. Manter, durante o período de, no mínimo, 05 (cinco) anos, após a extinção deste contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e os materiais produzidos, com informações relativas aos prazos de cessão dos direitos autorais vinculados.

24.2.17.10. Despesas com deslocamento e diárias de profissionais da CONTRATADA, de seus representantes ou de fornecedores de bens e de serviços especializados por ela contratados são de sua exclusiva responsabilidade.

24.2.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

24.2.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

24.2.20. Responsabilizar-se pela manutenção do seu cadastro atualizado perante o setor cadastral do Município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIMAM/TCE-PR.

24.2.21. Cumprir as demais obrigações constantes do Anexo I do presente Edital.

25. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

25.1. O **PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL** terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato nos Diários Oficiais, nos termos do parágrafo 1° do Artigo 54 da Lei N° 14.133/2021, e terá duração de **12 (doze) meses,** nos termos do Artigo 105 da Lei N° 14.133/2021.

25.2. Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Artigo 183 da Lei N° 14.133/2021.

26. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

26.1. Os preços serão reajustados automaticamente, considerando que a base de cálculo será um percentual aplicado sobre os valores dos serviços contratados ou sobre a tabela de referência do SINAPRO.

27. PREÇO MÁXIMO

27.1. valor máximo estimado para esta licitação corresponde aos valores estabelecidos na Planilha Orçamentária, totalizando R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

27.2. O percentual de desconto deve abranger, além do lucro, todas as despesas e custos relacionados, incluindo frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, vinculadas à execução do contrato.

28. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

28.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

28.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

28.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

28.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

28.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

28.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

28.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

28.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

28.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

28.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

28.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu art. 5º enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

28.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

28.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

28.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

28.2.3. A aplicação das sanções previstas no item "23.2" não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

28.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

28.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

28.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

28.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

28.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

29. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

29.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnações e requerimentos de esclarecimentos sobre o ato convocatório da Concorrência e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

29.2. O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.

29.3. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, durante o horário normal de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, ou de forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br.

29.4. Os esclarecimentos e impugnações deverão ser prestados no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.

29.5. As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

29.6. As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

30. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

30.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

30.1.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

30.1.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

30.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

31. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

31.1. O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste processo licitatório caberão a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 da Lei Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

31.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Mun. de Saúde, CPF nº 038.xxx.xxx-37;

b) ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação, CPF nº 034.xxx.xxx-70;

c) CLEBERSON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF nº 000.xxx.xxx-95;

d) VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF nº 014.xxx.xxx-30;

e) MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF nº 471.xxx.xxx-00;

f) DANIEL DOS PASSOS HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF n° 047.xxx.xxx-92.

31.1.2. Ficam designadas como fiscais oriundos deste procedimento licitatório, as seguintes:

a) RAQUEL LAIZ RUBIO CHIQUIN, Diretora de Departamento de Cultura, CPF nº 101.xxx.xxx-50, Fiscal Titular da Secretaria Municipal de Cultura.

b) ANA CLAUDIA MANICA, Diretora do Departamento de Indústria e Comércio, CPF nº 061.xxx.xxx-28, fiscal suplente.

31.1.3. Os fiscais titulares serão responsáveis pela fiscalização da execução do objeto. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

31.2. Competirá aos responsáveis pela fiscalização acompanhar a execução do objeto disposto no presente processo licitatório, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

31.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

31.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela fornecedora, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

31.5. O fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

31.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

32. DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. Ao Prefeito do Município compete anular esta Concorrência por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

32.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão Especial de Licitação.

32.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

32.4. A adjudicação e homologação desta Concorrência competem ao Prefeito do Município, respeitadas as regras de delegação previstas na legislação municipal.

32.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

32.6. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.tresbarras.pr.gov.br através do "Link" – "LICITAÇÕES".

32.7. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

32.8. É facultado à Comissão Especial de Licitação, ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

32.9. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão Especial de Licitação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

32.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, salvo disposição em contrário, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

32.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.12. As normas que disciplinam esta Concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Prefeitura de Três Barras do Paraná, a finalidade e a segurança da contratação.

32.13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.14. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

32.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

32.17. As decisões, resultados, comunicados e informações referentes a este processo licitatório serão disponibilizadas no site www.tresbarras.pr.gov.br

32.18. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Comissão Especial de Licitação.

32.19. A participação do proponente implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

32.20. Serão desconsideradas, para todos os efeitos, quaisquer manifestações que pretenda o licitante atribuir à Comissão Especial de Licitação, que não tenham sido exaradas de modo expresso, escrito e disponibilizado a todos os licitantes, necessariamente decorrentes de impugnações, recursos, questionamentos, ou qualquer tipo de provocação devidamente encaminhada ou protocolada em tempo hábil.

33. DO FORO

31.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas-PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

34. ANEXOS DO EDITAL

32.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

a) **ANEXO I** – Termo de Referência

b) **ANEXO II** – *Briefing* (roteiro)

c) **ANEXO III** – Modelo de Proposta de Preço (desconto);

d) **ANEXO IV** – Declaração Conjunta;

e) **ANEXO V** - Minuta do Contrato de Prestação de Serviços.

Três Barras do Paraná, 11 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

1.1. CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.

1.2. Justificativa do processo ser presencial: Tendo em vista a Lei de Publicidade e Propaganda, nº 12.232/2010, não foi encontrado uma maneira esclarecedora de como realizar este processo eletrônico. Dessa forma será filmado de acordo com as exigências da Lei nº 14.133/2021.

2. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO - ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A e I"

2.1 A contratação refere-se à prestação de serviços de publicidade e propaganda institucional, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, e abrange as seguintes atividades:

TABELA 01: ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	*DESCRIÇÃO DO SERVIÇO*	*UND*	*QTDE*	*PREÇO TOTAL MÁXIMO*
01	*Contratação de uma agência de publicidade para prestação de serviços de publicidade, correspondente ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão externa e a divulgação, inclusive internet; criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com as novas tecnologias, visando a expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; elaboração e registro de marcas, expressão de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como a programação visual; execução de ações de consultoria técnica decorrente dessa contratação; execução de serviços de promoção, não compreendido como apoio e patrocínios; planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, o público alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre resultados das campanhas realizadas; demais serviços inerentes à atividade publicitária, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme tabela do SINAPRO.*	*Und*	*01*	*R$ 300.000,00 (Investimento máx. anual)*

2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços contínuos, conforme disposto no Art. 6°, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, conforme a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "B"

3.1. A fundamentação da contratação, bem como a justificativa para os quantitativos especificados, está detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares, que integram este processo licitatório e apresentam a análise das necessidades e critérios utilizados para definição do objeto e das condições da contratação.

3.2. A contratação em questão foi devidamente incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025, com previsão de execução no mês de fevereiro do referido ano, conforme planejamento estratégico da Administração.

4. LOCAIS DE ENTREGA – ARTIGO 40, § 1°, INCISO II

4.1. O local de prestação dos serviços será definido conforme a demanda e o tipo de campanha a ser desenvolvida, podendo ser aplicado em diversos locais do Município e fora dele.

5. PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "A"

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma dos artºs. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "C"

6.1. A solução proposta abrange o estudo, planejamento, conceituação, criação e execução de ações publicitárias, tanto em âmbito interno quanto externo. Também inclui a intermediação, supervisão de peças publicitárias e veiculação em diferentes meios de comunicação.

6.2. Fazem parte da solução a realização de pesquisas de mercado, com o objetivo de entender o público-alvo e aprimorar a efetividade das campanhas, além do desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária que acompanhem as tendências tecnológicas e promovam maior impacto nas mensagens e ações da Administração Pública.

7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "D"

7.1. Os serviços a serem realizados pela contratada compreendem:

a) Planejamento e desenvolvimento de campanhas educativas, ações de interesse público e iniciativas institucionais da Prefeitura, utilizando diversos recursos e meios de comunicação para alcançar os objetivos estabelecidos;

b) Realização de pesquisas de perfil social e opinião pública para embasar o desenvolvimento de projetos e campanhas;

c) Planejamento, estudo e concepção de campanhas e peças publicitárias;

d) Criação, produção e execução de jingles, além da elaboração e registro de marcas, expressões publicitárias, logotipos e outros elementos de programação visual;

e) Estudos, pesquisas e desenvolvimento de projetos para veiculação, visando à otimização e à aplicabilidade eficiente dos recursos destinados à promoção de ações e campanhas;

f) Execução, distribuição e veiculação de materiais publicitários em diversos meios de comunicação;

g) Serviços relacionados à veiculação e outras ações de comunicação indispensáveis à execução da política de comunicação social dos órgãos da Administração Direta do Município;

h) Planejamento, produção, organização e execução de eventos relacionados a campanhas educativas e/ou ações sociais de interesse público, além de demais serviços correlacionados;

i) Assessoramento e apoio na execução de ações de promoção e patrocínios;

j) Serviços relacionados a endomarketing, marketing e outras ações de comunicação necessárias para implementar a política de comunicação social dos órgãos da Administração Municipal;

k) Produção de peças de comunicação digital.

7.2. Os serviços de publicidade e propaganda deverão ter caráter educativo, informativo, promocional ou de orientação social, sempre alinhados às estratégias de desenvolvimento socioeconômico de Três Barras do Paraná. A política de comunicação social do Município será pautada pelos seguintes princípios:

a) Informação e transparência dos procedimentos administrativos;

b) Aproximação entre a Administração Pública e os usuários dos serviços;

c) Eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos;

d) Avaliação sistemática dos resultados obtidos.

7.3. Em substituição ao projeto básico contendo as especificações técnicas dos produtos e serviços a serem executados, o edital de licitação para contratação de serviços de publicidade irá disponibilizar um ***briefing*** (roteiro) para subsidiar o desenvolvimento da proposta técnica pelas licitantes. Essa exigência está em conformidade com o inciso II do art. 60 da Lei nº 12.232/2010, e permitirá a adequada avaliação da capacidade técnica das participantes.

7.4. Será permitida a subcontratação de serviços de produção, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 12.232/2010:

> ***Art. 14. Somente pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas pelo contratante poderão fornecer ao contratado bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, nos termos do § 10 do art. 2º da Lei nº 12.232/2010.***

7.5. Será realizada avaliação trimestral com os seguintes objetivos:

a) Verificar a necessidade de melhorias na qualidade dos serviços prestados;

b) Decidir sobre a conveniência de renovar ou, se necessário, rescindir o contrato vigente;

c) Fornecer, quando solicitado pela contratada, declarações de desempenho para comprovação de capacitação técnica em processos licitatórios futuros.

7.5.1. Caso sejam identificadas irregularidades na execução contratual, poderão ser aplicadas retenções ou glosas proporcionais no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis. As situações consideradas irregulares incluem:

7.5.1.1. Não alcançar os resultados previamente acordados;

7.5.1.2. Deixar de executar ou executar com qualidade inferior às atividades contratadas;

7.5.1.3. Não utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los em quantidade ou qualidade inferiores às especificações estabelecidas.

7.6. O prazo de validade da proposta será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrega das propostas. (Art. 69, § 2°, inciso I, da Lei Estadual n° 15.608/07).

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Apresentação de Certificado de Qualificação Técnica de Funcionamento emitido pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão (CENP) ou por entidade equivalente, devidamente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, em conformidade com o disposto no art. 4°, § 1°, da Lei n° 12.232/2010.

8.2. Comprovação de aptidão técnica para a execução de serviços com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou a itens correlatos, mediante apresentação Atestado de Capacidade Técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

8.2.1. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados referentes a serviços executados de forma concomitante.

8.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser emitidos em nome da matriz ou da filial do fornecedor, sendo ambos considerados válidos.

8.2.3. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias para comprovar a autenticidade e a legitimidade dos atestados apresentados. Quando solicitado pela Administração, deverá apresentar, adicionalmente, cópias dos contratos que respaldaram a contratação, endereço atualizado da contratante e local onde o objeto contratado foi executado, bem como outros documentos que se façam necessários à verificação.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "E"

9.1. Atribuições da Contratada:

a) Realizar estudo, planejamento, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de campanhas, peças e materiais publicitários para os meios digitais (online e off-line) e impressos;

b) Elaborar marcas, expressões de propaganda, logotipos e outros elementos de comunicação visual;

c) Planejar e executar pesquisas e outros instrumentos de avaliação e geração de conhecimento sobre o mercado, público-alvo, meios de divulgação ou resultados das campanhas realizadas;

d) Produzir e executar tecnicamente as peças e projetos publicitários criados;

e) Desenvolver formas inovadoras de comunicação publicitária, alinhadas às novas tecnologias, com vistas à ampliação dos efeitos das mensagens e ações publicitárias.

9.2. Dinâmica de Execução do Objeto:

9.2.1. Início da Execução: Imediatamente após a assinatura do contrato e/ou emissão da ordem de serviço.

9.2.2. Natureza dos Serviços: Os serviços de publicidade e propaganda terão caráter educativo, informativo, de promoção do município ou de orientação social, alinhados às estratégias de desenvolvimento socioeconômico de Três Barras do Paraná, observando os princípios de:

a) Informação e transparência nos procedimentos administrativos;

b) Aproximação entre a administração pública e os usuários;

c) Eficiência e racionalidade na aplicação de recursos;

d) Avaliação sistemática dos resultados.

9.2.3. Cronograma: Os serviços serão realizados conforme demanda e necessidade de elaboração de campanhas da Prefeitura Municipal.

9.3. Execução Contratual

9.3.1. Fiel cumprimento das cláusulas contratuais: O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas e normas das Leis nº 14.133/2021 e nº 12.232/2010, sendo as partes responsáveis pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3.2. Prorrogação automática: Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro por apostila.

9.3.3. Comunicações formais: Deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica quando apropriado.

9.4. Reuniões e Interações:

9.4.1. Reunião inicial: Após a assinatura do contrato, o Município poderá convocar a contratada para:

a) Apresentação do responsável pela fiscalização;

b) Definição das estratégias de execução;

c) Elaboração do plano complementar de execução;

d) Estabelecimento do método de aferição dos resultados e aplicação de sanções.

9.4.2. Interação contínua: O Município poderá convocar representantes da contratada sempre que achar necessário para adoção de providências imediatas.

9.5. Recebimento do Objeto:

9.5.1. Modalidades de recebimento:

a) Provisório: Pelo fiscal, mediante termo detalhado, no prazo de 5 dias úteis, comprovando o cumprimento de exigências técnicas previstas no contrato;

b) Definitivo: Pelo gestor ou comissão designada, no prazo de 10 dias úteis, comprovando o atendimento das exigências contratuais.

9.5.2. Informações obrigatórias no termo de recebimento:

a) Data e horário do recebimento/executado;

b) Identificação da entrega (produto/serviço);

c) Detalhes do contrato ou nota de empenho;

d) Prazos de execução e vigência contratual.

9.5.3. Registros adicionais: Sempre que possível, incluir fotografias e documentos complementares.

9.6. Obrigações da Contratada:

a) Executar o objeto conforme especificações deste instrumento e do edital de licitação;

b) Não transferir o objeto a terceiros sem prévia anuência da Administração;

c) Reparar, corrigir ou substituir o objeto, às suas expensas, quando detectados vícios ou defeitos;

d) Responder por danos causados à Administração ou terceiros durante a execução do contrato;

e) Fornecer mão de obra qualificada e cumprir todas as exigências legais, como normas de segurança no trabalho e encargos sociais e tributários;

f) Comunicar à Administração qualquer discrepância entre as condições reais e os elementos apresentados;

g) Prestar esclarecimentos sobre os serviços executados, sempre que solicitado;

h) Observar rigorosamente as especificações técnicas e normas vigentes da ABNT e INMETRO;

i) Promover condições à fiscalização dos serviços e manter o cadastro atualizado no setor cadastral do Município;

j) Manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato;

k) Cumprir as condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital de licitação.

9.7. Disposições Finais:

9.7.1. Rejeição do Objeto: O objeto será rejeitado total ou parcialmente se estiver em desacordo com o contrato.

9.7.2. Ajustes de Prazos: Os prazos de recebimento serão definidos no instrumento convocatório e/ou contrato.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – ARTIGO 6°, § XXIII, ALÍNEA "G"

10.1. Avaliação da Execução do Objeto: A execução do objeto será avaliada trimestralmente pelo fiscal do contrato, considerando os seguintes critérios:

a) Qualidade do atendimento prestado;

b) Nível técnico dos trabalhos realizados;

c) Resultados concretos das ações de comunicação sugeridas pela contratada;

d) Diversificação dos serviços prestados;

e) Benefícios oriundos da política de preços praticada.

10.2. Remuneração da Contratada: A remuneração da empresa contratada observará as seguintes condições:

a) Honorários sobre Produção de Peças e Materiais por Terceiros:

O Município efetuará o pagamento do valor total à agência contratada, incluindo o percentual correspondente aos seus honorários e o pagamento devido à empresa responsável pela produção das peças ou materiais. O percentual de desconto oferecido pela agência no processo licitatório será aplicado sobre o valor da Tabela Referencial do SINAPRO, já considerando seus honorários.

b) Honorários sobre Outros Serviços Prestados por Terceiros: O Município efetuará o pagamento do valor total, englobando todos os custos cobrados pelos terceiros envolvidos. A agência aplicará o percentual de desconto ofertado na licitação sobre o valor da Tabela Referencial do SINAPRO, o qual incluirá, entre outros:

b.1) Assessoramento e apoio em ações de promoção e patrocínio;

b.2) Desenvolvimento de pesquisas de mercado, opinião, produtos ou serviços;

b.3) Elaboração e registro de marcas, logotipos e elementos visuais.

c) Desconto de Agência: O desconto será aplicado conforme o acordo estabelecido entre o prestador de serviços e a agência. O Município não será parte desse acordo e efetuará o pagamento do valor total, sem qualquer alteração.

d) Vedação à Subcontratação: É proibida a subcontratação de outra agência de publicidade e propaganda.

e) Despesas de Deslocamento: Os custos de deslocamento de profissionais ou representantes da contratada serão de sua exclusiva responsabilidade.

f) Renegociação: As formas de remuneração estabelecidas neste edital, baseadas no percentual de desconto sobre a tabela de valores referenciais, serão fixas e irrenegociáveis durante toda a vigência do contrato, incluindo suas renovações. No entanto, os preços da tabela serão atualizados pelo SINAPRO-PR, conforme as condições de mercado.

10.3. Prazo de Pagamento: O pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias úteis após a prestação dos serviços, condicionado à apresentação da Nota Fiscal e à comprovação da regularidade fiscal e financeira da contratada.

10.4. Suspensão de Prazo em Casos Especiais: Em situações de calamidade pública, caso fortuito ou força maior que impeçam a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo será suspenso até sua regularização, respeitando-se a ordem cronológica original da despesa.

10.5. Pagamento Parcial: Na hipótese de insuficiência de recursos financeiros, poderá ser realizado o pagamento parcial, sendo o saldo remanescente mantido na mesma posição na ordem cronológica.

10.6. Modalidade de Pagamento: Os pagamentos serão realizados por ordem bancária, diretamente para a conta corrente indicada pela contratada.

10.7. Retenção Tributária: No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

10.7.1. Independentemente dos percentuais indicados na planilha, os tributos serão retidos de acordo com as alíquotas legais aplicáveis.

10.8. Simples Nacional: Empresas optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerão retenção tributária referente aos impostos abrangidos

por este regime. O pagamento, contudo, estará condicionado à apresentação de comprovação oficial de sua condição.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. Modalidade de Licitação: A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade **Concorrência**, de forma **presencial**, adotando o critério de julgamento **"Técnica e Preço"**. O preço será determinado pelo percentual de desconto aplicado sobre os valores da Tabela de Referência do SINAPRO, sendo o desconto inicial a partir de **50%**.

11.2. Pesos de Avaliação: A avaliação será realizada com a atribuição de **40% do peso à "melhor técnica"** e **60% ao "menor preço"** (maior percentual de desconto), refletindo o compromisso da Secretaria de Administração e Planejamento em equilibrar economicidade e qualidade técnica. O peso de 40% para a técnica permite que a Administração identifique, entre os concorrentes, a proposta que melhor atenderá aos desafios técnicos do contrato, garantindo a execução eficiente e alinhada às necessidades do objeto licitado.

11.3. Justificativa do Critério "Técnica e Preço": A escolha do critério "técnica e preço" baseia-se em fatores que reforçam sua pertinência para a presente contratação:

a) O valor estimado para o certame funciona como limitador do escopo de atuação publicitária, exigindo uma execução eficiente e técnica refinada;

b) A adequada execução contratual requer um nível elevado de qualificação técnica da agência a ser contratada, assegurando o alinhamento aos objetivos do Município e a entrega de resultados satisfatórios.

11.4. Proposta Técnica - Importância: Em uma licitação do tipo "técnica e preço", como no caso presente, as **Propostas Técnicas** desempenham um papel central no processo de seleção. Por meio delas, as agências demonstram sua capacidade técnica e expertise, elementos essenciais para atender às demandas específicas de comunicação do Município.

11.4.1. A Lei nº 12.232/2010, em seu **art. 60, inciso IX**, determina que as licitantes apresentem Planos de Comunicação Publicitária padronizados quanto ao formato, fontes, espaçamento e outros aspectos. Além disso, conforme o **art. 60, inciso IV**, os planos devem ser apócrifos, garantindo maior imparcialidade no julgamento, ao impedir que a reputação de mercado da licitante influencie indevidamente o processo de avaliação.

11.4.2. Transparência no Julgamento: Para assegurar maior objetividade na análise das Propostas Técnicas e possibilitar um controle mais efetivo por órgãos de fiscalização e concorrentes, a metodologia de julgamento exige a elaboração de justificativas escritas para as pontuações atribuídas. Isso está em conformidade com os incisos IV e VI do §4º do art. 11 da Lei nº 12.232/2010.

11.4.3. Estrutura da Proposta Técnica: As Propostas Técnicas deverão ser apresentadas em 03 (três) invólucros separados, conforme descrito abaixo:

- **Invólucro 1:** Via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- **Invólucro 2:** Via identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- **Invólucro 3:** Informações adicionais, incluindo capacidade de atendimento, repertório e relatos de soluções para problemas de comunicação.

11.4.4. As propostas deverão ser redigidas em português, exceto por expressões técnicas de uso comum, sem emendas ou rasuras, e obedecendo ao padrão estabelecido pelo edital.

11.4.5. Plano de Comunicação Publicitária: O Plano de Comunicação Publicitária, baseado nas informações do briefing, deverá ser apresentado em duas vias: uma identificada e outra não identificada. Seu formato deve obedecer ao seguinte padrão:

- **Caderno único:** Encadernado com espiral preto, capa preta em polipropileno liso e contracapa em papel branco 90g/cm², demais folhas em papel branco 75g/cm²).
- **Margens:** 3 cm à esquerda e na parte superior, 2 cm à direita e na parte inferior.
- **Fonte:** Arial, tamanho 12, cor preta, estilo normal.

Além disso, o conteúdo do Plano deve englobar:

- **Raciocínio básico:** Diagnóstico das necessidades de comunicação, análise do ***briefing*** e identificação dos desafios. (Máximo de 2 laudas, 30 linhas por página).
- **Estratégia de Comunicação Publicitária:** Proposta detalhada das estratégias para alcançar os objetivos definidos. (Máximo de 4 laudas).
- **Plano de Mídia e Não Mídia:** Detalhamento técnico, com referência aos valores previstos na tabela do SINAPRO e a verba estipulada de R$ 30.000,00.

11.4.6. Critérios de Avaliação e Pontuação: A pontuação da proposta técnica será distribuída da seguinte forma:

11.4.6.1. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de setenta pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

11.4.6.1.1. Plano de Comunicação – Nota Máxima = 25 (vinte e cinco) pontos:

11.4.6.1.1.1. Raciocínio Básico: Acuidade de compreensão. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

a) Características da contratante significativas para a comunicação publicitária;

b) Natureza, extensão e qualidade das relações da contratante com o seu público;

b) Papel da contratante na área social, política e econômica.

11.4.6.1.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos.

a) Adequação do conceito e do tema proposto à natureza, qualificação e ao problema de comunicação da contratante;

b) Consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em sua defesa;

c) Capacidade evidenciada de despertar novas relações com o público-alvo e ampliar esse desdobramento positivo para a comunicação do contratante com a sociedade.

11.4.6.1.1.3. Ideia Criativa: Nota Máxima = 10 (dez) pontos

a) Adequação ao problema específico de comunicação;

b) Multiplicidade de interpretações pertinentes aos objetivos estratégicos traçados;

c) Cobertura do público-alvo através destas interpretações;

d) Originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

e) Simplicidade da forma sobre a qual se apresenta;

f) Pertinência às atividades da contratante e à sua inserção na sociedade;

g) Coesão dos desdobramentos comunicativos, conforme demonstração nas peças apresentadas;

h) Adequação da ideia criativa, ou seja, a linguagem das peças interagindo de maneira uniforme com os meios propostos.

11.4.6.1.1.4. Estratégia de Mídia. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

Adequação da mídia escolhida ao objeto de comunicação proposto;

a) Adequação da linguagem do anúncio ao veículo escolhido;

b) Conhecimento dos hábitos de comunicação do público-alvo, adequando os aos meios, conforme objetivos estratégicos planejados;

c) Consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores;

d) Economia na aplicação da verba destinada;

e) Otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

11.4.6.1.2. Capacidade de Atendimento. Nota Máxima = 15 (quinze) pontos;

11.4.6.1.2.1. Curriculum resumido, com qualificação e quantificação dos profissionais, 03 (três) pontos:

a) A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato;

b) Sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas na execução do contrato, inclusive prazos a serem cumpridos para a criação da campanha e elaboração do plano de mídia;

c) Segurança técnica e operacional nos procedimentos contidos na proposta.

11.4.6.1.2.2. Repertório. Nota Máxima = 04 (quatro) pontos

a) A ideia criativa e sua pertinência;

b) A clareza da exposição;

c) A qualidade da execução e do acabamento.

11.4.6.1.2.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação. Nota Máxima = 05 (cinco) pontos;

a) A concatenação lógica da exposição;

b) A evidência de planejamento publicitário;

c) A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;

d) A relevância dos resultados apresentados.

11.4.6.1.2.4. Sistemática de Atendimento – nota máxima = 03 pontos.

a) nesse quesito, obterá 5 (cinco) pontos a licitante que discriminar:

a.1) para a criação de peça avulsa, prazo igual ou inferior a 02 (dois) dias;

a.2) para a criação de campanha, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias;

a.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias.

b) obterá 3,35 (três vírgula trinta e cinco) pontos a licitante que discriminar:

b.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 03 (três) e 05 (cinco) dias;

b.2) para a criação de campanha, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias;

b.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias.

c) obterá 1,70 (um vírgula setenta) pontos a licitante que discriminar:

c.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 06 (seis) e 10 (dez) dias;

c.2) para a criação de campanha, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias;

c.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias.

d) obterá nota zero a licitante que discriminar prazos superiores a 10 (dez) dias.

11.4.6.2. A nota final será a soma das pontuações dos quesitos, calculada com base na média aritmética das avaliações dos membros da Subcomissão Técnica.

11.4.7. Exigências Complementares: Conforme o inciso X do art. 60 da Lei nº 12.232/2010, as peças do repertório devem ter sido implementadas nos últimos 5 anos, garantindo que as propostas reflitam as capacidades técnicas atuais das agências concorrentes.

11.5. Critério de Julgamento – PREÇO (maior percentual de desconto) – Peso 60%:

11.5.1. Para a **Proposta de Preços**, deverão ser observadas as práticas de mercado, conforme estabelecido no inciso V do art. 60 da Lei nº 12.232/2010.

11.5.2. A proposta comercial deve incluir os descontos oferecidos pelos licitantes, abrangendo:

- Custos internos da agência.
- Honorários cobrados do contratante, relativos à produção de peças e materiais cuja confecção ou distribuição não proporcione à licitante o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros.

11.5.3. A nota da Proposta de Preços (percentual de desconto) para o processo de seleção será limitada ao máximo de 60 (sessenta) pontos, ou seja, terá peso igual a 60 (sessenta), apurada conforme a metodologia a seguir

11.5.4. A proposta comercial deverá conter, sob pena de desclassificação:

11.5.4.1. O desconto sobre os custos internos de produção da própria licitante, apurado em relação à tabela vigente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (SINAPRO-PR), em conformidade com o inciso XXI do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

Tabela 02: Percentual de Desconto sobre os Custos Internos (SINAPRO-PR)

Desconto Sobre o preço da Tabela SINAPRO	PONTOS
50%	0
51%	1
52%	2
53%	3
54%	4
55%	5
56%	6
57%	7
58%	8
59%	9
60%	10
61%	11
62%	12
63%	13
64%	15
65%	17
66%	19
67%	21
68%	23
69%	26
70%	30

Tabela 03: O desconto a ser concedido na remuneração de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

Desconto sobre o percentual de comissão	PONTOS	% Comissão
0%	0	20%
5%	2	19%
10%	4	18%
15%	6	17%
20%	9	16%
25%	12	15%
30%	15	14%

35%	18	13%
40%	21	12%
45%	25	11%
50%	30	10%

11.5.5. O valor proposto deverá incluir todos os custos necessários para atender ao objeto da licitação, como tributos, encargos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, tarifas, fretes, seguro, transporte, armazenamento e utilização de materiais para execução dos serviços.

11.5.6. Considera-se já incluída no custo de produção qualquer remuneração devida a terceiros, em decorrência da cessão de direitos, seja por prazo limitado, seja total e definitiva.

11.5.7. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto licitado. Não serão aceitas reivindicações de pagamentos adicionais devido a erros ou má interpretação da licitante.

11.5.8. A licitante será integralmente responsável pelo valor cotado. Erros de digitação, especificações incompletas ou valores incorretos poderão resultar na desclassificação da proposta.

11.6. A apresentação da proposta pela licitante implicará a aceitação integral deste edital e seus anexos, bem como das normas legais aplicáveis. Caso declarada vencedora, a licitante deverá cumprir todas as disposições previstas no processo licitatório.

12. DOS PREÇOS E ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "I"

12.1. A presente contratação não permite a quantificação prévia e detalhada dos produtos e serviços a serem executados durante sua vigência. Diferentemente de serviços de natureza comum, caracterizados por tarefas realizadas de forma mecânica ou conforme técnicas, protocolos e métodos previamente estabelecidos, os serviços de publicidade possuem natureza predominantemente intelectual. Sua execução exige a expertise da agência contratada para a proposição de soluções personalizadas e adequadas aos objetivos de comunicação estabelecidos em cada demanda específica.

12.2. Dessa forma, as particularidades do objeto inviabilizam a elaboração de um orçamento detalhado com base em planilhas de quantitativos e preços unitários. A definição dos produtos e serviços a serem fornecidos dependerá diretamente das soluções publicitárias desenvolvidas e aprovadas ao longo da execução contratual, variando conforme as estratégias de comunicação e as linhas criativas adotadas pela contratada para atender às necessidades de cada campanha.

12.3. Considerando a importância estratégica da política de comunicação institucional, bem como o princípio da transparência e a necessidade de ampliar o alcance das ações junto à crescente população do município, o valor estimado para a presente contratação é de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais).

12.4. Assim, o valor estimado de **R$ 300.000,00** é plenamente justificado pela necessidade de atender às demandas institucionais de maneira eficaz, assegurando o fortalecimento da comunicação pública e o cumprimento do dever de transparência por parte da administração municipal.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "J"

13.1. Os pagamentos decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.39.00
b) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.39.00
c) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.39.00
d) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.39.00
e) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.39.00
f) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.39.00
g) 06.02.08.243.0023.6.001.000.3.3.90.39.00
h) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00
i) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.39.00
j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.39.00
k) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00
l) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.39.00

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1. A prestação dos serviços será realizada de forma contínua, com início imediato após a assinatura e publicação do contrato, conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual.

15. PENALIDADES

15.1. A Licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.10. Praticar ato lesivo previsto no Artigo 5° da Lei N° 12.846, de 1° de agosto de 2013

15.1.10.1. A Lei 12.846/2013 é a Lei Anticorrupção. O seu Artigo 5° enumera os atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

a) Advertência, sendo aplicado exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, no valor de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, limitados a 30% (trinta por cento) do valor contratual, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Três Barras do Paraná;

c) Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Artigo 155 da Lei N° 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e

impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

d.1) A sanção estabelecida no item "d" será precedida de análise jurídica, sendo sua aplicação de competência exclusiva de Secretário Municipal designado.

15.2.1. As sanções previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe o Artigo 156, § 7° da Lei N° 14.133/2021.

15.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.3. As aplicações de quaisquer das sanções previstas não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a Licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As Licitantes devem observar e a Contratada deve observar e fazer observar, por seus Fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais Licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "Prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

17. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA – ARTIGO 6°, XXIII, ALÍNEA "F"

17.1. O gerenciamento das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberá às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do Artigo 117 c/c Artigo 7° da Lei

Federal N° 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

17.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:

a) DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF nº 038.xxx.xxx-37;

b) ELIZA BORTOLANZA, Secretária Municipal de Educação, CPF nº 034.xxx.xxx-70;

c) CLEBERSON BORDIM, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, CPF nº 000.xxx.xxx-95;

d) VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretário Municipal de Esportes, CPF nº 014.xxx.xxx-30;

e) MARIA CRISTINA GUSSO, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF nº 471.xxx.xxx-00;

f) DANIEL DOS PASSOS HAWERROTH, Secretário Municipal de Cultura, CPF n° 047.xxx.xxx-92.

17.1.2. Ficam designadas como fiscais deste contrato, as seguintes servidoras:

a) **RAQUEL LAIZ RUBIO CHIQUIN**, Diretora de Departamento de Cultura, CPF nº 101.xxx.xxx-50, Fiscal Titular da Secretaria Municipal de Cultura.

b) **ANA CLAUDIA MANICA**, Diretora do Departamento de Indústria e Comércio, CPF nº 061.xxx.xxx-28, fiscal suplente.

17.1.3. O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

17.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos neste Contrato, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

17.3. Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

17.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

17.5. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.

17.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única,

integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

ANEXO II – BRIEFING (ROTEIRO)

1. Introdução

Três Barras do Paraná é um município brasileiro localizado no estado do Paraná, com grande parte de sua população residente na zona rural.

O nome da cidade deriva da confluência de três nascentes que formam o rio Três Barras. O povoado que deu origem ao município era chamado de Encruzo e tem sua história diretamente ligada à de Catanduvas. A partir da década de 1940, a região oeste do estado passou a receber um intenso fluxo migratório, principalmente de famílias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esse movimento populacional contribuiu para a ocupação de áreas inexploradas, promovendo o desenvolvimento agrícola e, consequentemente, o progresso, a estabilidade social e a riqueza cultural da localidade.

Em 1966, por meio de uma lei municipal, foi criado o Distrito Administrativo de Três Barras. Posteriormente, pela Lei Estadual nº 7.305, de 13 de maio de 1980, o município foi oficialmente criado, com território desmembrado de Catanduvas e seu nome alterado para Três Barras do Paraná. A instalação oficial ocorreu em 1º de fevereiro de 1983.

A economia do município é predominantemente baseada na pecuária leiteira e na agricultura. Além disso, a cidade conta com instituições de ensino até o nível médio e oferece transporte para estudantes que frequentam universidades em Cascavel, município vizinho.

---

2. Dados Gerais de Três Barras do Paraná

- **Área territorial:** 504,172 km²
- **IDHM:** 0,72
- **Densidade demográfica:** 22,03 hab./km²
- **População:** 11.135 habitantes
- **PIB per capita:** R$ 36.117,07 (2020)

---

3. Densidade Demográfica

A densidade demográfica do município é de 22,03 habitantes por quilômetro quadrado.

---

4. Área, Altitude e Posição Geográfica

- **Área territorial:** 504,172 km²
- **Altitude:** 562 metros
- **Coordenadas geográficas:**
  - **Latitude:** 25° 24' 2'' Sul
  - **Longitude:** 53° 10' 25'' Oeste

---

5. Transporte

- **PR-471:** Liga o município à BR-277 (60 km).
- **PR-484:** Liga o município a Boa Vista e Quedas do Iguaçu.

---

6. Municípios Limítrofes

O Município de Três Barras do Paraná faz limites com os municípios de: Catanduvas, Boa Vista da Aparecida, Cascavel, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Quedas do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu.

7. Hidrografia

O município integra a bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, sendo banhado por este em sua divisa sul. No Rio Iguaçu, encontra-se a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, cuja represa representa não apenas um potencial energético, mas também uma importante área de lazer, turismo e pesca.

Os principais rios do município são o Adelaide, o Guarani e o Tormenta, todos afluentes do Rio Iguaçu.

8. Clima

O clima de Três Barras do Paraná, segundo a classificação de Köppen, é do tipo **Cfa** (subtropical úmido mesotérmico), caracterizado por verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas concentradas nos meses mais quentes, sem estação seca definida.

9. Vegetação

Cerca de 40% da mata ciliar nativa encontra-se preservada no município. Além disso, Três Barras do Paraná abriga o **Parque Estadual do Rio Guarani**, com 2.230 hectares. A produção de madeira de reflorestamento, com predominância de pinus e eucalipto, também é significativa. Embora essas áreas não componham ecossistemas nativos, elas desempenham um papel relevante na conservação do solo e de outros fatores ambientais.

10. Objetivo da Licitação

A presente licitação tem como objetivo principal divulgar as ações institucionais da Prefeitura de Três Barras do Paraná, promovendo a transparência e incentivando campanhas em setores como saúde, educação, agricultura e assistência social.

Essas campanhas visam orientar, informar e engajar a população em atividades como vacinação, exames preventivos, inscrições em programas sociais e capacitações, promovendo benefícios diretos à sociedade.

No mês de outubro, o município planeja realizar uma campanha de conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama, intitulada **"Outubro Rosa"**.

11. Campanha "Outubro Rosa"

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de mama é o tipo que mais acomete mulheres no Brasil, com uma estimativa de 59.700 casos novos em 2019, resultando em uma taxa de incidência de 51,29 casos por 100 mil mulheres.

A detecção precoce e a redução de riscos são os principais fatores para diminuir a mortalidade, sendo que as chances de cura podem alcançar 95% nos casos diagnosticados precocemente.

Objetivos da Peça Publicitária:

- Oferecer orientações sobre prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama.
- Ampliar o público-alvo para incluir homens, promovendo o engajamento em apoio às mulheres.
- Utilizar mídias tradicionais e digitais para alcançar o maior número de pessoas.

---

12. Especificações da Campanha

- **Público-alvo:** Toda a população de Três Barras do Paraná.
- **Período:** 1º a 31 de outubro de 2025.
- **Região de abrangência:** Município de Três Barras do Paraná.
- **Verba referencial:** R$ 30.000,00.
- **Meios de comunicação:** Incluem rádio, televisão, jornais impressos, internet e outros recursos disponibilizados pela modernidade.
- **Recursos próprios:** A Prefeitura possui site oficial para divulgação.

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 03/2025.

A empresa (RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, (ENDEREÇO COMPLETO), através desta, vem apresentar a proposta comercial relativa à licitação modalidade CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 03/2025, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

ESPEFICICAÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO (%)
Desconto Sobre Tabela de Preço Sinapro	
Desconto sobre a de comissão de 20% (desconto padrão Sinapro)	

Condições de Pagamento: Conforme edital.

Validade da Proposta: de 60 dias.

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta. E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do contrato em anexo.

b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e ou descontos ou vantagens, e despesas para a entrega dos materiais.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Carimbo e Assinatura

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob N° XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço em XXXX, na cidade de XXX, telefone XXX, e-mail XXX, neste ato, representado por seu procurador legal, para realização de todos os atos do credenciamento, o Sr. XXXX, portador do RG N° XX.XXX.XXX-XX, CPF sob N° XXX.XXX.XXX-XX, assim DECLARA:

a) Declara conhecer e aceitar as condições constantes neste Edital de Licitação e seus Anexos, que atende plenamente aos requisitos de habilitação e proposta e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) Declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anosem qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nostermos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declara que em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com pessoas pertencentes ao quadro de funcionários Município deTrês Barras do Paraná e suas autarquias, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município;

h) Declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

i) Declara, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência.

REPRESENTANTE LEGAL

Carimbo e Assinatura

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° XX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2025 QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E (RAZÃO SOCIAL), COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO, brasileiro, casado, odontólogo, portador do CPF nº 409.XXX.XXX-59, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná-PR, doravante designado **CONTRATANTE,** de um lado e, de outro, a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida **(ENDEREÇO COMPLETO)**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, neste ato representada por seus representantes legais, ao fim assinados, **(QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL),** doravante designada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da CONCORRÊNCIA Nº 03/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse, devendo ser executado de acordo com as especificações do Edital de Licitação, Anexos e Proposta apresentada que faz parte integrante do presente contrato independentemente de transcrição.

1.1.1. Também integram o objeto desta concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

- ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do contrato;

- à produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do contrato;

- à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias.

- O regime de execução será por preço unitário.

- Objeto da contratação:

TABELA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO DO OBJETO

2. PRAZOS DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de execução do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando no dia xx/xx/xxxx e tendo por termo final o dia xx/xx/xxxx.

2.2. A vigência do presente contrato se inicia na data da assinatura e tem o seu termo final previsto para o dia xx/xx/xxxx. (Quatro meses após o prazo final da execução)

2.3. Os prazos de execução e vigência poderão ser prorrogados por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.

2.3.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.

2.3.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço.

2.3.1.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.

2.3.1.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3.1.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3.2. A prorrogação de contrato será promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o município.

3. MODELOS DE GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 12.232, de 2010 e subsidiariamente da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal.

3.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

3.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.8.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências determinadas na legislação municipal.

3.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A Agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução dos serviços previstos no subitem 1.1.

5. PREÇO

5.1. A verba estimada para execução do Contrato decorrente da Concorrência nº 03/2025, nele compreendidas todas as despesas feitas com Fornecedores e Veículos, monta a R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

5.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não aplicar, em sua totalidade, a verba estimada para execução do Contrato, sem que caiba à CONTRATADA, qualquer direito regressivo contra ela.

6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

6.1. Conforme Capítulo 21 deste edital (os critérios de pagamento e liquidação serão transcritos posteriormente para o contrato quando da sua elaboração).

7. REAJUSTE

7.1. O valor estimado inicialmente estabelecido é irreajustável pelo prazo de um ano contado da data do orçamento estimado e será concedido nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O reajuste será realizado de ofício pelo gestor do contrato ou da ata de registro de preços, formalizado mediante apostila pelo Departamento de Compras.

7.3. O reajuste se dará de acordo com a lei vigente, ou em conformidade com outra norma que vier a ser editada pelo Poder Público, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida no período de execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital, seus anexos e neste contrato.

8.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.5.1. Credenciar perante a Contratada, mediante documento hábil, um servidor autorizado a solicitar, acompanhar e fiscalizar o serviço contratado.

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no edital.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste contrato.

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 dias úteis.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato que não tenha sido por ela previamente, autorizado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.12. O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista e contratada, de acordo com a sua necessidade e dos órgãos afetos. Em face da peculiar natureza do contrato de prestação de serviços a ser celebrada a não utilização dos recursos previstos não gera qualquer direito à contratada, seja de que natureza for inclusive indenizatória.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se refere o artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, será balizada pelas normas estabelecidas neste contrato e no edital.

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

9.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato.

9.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

9.2.3. Der causa à inexecução total do contrato.

9.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

9.2.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

9.2.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

9.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7 e 11.2.8 deste contrato, bem como nos subitens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 deste contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.4. Multa:

9.3.4.1. Moratória de 0,33% (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.3.4.2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 1,0% (um por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

9.3.4.2.1. O atraso superior a 05 (cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento

irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

9.3.4.3. Após 30 dias de mora será considerado inexecutado o contrato, sendo aplicada a multa compensatória no importe de 1% (um por cento) calculada sobre o valor que reste executar deste contrato, ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor.

9.3.4.4. A multa moratória e compensatória não será cumulada sobre o mesmo fato gerador.

9.4. Somente será admitida a retenção de valores de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

9.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

9.6.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

9.6.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7. A dosimetria será aplicada de acordo com os critérios objetivos definidos na legislação municipal.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto Municipal nº 346/23 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.9.4. Os danos que dela provierem para o contratante.

9.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133/21).

9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.14. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

10. CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

10.1. Após a data de assinatura do contrato haverá um período de xx (xxx) dias para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início da execução contratual. (art. 92, §2º da lei nº 14.133/21)

10.2. Atender aos demais critérios de execução contidos no edital e neste contrato.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta, da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.39.00

b) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.39.00

c) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.39.00

d) 12.01.13.392.0013.2.086.000.3.3.90.39.00

e) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.39.00

f) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.39.00

g) 06.02.08.243.0023.6.001.000.3.3.90.39.00

h) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.39.00

i) 05.02.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.39.00

j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.39.00

k) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.39.00

l) 10.03.18.541.0016.2.084.000.3.3.90.39.00

12.2. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 no que for pertinente.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o valor obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado pela Administração Pública não pode ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15. PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no sítio eletrônico do município.

15.2. Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos nos termos da Lei nº 14.133/21.

15.3. As informações sobre a execução do contrato, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e veículos, serão divulgados em site aberto para o Contrato, pela CONTRATANTE, mantido o livre acesso por quaisquer interessados.

15.3.1. As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

16. DIREITOS AUTORAIS

16.1. Os direitos patrimoniais do autor das ideias, campanhas, peças e materiais publicitários concebidos pela CONTRATADA, por meio de seus empregados ou prepostos, em decorrência deste contrato passam a ser integralmente da CONTRATANTE, bem como os estudos, análises e planos vinculados a essas atividades.

16.1.1. A remuneração dos direitos patrimoniais mencionados no subitem precedente é considerada incluída nas modalidades de remuneração definidas nas Cláusulas Oitava e Nona deste contrato.

16.1.2. A CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por meio de terceiros, durante a vigência deste contrato, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a CONTRATADA, seus empregados e prepostos.

16.1.3. A juízo da CONTRATANTE, as peças criadas pela CONTRATADA poderão ser reutilizadas por outros órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, sem que caiba a eles ou à CONTRATANTE qualquer ônus perante a CONTRATADA.

16.1.3.1. Caberá a esses órgãos ou entidades, diretamente ou por intermédio das agências de propaganda com que mantenham contrato, quando couber, efetuar o acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos de autor e conexos relacionados com a produção externa das peças a serem reutilizadas.

16.2. Com vistas às contratações relacionadas a bens e serviços especializados que envolvam direitos de autor e conexos, nos termos da Lei nº 9.610/1998, a CONTRATADA solicitará, dos

fornecedores, orçamentos que prevejam a cessão dos respectivos direitos patrimoniais pelo prazo definido pela CONTRATANTE.

16.2.1. A CONTRATADA utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão, orçamento ou contrato, de cláusulas em que o fornecedor dos bens e dos serviços especializados garanta a cessão pelo prazo definido pela CONTRATANTE, em cada caso, e se declare ciente e de acordo com as condições estabelecidas nos subitens 18.2.1.1 e 18.2.2.

16.2.1.1. Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual a ser pago pela CONTRATANTE em relação ao valor original dos direitos patrimoniais de autor e conexos será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

16.2.1.1.1. O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo, a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro índice que o venha a substituir, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

16.3. Qualquer remuneração, devida em decorrência da cessão dos direitos patrimoniais de autor e conexos, será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

16.4. A CONTRATADA se obriga a fazer constar, em destaque, os preços dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos patrimoniais de autor e conexos, nos orçamentos de produção aprovados pela CONTRATANTE.

16.5. A CONTRATADA se obriga a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com fornecedores de bens e de serviços especializados, nos casos de tomadas de imagens que não impliquem direitos de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

I - a cessão dos direitos patrimoniais do autor desse material à CONTRATANTE, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da data do pagamento do bem ou do serviço especializado, pela CONTRATADA ao fornecedor, sem que caiba à CONTRATANTE qualquer ônus adicional perante os cedentes desses direitos;

II - que, em decorrência da cessão prevista no inciso anterior, a CONTRATANTE poderá solicitar cópia de imagens contidas no material bruto produzido, em mídia compatível com seu uso e destinação, por intermédio da CONTRATADA ou de outra empresa com que venha a manter contrato para prestação de serviços;

III - que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão referida nos incisos anteriores será considerada como já incluída no custo de produção.

16.5.1. Se a CONTRATANTE pretender utilizar imagens que impliquem direitos de imagem e som de voz, constantes da cópia mencionada no inciso II do subitem 18.5, adotará as medidas cabíveis para a remuneração dos detentores desses direitos, nos termos da legislação.

16.6. A CONTRATANTE poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Nesses casos, quando couber, a CONTRATADA ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos das peças e o submeterá previamente à CONTRATANTE.

17. FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas-PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2. Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente da CONCORRÊNCIA Nº 03/2025, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Local e Data

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Cargo do Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

REAVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que fará realizar a Primeira Sessão Pública, às **09h00 do dia 14 de maio de 2025** na Sala de Licitações do Paço Municipal, sito a Avenida Brasil, nº 245, Centro, em Três Barras do Paraná-PR, **CONCORRÊNCIA,** na forma **PRESENCIAL**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, do seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.**

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço: Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), também poderão ser solicitados através do e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 11 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

683, 684 no valor total de R$ 274.403,44 (duzentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e três reais e quarenta e quatro centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei nº 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), sexta-feira, 11 de abril de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:7EC50ACC

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **28 DE ABRIL DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **EMPREITADA POR MENOR PREÇO - MENOR PREÇO UNITÁRIO**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.
Três Barras do Paraná-PR, 11 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:CD702974

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6388/2025

DATA 11/04/2025

Súmula. Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 2805/2025 DE 27/01/2025.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05	Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos.	
05.01	Departamento de Serviço Rodoviário Municipal	
26752006.1.002000	Execução de Obra de Infraestrutura Rodoviária	
4.490.51 (2752)(858)	Obras e Instalações	75.000,00

Total.....R$ 75.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial, será utilizado o excesso de arrecadação da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
558	Convênio nº 04.2023 - SEIL	75.000,00

Total.....R$ 75.000,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2025, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA), Lei nº 2165/21; Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei nº 2784/2024, e Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 2786/2024.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:59B86FD9

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **30 DE ABRIL DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REQUALIFICAÇÃO DE VIAS, INCLUÍNDO FORNECIMENTO DE MATERIAL.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 10 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:21BF292D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
REAVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que fará realizar a Primeira Sessão Pública, às **09h00 do dia 14 de maio de 2025** na Sala de Licitações do Paço Municipal, sito a Avenida Brasil, nº 245, Centro, em Três Barras do Paraná-PR, **CONCORRÊNCIA,** na forma **PRESENCIAL**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, do seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço: Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), também poderão ser solicitados através do e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 11 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:490BFBA8

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia 29 **DE ABRIL DE 2025**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei Nº 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ORGANIZADORA DE EVENTO PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO DE MONTARIA NOS DIAS 09, 10 E 11 DE MAIO DE 2025, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.
Três Barras do Paraná-PR, 10 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:49050D27

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº6389/2025

DECRETO Nº6389/2025
Data 11.04.2025

Súmula. Exonera a pedido, servidora em estágio probatório Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o requerimento da servidora,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a servidora em estágio probatório, Senhora **Izeli dos Santos**, ocupante do cargo de Cozinheira, sob a matrícula funcional nº 1433-8/1, aprovada através do Concurso Público nº 001/2023 e nomeada pelo Decreto nº5700/2024.

Parágrafo único. Fica declarada a vacância do cargo de Cozinheira.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de abril de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:7934C9B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº263 DE 11 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a concessão de Função Gratificada ao Servidor(a) Público(a) e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, fundamentado no Lei Municipal nº 1000/2024, bem como a Lei nº 921/2022.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a Função Gratificada de Supervisor Técnico junto ao Departamento de Desenvolvimento Agropecuário na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura em conformidade com o Anexo II da Lei Municipal nº 1000/2024 ao(a) Servidor(a) Público(a) Municipal **ALAN IZAC LEMOS DE LIMA**, portador(a) da CI/RG 3.***.***-0 SESP/PR, inscrito(a) sob o CPF/MF 515.***.***-87.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tunas do Paraná, 11 de abril de 2025

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:0DBB3FAD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO/CREDENCIAMENTO

Chamamento Público Nº 02-2024

PARTES: **MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF nº 68.703.834.0001-05, e do outro lado, a empresa:
CASA DE ACOLHIMENTO ANJO DA GUARDA - CNPJ: sob nº. 36.488.133/0001-04.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
NOME
ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO
FILIAÇÃO
ANEZIO JOVENAL SCHIMANKO
LUCIA INES KUHN SCHIMANKO
DATA NASCIMENTO
06/11/1999
NATURALIDADE
CASCAVEL/PR
ÓRGÃO EXPEDIDOR
IPR
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE
750-20-06971
LEI N. 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983
REGISTRO GERAL 10.575.158-7
DATA DE EXPEDIÇÃO 25/09/2020
REGISTRO CIVIL
COMARCA=CASCAVEL/PR, 1 OFICIO
C.NASC=74183, LIVRO=214A, FOLHA=65
POLEGAR DIREITO
ASSINATURA DO DIRETOR
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
NÃO PLASTIFIQUE

DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI
CNPJ Nº 24.811.536/0001-55
NIRE Nº 41600736168
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO E CONSOLIDAÇÃO

ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO, brasileiro, maior, solteira, empresária, residente e domiciliada na Rua Universitária nº 474, Bairro Universitário, CEP 85819-110, Cascavel/PR, RG nº 10.575.156-7, SSP-PR, nascida em 06/11/1990, natural de Cascavel/Pr e CPF nº. **056.876.909-05**, titular da Empresa Individual de Responsabilidade limitada **"DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI"**, inscrita no CNPJ nº 24.811.536/0001-55, com sede e foro em Cascavel Estado do Paraná, na rua Rubens Lopes n.º 435, sala 01 DCE, bairro Universitário, CEP 85819-170, suas atividades iniciadas em 17/05/2016, por prazo indeterminado, registrada na Junta Comercial de Cascavel, sob o NIRE 41600736168 em sessão de 20/07/2018, resolve pelo presente instrumento, promover a sua primeira alteração do ato constitutivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O endereço da empresa passa a ser na rua Alexandre de Gusmão nº 561, Bairro Maria Luiza, Cascavel/PR, CEP 85819-530.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: Consolida-se o Ato Constitutivo, nos termos da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, passando a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO

DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI

CNPJ Nº 24.811.536/0001-55

NIRE 41600736168

ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO, brasileiro, maior, solteira, empresária, residente e domiciliada na Rua Universitária nº 474, Bairro Universitário, CEP 85819-110, Cascavel/PR, RG nº 10.575.156-7, SSP-PR, nascida em 06/11/1990, natural de Cascavel/Pr e CPF nº. **056.876.909-05**, titular da Empresa Individual de Responsabilidade limitada que gira sob o nome empresarial de **DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI ,** inscrita no CNPJ nº 24.811.536/0001-55, com sede e foro em Cascavel Estado do Paraná, na rua Alexandre de Gusmão nº 561, Bairro Maria Luiza, Cascavel/PR, CEP 85819-530, RESOLVE, por este instrumento, atualizar e consolidar o Ato Constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada Eireli, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado ás disposições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação;

DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI
CNPJ Nº 24.811.536/0001-55
NIRE Nº 41600736168
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO E CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Empresa Individual de Responsabilidade limitada que gira sob o nome empresarial de **"DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI"**, inscrita no CNPJ **24.811.536/0001-55,** com sede e foro na Rua Alexandre de Gusmão nº 561, Bairro Maria Luiza, Cascavel/PR, CEP 85819-530.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto social da empresa é: Prestação de serviços de agencia de publicidade considerando - se o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, planejamento, conceituação, concepção, criaçõ, execução interna e supervisão de execução externa, intermediação de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, e prestação de serviços de atividades de marketing integrado.

Parágrafo único: Os atos reservados à competência de profissionais legalmente reguladas serão praticados pelos sócios que preencherem tal condição ou mediante contratação de terceiros detentores de inscrição no respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.

CLÁUSULA TERCEIRA: A empresa iniciou suas atividades em 17/05/2016 e seu prazo é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social inteiramente subscrito e devidamente integralizado na forma prevista neste ato na importância de R$ 1.000.000,00 (um millão de reais), divididos em 100.000.00 (um milão) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma

TITULAR	QUOTAS	%	TOTAL
ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO	100.000.00	100	1.000.000,00
TOTAL	100.000.00	100	1.000.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA SEXTA: A administração da EIRELI caberá a titular **ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO,** dispensada de caução, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

Parágrafo Primeiro - O titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore" observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI
CNPJ Nº 24.811.536/0001-55
NIRE Nº 41600736168
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO E CONSOLIDAÇÃO

Parágrafo Segundo – E Facultado ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA OITAVA: Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único*:* O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

CLÁUSULA NONA: A titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não está impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade (Artigo 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA: O endereço da titular, constantes do ato constitutivo ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços e exclusiva do titular, que deverá fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que a mesma não participa de nenhuma outra empresa, ou pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A titular elege o Foro da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI
CNPJ Nº 24.811.536/0001-55
NIRE Nº 41600736168
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO E CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A titular da EIRELI, declara que a empresa continua enquadrada na condição de ME – Microempresa, conforme prevê o art. 3º, caput e parágrafos, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda do presente contrato, fica eleito o foro da comarca de Cascavel, Paraná.

E, por concordar, data e assina o presente instrumento particular de alteração em via única, obrigando – se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri - lo em todos os seus termos.

Cascavel/PR 15 de dezembro de 2021.

ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05687690905	ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO

JUCEPAR
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/12/2021 08:39 SOB Nº 20218429134.
PROTOCOLO: 218429134 DE 16/12/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12109273905. CNPJ DA SEDE: 24811536000155.
NIRE: 41600736168. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/12/2021.
DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

cenp Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário

Agência Full Service

CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Por cumprimento das metas de qualidade e compromisso com as Normas-Padrão de Atividade Publicitária, estabelecidas em 16/12/1998, o Cenp outorga este Certificado de Qualificação Técnica à:

DUDACOM MARKETING INTEGRADO LTDA ME

24.811.536/0001-55| Grupo Técnico 8 | PR.1708.A129691.8

São Paulo, 15 de agosto de 2024.

Luiz Lara

Presidente

Emitido no dia 13/05/2025 - 18:45:56 - Código de Controle do Certificado: D24811536010[illegible]

O prazo de vigência do Certificado de Qualidade Técnica está condicionado à manutenção dos compromissos técnicos de certificação da Agência, o que deve ser confirmado em www.cenp.com.br. Este documento tem valor por 90 dias, contados da data de sua emissão, indicada no rodapé abaixo.
Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

382

DUDACOM
MARKETING INTEGRADO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA

A empresa Dudacom Marketing Integrado Ltda, inscrita no CNPJ nº 24.811.536/0001-55, com sede à Rua Alexandre de Gusmão, nº 561, Bairro Maria Luiza, Cascavel/PR, por meio de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 4º, §1º da Lei nº 14.133/2021, que está devidamente enquadrada como **Microempresa – ME**, atendendo aos requisitos legais para usufruir do tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto na legislação mencionada.

Cascavel, 14 de maio de 2025.

Ana Caroline Kuhn Schimanko
RG: 10.575.156-7 / CPF: 056.876.909-05
Sócia Administradora

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

JUCEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: DUDACOM MARKETING INTEGRADO LTDA **NIRE :** 41600736168 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2501716448
NIRE (Sede) 41600736168	**CNPJ** 24.811.536/0001-55	**Data de Ato Constitutivo** 17/05/2016	**Início de Atividade** 17/05/2016
Endereço Completo Rua ALEXANDRE DE GUSMAO, Nº 561, MARIA LUIZA - Cascavel/PR - CEP 85819-530			
Objeto Social prestação de serviços da agência de publicidade considerando-se o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna e supervisão da execução externa, intermediação e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; e prestação de serviços de atividades de marketing integrado.			
Capital Social R$ 1.000.000,00 (um milhão reais) **Capital Integralizado** R$ 1.000.000,00 (um milhão reais)		**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO	056.876.909-05	R$ 1.000.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO	056.876.909-05	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data 09/12/2022	**Número** T4160073616	**Ato/eventos** 904 / 046 - TRANSFORMACAO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 23/04/2025, às 20:12:02 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **NHE2XSJD**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário-Geral

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 24811536000155

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/05/2025 09:18:17

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DUDACOM MARKETING INTEGRADO LTDA**
CNPJ: **24.811.536/0001-55**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
FX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA
CNPJ: 56.440.935/0001-43
NIRE: 41212755068

Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual:

LUIZ ANTONIO FIAUX MENDES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, nascido em 21/07/2002, inscrito no CPF sob o nº 109.391.349-50, residente e domiciliado na cidade de Umuarama - PR, na RUA Paranaguá, nº 1309, Jardim Paraíso, CEP: 87505-230;

Único sócio da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial **FX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**, com sede na RUA Romeu Zolim, nº 3252, SALA 01, Parque Residencial Interlagos, Umuarama - PR, CEP: 87511-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 56.440.935/0001-43, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41212755068, **RESOLVE** alterar o contrato social mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA SEDE

A sociedade, que tem sua sede na RUA Romeu Zolim, nº 3252, SALA 01, Parque Residencial Interlagos, Umuarama - PR, CEP: 87511-001, passa a ter sua sede no seguinte endereço: **AVENIDA VALDOMIRO FREDERICO, 2594, SALA COMERCIAL 103, PARQUE RESIDENCIAL DA GAVEA, CEP: 87504-830, NA CIDADE DE UMUARAMA -PR.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

A sociedade, que tem por objeto o exercício das atividades econômicas de COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS, MARKETING E ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS, passa a ter por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: **AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE, COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS, MARKETING E ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS**.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de **AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE, COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS, MARKETING E ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS.**

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 7311-4/00 - Agências de publicidade
CNAE Nº 4761-0/01 - Comércio varejista de livros
CNAE Nº 7319-0/03 - Marketing direto
CNAE Nº 8291-1/00 - Atividades de cobrança e informações cadastrais

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em decorrência das alterações acima, o contrato social passa a ter a seguinte redação consolidada:

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
FX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA
CNPJ: 56.440.935/0001-43
NIRE: 41212755068

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
FX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA
CNPJ: 56.440.935/0001-43
NIRE: 41212755068

LUIZ ANTONIO FIAUX MENDES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, nascido em 21/07/2002, inscrito no CPF sob o nº 109.391.349-50, residente e domiciliado na cidade de Umuarama - PR, na RUA Paranaguá, nº 1309, Jardim Paraíso, CEP: 87505-230;

Único sócio da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial **FX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**, com sede na RUA Romeu Zolim, nº 3252, SALA 01, Parque Residencial Interlagos, Umuarama - PR, CEP: 87511-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 56.440.935/0001-43, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41212755068.

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade gira sob o nome empresarial **FX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA**, e usa a expressão **FX SOLUÇÕES DIGITAIS** como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade tem sua sede no seguinte endereço: **AVENIDA VALDOMIRO FREDERICO, 2594, SALA COMERCIAL 103, PARQUE RESIDENCIAL DA GAVEA, CEP: 87504-830, NA CIDADE DE UMUARAMA -PR.**

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: **AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE, COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS, MARKETING E ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS**.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE, COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS, MARKETING E ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS.

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 7311-4/00 - Agências de publicidade
CNAE Nº 4761-0/01 - Comércio varejista de livros
CNAE Nº 7319-0/03 - Marketing direto
CNAE Nº 8291-1/00 - Atividades de cobrança e informações cadastrais

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
FX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA
CNPJ: 56.440.935/0001-43
NIRE: 41212755068

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96)

A sociedade iniciou suas atividades em 12/08/2024 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL SOCIAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)

O capital social é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 20.000,00 (vinte mil reais) em moeda corrente no País.

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo sócio da

Nome do Sócio	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
LUIZ ANTONIO FIAUX MENDES	20.000	20.000,00	100,00
TOTAL:	**20.000**	**20.000,00**	**100,00**

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)

A administração da sociedade é exercida pelo sócio **LUIZ ANTONIO FIAUX MENDES** que representa legalmente a sociedade e pode praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)

Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1º CC e art. 37, II da Lei nº 8.934 de 1994)

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
FX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA
CNPJ: 56.440.935/0001-43
NIRE: 41212755068

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE

O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Umuarama - PR, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estar em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obriga-se a cumprir o presente instrumento e assina o presente em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná.

Umuarama - PR, 08 de Maio de 2025

_____

LUIZ ANTONIO FIAUX MENDES
CPF: 109.391.349-50

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa FX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
10939134950	LUIZ ANTONIO FIAUX MENDES

JUCEPAR
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 08/05/2025 09:51 SOB Nº 20252213068.
PROTOCOLO: 252213068 DE 08/05/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12507514808. CNPJ DA SEDE: 56440935000143.
NIRE: 41212755068. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 08/05/2025.
FX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2417150780

2 e 1 NOME E SOBRENOME
LUIZ ANTONIO FIAUX MENDES

4a DATA EMISSÃO
08/07/2022

4b VALIDADE
09/09/2025

ACC

D

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
21/07/2002, UMUARAMA, PR

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
140249254 SESP PR

4d CPF
109.391.349-50

5 Nº REGISTRO
07589116710

6 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JOSE DE FATIMA MOREIRA MENDES

HERNESTINA DA SILVA FIAUX MENDES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9 | 10 | 11 | 12

ACC			
A		09/09/2025	
A1			
B		09/09/2025	
C1			
C			
CE			

9 | 10 | 11 | 12

D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

13 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
08914211425
PR92188003I2

LOCAL
CURITIBA, PR

PARANÁ

2417150780

I<BRA075891167<109<<<<<<<<<<<<
0207212M2509091BRA<<<<<<<<<<<8
LUIZ<<ANTONIO<FIAUX<MENDES<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
56.440.935/0001-43 MATRIZ		12/08/2024

NOME EMPRESARIAL
FX SOLUCOES DIGITAIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
FX SOLUCOES DIGITAIS	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
73.11-4-00 - Agências de publicidade

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
73.19-0-03 - Marketing direto
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV VALDOMIRO FREDERICO	2594	SALA COMERCIAL 103

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
87.504-830	PARQUE RESIDENCIAL DA GAVEA	UMUARAMA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FXSOLUCOESDIGITAIS11@GMAIL.COM	(44) 8411-7526

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	12/08/2024

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/05/2025** às **10:04:47** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 56440935000143

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/05/2025 09:15:18

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FX SOLUCOES DIGITAIS LTDA**
CNPJ: **56.440.935/0001-43**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 03/2025

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (14/05/2025), às 09h00m, reuniu-se, na Sala do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, situada na Avenida Brasil, N° 245, Centro, CEP 85.485-003, em sessão pública, a Comissão de Contratação, nomeada pelo Decreto N° 6091/2024, para a realização da primeira sessão da Concorrência Presencial N° 03/2025, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, conforme o edital. Presentes os membros da Comissão de Contratação e representantes credenciados das empresas participantes, sendo estas: empresa FX SOLUCOES DIGITAIS LTDA, inscrita no CNPJ N° 56.440.935/0001-43, representada pelo Sr. Luiz Antônio Fiaux Mendes, e a empresa DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI, representada pela Sra. ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO.

Iniciados os trabalhos, procedeu-se primeiramente ao credenciamento dos representantes das empresas participantes, mediante a apresentação dos documentos exigidos no Edital da Concorrência, capítulo 7, que foram devidamente conferidos e considerados aptos pela Comissão. Neste ato, contatou que a empresa DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI, apresentou Certidão Simplificada e Declaração de Enquadramento de ME/EPP, fazendo jus aos benefícios estendidos pela LC N° 123/2006.

Na sequência, foram recebidos pela Comissão os Invólucros N° 1 (Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada), N° 2 (Plano de Comunicação Publicitária – Via Identificada), N° 3 (Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação) e N° 4 (Proposta Comercial), apresentados pelas empresas participantes, devidamente fechados, lacrados e rubricados conforme determina o Edital.

Após a entrega e conferência preliminar dos envelopes, a Comissão informou que os mesmos serão mantidos sob sua guarda até a realização da próxima sessão pública, na qual ocorrerá a abertura e análise dos documentos apresentados, conforme critérios técnicos e comerciais estabelecidos no edital.

Nada mais havendo a tratar nesta primeira sessão, foi encerrada, lavrando-se a presente ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão de Contratação e pelos representantes das empresas participantes presentes nesta sessão.

ESTADO DO PARANÁ

Município de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING

Agente de Contratação

LUANA CRISTINA REFFATTI

Equipe de Apoio

CARLOS SNIEZKO

Equipe de Apoio

FX SOLUCOES DIGITAIS LTDA

LUIZ ANTONIO FIAUX MENDES

Representante Legal

DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI

ANA CAROLINE KUHN SCHIMANKO

Representante Legal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Agente de Contratação do Município de Três Barras do Paraná, Sra. Vanessa Macagnan Acunha Oenning, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os membros titulares da Subcomissão Técnica, conforme sorteio realizado no Chamamento Público nº 01/2025 e contratos firmados, para o início dos trabalhos de avaliação das propostas técnicas apresentadas no âmbito da Concorrência Pública nº 03/2025, do tipo "Técnica e Preço", destinada à contratação de agência de publicidade e propaganda, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010 e Lei nº 14.133/2021.

Ficam convocados as seguintes profissionais:

- Rafaela Muniz de Oliveira

- Elisangêla Aparecida Alcantera

- Silvia Christina Frare Savaris

As convocadas deverão comparecer no Paço Municipal de Três Barras do Paraná, situado na Avenida Brasil, nº 245, Centro, no dia 16 de maio de 2025 (sexta-feira), às 09h00, para dar início às atividades de análise técnica, conforme os termos dos contratos e demais documentos correlatos.

O não comparecimento sem justificativa formal poderá implicar substituição pelo suplente, conforme previsto na ata de sorteio.

Três Barras do Paraná, 14 de maio de 2025.

Vanessa M. A. Oenning

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Agente de Contratação

Raciocínio básico.

Toda mulher carrega dentro de si histórias, batalhas e sonhos. E quando o câncer de mama se apresenta, ele não atinge apenas o corpo feminino: impacta famílias, comunidades e toda uma rede de afeto. Em Três Barras do Paraná, a campanha "Outubro Rosa 2025" nasce do compromisso de transformar a informação em cuidados preventivos e esperança.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), entre as mulheres, o câncer de mama é o diagnóstico mais recorrente. Há também a chance de detecção precoce, o que ocasiona um aumento de chances de cura em até 95%. Diante desta realidade, há o impulso a agir, informar e envolver toda a população.

Apesar de ser uma condição exclusivamente feminina, neste ano, a campanha traz um chamado especial: o engajamento dos homens. Afinal, quando pais, filhos, maridos, irmãos e amigos se unem a essa causa, multiplicamos vozes, ampliamos o cuidado e criamos uma rede de apoio ainda mais forte. O diagnóstico precoce deixa de ser apenas um ato individual e passa a ser um compromisso coletivo.

De 01 a 31 de outubro de 2025, a Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, através da campanha irá mobilizar o município com ações informativas e emocionais, utilizando mídias tradicionais e digitais para impactar toda a população. Essa campanha é mais do que publicidade: é um movimento pela vida. Apesar dos avanços na informação e na mobilização em torno do câncer de mama, ainda enfrentamos uma grande barreira: a baixa adesão da população aos exames preventivos. Muitas mulheres deixam de realizar a mamografia por medo, desinformação ou falta de incentivo. Soma-se a isso a ausência de uma cultura coletiva de cuidado, onde o apoio familiar e comunitário — especialmente dos homens — pode ser decisivo.

O engajamento masculino ainda é tímido, quando poderia ser um poderoso aliado na quebra de tabus, no incentivo à busca por diagnóstico precoce e na criação de uma rede de apoio emocional. A campanha de 2025 busca enfrentar justamente esse desafio: transformar o cuidado com a saúde da mulher em uma responsabilidade compartilhada.

Estratégia de comunicação.

A estratégia da campanha será multicanal, visando informar, conscientizar e mobilizar a população de forma ampla e efetiva. Serão trabalhados conteúdos informativos, emocionais e interativos, com presença em mídias tradicionais e digitais.

A campanha terá dois eixos principais:

1. Conscientização: educação sobre prevenção, fatores de risco e sinais de alerta.
2. Engajamento: incentivo à participação em ações comunitárias e de apoio emocional.

O que comunicar?

Comunicar a importância de realizar exames preventivos anualmente, bem como o rotineiro estado de atenção a fatores de riscos e sinais de alerta, além de conscientizar a população sobre a importância do apoio masculino durante este processo, como uma maneira decisiva na estabilidade emocional das mulheres, aumentar o cuidado e ampliar a rede de apoio.

Por que comunicar?

Para reduzir os índices de mortalidade por câncer de mama, precisamos ir além da informação técnica. É necessário tocar os corações, despertar o senso de urgência e construir uma rede de afeto e incentivo ao cuidado. Promovendo não apenas a cultura do autocuidado, mas também o envolvimento ativo das famílias, principalmente dos homens — que podem ser aliados decisivos na quebra de tabus, no acolhimento e no estímulo às mulheres para realizarem exames preventivos.

Para quem?

Toda a população de Três Barras do Paraná, com foco especial em mulheres acima de 40 anos e no incentivo ao engajamento de homens (familiares, amigos e companheiros).

Como comunicar?

Por meio de uma campanha multicanal, utilizando conteúdos educativos, peças visuais, spots, vídeos e engajamento digital.

Quanto investir?

Com orçamento estimado em R$30.000, distribuído entre produção e distribuição de matérias, outdoors, som de rua, mídia tradicional(televisão, rádio, portais de

notícias...), portais verticais e impulsionamento digital.
A campanha "Outubro Rosa 2025" tem como base a ideia de que a prevenção ao câncer de mama não deve ser vista apenas como uma responsabilidade individual feminina, mas como um compromisso coletivo da comunidade. O foco não está apenas na disseminação de informações técnicas sobre o câncer de mama, mas em criar um movimento de união e apoio mútuo, com destaque para o papel fundamental dos homens na conscientização, no incentivo aos exames preventivos e no apoio emocional às mulheres.
É essencial que a população de Três Barras do Paraná compreenda que a adesão aos exames periódicos e a criação de uma rede de apoio são determinantes para a redução dos índices de mortalidade. O raciocínio por trás dessa abordagem está em cultivar uma cultura de autocuidado e responsabilidade compartilhada, onde o cuidado com a saúde da mulher se estende ao envolvimento de todos os membros da família e na comunidade.
A estratégia de comunicação da campanha "Outubro Rosa 2025" é construída sobre três pilares principais: conscientização, engajamento e apoio emocional. A campanha busca não só informar a população, mas também gerar ação e participação ativa, utilizando uma abordagem multicanal para atingir o maior número possível de pessoas. A seguir estão os principais aspectos da estratégia de comunicação:
Conscientização: O objetivo é educar a população sobre a importância da prevenção, destacando os fatores de risco e os sinais de alerta do câncer de mama. Serão usadas peças educativas nas redes sociais, outdoors, spots de rádio e materiais impressos como cartazes e panfletos. A comunicação será clara, objetiva e sensível, com o propósito de incentivar a realização de exames preventivos e quebrar o estigma de que o cuidado com a saúde é algo considerado como “tabu”.
Engajamento: A campanha incentivará a participação da população em atividades preventivas, como o apoio à realização de exames anuais e o recorrente estado de atenção a sinais típicos da ocorrência desta doença. Serão realizados posts interativos nas redes sociais, como enquetes e quizzes, para aumentar o engajamento.O apoio masculino será um ponto chave: será comunicada a importância do envolvimento dos homens no processo de conscientização e apoio às mulheres, destacando seu papel na estabilidade emocional e no estímulo aos exames preventivos. Desta forma, a campanha trará o acolhimento emocional,

promovendo a criação de uma rede de apoio onde a saúde mental e o bem-estar das mulheres sejam priorizados.
A presença em múltiplas plataformas, incluindo rádio, TV, redes sociais e a mídia impressa garantirá uma comunicação abrangente, acessível e capaz de alcançar todos os públicos. O engajamento será amplificado com a utilização de tráfego pago e a criação de filtros personalizados no Instagram, que incentivarão a participação de maneira orgânica nas redes sociais.

Ideia criativa.

A seguir, apresentaremos as seguintes peças:

a) 01 (um) layout de meia página para jornal de modelo standard;

b) 01 (um) layout de página inteira para revista;

c) 01 (um) roteiro para spot de rádio;

d) 01 (um) layout de banner para o site da Câmara (728 x 90 pixels);

e) 01 (um) layout de banner para internet (outros sites);

f) 02 (dois) layouts de post (jpg/gif + texto) para Facebook;

g) 01 (um) layout de post (jpg + texto) para Instagram;

h) 01 (um) layout de post carrossel (jpg + texto) para Instagram;

i) 01 (um) roteiro para vídeo de YouTube.

01

a) 01 (um) layout de meia página para jornal de modelo standard;



b) 01 (um) layout de página inteira para revista;



01

c) 01 (um) roteiro para *spot* de rádio;

	Áudio	Som de fundo	Especificações
Introdução	NARRADORA (voz acolhedora e suave): "Ela cuida de todos ao seu redor. Mas, quem cuida dela?"	Som ambiente suave – risos suaves, fundo musical leve e acolhedor.	Criar uma atmosfera acolhedora, convidando o ouvinte a refletir sobre o cuidado com a saúde feminina.
Reflexão	NARRADORA (mais firme, mas ainda acolhedora): "Mulher, cuidar de si é cuidar de quem você ama."	Som de um toque carinhoso, como mãos entrelaçadas, suave e cuidadoso.	Transmitir a ideia de que cuidar de si mesma é essencial para o bem-estar de quem se ama, criando um vínculo entre o autocuidado e o amor pelos outros.
Chamada para ação	NARRADORA: "O câncer de mama pode ser prevenido com a mamografia. Não deixe para depois. Agende já o seu exame."	Som de fundo: ritmo mais leve, urgente, mas ainda acolhedor.	Incentivar a ação imediata, com foco no agendamento da mamografia. Criar um senso de urgência, mas sem deixar de ser acolhedor.
Apoio Masculino	NARRADORA (com empatia): "E homem, apoiar as	Voz masculina suave e carinhosa, dando apoio e	Apelar para o apoio masculino como fundamental

	mulheres que você ama também é cuidar delas. Incentive. Esteja presente."	incentivo.	para a prevenção e para a saúde emocional das mulheres, reforçando a ideia de que cuidar é uma responsabilidade compartilhada.
Encerramento	NARRADORA (voz suave e otimista): "Outubro Rosa 2025 – Prevenir é um Ato de Amor."	Som de respiração tranquila e alívio.	Encerrar com uma mensagem positiva e otimista, reforçando que o cuidado é um ato de amor e que todos podem fazer a diferença.

01

e) 01 (um) layout de banner para internet (outros sites)



f) 02 (dois) layouts de post (jpg/gif + texto) para Facebook



Legenda:

Outubro Rosa 2025: Prevenir é Amar
Prevenir é um ato de amor consigo mesma e com quem está ao seu lado. □

A mamografia pode salvar vidas. Mulheres, agendem seus exames.
Homens, incentivem e apoiem — vocês fazem parte dessa luta também.

Juntos, somos mais fortes na prevenção e no cuidado!

#OutubroRosa2025 #PrevenirÉAmar #MamografiaSalvaVidas #ApoioImporta #SaúdeDaMulher #JuntosSomosMaisFortes #PrefeituraDeTresBarras

01



Legenda:

□ Mulher, Cuide-se!
A sua saúde vem em primeiro lugar. □

Quando o câncer de mama é detectado cedo, as chances de cura são muito maiores.
Não espere: agende seu exame de mamografia e incentive outras mulheres a fazerem o mesmo.

A prevenção pode salvar vidas — inclusive a sua.

#OutubroRosa2025 #MulherCuideSe #MamografiaSalvaVidas #PrevinaSe #SaúdeDaMulher #PrefeituraDeTresBarras

01

g) 01 (um) layout de post (jpg + texto) para Instagram



Legenda:

□ Outubro Rosa 2025 – Não Deixe para Amanhã □
A mamografia salva vidas. Quanto mais cedo o diagnóstico, maiores as chances de cura.

Agende seu exame, cuide-se e fortaleça a rede de apoio ao seu redor.
Marque aqui uma pessoa que você ama e incentive ela a se cuidar também! □

#OutubroRosa2025 #PrevençãoSalvaVidas #MamografiaÉAmor #CuidarÉAmar #SaúdeFeminina #PrefeituraDeTresBarras

01

h) 01 (um) layout de post carrossel (jpg + texto) para Instagram



01



Legenda:

Outubro Rosa 2025 chegou para nos lembrar: prevenir é um ato de amor! □

Você sabia que o câncer de mama é o tipo mais comum entre as mulheres no Brasil? A boa notícia é que, quando diagnosticado precocemente, as chances de cura são altíssimas.

□ Preste atenção aos sinais do seu corpo.
□ Agende seus exames regularmente.
□ Homens, apoiem e incentivem as mulheres ao seu redor.

A prevenção começa com uma atitude simples: o cuidado. □

□ Compartilhe essa mensagem.
Juntos, salvamos vidas!

#OutubroRosa2025 #PrevençãoÉAmor #CuidarÉAmar #SaúdeDaMulher #MamografiaSalvaVidas #PrefeituraDeTresBarras

01

i) 01 (um) roteiro para vídeo de YouTube

	Imagens	Áudio	Especificações
Introdução	Mulher se preparando para sair de casa, ajudando o filho a colocar a mochila. Sorriso no rosto.	Som ambiente suave – risos suaves, sons de uma manhã tranquila.	Criar um ambiente familiar e acolhedor, mostrando a mulher em sua rotina, estabelecendo empatia e conexão com o público.
Reflexão	Mulher tocando suavemente seu peito, sugerindo preocupação com sua saúde.	Som suave de fundo – sensação de reflexão e cuidado pessoal.	Mostrar a mulher refletindo sobre sua saúde, um gesto simples que destaca a importância do autocuidado.
Ação de prevenção	Mulher na clínica de mamografia, sendo recebida com carinho e confiança pela equipe médica.	Vozes suaves e acolhedoras da equipe médica, criando um ambiente seguro e acolhedor.	Mostrar a confiança no processo de prevenção e a importância do apoio médico. As imagens devem transmitir segurança e apoio durante o exame.
Apoio	Marido/filho/amigo dizendo "Eu vou	Voz masculina suave e carinhosa,	Demonstrar a importância do

01

	com você, estou aqui". Mulher sorrindo de volta.	dando apoio emocional à mulher.	apoio masculino, criando um vínculo emocional que transmite confiança e cuidado mútuo.
Encerramento	Mulher com a família reunida, todos sorrindo e felizes. Logo da campanha e frase de fechamento.	Som ambiente suave e acolhedor – sensação de bem-estar e alívio.	Encerrar com a união familiar, mostrando que o apoio e o cuidado são fundamentais para a saúde emocional e física. A frase final transmite o propósito de ação e cuidado.

01

MÍDIA E NÃO MÍDIA

01

Mídia e não mídia.

Para atingir os objetivos da campanha "Outubro Rosa 2025" de Três Barras do Paraná, a comunicação visual e textual precisa ser clara, emocionalmente envolvente e educativa, promovendo tanto a conscientização quanto o engajamento da população. A campanha visa impactar o maior número possível de pessoas, sendo organizada em diferentes frentes de mídia, tanto tradicionais quanto digitais. Para tanto, seguindo o proposto em edital de duração de 31 dias, descreveremos os detalhes necessários para cada uma das ações a serem tomadas.

Para que possamos atingir toda a população do Município de Três Barras, a fim de cumprirmos com os objetivos da campanha, apresentamos uma proposta de campanha multimídia, ou seja, que se faz presente em diversos meios de comunicação distintos. Para esta campanha, os meios escolhidos foram: Televisão (TV Tarobá e RPC TV), Rádio (Rádio Rota do Sol e Rádio Cidade 104), Jornais Impressos (Correio do Povo e O Paraná), Internet (Portal Cantu, Click 3, Facebook, Instagram e Site Institucional do Município de Três Barras), Mídia Exterior (Outdoor), além de Ações de Não-Mídia (Carro de Som).

Identidade Visual da Campanha. A identidade visual será desenvolvida com um logo representativo, simbolizando o combate ao câncer de mama, com cores que remetam ao Outubro Rosa, como o rosa, que simboliza a luta contra a doença, aliado a elementos que tragam um toque acolhedor e inclusivo. A paleta de cores será composta por tons suaves de rosa, lilás e cinza, com tipografia personalizada que transmite a ideia de seriedade e, ao mesmo tempo, esperança. O logo e a tipografia serão utilizados de maneira consistente em todas as peças para reforçar a identidade visual da campanha, além de sempre respeitar a identidade de marca já instituída pela Prefeitura de Três Barras.

Reformulação das Redes Sociais da Prefeitura para a Campanha. As redes sociais da Prefeitura de Três Barras precisam ser adaptadas para incorporar a identidade visual da campanha. Sendo isto realizado a partir de dois principais canais: Facebook e Instagram. Facebook: Será criada uma capa e uma foto de perfil com a logo da campanha, que reforçam o engajamento e o apoio à causa do Outubro Rosa. A capa de Facebook trará a mensagem principal da campanha, reforçando o objetivo de prevenção e conscientização, e destacando o chamado ao apoio masculino, que é um diferencial desta campanha. A foto de perfil será simples, com

01

o logo da campanha e a cor rosa predominante, criando um forte reconhecimento visual. Instagram: A foto de perfil também será atualizada com o logo da campanha. Para o feed, será criado um destaque específico para o Outubro Rosa, no qual serão agrupadas as principais postagens relacionadas ao tema. O grid fixado trará a garantia de que, enquanto corre toda a campanha, as informações principais permanecerão em destaque no perfil de comunicação oficial da Prefeitura. Cronograma de Publicações e Interação nas Redes Sociais. Será desenvolvido um cronograma de publicações com duas peças semanais para o feed e stories no Instagram e Facebook, com conteúdo variado: posts educativos sobre a importância dos exames preventivos, depoimentos de mulheres e homens que compartilham suas histórias, mitos e verdades sobre o câncer de mama, e ações comunitárias. As postagens também incluirão chamadas de engajamento, como enquetes e quizzes, que irão estimular a participação ativa do público, além da possibilidade de criação de um filtro de Instagram personalizado, que terá como objetivo incentivar os usuários a participarem da campanha de forma orgânica, criando um engajamento espontâneo. As pessoas poderão usar esse filtro e compartilhá-lo em suas redes sociais, mostrando o apoio à causa, e assim amplificar a divulgação da campanha. Modelo de Outdoor. O outdoor será uma peça central de divulgação visual em pontos estratégicos da cidade, como avenidas principais e locais de grande circulação. A arte será composta pela logo da campanha e uma mensagem simples e direta, como "Outubro Rosa – Cuide de você, cuide de quem você ama". A ideia é criar um impacto visual com a utilização da cor rosa e um apelo emocional que chame a atenção para a importância do exame preventivo. Spot de Rádio de 30". O spot de rádio será de 30 segundos e terá um tom empático e educativo. O texto do spot irá enfatizar a importância do diagnóstico precoce, mencionando que os exames podem salvar vidas, com uma chamada especial para os homens se envolverem, tanto como aliados para incentivar as mulheres a realizarem os exames quanto como apoio emocional. A locução será clara e com um toque emocional para sensibilizar os ouvintes, com uma mensagem de esperança e apoio comunitário.

Produção Visual para Televisão de até 15". O spot de TV será uma produção curta de 15 segundos, com imagens rápidas e impactantes que mostram mulheres e homens participando ativamente da campanha: realizando exames, recebendo apoio de seus familiares e compartilhando a importância de cuidar da saúde. O objetivo é

01

passar uma mensagem rápida e eficaz sobre a prevenção, estimulando o engajamento de forma visual, com o uso da identidade visual e o tom emocional da campanha.

Banner para o Site Institucional da Prefeitura. O banner para o site institucional da Prefeitura será uma peça digital que destacará o logo da campanha, a frase "Outubro Rosa 2025 – Prevenção é o Melhor Caminho" e uma breve descrição do objetivo da campanha. Ele será colocado no topo da página, visível a todos que acessarem o site, direcionando os visitantes para mais informações sobre os exames preventivos e a programação de eventos relacionados ao Outubro Rosa.

Panfletos para Distribuição à População. Os panfletos serão distribuídos em pontos de grande circulação como praças, escolas, unidades de saúde e estabelecimentos comerciais. Eles conterão informações sobre a importância do autoexame e dos exames preventivos, dados sobre fatores de risco, sinais de alerta e as opções de apoio disponíveis na cidade, como unidades de saúde e serviços para agendamento dos exames. A linguagem será direta e acessível, com o objetivo de educar e incentivar a participação da população.

Cartazes para Colagem em Espaços Públicos. Os cartazes serão colados em locais estratégicos da cidade, como pontos de ônibus, postos de saúde e centros comunitários. Eles trarão uma mensagem clara e impactante, como "A Prevenção é o Melhor Caminho", e irão reforçar a importância de realizar o exame de mamografia. A arte será colorida e chamativa, com a identidade visual da campanha e uma breve explicação sobre os sinais de alerta e onde as pessoas podem buscar mais informações ou marcar exames.

Esses materiais serão produzidos com o objetivo de atingir diferentes públicos, garantir ampla disseminação da campanha e gerar um engajamento significativo, reforçando a importância do diagnóstico precoce e a criação de uma rede de apoio comunitário que envolva não apenas as mulheres, mas também os homens, no cuidado e apoio emocional. A combinação de mídias digitais e tradicionais garantirá um alcance eficaz em Três Barras do Paraná.

01

Simulação e invetimentos em Campanha - Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
Mídia e Não Mídia - Outubro/25

Mídia TV					
Veículo	Programa	Inserções total	Custo Unitário R$	Custo Total R$	% investimento
TV Taroba	Primeira Hora	3	R$ 366,80	R$ 1.100,40	3.84%
TV Taroba	Bora Paraná	6	R$ 158,60	R$ 951,60	3.32%
TV Taroba	Jornal Tarobá 1ª Edição	3	R$ 687,00	R$ 2.061,00	7.19%
RPC TV	Bom Dia Paraná	4	R$ 368,00	R$ 1.472,00	5.14%
RPC TV	Meio Dia Paraná	1	R$ 1.349,00	R$ 1.349,00	4.71%
RPC TV	Mais Você	3	R$ 590,00	R$ 1.770,00	6.18%
RPC TV	É De Casa	1	R$ 459,00	R$ 459,00	1.60%
RPC TV	Encontro	1	R$ 472,00	R$ 472,00	1.65%
RPC TV	Vale a Pena Ver de Novo	1	R$ 766,00	R$ 766,00	2.67%
	Total	23		R$ 10.401,00	36.29%

Mídia Rádio					
Veículo	Formato	Inserções total	Custo Unitário R$	Custo Total R$	% investimento
Rádio Rota do Sol FM	SPOT 30"	60	R$ 24,42	R$ 1.465,20	5.11%
Rádio Cidade 104 FM	SPOT 30"	60	R$ 16,00	R$ 960,00	3.35%
	Total	120		R$ 2.425,20	8.46%

Mídia Jornal					
Veículo	Formato	Inserções total	Custo Unitário R$	Custo Total R$	% investimento
Correio do povo do PR	½ página	1	R$ 63,14	R$ 1.073,38	3.74%
O Paraná	½ página	1	R$ 81,76	R$ 1.389,92	4.85%
	Total	2		R$ 2.463,30	8.60%

Mídia Portal de Noticias					
Veículo	Formato	Periodicidade	Custo Unitário R$	Custo Total R$	% investimento
Portal Cantu	Super Slide 1240x300px	mensal	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	3.49%
Click 3	Banner 1920X1080px	mensal	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00	8.72%
			Total	R$ 3.500,00	12.21%

Mídia Redes Sociais					
Veículo	Publicação	Período Trafego Pago	Custo Unitário R$	Custo Total R$	% investimento
Facebook e Instagram(META)	01/10 a 31/10	31 dias	R$ 70,00	R$ 2.170,00	
			Total	R$ 2.170,00	7.57%

01

Mídia exterior(outdoor)					
Veículo	Ponto	Período	Custo Unitário R$	Custo Total R$	% investimento
Art Placa	Rua Sobradinho, 860	01/10 a 31/10	R$ 780,00	R$ 780,00	2.72%
Art Placa	PR frente COPAVEL (entrada trevo)	01/10 a 31/10	R$ 780,00	R$ 780,00	2.72%
			Total	R$ 1.560,00	5.44%

Midia própria					
Veículo	período	tipo	Custo Unitário R$	Custo Total R$	% investimento
Site da prefeitura	01/10 a 31/10	Orgânico	R$ -	R$ -	
			Total	R$ -	0%

Não mídia					
Som de rua - Bilo Martendal	10 horas	spot 30"	R$ 60,00	R$ 600,00	% investimento
		total		R$ 600,00	2.09%

Produção/terceiros					
Fornecedor	peça	formato	Custo Unitário R$	Custo Total R$	
Aurora Films	1 filme	30"	R$ 3.700,00	R$ 3.700,00	12.92%
GLC Produtora de Áudio	1 spot	30"	R$ 120,00	R$ 120,00	0.42%
Art. Placa	impressão lona outdoor	100X100	R$ 860,00	R$ 1.720,00	6.00%
		total		R$ 5.540,00	19.34%

RESUMO GERAL		% investimento
Total de custos de veiculação	R$ 23.119,50	80.67%
Total de custos de produção/terceiros	R$ 5.540,00	19.34%
Total geral de custos da campanha	R$ 28.659,50	100%

01

Gráfico de Investimento Geral

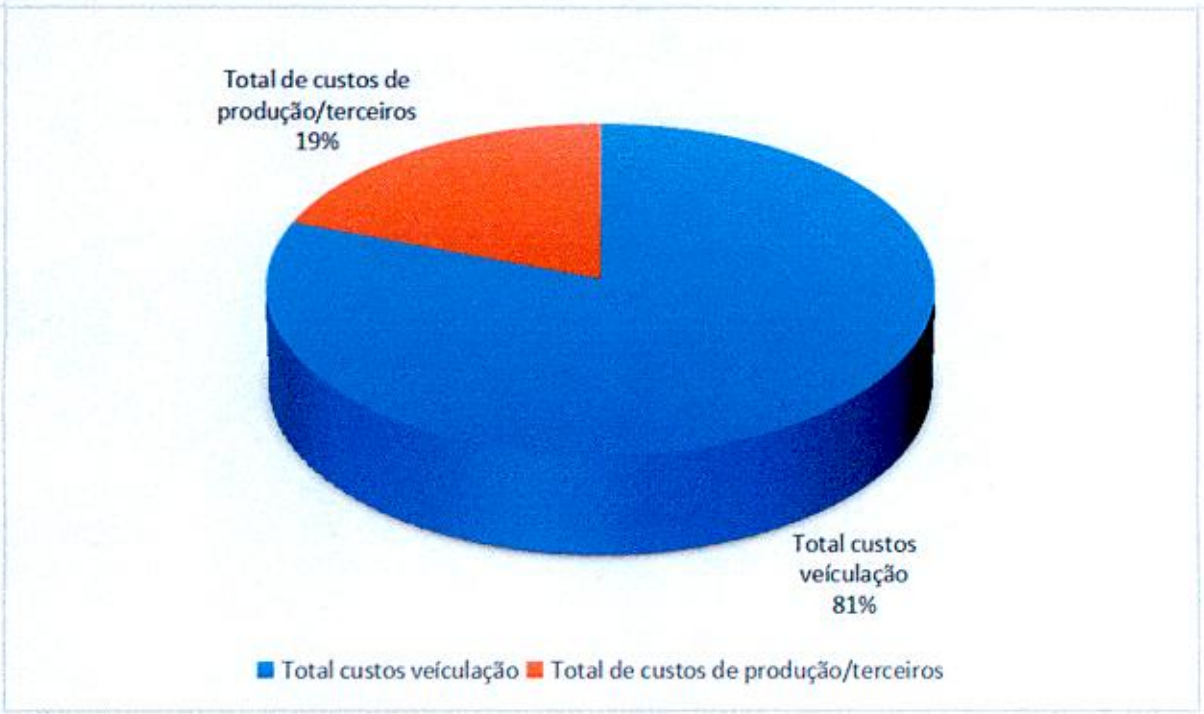
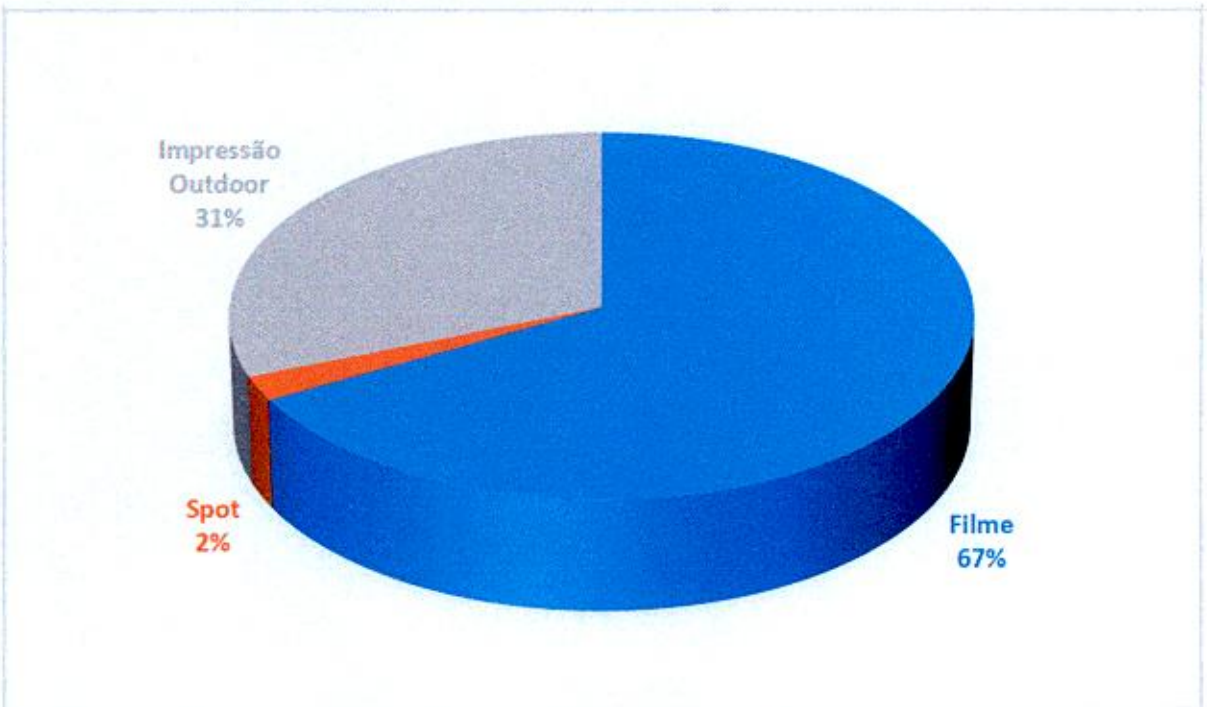
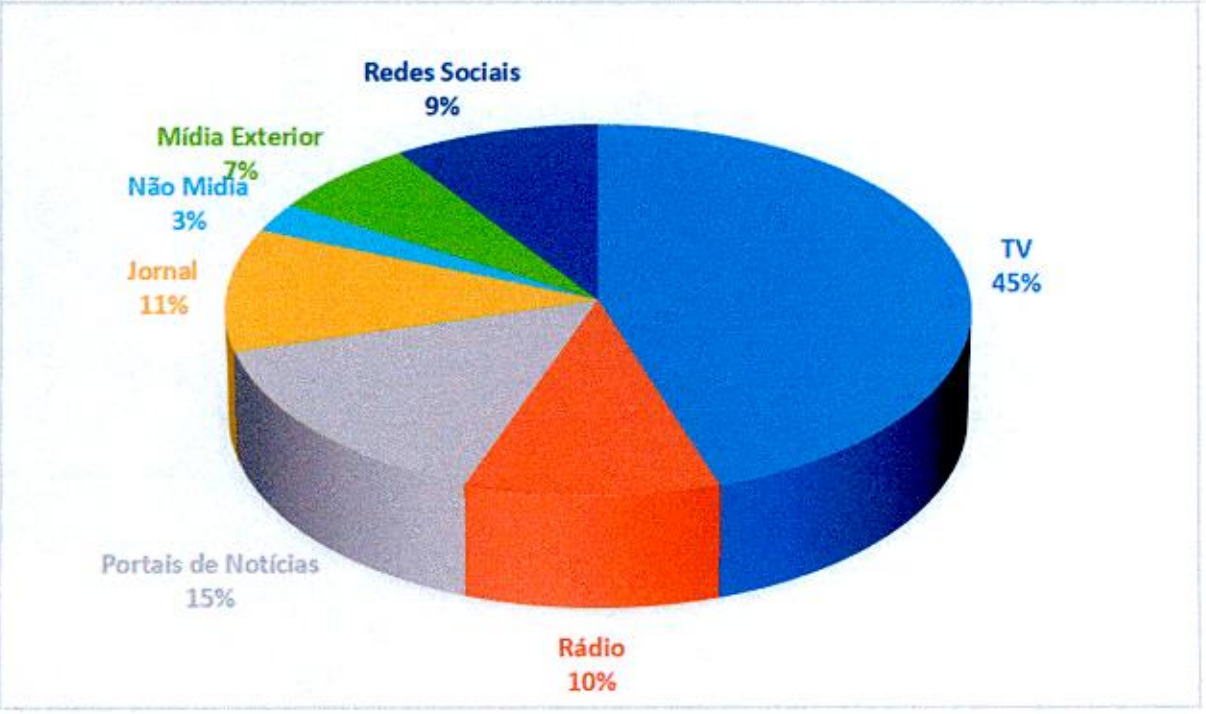


Gráfico de investimento - Produção Terceiros Por Tipo



01

Gráfico de Investimento - Veículação por Meio



01

TAROBÁ

Autorização n°.:

CLIENTE	Prefeitura de Três Barras do Pr.
RAZÃO	Prefeitura de Três Barras do Pr.
CNPJ	**INSC. EST.**
INSC. MUNIC.	**FONE**
ENDEREÇO	**CEP:**
BAIRRO	**CIDADE:** **UF** PR
E-MAIL FINANCEIRO	
NOME CONTATO	**CELULAR:**

AGÊNCIA	DIRETO
RAZÃO	
CNPJ	**INSC. EST.**
ENDEREÇO	
BAIRRO	**CEP:**
CIDADE E UF	**FONE**
E-MAIL	
NOME ATEND. Matheus	**CELULAR** 44 99787-7947

VEÍCULO	**TV TAROBÁ CASCAVEL**
Endereço: Rua Tarobá, 06	Bairro: Jd. Maria de Fatima
Cidade: Cascavel	CEP: 85819-550
Telefone: (45) 3220-1100	
CNPJ: 78.243.625/0001-46	
I.E.: 90554809-39	
ATENDIMENTO	**CONTATOS**

PROGRAMAÇÃO		DUR	MÊS 1 Q	2 Q	3 S	OUTUBRO 4 S	5 D	6 S	7 T	8 Q	9 Q	10 S	11 S	12 D	13 S	14 T	ANO 15 Q	16 Q	17 S	2025 18 S	19 D	20 S	21 T	22 Q	23 Q	24 S	25 S	26 D	27 S	28 T	29 Q	30 Q	31 S	TT INS	% AUD	TT IMP DOM	TT C.P.M.	TT GRP	UNITÁRIO	DESCONTO	UNIT C/ DESC	TOTAL
JOPH	PRIMEIRA HORA	30						1										1							1									3	0,4	2612	421,32	1	1.048,00	65%	366,80	1.100,40
BOPR	BORA PARANÁ	30							1		1				1		1					1		1										6	0,0	0		0	3.172,00	95%	158,60	951,60
JTA1	JORNAL TAROBÁ 1ª EDIÇÃO	30								1									1							1								3	0,6	3970	519,12	2	2.290,00	70%	687,00	2.061,00
	TOTAL		0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	12		6582	624,86	3	6510	2		4113,00

QUALIFICAÇÃO — NEGOCIAÇÃO — VALORES

VALOR TOTAL	4113,00
DESCONTO	
VALOR BRUTO	4.113,00
AGÊNCIA	0,00
VALOR LÍQUIDO	4.113,00

DATA DE PROCESSAMENTO DO MAPA: 12/9/25 2:42 PM

PROPOSTA VÁLIDA POR 10 DIAS

Atualizado em 01/06/22

Matheus Stefanoski

FATURAMENTO	LÍQUIDO - A/C CLIENTE
VENCIMENTO	14 DFM

CONTRATO DE VEICULAÇÃO - CONDIÇÕES GERAIS

[illegible]

ASS. CONTATO
CONTATOS

ASS. CLIENTE
Prefeitura de Três Barras do Pr.

ASS. AGÊNCIA
DIRETO

TV TAROBÁ CASCAVEL — TAROBÁ FM CASCAVEL — TV TAROBÁ FOZ DO IGUAÇU (SUCURSAL) — TV TAROBÁ LONDRINA — TAROBÁ FM LONDRINA

Cliente:	PREFEITURA DE TRES BARRAS DO PARANA	Agência:		Praça:	FOZ DO IGUAÇU Executivo:
Fone:	IE:	Fone:	IE:	Ação de venda:	
CNPJ:		CNPJ:		Faturamento:	Condição:
Endereço:		Endereço:		ID:	
Cidade:	UF:	Cidade:	UF:	PP Agência:	PI Agência:
Bairro:	CEP:	Bairro:	CEP:	Target:	AB ABCDE 18+ Universo no target: 827.234

MÍDIA X — MAIO / 2025

Programa	Sigla	Dur.	1 qui	2 sex	3 sáb	4 dom	5 seg	6 ter	7 qua	8 qui	9 sex	10 sáb	11 dom	12 seg	13 ter	14 qua	15 qui	16 sex	17 sáb	18 dom	19 seg	20 ter	21 qua	22 qui	23 sex	24 sáb	25 dom	26 seg	27 ter	28 qua	29 qui	30 sex	31 sáb	Total Ins.	Aud. Target	Unit. Tabela	Desc. (%)	Unit. Desc.	Total Tabela	Com Desconto	Reap.	Qtde Reap.
BOM DIA PARANA	BPRA	30"																				1		1						1		1		4	4.57	368.00	0.00	368.00	1.472.00	1.472.00	NAO	
MEIO DIA PARANA	PTV1	30"																			1													1	8.22	1.349.00	0.00	1.349.00	1.349.00	1.349.00	NAO	
MAIS VOCE	MAVO	30"																						1					1		1			3	5.10	590.00	0.00	590.00	1.770.00	1.770.00	NAO	
E DE CASA	CASA	30"																	1															1	5.08	459.00	0.00	459.00	459.00	459.00	NAO	
ENCONTRO	EACT	30"															1																	1	5.13	472.00	0.00	472.00	472.00	472.00	NAO	
VALE A PENA VER DE NOVO	VALE	30"																1																1	5.89	766.00	0.00	766.00	766.00	766.00	NAO	
																	1	1	1		1	1		1	1				1	1	1	1		11				6.288,00	6.288,00		0

Fonte: Kantar Ibope Media - Vistar Planning - Foz do Iguaçu - maio de 2024 - AB ABCDE 18+ - Rat%, GRP%, Cov%, Obs%, Effreach%, OTSEF, GRPEF%. Dados extrapolados para área de cobertura da RPC Foz do Iguaçu 1.050.213. Atlas de cobertura Globo 2022.

Data e hora de processamento do mapa:
12/05/2025 11:35

Proposta válida até
31/05/2025

Observações:
É uma permuta? NÃO
É um cliente novo? SIM

_____/_____/_____

Cliente: Agência:

Declaro estar ciente que toda e qualquer autorização deverá estar sempre de acordo com os itens contantes do Manual de Práticas Comerciais da Rede Globo, bem como da sua Tabela de Preços vigentes no período da respectiva veiculação.

OBSERVAÇÕES data:
1. O cliente receberá nota/boleto por praça de veiculação (exibidora) e produto. Válido também para compras tipo PRE e PRI
2. *Alcance Eficaz: percentual do target atingido um número de vezes considerado eficiente. Neste caso, 3 (três) vezes.

RESUMO FINANCEIRO REFERENTE AO MÊS - MAIO / 2025

Valor Bruto Tabela (*)		6.288,00
Reaplicação	0,00%	0,00
Desconto Financeiro	0,00%	0,00
Desconto Financeiro Total	0,00%	0,00
Valor Bruto Negociado (*)		**6.288,00**
Desconto Padrão da Agência	0,00%	0,00
Valor Líquido (*)		**6.288,00**

RESUMO DOS INDICADORES DO PLANO

Alcance	18,82%	Alcance Eficaz	8,78%
Frequência	3,14	Frequência Eficaz	5,34
TARP	59,12%	TARP Eficaz	46,44%

(*) Os valores aqui definidos poderão sofrer reajustes/alterações, conforme tabela de preços vigentes no período da respectiva veiculação.

A veiculação especificada rege-se pelas disposições legais aplicáveis à espécie e pelas seguintes condições data:
A CONTRATANTE declara ter conferido as especificações e demais dados lançados no mapa de veiculação, com os quais se manifesta de pleno acordo, inclusive em relação aos valores especificados, contratação que será regida condições data abaixo e previamente estabelecidas pelas partes:
01. Em caso de não pagamento dos valores especificados, no vencimento, incidirão juros de mora e correção monetária .
02. A CONTRATANTE tem conhecimento que a CONTRATADA disponibiliza APP que possibilita a conferência da veiculação dos anuncios nas datas e horários contratados e que tal sistema constitui ferramenta de comprovação da efetiva prestação dos serviços.
03. Qualquer alteração na programação somente poderá ser feita com a autorização prévia da CONTRATANTE ou da AGENCIADORA.
04. Toda e qualquer autorização estará sempre de acordo o Manual de Práticas da Rede Globo e em sua Tabelas de Preços, cujos termos são de conhecimento das partes.
05. A CONTRATANTE declara que está devidamente habilitada e/ou possui autorização legal para realização e divulgação do material fornecido para veiculação, eximindo a CONTRATADA de qualquer responsabilidade a respeito.
06. O presente contrato é irrevogável. A contratação é realizada sob as condições da incancelabilidade e inalterabilidade, determinadas pela necessidade de a CONTRATADA planejar a duração e ocupação dos intervalos e garantir a veiculação em favor de todos os anunciantes.
07. O foro do presente é o da comarca de domicílio da CONTRATADA.(' ')
08. Ao contratar com os veículos da RPC o anunciante/agência declaram-se cientes das obrigações e responsabilidades decorrentes dos recursos de acessibilidade em anúncios publicitários, previstas na regulamentação vigente, inclusive do Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei n.13146/2015)

	Dados das Agência: Razão Social: CNPJ: Endereço	**PEDIDO DE INSERÇÃO**	**PI** **61** **44**

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ RAZÃO SOCIAL CNPJ ENDEREÇO CEP/MUNIC/UF	VEÍCULO: RÁDIO ROTA DO SOL FM CNPJ: 03.876.852/0001-35 PRAÇA: Três Barras do Paraná RAZÃO SOCIAL: RADIO ROTA DO SOL LTDA ENDEREÇO: Rua Celmo Miranda, 802, Boa Vista da Aparecida - PR E-MAIL:	PERÍODO PROJETO PLANO PLANILHA	Outubro /2025 Ouubro Rosa

PRODUTO: INSTITUCIONAL	CAMPANHA: MARÇO/2025

PEÇA A Spot — FORMATO 30" — MATERIAL

COLOCAÇÃO MARÇO/2025	PEÇA	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	TOT INS	CUSTO UNITARIO	% DESCONTO	CUSTO (TOTAL R$)
Rotativo – 06h às 19h	A	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	8	R$24,42		R$ 1465,20

PRAZO DE PAGAMENTO 30DFM VENCIMENTO.	TOTAL BRUTO R$	R$1465,20
	COMISSÃO R$	R$0,00
	LIQUIDO R$	R$1465,20

01

TABELA DE PREÇOS		
FAIXA HORÁRIA	DURAÇÃO	CUSTO UNITÁRIO - BRUTO
06:00h às 19:00h	15"	R$ 20,70
06:00h às 19:00h	30"	R$ 24,42
06:00h às 19:00h	45"	R$ 43,70
06:00h às 19:00h	60"	R$ 57,60
VIGÊNCIA DA TABELA: 2025		

BOA VISTA DA APARECIDA, 06 DE MAIO DE 2025.

***OBS: O VALOR DA TABELA NÃO INCLUI O PERCENTUAL DA AGÊNCIA.**



ROSANE DIAS

DIREÇÃO GERAL

(45) 99107-6607

rotadosolfm@hotmail.com

CNPJ: 03.876.852/0001-35

RÁDIO ROTA DO SOL LTDA-ME

F (45) 3287-1475 Rua Celmo Miranda, 802
Centro - Boa Vista da Aparecida, PR

	Dados das Agenca: Razão Social: CNPJ: Endereço	**PEDIDO DE INSERÇÃO**	**PI 20 5**

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ RAZÃO SOCIAL CNPJ ENDEREÇO CEP/MUNIC/UF	VEÍCULO: Rádio Cidade 104 CNPJ: 02.225.863/0001-75 PRAÇA: Três Barras do Paraná RAZÃO SOCIAL: Associação Padroeira ENDEREÇO: Av. Brasil, 144 E-MAIL: cidadedasaguasfm@gmail.com	PERÍODO Outubro /2025 PROJETO PLANO Ouubro Rosa PLANILHA

PRODUTO: INSTITUCIONAL — CAMPANHA: MARÇO/2025

PEÇA A Spot — FORMATO 30" — MATERIAL

COLOCAÇÃO MARÇO/2025	PEÇA	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	TOT INS	CUSTO UNITARIO	% DESCONTO	CUSTO (TOTAL R$)
Rotativo	A	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	8	R$16		R$ 960

PRAZO DE PAGAMENTO 30DFM VENCIMENTO

TOTAL BRUTO R$	R$960,00
COMISSÃO R$	R$0,00
LIQUIDO R$	R$960,00

01

01

A Cidade 104 tem uma grade focada em música boa, jornalismo dinâmico e atualizado. Contamos com uma identidade visual inovadora, promoções criativas, prêmios especiais para nossos ouvintes e um compromisso sólido com comunidade Tribarrense.

Confira a tabela de programação da Rádio Cidade 104 para o ano de 2025, das 06:00 às 21 horas:

Material	Valor Bruto
Custo unitário 10"	R$ 8,00
Custo unitário 20"	R$ 13,00
Custo unitário 30"	R$ 16,00
Custo unitário 45"	R$ 24,00
Custo unitário 60"	R$ 32,00
Testemunhal 30"	R$ 42,00
Testemunhal 60"	R$ 50,00

Geberson A. Della Betta
Diretor de Operações

ATUALIZADO EM 03/01/2025

MÍDIA KIT IMPRESSO 2025

Validade 31/12/2025

DADOS VEÍCULO

ID	CP
FANTASIA	CORREIO DO POVO
CNPJ	02.175.166/0001-74
RAZÃO SOCIAL	Gráfica Editora Cantu Ltda.
ENDEREÇO	R Coronel Guilherme de Paula , Nº 876
COMPLEMENTO	Prédio
BAIRRO	Centro
CEP	85301-220
CIDADE	Laranjeiras do Sul - Pr
TELEFONE	42-3635-2944

CIRCULAÇÃO: IMPRESSO + DIGITAL

EDIÇÃO IMPRESSA:	4.000 EXEMPLARES
EDIÇÃO DIGITAL:	1.850 PDF(S)
TOTAL	5.850

Correio
DO POVO DO PARANÁ

DADOS TÉCNICOS

PERIODICIDADE	Diário
DIA(S) DE CIRCULAÇÃO	Ter-Qua-Qui-Sex-Sab
TIRAGEM	4000 Exemplares
FORMATO	Tablóide
ALTURA	34 cm
LARGURA	26 cm

CÁLCULO DO VALOR DO ANÚNCIO - INSTRUÇÕES:

Inicialmente, determine as dimensões do anúncio em centímetros, considerando a largura e a altura desejada. Em seguida, identifique o numero de colunas que o anúncio ocupará, confome as medidas na tabela (Noticiário, Classificados, Atas e Editais). A altura pode ser qualquer medida até o máximo da altura total da página do jornal. Calcule o total de cm/col , multiplicando o número de colunas pela altura do seu anúncio. Exemplo: 03 colunas x 15 centímetros de altura = 45 cm/col. Para saber o valor, multiplique 45 pelo valor cm/col que consta na tabela. Exemplo : 45 x valor indeterminado = Valor do anúncio.

COLUNAGEM

NOTICIÁRIO		CLASSIFICADOS	
COLUNAS	CM	COLUNAS	CM
1	5	1	5
2	10,5	2	10,5
3	15,5	3	15,5
4	21	4	21
5	26	5	26

TABELA DE VALORES CM/COL

POSIÇÃO	DIA ÚTIL	FDS	COR +
CAPA	R$ 171,63	R$ 181,63	0%
DETERMINADO	R$ 63,14	R$ 73,14	30%
INDETERMINADO	R$ 52,15	R$ 62,15	30%
CLASSIFICADOS	R$ 26,90	R$ 36,90	0%
ATAS E EDITAIS*	R$ 45,65	R$ 55,65	0%
ENCARTE / MILHEIRO	R$ 800,00	R$ 950,00	0%

VALIDADE 31/12/2025

*Atas e Editais: Publicação com largura mínima de duas (02) colunas, e altura sempre em múltiplos de 4 cm

PERFIL DO LEITOR E CIRCULAÇÃO

FAIXA ETÁRIA	15 a 25 anos	26 a 45 anos	46 a 65 anos	66 anos ou mais
	18%	26%	28%	28%
CLASSE SOCIAL	A	B	C	D
	38%	42%	12%	8%
ESCOLARIDADE	Fundamental	Secudário	Superior	Pós Graduado
	9%	28%	45%	18%
DISTRIBUIÇÃO	Assinantes	Gratuita	Avulsa	Digital
	1.681	1.213	1.106	1.850
SEXO BIOLÓGICO	Homem	Mulher		
	47%	53%		

*Dados fornecidos pelo departamento de circulação dos jornais/portais. Mês de referencia : Outubro de 2024

Associado ADIPR

RESERVA DE ESPAÇO:
Reservas de espaços até as 12h do dia anterior

ENVIO DO MATERIAL:
Até as 16h do dia anterior (exceto edição final de semana)

ARQUIVO:
JPG, JPEG ou PDF
Resolução : 350 DPI
Divisão de cores : CMYK

DEPTO.COMERCIAL:
WHATSAPP (42) 99974-2044
WHATSAPP (41) 98405-2344

01

ATUALIZADO EM 03/01/2025

MÍDIA KIT IMPRESSO 2025

Validade 31/12/2025

LISTA DE CIDADES E QUANTIDADE DE EXEMPLARES

CIDADE	EXEMPLARES
Campo Bonito	50
Catanduvas	50
Diamante do Sul	50
Espigão Alto do Iguaçu	50
Foz do Jordão	50
Goioxim	50
Guaraniaçu	50
Iberna	50
Laranjal	50
Marquinho	50
Palmital	50
Pinhão	50
Porto Barreiro	50
Quedas do Iguaçu	50
Reserva do Iguaçu	50
Rio Bonito do Iguaçu	50
São Jorge d'Oeste	50
Saudade do Iguaçu	50
Sulina	50
Três Barras do Paraná	50
Virmond	50
Candói	100
Cantagalo	100
Guarapuava	200
Laranjeiras do Sul	2.450
Nova Laranjeiras	100

Correio DO POVO DO PARANÁ

TIRAGEM IMPRESSA TOTAL/DIA
4.000
EXEMPLARES

TIRAGEM DIGITAL
1.850
ASSINANTES E GRUPO DE MENSAGENS

TOTAL : CIRCULAÇÃO
5.850

GRAFICA EDITORA CANTU LTDA:02175166000174

Assinado de forma digital por GRAFICA EDITORA CANTU LTDA:02175166000174
Dados: 2025.02.04 11:16:40 -03'00'

01

ATUALIZADO EM 21/12/2024 | **MÍDIA KIT IMPRESSO 2025** | Validade 31/12/2025

DADOS VEÍCULO

ID	OP
FANTASIA	O PARANÁ
CNPJ	21.819.026/0001-36
RAZÃO SOCIAL	Jornal O Paraná S/A.
ENDEREÇO	Rua Rio Grande do Sul , Nº 2601
COMPLEMENTO	-
BAIRRO	Centro
CEP	85801-011
CIDADE	Cascavel - Pr
TELEFONE	45-3321-1000

CIRCULAÇÃO: IMPRESSO + DIGITAL

EDIÇÃO IMPRESSA:	8.365 EXEMPLARES
EDIÇÃO DIGITAL:	1.754 PDF(S)
TOTAL	10.119

O Paraná

DADOS TÉCNICOS

PERIODICIDADE	Diário
DIA(S) DE CIRCULAÇÃO	Ter-Qua-Qui-Sex-Sab/Dom(Conjunta)
TIRAGEM	8365 Exemplares
FORMATO	Tablóide
ALTURA	34 cm
LARGURA	26 cm

CÁLCULO DO VALOR DO ANÚNCIO - INSTRUÇÕES:

Inicialmente, determine as dimensões do anúncio em centímetros, considerando a largura e a altura desejada.
Em seguida, identifique o número de colunas que o anúncio ocupará, conforme as medidas na tabela (noticiário,classificados).
A Altura pode ser qualquer medida até o máximo da altura total da página. Calcule o total de cm / col, multiplicando o número de colunas pela altura do seu anúncio:
Exemplo: 03 colunas x 15 centímetros de altura = 45 cm / col.
Para sabero valor, multiplique 45 pelo cm/col que consta na tabela:
Exemplo: 45 x indeterminado = valor do anúncio.

COLUNAGEM

NOTICIÁRIO		CLASSIFICADOS	
COLUNAS	CM	COLUNAS	CM
1	4,7	1	3,9
2	10,1	2	8,3
3	15,4	3	12,7
4	20,7	4	17
5	26	5	21,5
		6	26

TABELA DE VALORES CM/COL — VALIDADE 31/12/2025

POSIÇÃO	DIA ÚTIL	FDS	COR +
CAPA	R$ 342,43	R$ 498,63	0%
DETERMINADO	R$ 81,76	R$ 85,03	30%
INDETERMINADO	R$ 71,16	R$ 76,34	30%
CLASSIFICADOS	R$ 30,13	R$ 37,51	0%
ATAS E EDITAIS*	R$ 30,13	R$ 49,50	0%
ENCARTE / MILHEIRO	R$ 950,00	R$ 1.050,00	0%

*Atas e Editais: Publicação com largura mínima de duas (02) colunas, e altura sempre em múltiplos de 4 cm, até um máximo de 36 cm

PERFIL DO LEITOR E CIRCULAÇÃO

FAIXA ETÁRIA	15 a 25 anos	26 a 45 anos	46 a 65 anos	66 anos ou mais
	18%	35%	35%	12%
CLASSE SOCIAL	A	B	C	D
	53%	32%	12%	3%
ESCOLARIDADE	Fundamental	Secudário	Superior	Pós Graduado
	9%	28%	38%	25%
DISTRIBUIÇÃO	Assinantes	Gratuita	Avulsa	Digital
	4.860	2.669	836	1.754
SEXO BIOLÓGICO	Homem	Mulher		
	56%	44%		

*Dados fornecidos pelo departamento de circulação dos jornais/portais. Mês de referencia : Outubro de 2024

RESERVA DE ESPAÇO:
Reservas de espaços até as 12h do dia anterior
ENVIO DO MATERIAL:
Até as 16h do dia anterior (exceto edição final de semana)

ARQUIVO:
JPG, JPEG ou PDF
Resolução : 350 DPI
Divisão de cores : CMYK

DEPTO.COMERCIAL:
WHATSAPP (45) 99971-0458
WHATSAPP (41) 98405-2344

01

ATUALIZADO EM 21/12/2024

MÍDIA KIT IMPRESSO 2025

Validade 31/12/2025

LISTA DE CIDADES E QUANTIDADE DE EXEMPLARES

CIDADE	EXEMPLARES
Anahy	32
Assis Chateaubriand	43
Boa Vista da Aparecida	39
Braganey	28
Cafelândia	39
Campo Bonito	27
Capanema	30
Capitão Leônidas Marques	49
Cascavel	6.181
Catanduvas	51
Céu Azul	43
Corbélia	42
Diamante do Sul	21
Diamante d'Oeste	20
Entre Rios do Oeste	43
Formosa do Oeste	23
Foz do Iguaçu	98
Guaraniaçu	21
Ibema	23
Iguatu	34
Iracema do Oeste	22
Itaipulândia	22
Jesuitas	34
Lindoeste	29
Maripá	22
Matelândia	22
Medianeira	34
Mercedes	52
Missal	41
Nova Aurora	37
Nova Laranjeiras	21
Nova Santa Rosa	21
Ouro Verde do Oeste	59
Palotina	41
Pato Bragado	39
Marechal Candido Rondon	311
Quatro Pontes	36
Ramilândia	18
Santa Lúcia	29
Santa Tereza do Oeste	42
Santa Terezinha de Itaipu	22
São José das Palmeiras	42
São Miguel do Iguaçu	33
São Pedro do Iguaçu	22
Serranópolis do Iguaçu	23
Terra Roxa	42
Toledo	181
Três Barras do Paraná	21
Tupãssi	69
Vera Cruz do Oeste	91

O Paraná

TIRAGEM IMPRESSA TOTAL/DIA
8.365
EXEMPLARES

TIRAGEM DIGITAL
1.754
ASSINANTES E GRUPO DE MENSAGENS

TOTAL : CIRCULAÇÃO
10.119

01

Portal Cantu
Nossa região na internet

Você realmente sabe onde investir no marketing da sua marca?

Divulgar é importante? Será que se o cliente não conhecer a nossa marca e o nosso produto, ele comprará? Grandes marcas só te tornaram conhecidas graças à propaganda.

Segundo a agência F/Nazca, **somos mais de 110 milhões de internautas no Brasil**, e esses números **crescem 20% ao ano**.

A internet já alcançou o Rádio e a TV. 87% dos internautas utilizam a rede para pesquisar produtos e serviços antes de comprar.

Sejam bem vindos à nova Economia Digital, onde o pequeno veloz leva uma enorme vantagem sobre o grande lento! **A internet é um instrumento que reduz drasticamente o custo da comunicação**.

O **Portal Cantu sempre antenado com o que os internautas procuram**, é hoje **um dos mais importantes veículos de comunicação de toda a região da Cantuquiriguaçu**, que compreende 21 municípios, chegando aos impressionantes quatro milhões de visualizações/mês. Tendo ainda relevante audiência em outros grandes centros, como por exemplo Cascavel e Guarapuava.

O mundo está convergindo para esta fantástica mídia. Você vai ficar de fora?

Espaços publicitários no Portal Cantu: (Período = 30 dias, exceto Pop Up) para Home Page

Pop Up (toda vez que o Portal é aberto)	700x500px	R$ 100.00 (cem reais ao dia)
1 - Super Slide (a cada 3 visualizações)	1240x300px	R$ 1.000.00 (hum mil reais)
2 (aparecendo com outros três anúncios em sistema carrossel)	740x400px	R$ 700.00 (setecentos reais)
3 (a cada 5 visualizações)	300x250px	R$ 500.00 (quinhentos reais)
4 (a cada 5 visualizações)	300x600px	R$ 600.00 (seiscentos reais)
5 (a cada 5 visualizações)	900x300px	R$ 600.00 (seiscentos reais)
6 e 7 (a cada 5 visualizações)	400x150px	R$ 400,00 (Quatrocentos reais)
8 (a cada 5 visualizações)	300x250px	R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)
9, 10 e 11 (a cada 5 visualizações)	300x100px	R$ 200,00 (duzentos reais)

O banner 1 também aparece em sistema rotativo com até outros três clientes em todas as páginas do portal.

Os banners 2 e 5 também aparecem em sistema rotativo com todos os clientes destes espaços, nas páginas de relevância ao mesmo, como cidade, categoria, etc..(sempre determinado em conjunto com a editoria do Portal Cantu).

www.portalcantu.com.br

01

Portal Cantu
Nossa região na internet

Pop Up	Espaços 1 – 2 – 3 – 4	Espaço 5
		
Espaços 6 – 7 – 8	**Espaços 9 – 10 – 11**	
		- Para matérias jornalísticas promocionais é cobrado um valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a postagem. - Para entrevistas promocionais na TV Cantu é cobrado um valor de 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) a postagem. - Para coberturas especiais a negociação é feita diretamente com o departamento comercial.

www.portalcantu.com.br

01

Portal Cantu Agência de Notícias

Av. Ivan Ferreira do Amaral 331

Guaraniaçu – Paraná.

CNPJ – 15.317.975/0001-15

www.portalcantu.com.br

01

Mídia Click3 Ltda

Orçamento: Prefeitura de Três Barras do Paraná – Paraná



gov.br Documento assinado digitalmente
JAIME MARTINS DA SILVA
Data: 17/04/2025 15:35:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Jaime Martins da Silva
Sócio proprietário Mídia Click3 Ltda

Mídia Click3 LTDA
CNPJ: 27.877.921 0001-93 Rua Mato Grosso 956 – Centro – Três Barras do Paraná (45) 99123-7611

01

VOZES
COMERCIAIS
BANCO DE VOZES ONLINE

DATA: 09/05/2025

ORÇAMENTO

Cliente: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

Conforme texto enviado no WhatsApp, segue orçamento com a locutora Priscila:

Fica de R$120,00 apenas voz.

Prazo de entrega de 1 dia útil.

O pagamento é feito de forma antecipada, através de transferência bancária, pelos bancos: Caixa, Inter, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, PagBank. Ou via pix.

- Alteração textual, voz, estilo, é cobrado novamente a gravação.

- Erros por parte do locutor, a gente faz a correção sem custo adicional, é só nos informar o erro ou mandar a frase para correção, que pedimos a refação.

Rodrigo Leite

CNPJ: *32.502.133/0001-52*
Razão Social: *GLC Produtora de Áudio LTDA.*
Endereço: *Avenida Muniz Falcão – 381 – Premier Office – Palmeira dos Índios – AL*
Telefone fixo: *(82) 3420 – 1830*
WhatsApp: *(82) 9 9955 – 2150*
E-mail: *atendimento@vozescomerciais.com.br*

Aurora Films
CNPJ: 60.220.259/0001-70
Av. Rio de Janeiro, nº 5233, Zona II
Umuarama – PR, CEP 87501-370
(44) 8817-4168
contato.aurorafilms@gmail.com

Orçamento 001 – 09/05/2025

Cliente: Prefeitura de Três Barras
Cidade: Três Barras, PR

Descrição:

- Gravação, edição e finalização de 01 vídeo publicitário no formato horizontal (1920x1080) com duração de 30 segundos, e entrega de uma versão reduzida de 15 segundos, mantendo a essência da mensagem para uso em redes sociais e mídia digital.

Condições gerais:

- Entrega do material em formato digital (Full HD);
- Registro na ANCINE (Agência Nacional de Cinema) para veiculação em TV;
- Entrega digital na RPC (Globo) e demais;
- Incluso assistência no roteiro, correção de cor, artes (2D), trilha (banco de trilha) e locução;
- Pré-produção (maquiagem, figurino, locação) e casting inclusos;
- É de responsabilidade do cliente fornecer a logomarca da empresa em alta qualidade;
- Incluso 01 diária de captação de imagem e áudio;
- Prazo de entrega de 07 dias úteis após a gravação;
- Caso houver alguma modificação no roteiro após aprovado, poderá sofrer alterações no valor da produção e no prazo de entrega do material finalizado;

Equipe de produção / Equipamentos:

- 01 Diretor de cena (acumula funções de diretor de fotografia e cinegrafista);

- 01 Editor;
- Atores (conforme roteiro);
- Kit de iluminação: 01 LED Amaran, 01 softbox, 01 LED Yongnuo;
- Gravador lapela Synco G2;

Câmeras:

- Sony A6400
- Sony a7SII

Lentes:

- Sigma 24-70mm f/2.8 Art
- Canon 70-300mm f/4.0 *(adaptador não permite mudança de diafragma)*
- Sigma 30mm f/1.4
- Sony 16mm f/2.8
- Meike 85mm f/1.8

Estabilizadores:

- DJI Ronin RS4
- Zhiyun Weebill S

Iluminação adicional:

- Bastão LED Yongnuo YN660
- 2x VL49 RGB Ulanzi
- Tubo de LED VL110
- Tubo de LED P200

Drone:

- DJI Mini 4 Pro

Edição:

- Software profissional Adobe Premiere

OBS: Orçamento válido por 30 dias.

Investimento:

R$ 3.700,00

Razão Social: AURORA FILMS LTDA
CNPJ: 60.220.259/0001-70

Assinatura: gov.br Documento assinado digitalmente
CAIO HENRIQUE MARTINS MARUCCI
Data: 23/05/2025 14:54:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

01

Tabela de Preço 2025

Som Bilo Martendal
CNPJ:30.712.898/0001-91

Valor do carro por hora – R$60,00(sessenta reais)

Som Bilo Martendal
CNPJ:30.712.898/0001-91

Plano de Comunicação Publicitária

Raciocínio Básico

Instalado oficialmente em 1 de fevereiro de 1983, o município de Três Barras do Paraná tem uma população de 11.135 pessoas, de acordo censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, distribuídas em seus 505,505 km² de território, sendo a maioria domiciliada em áreas rurais do município.

A fim de orientar, informar ou incentivar a população, seja de áreas rurais ou urbanas, e mantê-la ciente e engajada acerca das ações que acontecem no Município de Três Barras do Paraná, a administração municipal viabiliza a realização de campanhas que são de grande importância para toda a sociedade, nos diversos setores geridos pelo poder público municipal como educação, agricultura, assistência social, saúde etc.

Ao abordar a temática saúde, devemos nos lembrar que esse termo engloba também a saúde física, um dos aspectos primordiais para o bem-estar e a qualidade de vida. Isso porque, a saúde física está intimamente relacionada ao bom funcionamento do nosso corpo, do nosso organismo de maneira ampla, ou seja, com todos os órgãos e sistemas funcionando do jeito certo, vivemos melhor.

Assim, quando há o comprometimento da saúde física, por exemplo, há prejuízos em diversas outras esferas da vida do indivíduo, impactando até mesmo na sociedade onde se insere, consequentemente. Diante disso, é essencial cuidar também da saúde física das pessoas.

E quando se fala em saúde física, consequentemente estamos falando sobre cuidados, prevenção e diagnóstico precoce das mais variadas doenças, dentre elas uma que acomete principalmente mulheres: o câncer de mama.

O câncer de mama ocorre pela multiplicação de maneira desordenada de células, formando tumores, que se manifestam, muitas vezes, por meio de nódulos ou caroços nos seios, acompanhado ou não de dor.

As células das mamas que habitualmente são as mais afetadas são as responsáveis pelo revestimento dos ductos mamários ou as que estão localizadas nos lóbulos das glândulas mamárias. Dessa maneira, os tumores que acometem essas regiões dos seios são denominados carcinomas ductais ou lobulares.

Além desses, que são os mais comumente detectados, também existem os tipos de câncer de mama raros, como os linfomas e os sarcomas.

A prevenção é crucial, pois as doenças estão associadas a fatores de risco tanto evitáveis quanto não-evitáveis. Fatores não-evitáveis incluem genética, idade e gênero, enquanto os evitáveis estão relacionados a hábitos como sedentarismo, consumo de álcool e tabagismo.

Além da prevenção, que certamente é uma grande aliada para evitar que a doença se instale, o diagnóstico precoce também é de extrema importância, pois é ele quem vai determinar o tipo de tratamento que o paciente irá receber, mais ou menos invasivo, bem como as chances de sucesso desse tratamento, ou seja, a cura da doença. Isso porque, é importante salientar, quanto antes descoberto e tratado, mais probabilidades de vencer o câncer de mama há.

E é exatamente sob o viés da prevenção e do diagnóstico precoce que o briefing solicita o desenvolvimento de uma campanha que conscientize e incentive toda a população da cidade de Três Barras do Paraná - sem exceção -, a combater o câncer de mama, uma das doenças que, de acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), "é a primeira causa de morte por câncer em mulheres no Brasil".

Exposto isso, observamos a realidade do município de Três Barras do Paraná, que de acordo com o IBGE, de toda a população, 2,094 são mulheres, o que representa quase 19% dos munícipes, na faixa etária dos 40 a 69 anos, grupo etário mais acometido pelo câncer de mama.

Outro dado extremamente preocupante e que, consequentemente, merece total atenção e envolvimento de toda a sociedade é o fato de a região Sul do Brasil se destacar como uma das localidades com maior número de mortes por câncer de mama, conforme aponta o INCA, em estudo realizado em 2021.

Para resolver o problema de comunicação e criar a campanha proposta de forma eficaz, estudamos estratégias de comunicação e semiótica com base na mensagem que desejamos transmitir. Dessa forma, nossa Estratégia de Comunicação Publicitária mostra como superamos esse desafio de comunicação.

Estratégia de Comunicação Publicitária

Nossa estratégia de comunicação será voltada para a conscientização ampla e acessível sobre o câncer de mama. Embora o tema seja conhecido, o estigma e os tabus ainda persistem, dificultando o diagnóstico precoce e o tratamento adequado. Por isso, a campanha vai além da visibilidade: queremos informar, acolher e mobilizar. Vamos adotar uma comunicação clara e empática, capaz de alcançar diferentes públicos — não apenas mulheres, mas também familiares, amigos e redes de apoio. Por meio de conteúdos educativos a campanha tem potencial para incentivar o diálogo, combater o preconceito e reforçar a importância da prevenção.

O que dizer?

A campanha visa combater o aumento preocupante da mortalidade por câncer de mama no Brasil, destacando a importância estratégica do diagnóstico precoce. Nas últimas duas décadas, as mortes pela doença cresceram mais de 80%, principalmente devido à detecção tardia, quando as chances de cura são reduzidas. Em contraste, a identificação precoce do câncer pode elevar as taxas de cura para mais de 90%, segundo a OMS. Exames regulares e a conscientização da população são essenciais para detectar a doença em estágios iniciais, o que salva vidas e reduz o impacto no sistema de saúde. Promover o diagnóstico precoce é crucial para transformar o cenário atual e garantir um futuro com mais esperança e menos perdas.

A quem dizer?

A campanha Outubro Rosa em Três Barras do Paraná busca conscientizar toda a população, incluindo homens, sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. Embora mais comum em mulheres, a doença impacta famílias inteiras, tornando essencial o envolvimento de todos. A informação e o engajamento coletivo fortalecem a luta, promovem o autocuidado e ajudam a quebrar tabus, formando uma rede de apoio que salva vidas.

Como dizer?

A estratégia de comunicação visa levar o público a compreender, de forma clara e objetiva, a gravidade do câncer de mama e a importância da prevenção e do diagnóstico precoce para reduzir riscos e facilitar a detecção da doença.

Assim, desenvolvemos uma campanha, reiteramos, de fácil entendimento, que deixa claro o papel fundamental de cada um no combate ao câncer de mama. A ideia de que todas as pessoas devem se engajar na batalha contra o câncer pode ser observada no slogan da campanha "Outubro Rosa: um toque de informação, uma onda de mobilização". O texto convida o público a se engajar ativamente na causa, destacando a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. Aponta a necessidade de mobilização coletiva, ressaltando que a luta contra a doença é de todos. Além disso, reforça a relevância de unir forças para combater o câncer de mama, alinhando-se ao pedido do briefing.

Além disso, também pede, explicitamente, para que as pessoas incentivem, por exemplo, "mãe, irmã, esposa, amiga". Porque todos podem "ajudar a salvar vidas" por meio dessas orientações. E ainda deixa um lembrete importante que faz toda a diferença: "quanto antes descobrir, mais chances existem para a cura", salienta.

As peças publicitárias desenvolvidas para a campanha do Outubro Rosa pela Prefeitura de Três Barras do Paraná apresentam uma construção visual pensada cuidadosamente para sensibilizar, informar e envolver toda a comunidade em torno da causa da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.

A cor rosa, símbolo internacional do Outubro Rosa desde os anos 1990, representa empatia, carinho e acolhimento, conforme Eva Heller. Usada de forma suave, ela transmite conforto e sensibilidade, facilitando a abordagem do tema da saúde feminina e autocuidado sem gerar medo.

A campanha utiliza harmoniosamente as cores roxa, branca, preta e rosa para criar contraste, organizar a informação e destacar os conteúdos. O roxo traz profundidade emocional, o branco dá leveza e clareza, e o preto equilibra o visual e facilita a leitura. As imagens de casais e famílias humanizam a mensagem, criando identificação com o público. Elas destacam o autocuidado e mostram o câncer de mama como uma questão coletiva, afetando não só as mulheres, mas também seus familiares e amigos. A escolha da tipografia é outro ponto de destaque: com fontes leves, modernas e acolhedoras, a comunicação se dá de forma acessível e suave, sem tornar a mensagem pesada ou alarmista.

02

A leveza tipográfica contribui para a leitura fluida, favorecendo a compreensão das orientações de forma natural e empática.

Além disso, os textos das peças usam uma linguagem clara e convidativa, com frases como "É hora de unirmos forças contra o câncer de mama" e "Você também pode ajudar a salvar vidas!", incentivando a participação da sociedade. A campanha informa e inspira a mobilização, destacando a importância da prevenção através de atitudes simples, como alimentação saudável, exercício físico, amamentação e exames.

A campanha alcança com eficácia toda a população de Três Barras do Paraná, unindo design sensível, conteúdo relevante e abordagem inclusiva. Com empatia e leveza, promove a conscientização sobre o câncer de mama, cumprindo seu papel social com compromisso.

Quando dizer?

A campanha será veiculada de 1º a 31 de outubro de 2025, durante o mês do Outubro Rosa, focando na prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. O investimento de R$ 30.000,00 será distribuído estrategicamente no plano de mídia, considerando a capacidade de cada veículo e as necessidades de comunicação.

Por que dizer?

Discutir o câncer de mama é crucial para aumentar a conscientização e garantir que todos, independentemente de gênero, saibam sobre prevenção e diagnóstico precoce. O câncer de mama é o mais comum entre mulheres, afetando uma em cada oito globalmente, com mais de 66.000 novos casos previstos no Brasil em 2025, segundo o INCA. Isso reforça a urgência de ações de conscientização.

O diagnóstico precoce pode superar 90% de taxa de cura, pois permite iniciar o tratamento nos estágios iniciais, antes que a doença avance. Envolver homens na conscientização também ajuda a reduzir o estigma do câncer de mama masculino, embora menos frequente. A educação e a comunicação eficazes sobre prevenção podem reduzir a mortalidade e aumentar as chances de sobrevivência, tornando a conversa sobre o tema um passo crucial para salvar vidas.

Que meios, instrumentos ou ferramentas de comunicação utilizar?

A campanha publicitária é versátil, adaptando-se a diversos meios e formatos.

02

Com base no período de veiculação e orçamento, foram criadas peças para otimizar o alcance, apoiadas por uma estratégia de mídia bem planejada. Apresentamos, a seguir, a função tática de cada uma das 10 peças criativas:

Peça 01: 01 (uma) meia página para jornal (26x17 cm) - a peça reforça a importância de todos se unirem contra o câncer de mama, tanto para espalhar informação, quanto para estimular a prevenção e o apoio a quem trata a doença.

Peça 02: 01 (uma) página inteira para revista (21x28 cm) - a peça destaca a necessidade da prevenção e do diagnóstico precoce no combate ao câncer de mama, demonstrando quais ações devem ser tomadas pela população.

Peça 03: 01 (um) roteiro para spot de rádio 30" - o spot tem a função de estimular a população a se unir com a doença, oferecendo apoio e empatia àqueles que enfrentam o câncer.

Peça 04: 01 (um) banner para o site institucional (728 x 90 pixels) - a peça tem a função tática de chamar a atenção para o Outubro Rosa e para a campanha, estimulando a população a se manter alerta.

Peça 05: 01 (um) banner para internet (1300x700 pixels) - a peça, voltada para os familiares de pessoas que tratam o câncer de mama, reforça a importância de apoiar quem passa pelo tratamento.

Peças 06 e 07: 02 (dois) posts para Facebook (1080x1080 pixels e 1080x1350px) - as peças são informativas, e elucidam as formas de prevenção da doença, bem como a importância do diagnóstico precoce para a cura.

Peça 08: 01 (um) post para Instagram (1080x1350 pixels) - a peça para Instagram reforça a importância da união no combate à doença e ao apoio às pessoas que passam pelo tratamento.

Peça 09: 01 (um) post carrossel para Instagram (5 cards, 1080x1080 pixels) - com intuito informativo, a peça destaca as formas de prevenção da doença e a importância do diagnóstico precoce, ensinando a população como combater o câncer de mama.

Peça 10: 01 (um) roteiro para vídeo 30" (1920x1080 pixels) - a peça promove empatia e mobilização por meio de imagens emocionais, destacando a importância da prevenção com sensibilidade e união.

Ideia Criativa
Peça 01: Layout de meia página para jornal



02

02

Peça 02: Layout de página inteira para revista



02

Peça 03: Roteiro para spot de rádio

Voz: Masculina
Trilha: Motivadora
É Outubro Rosa! //
É hora de unirmos ainda mais forças contra o câncer de mama, / uma batalha que não é só das mulheres, / mas de cada um de nós! //
Todos, / unidos, / contra o câncer de mama. // porque prevenção e diagnóstico precoce são fundamentais! //
Incentive e apoie sua mãe, / irmã, / amiga, / esposa. // Afinal, você pode ajudar a salvar vidas! // Porque quanto antes descobrir, mais chances para a cura. //
celebre a vida, / a coragem e a união! // Junte-se a nós. //
Outubro Rosa: / um toque de informação, / uma onda de mobilização! //
Uma ação da prefeitura municipal de Três barras do paraná. //

02

Peça 05: Layout para banner para internet (outros sites)



02

Peça 06: Layout de post (jpg + texto) para Facebook



Legenda: A prevenção é a maior aliada contra o câncer de mama, isso porque reduz as chances de a doença se manifestar.

02

Peça 07: Layout de post (jpg + texto) para Facebook



Legenda: O diagnóstico precoce é de extrema importância, pois permite que o tratamento se inicie nos estágios iniciais, aumentando significativamente as chances de cura.

02

Peça 08: Layout de post (jpg + texto) para Instagram



Legenda: Você também pode ajudar a salvar vidas. A luta contra o câncer de mama é de todos!

02

Peça 09: Layout de post carrossel (jpg + texto) para Instagram



Legenda: Cuidar de si é o primeiro passo: prevenção é vida!

0.2

Peça 10: Roteiro para vídeo de YouTube

Trilha: motivadora
Voz: masculina

Cenas	Off
Imagens de mulheres de diferentes idades sorrindo e se cuidando.	É Outubro Rosa! É hora de fazer a diferença. O câncer de mama não é apenas uma luta das mulheres, é uma luta de todos nós!
Imagens homens, mulheres e crianças apoiando uma mulher ao realizar o exame das mamas, passando a mensagem de união.	Juntos, podemos transformar a prevenção e o diagnóstico precoce em esperança, em vida, em um futuro mais saudável!
Imagens de pessoas oferecendo apoio emocional, abraços e gestos de apoio às mulheres.	Apoie sua mãe, irmã, amiga, esposa... Seja a diferença na vida de alguém. Porque, quando descobrimos cedo, as chances de cura são muito maiores!
Imagens de pessoas (homens e mulheres) vestidas com roupas rosa, se unindo para formar um laço rosa simbólico e sorrindo, celebrando a união.	Vamos juntos, mostrar nossa força e apoio! Outubro Rosa é mais que um mês, é um movimento de vida!
Texto na tela: Outubro Rosa: um toque de informação, uma onda de mobilização!	Outubro Rosa: um toque de informação, uma onda de mobilização!
Logotipo da prefeitura e a mensagem Junte-se a nós!	Uma ação da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

Estratégia de Mídia e Não Mídia

A estratégia de mídia e não mídia desenvolvida para esta campanha tem o objetivo de atender às diretrizes estabelecidas no briefing, buscando transmitir de forma clara, sensível e eficaz a mensagem do Outubro Rosa. A proposta contempla não apenas a conscientização das mulheres, mas também o envolvimento dos familiares no processo de prevenção e apoio ao diagnóstico precoce do câncer de mama.

Para isso, selecionamos os meios de comunicação com maior potencial de alcance e afinidade com o público-alvo, considerando o perfil da população de Três Barras do Paraná. A escolha dos veículos se baseou em critérios técnicos de penetração, credibilidade, abrangência e capacidade de segmentação local, conforme os dados mais recentes disponíveis no Mídia Dados Brasil 2024, Ipsos, IBGE e Digital 2024.

Estabelecemos o período de veiculação da campanha, conforme determinado pelo briefing, entre os dias 01 e 31 de outubro de 2025, contemplando todo o mês simbólico de combate ao câncer de mama, o qual busca criar uma frequência de mensagem suficiente para promover reconhecimento, reflexão e engajamento por parte da comunidade ao longo de todo o período oficial do Outubro Rosa.

Nosso planejamento prioriza a complementaridade entre os meios tradicionais e digitais, promovendo uma comunicação multicanal, com linguagem adaptada a cada plataforma. A televisão regional, por meio do programa Canta Paraná da TV Tarobá, proporciona abrangência e identificação cultural. As rádios Cidade FM 104.9 e Rota do Sol FM 107.5 garantem frequência e proximidade com o público local. O jornal Correio do Povo do Paraná, a revista Nossa Senhora Aparecida e o portal Click3 fortalecem a credibilidade institucional da campanha. E, por fim, as redes sociais (Instagram, Facebook e YouTube) ampliam o alcance com conteúdos interativos, dinâmicos e direcionados.

Dessa forma, apresentamos uma campanha construída com foco na efetividade e na economicidade, respeitando o teto orçamentário estipulado de R$ 30.000,00 e distribuindo os recursos de forma inteligente entre produção e veiculação, conforme item 9.1.7.2 do edital. A escolha dos meios e veículos é respaldada por estudos de consumo de mídia e comportamento informacional da população, assegurando maior penetração, engajamento e impacto junto ao público-alvo. Em conformidade com as determinações do edital, apresentamos também a relação das peças criadas, acompanhadas dos respectivos valores com base na tabela de custos do SINAPRO, já aplicando o desconto de 50% previsto no certame.

É importante esclarecer que os custos internos se referem aos serviços realizados pelo corpo técnico da própria agência, como a criação de cards para redes sociais, remunerados com base na Tabela Referencial de Preços vigente do SINAPRO/PR. Já os custos de produção envolvem serviços e insumos externos fornecidos por empresas terceirizadas, como a gravação de spots ou VTs. Por fim, os custos de veiculação correspondem às despesas com a divulgação em veículos de mídia, como a inserção de um spot em emissoras de rádio.

Tática de mídia

Rádio FM: A classe econômica A/B compõe 40% do público presente no meio rádio AM/FM, sendo a classe C predominante, com 46% de presença, o que reflete diretamente o perfil da população de Três Barras do Paraná, composta majoritariamente por famílias de classe C. A penetração do meio rádio no Brasil é de 82%, segundo o estudo Inside Radio (Kantar IBOPE), e mantém-se elevada nas cidades do interior. A faixa etária predominante no consumo é de 35 a 44 anos, com 21% de audiência, seguida da faixa entre 45 e 54 anos (19%). O rádio é um meio de alto envolvimento afetivo e de confiança, especialmente no interior, e permite uma

frequência elevada com custo acessível, ideal para fixar mensagens institucionais de conscientização como as do Outubro Rosa.
No rádio, a proposta inclui duas emissoras com excelente penetração regional. A Rádio Cidade FM 104.9, emissora sediada em Três Barras do Paraná, que possui ampla audiência local e programação variada, com destaque para o programa "Cidade Sertaneja", voltado a um público que consome rádio de forma constante, seja em casa, no campo ou no comércio. E a Rádio Rota do Sol FM 107.5, com sede em Boa Vista da Aparecida e ampla cobertura regional, que se destaca por sua audiência consolidada nos municípios vizinhos, incluindo Três Barras do Paraná. Com presença em plataformas digitais e uma programação focada na música popular e regionalista, a rádio alcança um público maduro e familiar.
Televisão aberta: A televisão continua sendo um meio de grande penetração no Brasil, presente em 94% dos lares brasileiros, com índice ainda mais elevado nas regiões Sul e no interior, conforme o Mídia Dados Brasil 2024. No recorte por classe social, a penetração entre as classes C e D/E chega a 95%, enquanto nas classes A/B atinge 92%. O programa Canta Paraná atrai um público fiel, familiar, com predominância das faixas 35+, especialmente nas zonas rurais e pequenas cidades. O tempo médio diário de consumo de TV é de 3h27 minutos, o que reforça a eficiência desse meio para entregar mensagens de conscientização com forte apelo emocional e identificação regional. Para a veiculação em TV será aproveitado o VT produzido para o Youtube.
Jornal: O jornal impresso, por sua vez, é estratégico para alcançar empresários, investidores, além de lideranças políticas e comunitárias. Esses públicos priorizam conteúdos com maior profundidade, dados técnicos e editoriais com visão institucional. O meio é majoritariamente consumido por pessoas das classes A/B, com mais de 35 anos e alta participação em decisões socioeconômicas locais. Para esse meio, foi incluído o Jornal Correio do Povo do Paraná, que possui conexão com a população local e circulação expressiva entre moradores, comerciantes, profissionais liberais e lideranças civis. Esse veículo oferece espaço para aprofundamento de conteúdo, argumentação técnica e construção de narrativa institucional, aspectos ideais para fortalecer a campanha.
Revista: A revista impressa é um meio qualificado, com forte apelo visual e editorial, ideal para campanhas que buscam reforçar mensagens institucionais com profundidade, credibilidade e sofisticação. Conforme o Mídia Dados Brasil 2024, esse meio tem penetração relevante entre públicos das classes A/B, com poder de decisão e interesse por conteúdo segmentado. Com periodicidade definida e circulação dirigida, as revistas são eficazes para alcançar não somente os moradores mas também o público formador de opinião, proporcionando maior tempo de leitura e absorção da mensagem.
No contexto da campanha, destaca-se a inclusão da Revista Nossa Senhora Aparecida, veículo de forte presença regional, com 5 mil exemplares distribuídos gratuitamente em 41 paróquias de 17 municípios da Arquidiocese de Cascavel, incluindo aqui o município de Três Barras do Paraná. Com edições bimestrais, conteúdo editorial de qualidade e ampla penetração comunitária, a revista se mostra estratégica para atingir famílias e lideranças religiosas locais, reforçando os valores da campanha junto a um público tradicional e participativo.
Internet: A utilização de portais de notícia na campanha é uma estratégia fundamental para ampliar o alcance da comunicação de forma segmentada e com credibilidade. Reconhecidos como fontes confiáveis, esses veículos digitais atraem um público fiel e engajado, que busca conteúdo relevante e atualizado, tornando-os ideais para a veiculação de mensagens institucionais que reforcem a imagem de uma gestão

transparente e comprometida com o desenvolvimento local. De acordo com o Mídia Dados 2024, a internet já representa 93% de presença entre os meios utilizados pela população, consolidando o consumo de notícias via dispositivos móveis e computadores, o que garante alcance qualificado, segmentado e mensurável em tempo real.

Nesse contexto, a campanha utilizará como veículo principal o portal Click3, se mantem constantemente atualizado e com alto engajamento com os moradores da cidade. Esse canal funciona como referência diária para informações públicas e acontecimentos do município, sendo essencial para divulgar ações, investimentos e resultados da gestão.

As redes sociais e plataformas digitais complementam a estratégia com segmentação precisa e grande capacidade de engajamento. O Brasil possui mais de 150 milhões de usuários ativos em redes como Instagram, Facebook e YouTube, com penetração média de 88% em áreas urbanas. A maior parte desse público tem entre 25 e 44 anos, sendo altamente responsivo a conteúdos em vídeo (Reels, Stories e Shorts). Seguindo essa linha, a campanha será veiculada nas redes sociais do município Facebook, Instagram e YouTube, de forma impulsionada, para trazer ainda mais alcance para a campanha.

Também será utilizado como meio próprio de divulgação da campanha, o site oficial do município, por se tratar de um canal institucional, confiável e com alcance direto junto à população local. Sua utilização fortalece a transparência e a credibilidade das informações, garantindo acesso gratuito e facilitado ao conteúdo. Além disso, permite atualizações frequentes, integração com outros canais oficiais e reforça o compromisso da administração pública com a promoção da saúde e a conscientização da comunidade.

Esta estrutura tática assegura que a campanha Outubro Rosa, mesmo com recursos otimizados, alcance de forma estratégica e sensível um amplo público. A integração de meios como rádio, TV, jornal, revista, portais de notícia e redes sociais institucionais garante uma presença multicanal eficaz, capaz de disseminar a mensagem de conscientização com amplitude e impacto. A campanha fortalece o posicionamento do Governo Municipal de Três Barras do Paraná como uma gestão humana, engajada na promoção da saúde, na valorização da vida e no cuidado com a mulher. Ao estimular o diálogo e o apoio familiar, a ação reforça o vínculo com a comunidade e promove o protagonismo social na prevenção ao câncer de mama.

Resumo do Investimento conforme item 9.1.7.2		
Tipo	Valor Total R$	Percentual %
Mídia	R$ 23.995,00	83,62
Produção	R$ 4.700,00	16,38
Total Geral:	R$ 28.695,00	100,00

PLANO DE MÍDIA - JORNAL

Veículo	Praça	Tiragem	Formato	Valor cm/col	Valor cm/col com acréscimo de cor	Outubro de 2025	Total	Valor Unitário	Valor Total
						1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex			
Jornal Correio do Povo	Laranjeiras do Sul	4.000	Peça 01: Meia Página Indeterminado, cor, 26x17cm	R$ 52,15	R$ 67,80	1	1	R$ 5.762,58	R$ 5.762,58
							Total:		R$ 5.762,58

PLANO DE MÍDIA - REVISTA

Veículo	Praça	Tiragem	Formato	Outubro de 2025	Total	Valor Unitário	Valor Total
				1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex			
Revista Nossa Senhora Aparecida	17 municípios (41 paróquias)	5.000	Peça 02: Página inteira Indeterminado, cor, 21x28cm	Ed. 263 - Setembro/Outubro de 2025	1	R$ 1.700,00	R$ 1.700,00
					Total: 1		R$ 1.700,00

Veículo	Praça	Cobertura	Programação	Formato	Outubro de 2025	Total	Valor Unitário	Valor Total
					1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex			
Rádio Cidade 104,9 Fm	Três Barras	Três Barras e região metropolitana	Rotativo - 06h às 21h	Peça 03: Spot 30"	4 5 5 5 5 5 6 4 5 5 5 5 5 5 4 5 5 5 5 5 5 4 5 5 5 5 5 5 4 5 5	150	R$ 15,00	R$ 2.250,00
Rádio Rota do Sol	Três Barras	Três Barras e mais 38 municípios	Rotativo - 07h às 19h	Peça 03: Spot 30"	4 5 5 5 5 5 5 4 5 5 5 5 5 5 4 5 5 5 5 5 5 4 5 5 5 5 5 5 4 5 5	150	R$ 25,00	R$ 3.750,00
					Total:	300		R$ 6.000,00

PLANO DE MÍDIA - PORTAL

Veículo	Praça	Abrangência	Formato	Valor Diária	Outubro de 2025	Total	Valor Total
					1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex		
Portal Click3	Três Barras do Paraná	Três Barras do Paraná e regiões metropolitanas	Peça 05: Banner topo 1300x700px	Mensal	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	31	R$ 2.500,00
Site Oficial do Município	Três Barras do Paraná	Três Barras do Paraná	Peça 04: Banner 728x90px	Orgânico	x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x x	31	R$ 0,00
					Total:	-	R$ 2.500,00

PLANO DE MÍDIA - META ADS

Tipo de Campanha	Formato	Target	Audiência potencial	Alcance Real (estimado)	Frequência média	Total de Impressões	Cliques Estimados	Cobertura	CPM R$	CPC R$	CTR	Total R$
Patrocinado Objetivo: Engajamento	Peça 06: Post 1080x1080px Peça 07: Post 1080x1350px	18+ até 65 - Mulheres e Homens (ABCD), Três Barras do Paraná	2.400	2.250	12	27.000	320	93%	37,04	3,12	1,19%	R$ 1.000,00
Patrocinado Objetivo: Engajamento	Peça 06: 1080x1350px Peça 09: Carrossel	18+ até 65 - Mulheres e Homens (ABCD), Três Barras do Paraná	2.400	2.250	12	27.000	320	93%	37,04	3,12	1,19%	R$ 1.000,00

PLANO DE MÍDIA - YOUTUBE

Tipo de Campanha	Formato	Target	Audiência potencial	Alcance Real (estimado)	Frequência média	Total de Impressões	Cliques Estimados	Cobertura	CPM R$	CPV R$	CTR	Total R$
Patrocinado Objetivo: Engajamento	Peça 10: VT 30"	18+ até 65 - Mulheres e Homens (ABCD), Paraná	2.000	1.900	18	34.200	102	95%	29,24	0,03	0,30	R$ 1.000,00

PLANO DE MÍDIA - REVISTA

Veículo	Praça	Abrangência	Expectadores em potencial	Formato	Outubro de 2025	Total	Valor Unitário	Valor Total
					1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex sáb dom seg ter qua qui sex			
TV Tarobá	Cascavel	166 municípios da região oeste	3,3 milhões	Peça 10: VT 30"	1 1 1 1	4	R$ 1.258,00	R$ 5.032,00
					Total:	4		R$ 5.032,00

02

Valores absolutos e percentuais dos investimentos alocados em veículos de divulgação, separadamente por meios.			
Mídia	Quantidade de inserções	Valor Total R$	Percentual %
Jornal	1	R$ 5.762,58	20,08
Revista	1	R$ 1.700,00	5,92
Rádio	300	R$ 6.000,00	20,91
Portal	-	R$ 2.500,00	8,72
Redes sociais	-	R$ 3.000,00	10,45
TV	4	R$ 5.032,00	17,54
Total:	-	R$ 23.995,00	83,62

Valores absolutos e percentuais alocados na produção e/ou execução técnica de cada peça para mídia			
Material	Quantidade	Valor Total	Percentual %
Produção de Spot 30 segundos, incluso trilha sonora personalizada, locução e finalização.	1	R$ 450,00	1,57
Produção de um filme de 30 segundos, incluso edição, pós-produção, áudio, cachê dos atores e entrega digital para TV.	1	R$ 3.000,00	10,45
Banco de imagens diversos, incluso 10 fotos	1	R$ 350,00	1,22
Produção fotográfica, incluso cachê dos atores, 3 horas	1	R$ 900,00	3,14
Total:	-	R$ 4.700,00	16,38

Valores extraídos da Tabela SINAPRO, com a aplicação do desconto de 50% (cinquenta por cento), para demonstrar os custos internos da agência relativos a cada peça publicitária.			
Mídia	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
a) 01 (um) layout de meia página para jornal - Peça 01	1	R$ 3.459,00	R$ 3.459,00
b) 01 (um) layout de página inteira para revista - Peça 02	1	R$ 4.960,00	R$ 4.960,00
c) 01 (um) roteiro para spot de rádio - Peça 03	1	R$ 3.390,00	R$ 3.390,00
d) 01 (um) layout de banner (site da Prefeitura) - Peça 04	1	R$ 3.401,00	R$ 3.401,00
e) 01 (um) layout de banner para internet (outros sites) - Peça 05	1	R$ 3.401,00	R$ 3.401,00
f) 02 (dois) layouts de post (jpg + texto) para Facebook - Peças 06 e 07	2	R$ 3.055,00	R$ 6.110,00

g) 01 (um) layout de post (jpg + texto) para Instagram - Peça 08	1	R$ 3.055,00	R$ 3.055,00
h) 01 (um) layout de post carrossel (jpg + texto) para Instagram - Peça 09	1	R$ 6.110,00	R$ 6.110,00
i) 01 (um) roteiro para vídeo - Peça 10	1	R$ 4.266,00	R$ 4.266,00
Total:	-		R$ 38.152,00

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR – ARTIGO 6°, INCISO XXIII, ALÍNEA "H"

11.1. Modalidade de Licitação: A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade **Concorrência**, de forma **presencial**, adotando o critério de julgamento **"Técnica e Preço"**. O preço será determinado pelo percentual de desconto aplicado sobre os valores da Tabela de Referência do SINAPRO, sendo o desconto inicial a partir de **50%.**

11.2. Pesos de Avaliação: A avaliação será realizada com a atribuição de **40% do peso à "melhor técnica"** e **60% ao "menor preço" (maior percentual de desconto),** refletindo o compromisso da Secretaria de Administração e Planejamento em equilibrar economicidade e qualidade técnica. O peso de 40% para a técnica permite que a Administração identifique, entre os concorrentes, a proposta que melhor atenderá aos desafios técnicos do contrato, garantindo a execução eficiente e alinhada às necessidades do objeto licitado.

11.3. Justificativa do Critério "Técnica e Preço": A escolha do critério "técnica e preço" baseia-se em fatores que reforçam sua pertinência para a presente contratação:

a) O valor estimado para o certame funciona como limitador do escopo de atuação publicitária, exigindo uma execução eficiente e técnica refinada;

b) A adequada execução contratual requer um nível elevado de qualificação técnica da agência a ser contratada, assegurando o alinhamento aos objetivos do Município e a entrega de resultados satisfatórios.

11.4. Proposta Técnica - Importância: Em uma licitação do tipo "técnica e preço", como no caso presente, as **Propostas Técnicas** desempenham um papel central no processo de seleção. Por meio delas, as agências demonstram sua capacidade técnica e expertise, elementos essenciais para atender às demandas específicas de comunicação do Município.

11.4.1. A Lei nº 12.232/2010, em seu **art. 60, inciso IX**, determina que as licitantes apresentem Planos de Comunicação Publicitária padronizados quanto ao formato, fontes, espaçamento e outros aspectos. Além disso, conforme o **art. 60, inciso IV**, os planos devem ser apócrifos garantindo maior imparcialidade no julgamento, ao impedir que a reputação de mercado da licitante influencie indevidamente o processo de avaliação.

11.4.2. Transparência no Julgamento: Para assegurar maior objetividade na análise das Propostas Técnicas e possibilitar um controle mais efetivo por órgãos de fiscalização e concorrentes, a metodologia de julgamento exige a elaboração de justificativas escritas para as pontuações atribuídas. Isso está em conformidade com os incisos IV e VI do §4º do art. 11 da Lei nº 12.232/2010.

11.4.3. Estrutura da Proposta Técnica: As Propostas Técnicas deverão ser apresentadas em 03 (três) invólucros separados**, conforme descrito abaixo:**

- **Invólucro 1:** Via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- **Invólucro 2:** Via identificada do Plano de Comunicação Publicitária.
- **Invólucro 3:** Informações adicionais, incluindo capacidade de atendimento, repertório e relatos de soluções para problemas de comunicação.

11.4.4. As propostas deverão ser redigidas em português, exceto por expressões técnicas de uso comum, sem emendas ou rasuras, e obedecendo ao padrão estabelecido pelo edital.

11.4.5. Plano de Comunicação Publicitária: O Plano de Comunicação Publicitária, baseado nas informações do briefing, deverá ser apresentado em duas vias: uma identificada e outra não identificada. Seu formato deve obedecer ao seguinte padrão:

- **Caderno único:** Encadernado com espiral preto, capa preta em polipropileno liso e contracapa em papel branco 90g/cm², demais folhas em papel branco 75g/cm²).
- **Margens:** 3 cm à esquerda e na parte superior, 2 cm à direita e na parte inferior.
- **Fonte:** Arial, tamanho 12, cor preta, estilo normal.

Além disso, o conteúdo do Plano deve englobar:

- **Raciocínio básico:** Diagnóstico das necessidades de comunicação, análise do ***briefing*** e identificação dos desafios. (Máximo de 2 laudas, 30 linhas por página).
- **Estratégia de Comunicação Publicitária:** Proposta detalhada das estratégias para alcançar os objetivos definidos. (Máximo de 4 laudas).
- **Plano de Mídia e Não Mídia:** Detalhamento técnico, com referência aos valores previstos na tabela do SINAPRO e a verba estipulada de R$ 30.000,00.

11.4.6. Critérios de Avaliação e Pontuação: A pontuação da proposta técnica será distribuída da seguinte forma:

11.4.6.1. A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de setenta pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

11.4.6.1.1. Plano de Comunicação – Nota Máxima = 25 (vinte e cinco) pontos:

11.4.6.1.1.1. Raciocínio Básico: Acuidade de compreensão. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos

a) Características da contratante significativas para a comunicação publicitária;

b) Natureza, extensão e qualidade das relações da contratante com o seu público;

b) Papel da contratante na área social, política e econômica.

11.4.6.1.1.2. Estratégia de Comunicação Publicitária. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos.

a) Adequação do conceito e do tema proposto à natureza, qualificação e ao problema de comunicação da contratante;

b) Consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em sua defesa;

c) Capacidade evidenciada de despertar novas relações com o público-alvo e ampliar esse desdobramento positivo para a comunicação do contratante com a sociedade.

11.4.6.1.1.3. Ideia Criativa: Nota Máxima = 10 (dez) pontos

a) Adequação ao problema específico de comunicação;

b) Multiplicidade de interpretações pertinentes aos objetivos estratégicos traçados;

c) Cobertura do público-alvo através destas interpretações;

d) Originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

e) Simplicidade da forma sobre a qual se apresenta;

f) Pertinência às atividades da contratante e à sua inserção na sociedade;

g) Coesão dos desdobramentos comunicativos, conforme demonstração nas peças apresentadas;

h) Adequação da ideia criativa, ou seja, a linguagem das peças interagindo de maneira uniforme com os meios propostos.

11.4.6.1.1.4. Estratégia de Mídia. Nota Máxima = 5 (cinco) pontos Adequação da mídia escolhida ao objeto de comunicação proposto;

a) Adequação da linguagem do anúncio ao veículo escolhido;

b) Conhecimento dos hábitos de comunicação do público-alvo, adequando os aos meios, conforme objetivos estratégicos planejados;

c) Consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores;

d) Economia na aplicação da verba destinada;

e) Otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

11.4.6.1.2. Capacidade de Atendimento. Nota Máxima = 15 (quinze) pontos;

11.4.6.1.2.1. Curriculum resumido, com qualificação e quantificação dos profissionais, 03 (três) pontos:

a) A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato;

b) Sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas na execução do contrato, inclusive prazos a serem cumpridos para a criação da campanha e elaboração do plano de mídia;

c) Segurança técnica e operacional nos procedimentos contidos na proposta.

11.4.6.1.2.2. Repertório. Nota Máxima = 04 (quatro) pontos

a) A ideia criativa e sua pertinência;

b) A clareza da exposição;

c) A qualidade da execução e do acabamento.

11.4.6.1.2.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação. Nota Máxima = 05 (cinco) pontos;

a) A concatenação lógica da exposição;

b) A evidência de planejamento publicitário;

c) A consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;

d) A relevância dos resultados apresentados.

11.4.6.1.2.4. Sistemática de Atendimento – nota máxima = 03 pontos.

a) nesse quesito, obterá 3 (três) pontos a licitante que discriminar:

a.1) para a criação de peça avulsa, prazo igual ou inferior a 02 (dois) dias;

a.2) para a criação de campanha, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias;

a.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo igual ou inferior a 03 (três) dias.

b) obterá 2 (dois) pontos a licitante que discriminar:

b.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 03 (três) e 05 (cinco) dias;

b.2) para a criação de campanha, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias;

b.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 04 (quatro) e 06 (seis) dias.

c) obterá 1 (um) ponto a licitante que discriminar:

c.1) para a criação de peça avulsa, prazo entre 06 (seis) e 10 (dez) dias;

c.2) para a criação de campanha, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias;

c.3) para a elaboração de plano de mídia, prazo entre 07 (sete) e 10 (dez) dias.

d) obterá nota zero a licitante que discriminar prazos superiores a 10 (dez) dias.

11.4.6.2. A nota final será a soma das pontuações dos quesitos, calculada com base na média aritmética das avaliações dos membros da Subcomissão Técnica.

11.4.7. Exigências Complementares: Conforme o inciso X do art. 60 da Lei nº 12.232/2010, as peças do repertório devem ter sido implementadas nos últimos 5 anos, garantindo que as propostas reflitam as capacidades técnicas atuais das agências concorrentes.

11.5. Critério de Julgamento – PREÇO (maior percentual de desconto) – Peso 60%:

11.5.1. Para a **Proposta de Preços**, deverão ser observadas as práticas de mercado, conforme estabelecido no inciso V do art. 60 da Lei nº 12.232/2010.

11.5.2. A proposta comercial deve incluir os descontos oferecidos pelos licitantes, abrangendo:

- Custos internos da agência.
- Honorários cobrados do contratante, relativos à produção de peças e materiais cuja confecção ou distribuição não proporcione à licitante o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros.

11.5.3. A nota da Proposta de Preços (percentual de desconto) para o processo de seleção será limitada ao máximo de 60 (sessenta) pontos, ou seja, terá peso igual a 60 (sessenta), apurada conforme a metodologia a seguir

11.5.4. A proposta comercial deverá conter, sob pena de desclassificação:

11.5.4.1. O desconto sobre os custos internos de produção da própria licitante, apurado em relação à tabela vigente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná (SINAPRO-PR), em conformidade com o inciso XXI do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

Tabela 02: Percentual de Desconto sobre os Custos Internos (SINAPRO-PR)

Desconto Sobre o preço da Tabela SINAPRO	PONTOS
50%	0
51%	1
52%	2
53%	3
54%	4
55%	5
56%	6
57%	7
58%	8
59%	9
60%	10
61%	11
62%	12
63%	13
64%	15
65%	17
66%	19
67%	21
68%	23
69%	26
70%	30

Tabela 03: O desconto a ser concedido na remuneração de 20% (vinte por cento) sobre a contratação de serviços de terceiros no processo de produção.

Desconto sobre o percentual de comissão	PONTOS	% Comissão
0%	0	20%
5%	2	19%

10%	4	18%
15%	6	17%
20%	9	16%
25%	12	15%
30%	15	14%
35%	18	13%
40%	21	12%
45%	25	11%
50%	30	10%

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2025

PLANILHA DE APURAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1.Plano de Comunicação Publicitária – Nota Máxima = 25 pontos

Avaliador: Elisangela L. Alcântara

Licitante: _____

Agência: 01
(nesse caso, de análise das vias não identificadas, colocar Agência 1, Agência 2)

Nota máxima possível 25 pontos, será avaliado conforme os critérios abaixo:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
1. Raciocínio Básico Nota máxima: 05 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 22
a) a acuidade demonstrada na análise das características e especificidades do Município de Três Barras do Paraná e do contexto de sua atuação (Máximo 05 pontos)	0,4
Justificativa: Faltou mais conteúdo comércio, sobre o município.	
b) a pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentados em relação às necessidades de comunicação publicitária identificadas (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: A estratégia de mais envolvimento dos homens não ficou muito claro no rito do conteúdo.	
c) a assertividade demonstrada na análise dos desafios de comunicação a serem superados pelo Município de Três Barras do Paraná e no entendimento dos objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing* (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: Aqui observa-se que a tentativa de mais engajamento não dialoguem com mais eficácia o homem em questão.	
2. Estratégia de Comunicação Publicitária Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 3.3
a) a adequação do conceito e do tema proposto à natureza, às atividades, aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 05 pontos)	0,3
Justificativa: Na estratégia não condiz com os pilares ~~que~~ ali apresentados, principalmente na questão de engajamento masculino.	
b) a consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do conceito, do tema e da estratégia apresentada. (Máximo 05 pontos)	0,8
Justificativa:	

Não ficou clara a estratégia de engajamento masculino. Faltou mais nos pilares	
c) as possibilidades de interpretações positivas do conceito proposto para a comunicação publicitária do Município de Três Barras do Paraná com o seu público. (Máximo 05 pontos)	1.00
Justificativa: O objetivo que é o outubro Rosa, fica claro, mas. o conceito apresentado não.	
d) a consistência técnica dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária proposta. (Máximo 05 pontos)	0,7
Justificativa: Na parte técnica ainda não ficou muito claro nos pilares. Apenas o nome do projeto "outubro Rosa"	
e) a capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre o Município de Três Barras do Paraná, os desafios e os objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing*. (Máximo 05 pontos)	0,5
Justificativa: Não encontrei muitos dados explicativos relacionado para o objetivo, de proposta em questão	
3. Ideia Criativa Nota máxima: 10 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 3,7
a) o alinhamento e a adequação da solução criativa com a Estratégia de Comunicação Publicitária proposta (Máximo 10 pontos)	0,2
Justificativa: Não há uma estratégia de ordem na composição nas informações mínimas.	
b) a adequação das peças e materiais publicitários apresentados aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 10 pontos)	0,2
Justificativa: O conceito apresentado e os pilares não comunica, o desenho não é agradável, má distribuição em alinhamento.	
c) a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta (Máximo 10 pontos)	0,4
Justificativa: Não deixou muito claro, visualmente o conceito público homem não ficou claro.	
d) a cobertura do público-alvo através destas interpretações (Máximo 10 pontos)	0,5
Justificativa: Conceito do campanha deixa claro as mulheres, mas. o diferencial apresentado masculino não conclui.	
e) a originalidade da combinação dos elementos que a constituem (Máximo 10 pontos)	0,3

Justificativa:	
Muito básico, sem contrastes relacionados a design e conteúdo escrito.	
f) a simplicidade da forma com a qual se apresenta (Máximo 10 pontos)	0,3
Justificativa:	
Não é objetivo seu layout é muito infantil. e blocos de texto.	
g) a pertinência da solução criativa às atividades do Município de Três Barras do Paraná e à sua inserção nos contextos social, político e econômico (Máximo 10 pontos).	0,2
Justificativa:	
Os peças são vagos e não seguem uma linha de abrangência na comunidade.	
h) a coesão dos desdobramentos comunicativos entre as peças publicitárias apresentadas (Máximo 10 pontos)	0,7
Justificativa:	
Visualmente não existe um padrão estético nas peças, são confusas e poluídas.	
i) a compatibilidade e a adequação das peças publicitárias com os meios e veículos de divulgação a que se destinam (Máximo 10 pontos)	0,9
Justificativa:	
Para o objetivo da campanha estão alinhados com os meios de comunicação.	
4. Estratégia de Mídia e Não Mídia Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 2.0
a) a consistência técnica demonstrada na proposição e na defesa da estratégia, das táticas e do plano de mídia (Máximo 05 pontos)	0,3
Justificativa:	
Assim como a impressos e posts, não existe uma relação	
b) o conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação do público-alvo da campanha, adequando-os aos meios, conforme os objetivos estratégicos. (Máximo 05 pontos)	0,5
Justificativa:	
Em relação a mídias é compreensível, mas o conteúdo é vago.	
c) a consistência demonstrada no uso de recursos de comunicação próprios do Município de Três Barras do Paraná. (Máximo 05 pontos)	0,2
Justificativa:	
É vago o conceito.	
d) o grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba referencial para investimento, demonstrados na simulação do plano de mídia. (Máximo 05 pontos)	1.0

Justificativa:
Orçamentos são claros, e valores são genéricos e variáveis.

NOTA DO PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA	NOTA: 1/2

01

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2025

PLANILHA DE APURAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1.Plano de Comunicação Publicitária – Nota Máxima = 25 pontos

Avaliador: Silvia Christina Franz Soraes

Licitante: 01

Agência: _____
(nesse caso, de análise das vias não identificadas, colocar Agência 1, Agência 2)

Nota máxima possível 25 pontos, será avaliado conforme os critérios abaixo:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
1. Raciocínio Básico Nota máxima: 05 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 2,7
a) a acuidade demonstrada na análise das características e especificidades do Município de Três Barras do Paraná e do contexto de sua atuação (Máximo 05 pontos)	0,3
Justificativa: Poucas informações sobre dados no município, número da doença, fatores de Risco e a abrangência, somente mulheres da área urbana?	
b) a pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentados em relação às necessidades de comunicação publicitária identificadas (Máximo 05 pontos)	1.5
Justificativa: Bem pertinente a idéia de engajar os homens na luta e combate do câncer de mama.	
c) a assertividade demonstrada na análise dos desafios de comunicação a serem superados pelo Município de Três Barras do Paraná e no entendimento dos objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing* (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: no Raciocínio básico foi muito pertinente envolver o homem na luta contra o câncer, mas na execução do briefing o homem não ficou bem colocado.	
2. Estratégia de Comunicação Publicitária Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 3,2
a) a adequação do conceito e do tema proposto à natureza, às atividades, aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 05 pontos)	0,5
Justificativa: Envolver o homem é interessante, mas não ficou legal no briefing	
b) a consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do conceito, do tema e da estratégia apresentada. (Máximo 05 pontos)	0,8
Justificativa: A idéia de envolver o público masculino é	

01

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

boa, porém não é suficiente.	
c) as possibilidades de interpretações positivas do conceito proposto para a comunicação publicitária do Município de Três Barras do Paraná com o seu público. (Máximo 05 pontos)	0,6
Justificativa: Acredito que a ideia envolver os homens seja positiva, porém daria p/ envolver a família. As interpretações positivas seriam melhores.	
d) a consistência técnica dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária proposta. (Máximo 05 pontos)	0,8
Justificativa: Conscientização e engajamento são básicos e não estratégias.	
e) a capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre o Município de Três Barras do Paraná, os desafios e os objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing*. (Máximo 05 pontos)	0,5
Justificativa: Informações genéricas, faltar dados locais	
3. Ideia Criativa Nota máxima: 10 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 3,0
a) o alinhamento e a adequação da solução criativa com a Estratégia de Comunicação Publicitária proposta (Máximo 10 pontos)	0,2
Justificativa: Faltou alinhar, justificar o texto da peça. Muito texto na mesma fonte.	
b) a adequação das peças e materiais publicitários apresentados aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 10 pontos)	0,2
Justificativa: Layout muito batido. Sem novidade, sem nada que chame atenção	
c) a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta (Máximo 10 pontos)	0,9
Justificativa: não alcança o objetivo, alcança também os homens. Pelo material não chama atenção desse públicos	
d) a cobertura do público-alvo através destas interpretações (Máximo 10 pontos)	0,4
Justificativa: Acredito que somente a participação dos homens não é suficiente p/ cobertura do público alvo.	
e) a originalidade da combinação dos elementos que a constituem (Máximo 10 pontos)	0,2

01

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FELIÃO

Justificativa: Layout muito clichê. Pouca originalidade	
f) a simplicidade da forma com a qual se apresenta (Máximo 10 pontos)	0,2
Justificativa: muito texto com a mesma fonte.	
g) a pertinência da solução criativa às atividades do Município de Três Barras do Paraná e à sua inserção nos contextos social, político e econômico (Máximo 10 pontos).	0,3
Justificativa: Falta conexão com a Realidade local. Imagens com personagens muito diferentes das pessoas.	
h) a coesão dos desdobramentos comunicativos entre as peças publicitárias apresentadas (Máximo 10 pontos)	0,2
Justificativa: Falta padrão.	
i) a compatibilidade e a adequação das peças publicitárias com os meios e veículos de divulgação a que se destinam (Máximo 10 pontos)	0,4
Justificativa: Sim estão compatíveis	
4. Estratégia de Mídia e Não Mídia Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 2,5
a) a consistência técnica demonstrada na proposição e na defesa da estratégia, das táticas e do plano de mídia (Máximo 05 pontos)	0,4
Justificativa: Falta maior participação do publico masculino apontado como estratégia.	
b) o conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação do público-alvo da campanha, adequando-os aos meios, conforme os objetivos estratégicos. (Máximo 05 pontos)	0,5
Justificativa: Sim	
c) a consistência demonstrada no uso de recursos de comunicação próprios do Município de Três Barras do Paraná. (Máximo 05 pontos)	0,5
Justificativa: muito vacanamento, tradicional, como propaganda. Cara de propaganda não cria conexão.	
d) o grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba referencial para investimento, demonstrados na simulação do plano de mídia. (Máximo 05 pontos)	1,1

01

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FELIÃO

Justificativa: Acessível ao município

NOTA DO PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA	NOTA: 114

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2025

PLANILHA DE APURAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1.Plano de Comunicação Publicitária – Nota Máxima = 25 pontos

Avaliador: Rafael m. de O -

Licitante: 02
(nesse caso, de análise das vias não identificadas, colocar Agência 1, Agência 2)

Nota máxima possível 25 pontos, será avaliado conforme os critérios abaixo:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
1. Raciocínio Básico Nota máxima: 05 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 2.6
a) a acuidade demonstrada na análise das características e especificidades do Município de Três Barras do Paraná e do contexto de sua atuação (Máximo 05 pontos)	0.3
Justificativa: falto analise geral sobre o conteúdo, falto de estudos os numeros de casos do município. falto de divergências para outros departamentos	
b) a pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentados em relação às necessidades de comunicação publicitária identificadas (Máximo 05 pontos)	1.2
Justificativa: o proposto de envolver o homem foi bem direcionado ao incentivo no luto contra o cancer.	
c) a assertividade demonstrada na análise dos desafios de comunicação a serem superados pelo Município de Três Barras do Paraná e no entendimento dos objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing* (Máximo 05 pontos)	1.1
Justificativa: no raciocinio basico. o envolvimento do homem é pertinente mas no briefin não é claramente demonstrado.	
2. Estratégia de Comunicação Publicitária Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 3.6
a) a adequação do conceito e do tema proposto à natureza, às atividades, aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 05 pontos)	0.8
Justificativa: a pessoa que propôs a estratégia de comunicação não alinhou com a criação dos peças pois não condiz com o que está apresentado nas peças vagas.	
b) a consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do conceito, do tema e da estratégia apresentada. (Máximo 05 pontos) a estratégia de envolvimento do	0.6.
Justificativa: homem pode alcançar o grau de todo, no questão de família, como a dade e demais formas.	

c) as possibilidades de interpretações positivas do conceito proposto para a comunicação publicitária do Município de Três Barras do Paraná com o seu público. (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: O objetivo do comercio é claro, mas poderia abranger outros departamentos e repartições publicas não tem consistência	
d) a consistência técnica dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária proposta. (Máximo 05 pontos)	0:6
Justificativa: O objetivo deixou claro a questão do outubro rosa, positivo. mas o conceito de apresentação	
e) a capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre o Município de Três Barras do Paraná, os desafios e os objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing*. (Máximo 05 pontos)	0.7
Justificativa: falta de informação sobre dados dos assuntos referente ao município	
3. Ideia Criativa Nota máxima: 10 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 2.4
a) o alinhamento e a adequação da solução criativa com a Estratégia de Comunicação Publicitária proposta (Máximo 10 pontos)	0.1
Justificativa: Sem alinhamento, muito informações desnecessárias.	
b) a adequação das peças e materiais publicitários apresentados aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 10 pontos)	0 3.
Justificativa: não achei as peças adequadas a apresentação. Estão desalinhadas, fontes inadequadas;.	
c) a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta (Máximo 10 pontos)	0 3
Justificativa: demonstro uma interpretação de apoio ao Cancer e o apoio positivo do Homem.	
d) a cobertura do público-alvo através destas interpretações (Máximo 10 pontos)	0.2
Justificativa: A apresentação apresentada demonstra que a mulher só necessita do apoio masculino. e ele necessita porque se conscientiza.	
e) a originalidade da combinação dos elementos que a constituem (Máximo 10 pontos)	01

Justificativa:	
sem originalidade. sem charme.	
f) a simplicidade da forma com a qual se apresenta (Máximo 10 pontos)	03
Justificativa:	
bem simples, muito texto nas peças.	
g) a pertinência da solução criativa às atividades do Município de Três Barras do Paraná e à sua inserção nos contextos social, político e econômico (Máximo 10 pontos).	02
Justificativa:	
não condiz com a realidade do município	
h) a coesão dos desdobramentos comunicativos entre as peças publicitárias apresentadas (Máximo 10 pontos)	01
Justificativa:	
sem um padrão de segmentos.	
i) a compatibilidade e a adequação das peças publicitárias com os meios e veículos de divulgação a que se destinam (Máximo 10 pontos)	08
Justificativa:	
tem compatibilidade com a proposta descrita.	
4. Estratégia de Mídia e Não Mídia Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 21
a) a consistência técnica demonstrada na proposição e na defesa da estratégia, das táticas e do plano de mídia (Máximo 05 pontos)	03
Justificativa:	
não demonstra o que foi proposto, falta o apoio do marketing a merecido.	
b) o conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação do público-alvo da campanha, adequando-os aos meios, conforme os objetivos estratégicos. (Máximo 05 pontos)	03
Justificativa:	
o objetivo está desalinhado.	
c) a consistência demonstrada no uso de recursos de comunicação próprios do Município de Três Barras do Paraná. (Máximo 05 pontos)	05
Justificativa:	
não tem consistência, não segue a atenção do evento.	
d) o grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba referencial para investimento, demonstrados na simulação do plano de mídia. (Máximo 05 pontos) ponto acessível e bem localizado	10

Justificativa:

NOTA DO PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA	NOTA: 107

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2025

PLANILHA DE APURAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1.Plano de Comunicação Publicitária – Nota Máxima = 25 pontos

Avaliador: Rafaela M. de O.

Licitante: 02

Agência: _____
(nesse caso, de análise das vias não identificadas, colocar Agência 1, Agência 2)

Nota máxima possível 25 pontos, será avaliado conforme os critérios abaixo:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
1. Raciocínio Básico Nota máxima: 05 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 3,5.
a) a acuidade demonstrada na análise das características e especificidades do Município de Três Barras do Paraná e do contexto de sua atuação (Máximo 05 pontos)	1.2
Justificativa: O raciocínio básico demostra abrangência em informações e idéias. maior clareza na explicação	
b) a pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentados em relação às necessidades de comunicação publicitária identificadas (Máximo 05 pontos)	1.2
Justificativa: proposto positivo de envolvimento e apoio da família mãe/Pai/marido. abrange varias formas claras de apoio, percepção e incentivo ao cuidado.	
c) a assertividade demonstrada na análise dos desafios de comunicação a serem superados pelo Município de Três Barras do Paraná e no entendimento dos objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing* (Máximo 05 pontos)	1.1
Justificativa: Claro raciocínio, tanto no roteiro escrito como no briefing são demonstrados a forma no qual é proposto.	
2. Estratégia de Comunicação Publicitária Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 5.0
a) a adequação do conceito e do tema proposto à natureza, às atividades, aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 05 pontos)	1.5
Justificativa: forma clara e objetiva sobre o tema proposta.	
b) a consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do conceito, do tema e da estratégia apresentada. (Máximo 05 pontos)	1.0
Justificativa: ótimo ideia proposta em ter essa rede de apoio	

c) as possibilidades de interpretações positivas do conceito proposto para a comunicação publicitária do Município de Três Barras do Paraná com o seu público. (Máximo 05 pontos)	1.4
Justificativa: forma clara de capacidade de entendimento a esse aspecto técnico apresentado. as informações e a forma de engajamento coletivo em favorecer a luta certo e concen.	
d) a consistência técnica dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária proposta. (Máximo 05 pontos)	07
Justificativa: bem destacado.	
e) a capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre o Município de Três Barras do Paraná, os desafios e os objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing*. (Máximo 05 pontos)	04
Justificativa: o raciocio apresentado demonstro algo clichê.	
3. Ideia Criativa Nota máxima: 10 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 8.3
a) o alinhamento e a adequação da solução criativa com a Estratégia de Comunicação Publicitária proposta (Máximo 10 pontos)	09
Justificativa: bem alinhado. claro e objetivo	
b) a adequação das peças e materiais publicitários apresentados aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 10 pontos)	08
Justificativa: com um padrão de segmentos nos enunciados	
c) a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta (Máximo 10 pontos)	10
Justificativa: forma abrangente em uma rede de apoio envolvendo todos e a comunidade em um todo.	
d) a cobertura do público-alvo através destas interpretações (Máximo 10 pontos)	07
Justificativa: forma abrangente e clara, pontos positivos	
e) a originalidade da combinação dos elementos que a constituem (Máximo 10 pontos)	10

Justificativa:	
forma original não trabalha apenas do tema mas da rede de apoio emocional.	
f) a simplicidade da forma com a qual se apresenta (Máximo 10 pontos)	09
Justificativa:	
simples e claro sobre a forma apresentada de cada peça.	
g) a pertinência da solução criativa às atividades do Município de Três Barras do Paraná e à sua inserção nos contextos social, político e econômico (Máximo 10 pontos).	10
Justificativa:	
Um trabalho que abrange toda comunidade para a conscientização.	
h) a coesão dos desdobramentos comunicativos entre as peças publicitárias apresentadas (Máximo 10 pontos)	10
Justificativa:	
Seguem um padrão de cores e imagem. os propostos não segmentados.	
i) a compatibilidade e a adequação das peças publicitárias com os meios e veículos de divulgação a que se destinam (Máximo 10 pontos)	10
Justificativa:	
tem compatibilidade como foi proposto e atingi os publicos específicos.	
4. Estratégia de Mídia e Não Mídia Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 26
a) a consistência técnica demonstrada na proposição e na defesa da estratégia, das táticas e do plano de mídia (Máximo 05 pontos)	05
Justificativa:	
ponto claro ao que está proposto.	
b) o conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação do público-alvo da campanha, adequando-os aos meios, conforme os objetivos estratégicos. (Máximo 05 pontos)	05
Justificativa:	
ponto positivo a realidade.	
c) a consistência demonstrada no uso de recursos de comunicação próprios do Município de Três Barras do Paraná. (Máximo 05 pontos)	06
Justificativa:	
forma simples mais objetiva.	
d) o grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba referencial para investimento, demonstrados na simulação do plano de mídia. (Máximo 05 pontos) ponto acessível e real.	10

Justificativa:

NOTA DO PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA	NOTA: 194

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FELIÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2025

PLANILHA DE APURAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1.Plano de Comunicação Publicitária – Nota Máxima = 25 pontos

Avaliador: Elisangela Fe. Alcântara.

Licitante: 02

(nesse caso, de análise das vias não identificadas, colocar Agência 1, Agência 2)

Nota máxima possível 25 pontos, será avaliado conforme os critérios abaixo:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
1. Raciocínio Básico Nota máxima: 05 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 3.9
a) a acuidade demonstrada na análise das características e especificidades do Município de Três Barras do Paraná e do contexto de sua atuação (Máximo 05 pontos)	1.00
Justificativa: Informações conclusivas, estudo do município deixando claro e entendido o raciocínio do projeto.	
b) a pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentados em relação às necessidades de comunicação publicitária identificadas (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: Ficou claro a comunicação com todos os Aspectos familiares e região Abrangente do município.	
c) a assertividade demonstrada na análise dos desafios de comunicação a serem superados pelo Município de Três Barras do Paraná e no entendimento dos objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing* (Máximo 05 pontos)	2.0
Justificativa: O projeto disse claro a conclusão inicial e final. proposta pela mesma a necessidade de compatibilo.	
2. Estratégia de Comunicação Publicitária Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 5.
a) a adequação do conceito e do tema proposto à natureza, às atividades, aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 05 pontos)	1,5
Justificativa: Conceito e execução clara e objetivo	
b) a consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do conceito, do tema e da estratégia apresentada. (Máximo 05 pontos)	1.00
Justificativa:	

Ficou clara o objetivo proposto, em relação o que foi proposto, o engajamento familiar	
c) as possibilidades de interpretações positivas do conceito proposto para a comunicação publicitária do Município de Três Barras do Paraná com o seu público. (Máximo 05 pontos)	0,7
Justificativa: Mesmo fugindo do obvio, disse claro o conceito da campanha.	
d) a consistência técnica dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária proposta. (Máximo 05 pontos)	1,0
Justificativa: muito bem destacado e objetivos, facil compreensão. e segue a proposta inicial apresentada.	
e) a capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre o Município de Três Barras do Paraná, os desafios e os objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing*. (Máximo 05 pontos)	0,8
Justificativa: Muito claro, fácil de compreensão sobre conhecimento. Regional. estrategia e objetivo. o conceito e proposta	
3. Ideia Criativa Nota máxima: 10 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 9.1
a) o alinhamento e a adequação da solução criativa com a Estratégia de Comunicação Publicitária proposta (Máximo 10 pontos)	1.0
Justificativa: Explicou um conceito estrategia na elaboração de peça em relação ao objetivo do cliente e do campanha.	
b) a adequação das peças e materiais publicitários apresentados aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 10 pontos)	0,9
Justificativa: Cumpri com o serviço executado, alinhamentos e visual, seguem uma linha de composição visual.	
c) a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta (Máximo 10 pontos)	0,9
Justificativa: A campanha proporciona um amplo engajamento social. elementos fortes e presentes nas peças.	
d) a cobertura do público-alvo através destas interpretações (Máximo 10 pontos)	0,7
Justificativa: Deixou clara nos layout, o conceito apresentado inicial. alinhamentos e clareza na leitura fonte.	
e) a originalidade da combinação dos elementos que a constituem (Máximo 10 pontos)	1.0

Justificativa: Ótima proporção de espaços, facilita a leitura. Principalmente ao telespectador.	
f) a simplicidade da forma com a qual se apresenta (Máximo 10 pontos)	0,7
Justificativa: Objetivo e proporcional.	
g) a pertinência da solução criativa às atividades do Município de Três Barras do Paraná e à sua inserção nos contextos social, político e econômico (Máximo 10 pontos).	0,9
Justificativa: As peças tem uma excelente composição e adequação, se comunicam entre si.	
h) a coesão dos desdobramentos comunicativos entre as peças publicitárias apresentadas (Máximo 10 pontos)	1.00
Justificativa: Muito bem dentro do padrão de design gráfico.	
i) a compatibilidade e a adequação das peças publicitárias com os meios e veículos de divulgação a que se destinam (Máximo 10 pontos)	1.0
Justificativa: Segue fielmente a linha de pensamento visual.	
4. Estratégia de Mídia e Não Mídia Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 3.8
a) a consistência técnica demonstrada na proposição e na defesa da estratégia, das táticas e do plano de mídia (Máximo 05 pontos)	1.0
Justificativa: Seguem uma linha nas duas vertentes.	
b) o conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação do público-alvo da campanha, adequando-os aos meios, conforme os objetivos estratégicos. (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: Sim cumpre o objetivo.	
c) a consistência demonstrada no uso de recursos de comunicação próprios do Município de Três Barras do Paraná. (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: Ficou claro o objetivo nas sequências das peças	
d) o grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba referencial para investimento, demonstrados na simulação do plano de mídia. (Máximo 05 pontos)	1.00

Justificativa:
Valores e tabelas bem executados. Orçamentos são variáveis.

NOTA DO PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA	NOTA: 7,8

02

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2025

PLANILHA DE APURAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1.Plano de Comunicação Publicitária – Nota Máxima = 25 pontos

Avaliador: Silvia Christina Frare Soares

Licitante: 02
(nesse caso, de análise das vias não identificadas, colocar Agência 1, Agência 2)

Nota máxima possível 25 pontos, será avaliado conforme os critérios abaixo:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
1. Raciocínio Básico Nota máxima: 05 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 3,7
a) a acuidade demonstrada na análise das características e especificidades do Município de Três Barras do Paraná e do contexto de sua atuação (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: Informações sobre os números da doença no município e abrangência das mulheres.	
b) a pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentados em relação às necessidades de comunicação publicitária identificadas (Máximo 05 pontos)	1,3
Justificativa: Comporta abrange toda a população, não só as mulheres. Promovendo engajamento da Sociedade	
c) a assertividade demonstrada na análise dos desafios de comunicação a serem superados pelo Município de Três Barras do Paraná e no entendimento dos objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing* (Máximo 05 pontos)	1,5
Justificativa: Da forma proposta no Raciocínio básico pode-se ter um briefing que atinga toda a população - imagens família, homens, todos envolvidos.	
2. Estratégia de Comunicação Publicitária Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 4,4
a) a adequação do conceito e do tema proposto à natureza, às atividades, aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 05 pontos)	1,0
Justificativa: Envolvimento da comunidade - família, filhos, marido, foi bem adequado.	
b) a consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do conceito, do tema e da estratégia apresentada. (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: Bem pertinente não focar apenas na mulher	

c) as possibilidades de interpretações positivas do conceito proposto para a comunicação publicitária do Município de Três Barras do Paraná com o seu público. (Máximo 05 pontos)	1,0
Justificativa: Quando se envolve toda uma comunidade em uma campanha, a interpretação será positiva.	
d) a consistência técnica dos pontos centrais da Estratégia de Comunicação Publicitária proposta. (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: Informação e engajamento coletivo fortalecem o objetivo da campanha	
e) a capacidade da licitante de articular os conhecimentos sobre o Município de Três Barras do Paraná, os desafios e os objetivos de comunicação estabelecidos no *Briefing*. (Máximo 05 pontos)	0,6
Justificativa: Traz dados locais que são importantes.	
3. Ideia Criativa Nota máxima: 10 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 6,6
a) o alinhamento e a adequação da solução criativa com a Estratégia de Comunicação Publicitária proposta (Máximo 10 pontos)	0,8
Justificativa: Alinhamento, Tamanhos diferentes, Cores e fonte chamam bastante a atenção p/ a mensagem	
b) a adequação das peças e materiais publicitários apresentados aos desafios e aos objetivos de comunicação do Município de Três Barras do Paraná (Máximo 10 pontos)	1,0
Justificativa: Layout diferenciado envolvendo cores diferentes da padrão.	
c) a multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta (Máximo 10 pontos)	1,0
Justificativa: muitas pessoas identificadas, as peças envolvem homens, mulheres, crianças. atinge o coletivo	
d) a cobertura do público-alvo através destas interpretações (Máximo 10 pontos)	0,5
Justificativa: Boa cobertura, pq a família envolvida na luta, motiva as mulheres a se cuidarem.	
e) a originalidade da combinação dos elementos que a constituem (Máximo 10 pontos)	0,5

02

Justificativa:	
Cores originais, personagens semelhantes a pessoas Reais.	
f) a simplicidade da forma com a qual se apresenta (Máximo 10 pontos)	0,6
Justificativa: objetivo.	
g) a pertinência da solução criativa às atividades do Município de Três Barras do Paraná e à sua inserção nos contextos social, político e econômico (Máximo 10 pontos).	0,8
Justificativa: Envolve toda Comunidade nos materiais, não apenas as mulheres.	
h) a coesão dos desdobramentos comunicativos entre as peças publicitárias apresentadas (Máximo 10 pontos)	0,9
Justificativa: Tem constância e seguimento de uma peça p/ outra. Conexão. Padrão.	
i) a compatibilidade e a adequação das peças publicitárias com os meios e veículos de divulgação a que se destinam (Máximo 10 pontos)	0,5
Justificativa: Compatíveis com os veículos.	
4. Estratégia de Mídia e Não Mídia Nota máxima: 5 pontos (MÉDIA)	MÉDIA: 3,5
a) a consistência técnica demonstrada na proposição e na defesa da estratégia, das táticas e do plano de mídia (Máximo 05 pontos)	0,9
Justificativa: Envolve um público grande - família - alcançando os objetivos	
b) o conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação do público-alvo da campanha, adequando-os aos meios, conforme os objetivos estratégicos. (Máximo 05 pontos)	0,5
Justificativa: Sim.	
c) a consistência demonstrada no uso de recursos de comunicação próprios do Município de Três Barras do Paraná. (Máximo 05 pontos)	1,0
Justificativa: Semelhança com a comunicação local, personagens não parecem fictícios.	
d) o grau de eficiência e a economicidade na utilização da verba referencial para investimento, demonstrados na simulação do plano de mídia. (Máximo 05 pontos)	1,1

02

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná
ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL DO FEIJÃO

Justificativa:

NOTA DO PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA	NOTA: 182

ATA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS PROPOSTAS – CONCORRÊNCIA Nº 03/2025

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às 09h00min, no Paço Municipal de Três Barras do Paraná, situado na Avenida Brasil, nº 245, Centro, reuniu-se a Subcomissão Técnica nomeada nos termos do Edital de Inexigibilidade nº 03/2025 e da Lei Federal nº 12.232/2010, com a finalidade de realizar a **análise e julgamento dos Planos de Comunicação Publicitária** apresentados no certame destinado à contratação de agência de publicidade.

Os trabalhos foram conduzidos sob a supervisão da Agente de Contratação, **Vanessa Macagnan Acunha Oenning**, que entregou às integrantes da Subcomissão Técnica os **envelopes contendo as vias não identificadas** dos planos de comunicação, devidamente lacrados, conforme exigência do edital e da legislação vigente, para garantir a imparcialidade na avaliação.

Compuseram a Subcomissão Técnica:

- **Rafaela Muniz de Oliveira**
- **Silvia Christina Frare Savaris**
- **Elisangela Aparecida Alcantera**

Nesta data, foi realizada a análise dos **primeiros envelopes não identificados**, conforme as regras previstas na Lei nº 12.232/2010. A avaliação foi feita de forma individual pelas integrantes da Subcomissão Técnica, com base nos critérios técnicos definidos no edital, abrangendo os seguintes aspectos:

- Raciocínio Básico
- Estratégia de Comunicação Publicitária
- Ideia Criativa
- Estratégia de Mídia e Não Mídia

Notas atribuídas ao Envelope Não Identificado – Agência 01:

- **Raciocínio Básico:**
  - Rafaela: 2,6
  - Silvia: 2,7
  - Elisangela: 2,2
  - **Média:** 2,5
- **Estratégia de Comunicação Publicitária:**
  - Rafaela: 3,6
  - Silvia: 3,2
  - Elisangela: 3,3
  - **Média:** 3,4
- **Ideia Criativa:**
  - Rafaela: 2,4
  - Silvia: 3,0

- Elisangela: 3,7
- **Média:** 3,0

- **Estratégia de Mídia:**
  - Rafaela: 2,1
  - Silvia: 2,5
  - Elisangela: 2,0
  - **Média:** 2,2
- **Pontuação Total: 11,1**

Notas atribuídas ao Envelope Não Identificado – Agência 02:

- **Raciocínio Básico:**
  - Rafaela: 3,5
  - Silvia: 3,7
  - Elisangela: 3,9
  - **Média:** 3,7
- **Estratégia de Comunicação Publicitária:**
  - Rafaela: 5,0
  - Silvia: 4,4
  - Elisangela: 5,0
  - **Média:** 4,8
- **Ideia Criativa:**
  - Rafaela: 8,3
  - Silvia: 6,6
  - Elisangela: 9,1
  - **Média:** 8,0
- **Estratégia de Mídia:**
  - Rafaela: 2,6
  - Silvia: 3,5
  - Elisangela: 3,8
  - **Média:** 3,3
- **Pontuação Total: 19,8**

Cada membro atribuiu pontuações individualizadas, devidamente justificadas em formulário próprio, as quais serão anexadas ao processo administrativo para fins de transparência e controle. As avaliações seguiram os critérios objetivos estabelecidos no item 11 do Termo de Referência e no Art. 11 da Lei nº 12.232/2010.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 17h30min, sendo lavrada a presente ata por mim, **Vanessa Macagnan Acunha Oenning**, Agente de Contratação, que a assina juntamente com as integrantes da Subcomissão Técnica, para que produza os efeitos legais.

Três Barras do Paraná, 16 de maio de 2025.

Vanessa Macagnan Acunha Oenning
Agente de Contratação

Subcomissão Técnica:

Rafaela Muniz de Oliveira

Silvia Christina Frare Savaris

Elisangela Aparecida Alcantera